

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

GISLAINE MARLI DA ROSA KALINOWSKI

COM QUANTOS FIOS SE TECE UMA TRAMA?

UMA ANÁLISE DE REGISTROS E PRODUÇÕES DE MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
(1969–2000)

UBERLÂNDIA

2024

GISLAINE MARLI DA ROSA KALINOWSKI

COM QUANTOS FIOS SE TECE UMA TRAMA?

UMA ANÁLISE DE REGISTROS E PRODUÇÕES DE MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
(1969–2000)

Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Faculdade de Educação como requisito
para obtenção ao título de doutora em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da
Educação

Orientador: Prof. Dr. Armino Quillici Neto

UBERLÂNDIA

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

K14 Kalinowski, Gislaine Marli da Rosa, 1981-
2024 COM QUANTOS FIOS SE TECE UMA
TRAMA? [recurso eletrônico] : UMA ANÁLISE DE
REGISTROS E PRODUÇÕES DE MEMÓRIAS
INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA (1969–2000) / Gislaine Marli da Rosa
Kalinowski. - 2024.

Orientador: Armindo Quillici Neto.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível

<http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.247>

em:

Inclui

bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Quillici Neto, Armindo

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

| | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|-------|----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em: | Educação | | | | |
| Defesa de: | Tese de Doutorado Acadêmico, 04/2024/392, PPGED | | | | |
| Data: | Vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e quatro | Hora de início: | 08:30 | Horade encerramento: | 11:30 |
| Matrícula do Discente: | 12013EDU017 | | | | |
| Nome do Discente: | GISLAINE MARLI DA ROSA KALINOWSKI | | | | |
| Título do Trabalho: | "COM QUANTOS FIOS SE TECE UMA TRAMA? UMA ANÁLISE DE REGISTROS E PRODUÇÕES DE MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA" | | | | |
| Áreade concentração: | Educação | | | | |
| Linhade pesquisa: | História e Historiografia da Educação | | | | |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | "A INFLUÊNCIA DA FORMAÇÃO SUPERIOR NAS PRÁTICAS DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Educação Infantil e Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries): uma análise sobre a prática da sala de aula dos professores da Educação Básica formados em Pedagogia ou Normal Superior" | | | | |

Reuniu-se, através de sala virtual da Plataforma Microsoft Teams, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Manoel Messias de Oliveira - UFCAT; Sônia Aparecida Siquelli - USF; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU; Sônia Maria dos Santos - UFU e Armindo Quillici Neto - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Armindo Quillici Neto, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Armindo Quillici Neto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/02/2024, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

6º,



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Aparecida Siquelli, Usuário Externo**, em 22/02/2024, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria dos Santos, Usuário Externo**, em 22/02/2024, às 20:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Messias de Oliveira, Usuário Externo**, em 26/02/2024, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/02/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5204045** e o código CRC **4FB79A84**.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

AGRADECIMENTOS

Após quatro anos de trabalho intenso, sob condições inéditas no século XXI para produção científica – e para a vida –, o agradecimento de uma tese ganha dimensões próprias. Então, antes de tudo, é preciso reconhecer todos os cientistas, de diversas áreas, os profissionais de saúde, os trabalhadores dos serviços essenciais, os seres humanos que colaboraram com as medidas de prevenção, enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente promoveram o combate necessário durante a emergência sanitária promovida pela epidemia provocada pelo vírus da SARS CoV 2, a covid-19, iniciada ao mesmo tempo que esta pesquisa. Reforça-se que a pandemia teve suas consequências agravadas devido a posições políticas que escusaram cumprir deveres de proteção para com a população, bem como mantiveram posições anticientíficas. Por essa razão, torna-se ainda mais importante a gratidão pelos que sobreviveram, bem como demonstrações de respeito por aqueles que perderam suas vidas ou sofrem ainda hoje pelas sequelas da doença.

Ainda assim, a pesquisa, tanto quanto a vida, seguiu seu caminho da melhor forma possível, e outros agradecimentos são necessários:

Ao orientador Professor Doutor Armindo Quillici Neto, que me falta vocabulário para expressar o auxílio e a compreensão prestados, pelos quais sou muito grata.

Aos membros da presente banca, Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Prof. Dr. Manoel Messias de Oliveira; Profa. Dra. Sônia Aparecida Siquelli, Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos muito obrigada por fazer parte dessa jornada.

Aos demais professores do programa, especialmente aqueles inseridos na linha História e Historiografia da Educação.

Muito especialmente, é necessário agradecer genericamente a todos os servidores, desde sua criação, da Secretária Geral da Universidade Federal de Uberlândia, por construírem um tesouro. E, de maneira muito especial, às atuais: Elaine da Silveira Magali, Lenuse Caldeira de Lima, Betânia da Cunha Vargas, Fabiane de Deus Teixeira e Flávia Roberta Diamantino Dutra. A pesquisa não seria possível sem a diligência dos servidores da SEGER, que, além das atribuições regulares de suas funções, criaram, mantêm e ampliam o Acervo SEGER, um dos pilares deste trabalho.

Aos colegas e amigos que compartilham comigo esse período, especialmente Palloma, Douglas, Arthur e Gisele. Porque a pós-graduação não precisa ser sinônimo de solidão.

Aos amigos de muito tempo que serviram de suporte para a caminhada, mesmo sem saber muitas vezes: Suziane, Carol e Tânia, vocês não imaginam o quanto palavras às vezes

soltas em conversas, como “que orgulho de ter você como amiga”, podem se transformar em força para continuar a escrever.

À família que ganhei enquanto morava no Caparaó Capixaba: Audrei, Vogel e Frederico; Luciene, Demétrius e Giuliano; Hércules, Luísa e Camila; Joelma, Paulo e João o que há de feliz no Alegre (ES).

À família que estamos construindo no Pontal do Triângulo Mineiro: Elisangela, Fábio e Carol; Leila, Anísio, Maria Eduarda e Ana Luísa; Rosana; Brunella, Lísias, Natanael, Maria Eduarda, Carlos Henrique e Giovani. A presença de vocês em minha vida a torna mais completa.

À minha família, Gilberto, Ana Beatriz, Therezinha, Fran e Renali, por escolha, sangue e coração. Minha irmã, Renali, que fez por mim aquilo que não podia fazer para aqueles que deixei no Paraná; a Fran, que surge diante de mim como exemplo, apoio, cuidado, escuta, carinho, fornecendo suportes para o árduo trabalho acadêmico e sobretudo para a vida; a mãe que eu escolhi, Therezinha, que não precisa de outra explicação; a minha filha Ana Beatriz, que tem tanta ternura, compreensão, perspicácia e empatia, tornou a tarefa de equilíbrio entre a pesquisadora e a mãe mais fácil. Por fim, aquele que escolhi para compartilhar a vida e que efetivamente me apoiou durante o doutorado, Gilberto, não só com palavras de incentivo, mas sobretudo com ações que permitiram que eu pudesse realmente me dedicar ao doutoramento. Não existe agradecimento suficientes a vocês.

E Panglós dizia às vezes a Cândido:

-Todos os acontecimentos estão encadeados no melhor dos mundos possíveis; pois, enfim, se o senhor não tivesse sido expulso de um belo castelo a grandes pontapés no traseiro pelo amor da senhorita Conegundes, se não tivesse sido apanhado pela Inquisição, se não tivesse corrido a América a pé, se não tivesse dado um bom golpe de espada no barão, se não tivesse perdido todos os seus carneiros do bom país de Eldorado, não estaria aqui comendo cidras em conserva e pistaches.

- Muito bem dito – respondeu Cândido –, mas temos que cultivar nosso jardim.

(Final de *Cândido ou O Otimismo*, de Voltaire, 1758)

RESUMO

O presente texto refere-se a uma pesquisa, na linha de História e Historiografia da Educação, que investiga a constituição da Universidade no Brasil. Tem como objeto a possibilidade de descortinar a história possível para a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), de 1969 a 2000, através de registros erigidos pela instituição. As fontes utilizadas são um conjunto de documentos organizados e armazenados sob a guarda da Secretaria Geral da UFU e dois livros de caráter memorialístico: *A UFU no Imaginário Social e Primeiros Tempos*. O objetivo é compreender as possibilidades historiográficas evidenciando processos intrínsecos e extrínsecos de constituição da instituição. Utiliza-se como ferramenta metodológica a análise documental, associado à análise de conteúdo, mantendo o diálogo teórico com os pensadores clássicos e atuais da História da Educação e da Educação Superior, destacando-se Chauí (2001, 2003, 2016), Cunha (1983, 1986, 1988, 1989), Motta (2008, 2014, 2018), Sanfelice (2008, 2009, 2015) e Saviani (1997, 2004, 2010, 2011, 2012, 2013). A pesquisa evidenciou elementos de singularidade observáveis nas fontes, que permitiram a relação entre a instituição e o período histórico. Destaca-se que a UFU é uma Universidade nascida da ditadura civil-militar, logo depois da Reforma Universitária de 1968, e carrega em si os signos desse contexto. Sua consolidação enquanto instituição se dá em meio à redemocratização do Brasil, por isso produz um caminho próprio de existência no período, que ajuda a evidenciar os potenciais limites do processo de recuperação democrática. Os parâmetros legais e as normativas da Educação Superior que perpassaram o período são destacados, tanto no sentido amplo, de legislações nacionais, como as leis nº 5540/1968 e nº 9394/1996, quanto as normativas da UFU, a exemplo de seus estatutos. As memórias articuladas pelos livros supracitados evidenciam a amplificação de algumas vozes, mesmo que o conjunto de entrevistas fosse variado. Revela-se que o trabalho com a IES específica fornece elementos de compreensão da realidade abrangente da Educação Superior por suas particularidades do que pelos seus elementos comuns a todas as instituições do tipo. Como resultado desta tese verifica-se que a UFU se constituiu durante o século XX pela égide do período de ditadura pós 1964 que teve reflexos duradouros em sua constituição, ao mesmo tempo que ampliava a possibilidade de acesso à Universidade na região, bem como contribuía para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Universidade. História da Educação Superior. Universidade Federal de Uberlândia.

ABSTRACT

This text refers to research, in the line of History and Historiography of Education, which investigates the constitution of the University in Brazil. Its purpose is to uncover the possible history of the Federal University of Uberlândia (UFU), from 1969 to 2000, through records created by the institution. The sources used are a set of documents organized and stored under the custody of the General Secretariat of the UFU and two books of a memorial nature: *A UFU no Imaginário Social* and *Primeiros Tempos*. The objective is to understand the historiographical possibilities, highlighting intrinsic and extrinsic processes of constitution of the institution. Documentary analysis is used as a methodological tool, associated with content analysis, maintaining theoretical dialogue with classic and current thinkers in the History of Education and Higher Education, highlighting Chauí (2001, 2003, 2016), Cunha (1983, 1986, 1988, 1989), Motta (2008, 2014, 2018), Sanfelice (2008, 2009, 2015) and Saviani (1997, 2004, 2010, 2011, 2012, 2013). The research highlighted elements of uniqueness observable in the sources, which allowed the relationship between the institution and the historical period. It is noteworthy that UFU is a University born from the civil-military dictatorship, shortly after the University Reform of 1968, and carries the signs of this context. Its consolidation as an institution takes place amid the redemocratization of Brazil, which is why it produces its own path of existence in the period, which helps to highlight the potential limits of the process of democratic recovery. The legal parameters and regulations of Higher Education that permeated the period are highlighted, both in the broadest sense, from national legislation, such as laws nº 5540/1968 and nº 9394/1996, as well as the regulations of the UFU, such as its statutes. The memories articulated by the aforementioned books show the amplification of some voices, even if the set of interviews was varied. It is revealed that the work with the specific HEI provides elements of understanding of the comprehensive reality of Higher Education through its particularities rather than through its elements common to all institutions of this type. As a result of this thesis, it can be seen that the UFU was established during the 20th century under the aegis of the post-1964 dictatorship period, which had lasting effects on its constitution, at the same time that it expanded the possibility of access to the University in the region, as well as contributing to regional development.

Keywords: University. History of Higher Education. Federal University of Uberlândia.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| FIGURA 1 – Decreto de criação da UNU | 87 |
| FIGURA 2 – Reconhecimento do Curso de Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia | 97 |
| FIGURA 3 – Autorização e reconhecimento do Curso de História | 98 |
| FIGURA 4 – Documento 103 | 104 |
| FIGURA 5 – Documento 30 – com acréscimo posterior da página e data do D.O.U. | 105 |
| FIGURA 6 – Documento 60 | 107 |
| FIGURA 7 – Documento 06 | 114 |
| FIGURA 8 – Capa do Documento 68 | 118 |
| FIGURA 9 – Documento 108 | 141 |
| FIGURA 10 – Relatórios das reuniões informais do CONSUN | 143 |
| FIGURA 11 – Documento 62 | 155 |
| FIGURA 12 – Documento 63 – primeira página | 156 |
| FIGURA 13 – Fragmento do Documento 66 | 159 |
| FIGURA 14 – Solicitação do professor José de Paula Carvalho ao diretor do CETEC | 161 |
| FIGURA 15 – Capa e folha de rosto da Publicação da Faculdade Federal de Engenharia | 165 |
| FIGURA 16 – Primeira página do Documento 89 | 168 |
| FIGURA 17 – Capa do livro <i>A UFU no Imaginário Social</i> | 175 |
| FIGURA 18 – Página do livro <i>A UFU no Imaginário Social</i> | 176 |
| FIGURA 19 – Bibliografia | 182 |
| FIGURA 20 – Jornal como ilustração | 184 |
| FIGURA 21 – Jornal enquanto depoimento | 185 |
| FIGURA 22 – Índice | 188 |
| FIGURA 23 – Fotografia do jornal <i>O Estado de São Paulo</i> | 205 |
| FIGURA 24 – Capa do livro <i>Primeiros Tempos</i> | 249 |
| FIGURA 25 – Ofícios da DAU | 256 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| QUADRO 1 – Autorizações e reconhecimentos de cursos anteriores à UnU | 95 |
| QUADRO 2 – Autorizações e reconhecimentos de cursos UnU/UFU | 102 |
| QUADRO 3 – Reitores da UnU/UFU | 139 |
| QUADRO 4 – Documentos Legais | 150 |
| QUADRO 5 – Citações longas | 193 |
| QUADRO 6 – Informantes mais vezes citados | 195 |
| QUADRO 7 – Profissões da comunidade em <i>A UFU no Imaginário Social</i> | 236 |

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Tipos de documentos da SEGER

24

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--------------------------------|-----|
| GRÁFICO 1 – Citações | 189 |
| GRÁFICO 2 – Páginas | 190 |
| GRÁFICO 3 – Citações X páginas | 191 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

| | |
|------------|--|
| ABE | Associação Brasileira de Educação |
| ADUFU | Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia |
| Aesis | Assessorias Especiais de Segurança e Informação |
| AI-5 | Ato Institucional nº 5 |
| ALMG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais |
| ANDIFES | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| Anped | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação |
| ASI | Assessoria de Segurança e Informação |
| ASUFUb | Associação dos Servidores da UFU |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CDHIS | Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) |
| CEPES | Centro de Documentação e Pesquisas Sócio-Econômicas (sic) (UFU) |
| CETEC | Centro de Ciências Exatas e Tecnologia |
| CFE | Conselho Federal de Educação |
| CNV | Comissão Nacional da Verdade |
| CONSUN | Conselho Universitário |
| CPEDOC/FVG | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas |
| CSN | Companhia Siderúrgica Nacional |
| CVIM | Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba “Ismene Mendes” |
| DAU | Departamento de Assuntos Universitários |
| DCE | Diretório Central dos Estudantes |
| DE | Dedicação Exclusiva |
| DOU | Diário Oficial da União |
| DSI | Divisão de Segurança e Informação |
| EaD | Educação à Distância |
| EDUFU | Editora da Universidade Federal de Uberlândia |
| EMECIU | Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia |
| EPES | Equipe de Planejamento do Ensino Superior |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAEPU | Fundação de Assistência ao Estudo e Pesquisa de Uberlândia (UFU) |
| FAESU | Fundação de Assistência ao Estudante (UFU) |
| FAU | Fundação de Apoio Universitário (UFU) |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| FINEP | Financiadora de Estudos e Projetos |
| FUNC | Fundação Cultural (UFU) |
| FUNDAP | Fundação de Desenvolvimento Agropecuário (UFU) |
| FUNDEF | Fundo de Valorização e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério |
| GTRU | Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. |
| IEPHA | Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| INPS | Instituto Nacional de Previdência Social |

| | |
|---------|--|
| IPES | Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais |
| LDB | (A) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LDB | (O) Levantamento de Dados Biográficos |
| LSN | Lei de Segurança Nacional |
| MARE | Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado |
| MEC | Ministério da Educação |
| MG | Minas Gerais |
| NUHCIS | Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais (UFU) |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PEC | Proposta de Emenda à Constituição |
| PIDE | Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão |
| PNAES | Programa Nacional de Assistência Estudantil |
| PUC/SP | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |
| PUC/RIO | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| SEGER | Secretaria Geral (da UFU) |
| SNI | Serviço Nacional de Informações |
| REUNI | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| RNP | Rede Nacional de Ensino e Pesquisa |
| RTU | Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia (UFU) |
| RU | Restaurante Universitário |
| RUF | Ranking de Universidades da Folha |
| UEMG | Universidade do Estado de Minas Gerais |
| UEPG | Universidade Estadual de Ponta Grossa |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UDF | Universidade do Distrito Federal |
| UF | Universidade Federal |
| UFAM | Universidade Federal do Amazonas |
| UFCAT | Universidade Federal de Catalão |
| UFER | Universidade Federal do Espírito Santo |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFOP | Universidade Federal de Ouro Preto |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |
| UFRG | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFTM | Universidade Federal do Triângulo Mineiro |
| UFU | Universidade Federal de Uberlândia |
| UFV | Universidade Federal de Viçosa |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| Unesp | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |
| Unifei | Universidade Federal de Itajubá |
| UMG | Universidade de Minas Gerais |
| UnU | Universidade de Uberlândia |
| URJ | Universidade do Rio de Janeiro |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

COM QUANTOS FIOS SE TECE UMA TRAMA?

UMA ANÁLISE DE REGISTROS E PRODUÇÕES DE MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA 18

INTRODUÇÃO 18

SEÇÃO 1 35

A Trama para a Compreensão do Contexto Histórico 35

1.1 Panorama legal da Educação Superior no período 1960–2000 38

1.1.1 39

1.1.2 A legislação educacional após a Reforma Universitária 48

1.2 A UFU hoje 56

1.3 62

1.4 67

1.5 71

SEÇÃO 2 85

Uma Trama Possível com os Fios do Acervo SEGER 85

2.1 Ponto de partida: primeiros documentos 86

2.2 Discursos que tecem a trama 89

2.3 O tecido dos cursos: autorizações e reconhecimentos 94

2.4 Sussurros para além de Uberlândia: do ideário à realidade 106

2.5 Fios que delimitam a trama: estatutos 110

2.5.1 Primeiro estatuto: UnU 110

2.5.2 Um estatuto para uma Universidade Federal – 1978 117

2.5.3 Novos panoramas legais, um novo estatuto: 1999 128

2.6 A trama da linha do tempo da reitoria: nomeações 138

2.7 Os fios legais da trama: leis, decretos-lei, decretos e outros documentos 150

2.7.1 Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968 – Reforma Universitária 154

2.7.2 Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB 157

2.7.3 Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978 – federalização da Universidade Federal de Uberlândia 158

2.7.4 A Legislação da ditadura: documento confidencial 167

2.8 Acervo SEGER e seu tecido possível da história da UFU 171

Seção 3 174

| | |
|--|-----|
| A TRAMA DA MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA: <i>A UFU no Imaginário Social e Primeiros Tempos</i> | 174 |
| 3.1 Uma trama, muitos fios: <i>A UFU no Imaginário Social</i> | 174 |
| 3.1.2 O que não é texto, mas conta história: elementos pré e pós-textuais | 177 |
| 3.1.3 Considerações sobre aspectos de organização do livro | 183 |
| 3.1.4 Considerações sobre as possibilidades historiográficas | 197 |
| 3.2 Fios de continuidade: <i>Primeiros Tempos</i> | 248 |
| 3.3 Sobrepondo as tramas: considerações sobre <i>A UFU no Imaginário Social e Primeiros Tempos</i> | 258 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 263 |
| REFERÊNCIAS | 270 |
| ANEXOS | 284 |
| APÊNDICE | 318 |

**COM QUANTOS FIOS SE TECE UMA TRAMA?
UMA ANÁLISE DE REGISTROS E PRODUÇÕES DE MEMÓRIAS
INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
(1969–2000)**

“A função da Universidade deve, deveria ser, um local para agregar o pensamento reflexivo, crítico, um local formativo para aqueles que estão desenvolvendo a sua formação, mas também para todos” (Antônia, 2018).¹

INTRODUÇÃO

Existe uma profunda e antiga relação entre a Universidade e a autora desta pesquisa. A partir do momento em que ingressou na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sua vida ficou enredada a esse tipo de instituição. Profissionalmente, licenciou-se em História e criou laços pessoais e sociais que perduram. Adulta, devido a relações familiares e profissionais, foi em função de Universidades que residiu nos quatro estados do sudeste. Essa proximidade, que entrelaçou o pessoal e o profissional, passou a guiar suas escolhas de pesquisa, fazendo surgir “o que é a Universidade” como indagação fundamental. Havia clareza da dificuldade da questão, e uma resposta a partir de ideais filosóficos sobre Universidade do ponto de vista abstrato ou jurídico ou alguma que decorra de um único tipo de trabalho de campo não iria dar conta de sua inquietação. Isso porque, para a autora, a realidade estava em meio a uma resposta e outra. Entre o que se pensa da Universidade enquanto instituição com elementos gerais que determinam certo significado compartilhado para que haja socialmente o reconhecimento dessa instituição como Universidade, e não como uma escola, um clube ou outra instituição social, há cada Universidade em particular, que está constituída à sua própria maneira.

Assim, esse permanente estado de curiosidade sobre o tema descortinou os caminhos enquanto pesquisadora em formação. Na entrada no programa de mestrado em Educação, a pergunta feita para Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, em suas respectivas obras *A universidade necessária* (1968) e *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* (1975) se propunha a buscar respostas através do uso da crítica literária como instrumento metodológico da História. No decorrer do mestrado e com a adequação à linha de pesquisa de ingresso, a

¹ Citação extraída da dissertação de mestrado de Kalinowski (2019). Antônia foi sujeito da pesquisa e é professora doutora de uma universidade federal.

pergunta acabou sendo orientada para um grupo bastante peculiar de professores: cinco docentes, que eram as únicas com formação na área de humanas em meio a um grupo de 200 professores das áreas de exatas e naturais em um campus fora de sede. Foi uma oportunidade de ouvir a resposta do que é Universidade de professores em um espaço e uma condição que dificilmente serão duplicados. Na ocasião, a metodologia escolhida foi a entrevista compreensiva, conforme elabora Kaufmann (2013), afastada, portanto, do método clássico da historiografia para a condução desse tipo de trabalho, a história oral.

A aprovação no doutorado em uma linha de História e Historiografia da Educação deu a autora a oportunidade de, pela primeira vez efetivamente, fazer pesquisa histórica. Por isso, a primeira decisão foi a de buscar fontes mais tradicionais, porque em sua formação essas eram menos familiares. Então, mesmo em meio a uma pandemia, que dificultou o acesso às fontes, e que se manteve até depois da qualificação em agosto de 2022 – com adendo de que, de início, havia esperança de que não se prolongasse por muitos meses –, definir o projeto pedia estratégia para se ter a segurança de que as condições de execução seriam mantidas. Assim, dessa vez, se esboçou a ideia de abraçar como tema a história de uma instituição universitária como um todo.

Nesse aspecto, é importante lembrar que, por mais que tenha havido empenho dedicado tanto pela pesquisadora como por seu orientador, um trabalho de pesquisa realizado em um tempo de emergência sanitária prolongada, com período primeiro de adaptação à nova realidade de isolamento social e substituído posteriormente por uma readaptação à vida pós-pandemia, não poderia deixar de ter essas marcas. E elas aparecem não unicamente na tese que se apresenta agora, como também na formação geral do curso de doutorado, pois nenhuma disciplina foi cursada presencialmente, e os créditos foram cumpridos de modo remoto. Essa configuração não estava no horizonte do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, o que acarretou muitas dificuldades. No entanto, apesar de ser necessário apontar essa questão, até para que se possa manter registros da formação *stricto sensu*, buscou-se as soluções possíveis para que a pesquisa caminhasse da melhor forma possível nas condições dadas.

Definir uma Instituição de Ensino Superior (IES) especificamente acabou sendo um processo desencadeado por aquelas instituições disponíveis do ponto de vista do acesso físico, sob a lógica da pesquisa e do significado de cada uma. Escolher trabalhar tendo como sujeito/objeto a própria instituição em que se realiza a pesquisa não deve ser decisão tomada intempestivamente, porque o trabalho de objetivação, à maneira de Bourdieu (1989), demanda ainda mais acuidade. Por outro lado, a experiência prévia de pesquisa no mestrado revelou à

doutoranda, entre outras coisas, que a Universidade não só precisa, como está aberta, mesmo que com dificuldades, a pensar sobre si.

Dessa maneira, foi delimitado como campo de trabalho a Universidade Federal de Uberlândia, a casa que abriga esta pesquisa. Aceitou-se como desafio explorar a história dessa Universidade, sendo irremediavelmente parte dela, e construiu-se o compromisso de fazer disso não um problema de objetividade, mas uma vantagem para que se chegue ao máximo de verdade possível.

Trazendo como linha mestra a multiplicidade de compreensões sobre o que é a Universidade brasileira, sobre quais e quantos diferentes modelos interferiram nessas construções, amalgamadas com a perspectiva histórica inerente a um projeto de História da Educação, é preciso dar contornos mais precisos à pesquisa de que se propõe, o que será feito a seguir.

No último século, dos anos 20 do século XX até os anos 20 do século XXI, Minas Gerais se tornou a unidade da federação com o maior número de Instituições de Ensino Superior federais. São 17 no total, e, dessas instituições, o impressionante número de 11 são Universidades. Isso coloca Minas Gerais (MG) como a unidade da federação com maior número de Universidades Federais (UFs) no país, muito à frente dos outros estados, como Rio Grande do Sul com sete e Bahia com seis. Em uma conta simples, se as UFs fossem distribuídas pelas unidades da federação de forma mais ou menos igual, cada unidade da federação teria uma média de 2,5 Universidades. Os três estados supracitados estão bem acima da média, enfatizando a posição ocupada por Minas Gerais na distribuição de UFs no país.

Um dos problemas dessa conta é que ela abre mão do(s) processo(s) histórico(s) que originaram essas instituições. Há uma certa dificuldade em compreender como se deu a expressiva posição dos mineiros em relação às demais Universidades, pois a realidade está na articulação entre o que se passa(va) no país, no estado, de cada Universidade e a relação das Universidades entre si. Tomemos primeiro o exemplo da primeira Universidade do estado, a segunda a ser criada no território nacional. A hoje Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a qual foi criada em 1927, sete anos após a criação da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um grande feito, uma vez que sua criação se deu no final da política “café com leite”, quando paulistas estavam no poder, o que no papel favoreceria a criação de uma Universidade em São Paulo, e não em Minas Gerais. Mas a história concreta é muito mais enredada do que os acordos políticos, sujeitos sempre a revisões. Assim, a UFMG dá início à constituição do estado como destaque entre as Universidades Federais do país.

É forçoso apontar que das 11 Universidades Federais 8 foram criadas antes da virada do século XX para o XXI, quando o número de instituições do tipo era apenas 48, o que significa que Minas concentrava 16% das Universidades do país, e as três instituições elevadas ao status de Universidade, já nos anos 2000, têm suas origens em um período bem anterior. Considerar esse processo histórico é importante e dedicar-se a construir uma explicação para ele pode ser um objeto de pesquisa. Contudo, nesse caso, ainda que esse seja um aspecto pertinente, o recorte pretendido é relativamente mais reduzido: investigar a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que foi criada em 1969 como Universidade de Uberlândia e federalizada em 1978.

A UFU é sediada na segunda maior cidade do estado, o que por si só poderia sustentar a escolha por essa instituição em específico. Todavia, esse destaque em relação à população é reforçado ainda pela posição que ocupa a UFU no número de matrículas entre as federais do estado de MG (Inep, 2020): ela também é a segunda em quantidade de matrículas, com 21.980 – a primeira é a UFMG, cuja sede é em Belo Horizonte, com 31.306. Em um primeiro momento, pode-se considerar que as matrículas acompanham a população dos campi sede, o que não se sustenta em uma análise mais profunda. A terceira universidade em número de matrículas acompanha; as demais não sustentam um padrão. Há dados que justificam não ser possível uma relação direta com a população e o tamanho da instituição em relação ao número de matrículas. Por exemplo, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) ocupa o quarto lugar em quantidade de matrículas, com 13.832, e a população do Campus Sede não chega a 80.000 habitantes. Enquanto isso, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), com 6.282 matrículas, ocupa a última posição em relação à quantidade de matrículas entre as UFs, e têm o Campus Sede em Uberaba, uma cidade com mais de 330.000 habitantes. Essa distorção aparece também na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que tem 10.720 matrículas em uma cidade de pouco mais de 74.000 habitantes. Por outro lado, a Universidade Federal de Itajubá (Unifei) conta com 6.963 matrículas em uma cidade que possui um número de habitantes superior a 96.000. Pode-se estabelecer que o espaço ocupado pelas UFs em Minas Gerais não é definido unicamente pelo tamanho das cidades que abrigam seus campi sede. O espaço político e populacional de cada cidade tem certa influência, mas não tem como por si só justificar o lugar de cada UF no Estado.

É com esse esboço geral que mais uma precisão no objeto de pesquisa é dada. Além do contexto supracitado, é necessário ter em mente que, enquanto se constitui concretamente, uma Universidade entra forçosamente no embate de definir o que é, afinal, uma Universidade, para além dos preceitos legais. A pergunta, que de início, servia de guia era como e para quem a UFU se pretendia construir.

A definição real e não unicamente legal de Universidade no Brasil é depositária de inúmeros outros modelos de Universidades, além de ter sido delineada em meio a disputas nacionais e internacionais no que diz respeito à política do país. Isso reforça a constituição única de cada instituição em meio a elementos gerais compartilhados entre outras instituições. Dessa maneira, investigar qual ou quais ideias de Universidade circularam em meio à criação da UFU permeia toda essa investigação.

Ao iniciar o processo de acesso a esses arquivos, ainda no que se pode chamar de pesquisa exploratória, descobriu-se, sob a guarda da Secretaria Geral (SEGER) da Universidade, um conjunto de documentos históricos selecionados, organizados e preservados, o qual se formou a partir da criação da própria instituição. O documento de número 1 é justamente o decreto de criação, em que consta a dedicatória do político responsável por sua viabilização, Rondon Pacheco.

Encontrar um corpus documental organizado de maneira espontânea por um órgão interno da Universidade e pensado como elemento de preservação histórica é um acontecimento singular, uma vez que este não está diretamente ligado a centros de preservação de memória, à história da instituição, ao seu setor de arquivo ou ao Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/UFU), mas é constantemente atualizado e revisto pela SEGER. O corpus sobre o qual se debruça é, por assim dizer, um constructo vivo, uma vez que segue sendo elaborado. Uma unidade da instituição, enquanto se imiscuia de tratar de suas atribuições oficiais, selecionou documentos que julgou, na época dos acontecimentos, importantes para história, organizando um quadro próprio, um sentido autoral para o registro histórico. Tal descoberta precisa ser explorada como fonte histórica. Ainda que a presente tese não tenha a menor pretensão de dar conta das inúmeras possibilidades manifestas nos documentos que extrapolam os documentos oficiais, com fotografias, discursos e recortes de jornais, parte desse escopo se apresenta como fonte fundamental.

Como um documento em si não é a ciência histórica, a oportunidade de usá-lo como elemento básico de construção de uma tese ganha duplo sentido. De um ângulo, constitui uma excelente fonte para se responder às questões propostas nesta pesquisa; de outro, promove a preservação e o reconhecimento do trabalho voluntário de servidores da UFU que constituíram e constituem esse corpus documental.

O recorte temporal inicial é a data da publicação do Decreto-Lei nº 7.262, de 14 de agosto de 1969, que criou a Universidade de Uberlândia (UnU), transformada em Universidade Federal de Uberlândia com a sanção da Lei nº 6.532 de 24 de maio de 1978, que federaliza a Universidade de Uberlândia (Brasil, 2021). O ideal seria que o recorte se findasse em marcos,

como a promulgação da Constituição Nacional em 1988 ou o fim do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Apesar disso, o trabalho concreto com as fontes estabeleceu definitivamente o parâmetro final de recorte temporal: o ano 2000. Os estatutos da Universidade são documentos que permeiam toda o recorte temporal e fornecem intrinsecamente o marco temporal final. A seleção do segundo conjunto de fontes foi submetida ao critério estabelecido pelo trabalho com os documentos SEGER.

Os documentos históricos da SEGER estão dispostos em quatro pastas organizadas com plásticos próprios para tamanho A4, e cada plástico comporta dois documentos, um na frente e outro no verso. Um mesmo documento pode ser composto pelo principal, sempre organizado por um número, e um segundo documento, que agrupa outros itens relacionados ao primeiro, organizado com o mesmo número e acrescido da letra A. O período que está compilado inicia pouco antes da criação da Universidade de Uberlândia e, no momento da consulta, terminava com o discurso de posse do atual reitor, o Magnífico Professor Doutor Valder Steffen Júnior. Ainda que a cronologia não seja linear, há certa coerência, e provavelmente a diferença no sequenciamento de datas seja resultado das inúmeras reorganizações dos documentos nos últimos 55 anos. Essas reformulações deixaram algumas marcas em documentos mais antigos, uma vez que é perceptível que outrora a pasta com plásticos era uma pasta com grampo.

Os suportes dos documentos são variados: fotocópias em papel A4, fotografias, impressos; há grande quantidade de documentos originais, ou com cópia autenticadas, como páginas do Diário Oficial da União (DOU), do Diário Executivo (do governo do estado de Minas Gerais), decretos, entre outros. Quando em suporte do tipo papel jornal, estão dobradas para serem acomodadas nos plásticos. Muitos se encontram recortados e em cada um possui um destaque em caneta azul, preta ou vermelha que delimita onde está o ordenamento que se quer guardar. De maneira geral, são preservados de agentes agressores mais contundentes, como grampos e sujidades. Mesmo cliques de papel são usados com moderação e com a proteção de um pedaço de papel para que o metal não danifique tanto o documento. Ficam guardados em um armário fechado ao abrigo da exposição direta ao sol. Enquanto os servidores permanecem na sala, esta tem a temperatura controlada pelo uso do ar-condicionado.

O manuseio feito durante a coleta de dados foi restringido ao mínimo necessário, visto que, mesmo conservados, alguns suportes dão sinais de fragilidade devido ao tempo. Cada documento passou por higienização com pincel de cerdas macias antes de serem digitalizados com o auxílio de um scanner portátil. Após eram recondicionados à mesma posição original na

pasta. Toda a manipulação foi realizada com equipamento pessoal de segurança, luvas de procedimentos e máscaras do tipo cirúrgica de tripla camada².

TABELA 1 – Tipos de documentos da SEGER

| TIPO DE DOCUMENTO | QUANTIDADE | PERCENTUAL |
|--|-------------------|-------------------|
| Certidões; Certificados; Registros | 9 | 6,56% |
| Discursos | 5 | 3,59% |
| Documentos duplicados | 4 | 2,86% |
| Fotografias | 2 | 1,43% |
| Leis; Decretos; Decretos-Leis | 54 | 38,84% |
| Ofícios; Portarias; Pareceres; | 39 | 28,05% |
| Relatórios; Memorandos; Termos de Posse | 13 | 9,35% |
| Outros | 13 | 9,35% |
| TOTAL | 139 | 100% |

Fonte: Documentos históricos SEGER (2021). Organizado pela autora.³

Na Tabela 1, é possível perceber que boa parte dos documentos se refere a ordenamentos jurídicos, e a outra é de caráter oficial. A coleção é variada; o viés dado a ela é a preservação da memória institucional oficial, expressa em documentos emanados da própria Universidade ou de instituições governamentais. Contudo, há documentos guardados justamente por seu caráter não oficial, como relatórios de reuniões informais do Conselho Universitário em 1992, quando a administração da UFU enfrentou uma séria crise em torno do reitor a ser nomeado. Alguns documentos que se apontam como importantes foram incorporados à pasta de maneira inusitada: a cópia da discussão feita na Faculdade Federal de Engenharia sobre o processo de federalização da UnU, em 1978, chegou à pasta enquanto anexo de um documento encaminhado por um professor da referida faculdade ao então diretor da unidade acadêmica, em 1993, questionando o livro editado pela Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU) em 1988 sobre a história da UFU. Mesmo que o documento seja posterior, ele foi apensado ao documento 66, o dispositivo que federalizou a Universidade, identificado como 66A.

² Ainda que a coleta de dados tenha sido feita durante a pandemia de covid-19, em 2021, quando o uso de máscaras era parte do protocolo sanitário de combate à doença, o uso do modelo descartável cirúrgico é preconizado em todos os procedimentos de manuseio de documentos não recentes.

³ Alguns documentos estão divididos em: número e número + A, como o documento 02, que possui junto o documento 2 A. Considerou-se apenas o documento que está em destaque, sempre aquele sem a letra.

Há um segundo conjunto de documentos: os livros *A UFU no Imaginário Social*, de Coraly Gará Caetano e Miriam Michel Curi Dib, e *Primeiros Tempos: O Início da Universidade Federal de Uberlândia – Depoimento sobre Fatos e Pessoas*, de Juarez Altafin. O segundo é complementar ao primeiro e ambos são fontes recorrentes em trabalhos sobre a UFU ou seus cursos. Nesta tese, porém, serão considerados como um todo, e não parcialmente, para as questões definidas. Não serão excertos, que complementam ou corroboram uma linha, mas sim as possibilidades historiográficas dos dois documentos. A tese obedece à relação proposta pela obra de Juarez Altafin, a de que *Primeiros Tempos* é complementar à *A UFU no Imaginário Social*. Essa espécie de hierarquia é dada pelo autor e mantida na tese por ser expressão real da relação entre os livros.

Os dois livros são editados pela própria UFU. A obra de Caetano e Dib (1988) é o resultado de um projeto de pesquisa, sugerido pelo então reitor, Ataulfo Marques Martins da Costa, em comemoração aos dez anos de federalização da instituição. As autoras contam que o projeto teve respaldo da reitoria e contou com uma equipe que incluiu Déa Ribeiro Fenelón como assessora, oito pesquisadores, além das duas coordenadoras. Ainda assim, o tempo de execução do projeto foi exíguo, 10 meses. No processo de construção do livro, foi preciso um trabalho de convencimento do ex-reitor Juarez Altafin, que se mostrou temeroso com a experiência.

Com *A UFU no Imaginário Social* pronta, Juarez Altafin acabou reconhecendo que o processo de resgate de memória foi importante. Então, ele organizou o próprio livro, que é escrito como continuidade da experiência de Caetano e Dib, mas sem a mediação dos recortes dados pelas autoras das falas de Altafin. O autor controlou a extensão da exposição de suas memórias, bem como o processo de organização em um livro. Além de apresentar o histórico das instituições em que trabalhou, ele apresenta sua visão de alguns fatos e perfis de pessoas que julgou importantes para a UFU. Para este trabalho, é necessário salientar não só a relação de certa continuidade entre as memórias, como também o fato de a publicação pertencer ao recorte dado.

No início do processo de pesquisa para esta tese, a proposta de trabalho indicava um rol maior de publicações a serem analisadas. Porém, com a definição de um recorte temporal específico, determinou-se que as publicações deveriam pertencer a ele. Ademais, o trabalho efetivado mostrou que a seleção de obras era desproporcional à capacidade de execução de um trabalho de pesquisa como o proposto.

A escolha da utilização de dois conjuntos independentes de fontes – os documentos da SEGER e os livros de memória – foi feita não para surtir algum efeito comparativo, e sim

complementar. Por suas naturezas distintas, a opção metodológica foi abordá-los de forma independente, mas mantendo ligações. Tais laços foram tecidos de forma cumulativa, de maneira que a seção 3 possui muito mais ligações com as demais seções que a seção 1.

O volume de documentos analisados foi bastante expressivo. Só para a elaboração da seção 2, foram produzidas mais de mil cópias digitalizadas, acrescidas do trabalho feito em relação aos livros. O contato com esses documentos levou à decisão de priorizar fortemente uma perspectiva de análise: a palavra escrita. Todos os que foram analisados possuem considerável quantidade de imagens, especialmente fotografias. *A UFU no Imaginário Social* tem um ensaio fotográfico como capítulo, além das fotografias e reproduções de jornais presentes nos demais. Apesar disso, sob as condições dadas, abarcar uma análise séria também sobre as imagens significaria escolher um outro projeto de pesquisa, renunciando a um dos conjuntos de fontes, uma vez que o arcabouço teórico-metodológico necessitaria ser bastante expandido. A pesquisadora, tendo constituído suas fontes primárias, não foi capaz de abdicar de uma delas.

O Acervo SEGER constitui um conjunto inédito de fontes. Dificilmente um historiador deixaria de tomá-lo como base de trabalho, ainda mais sob essa configuração: documentos considerados “históricos” pelo fazer-se Universidade da instituição. Os servidores da SEGER ao longo do tempo usaram seus próprios parâmetros de definição de historicidade para construir as pastas denominadas “Documentos Históricos”. Já *A UFU no Imaginário Social* apareceu durante o período de pesquisa exploratória, como uma referência compartilhada nos trabalhos encontrados sobre a Universidade. Ao entrar em contato físico com a obra, foi possível perceber que seu maior potencial era como fonte, não como referência. Aqui, uma fonte é entendida como base para o trabalho historiográfico, isto é, o artefato sobre o qual o historiador produz suas análises. A referência, por sua vez, é o texto já analisado, que passou pelo processo de transformação de vestígio da história vivida para se tornar conhecimento histórico. Se nos passos iniciais da pesquisa agregaram-se mais livros para análise, estes vieram em função da intenção de trabalho com essa obra. *Primeiros Passos* foi mantida pelo duplo crivo, o do recorte temporal e da ligação direta com *A UFU no Imaginário Social*.

O objeto desta tese é permeado pela possibilidade de descortinar a história possível para a UFU de 1969 a 2000, através das fontes que a própria instituição construiu para si. Ou seja, a história da Universidade Federal de Uberlândia a partir da percepção apresentada nos dois conjuntos de fontes: o Acervo SEGER e os livros de memória publicados no recorte histórico. O objetivo principal é compreender as possibilidades historiográficas baseadas nos dois

conjuntos de fontes primárias, descortinando processos intrínsecos e extrínsecos de constituição da instituição.

Da meta central, desprendem-se outras específicas:

- a) discutir o conceito de Universidade do período;
- b) apresentar as disputas internas e externas que constituíram a instituição;
- c) analisar os registros oficiais do Acervo SEGER e os livros em *A UFU no Imaginário Social*, de Coraly Gará Caetano e Miriam Michel Curi Dib, e *Primeiros Tempos: O Início da Universidade Federal de Uberlândia – Depoimento sobre Fatos e Pessoas*, de Juarez Altafin, enquanto instrumentos de preservação e construção de memórias elaborados direta ou indiretamente pela Universidade Federal de Uberlândia.

José D'Assunção de Barros (2017) apresenta o papel desempenhado pelas hipóteses nas Ciências Humanas, demarcando sua importância e sua aplicação metodológica, e estabelecê-las para a área de forma coerente com as propriedades das Ciências Humanas. Afirma, também, que as características de apresentação de hipótese podem variar com o tempo. Contudo, o trabalho científico não pode prescindir dela. A hipótese fundamental do presente trabalho é que a partir dos conjuntos de fontes primárias internas da Universidade seria possível deslindar elementos não presentes na historiografia já produzida até o momento sobre a instituição, bem como identificar contradições presentes nas fontes.

Foram identificados cinco trabalhos de pós-graduação com temas que permeiam a história da UFU, sem tê-la como objeto diretamente. São duas dissertações, uma de Geraldo Vieira Filho (1993), que versa sobre Ensino Superior em Uberlândia entre 1957 e 1978; e outra de Wander Pereira (2006, 2012), que trabalha com questões ligadas à gênese do curso de Odontologia, à qual o autor deu continuidade temática em sua tese, quando o tema passa a abarcar o processo de federalização da faculdade e a Reforma Universitária de 1968. Além delas, há a tese de Ruth de Souza Ferreira Silva (2021), que aborda a genealogia do curso superior de música. Por fim, recentemente a tese de Thaienn Paes Leme Alberto (2023) foi defendida e aborda a genealogia da UFU até sua federalização, sendo efetivamente o primeiro esforço de construção historiográfica acerca da instituição em si. No entanto, tanto a periodização (1957–1978) como a forma de trabalho com as fontes diferem o estudo de Alberto da presente pesquisa.

Ainda que sejam essas as principais referências de pesquisa *stricto sensu* em História da Educação acerca da temática, certamente não são as únicas. Investigações nas linhas de políticas, avaliação e gestão sobre a Universidade Federal de Uberlândia apresentam certo

exercício de mediação histórica. Entretanto, com o viés pertinente proposto aqui, a literatura disponível é escassa.

O resultado de busca no portal Scielo de artigos científicos, realizado pela última vez em 25 de março de 2022, usando a palavra “Uberlândia” no título como referência e situando as áreas temáticas em Ciências Humanas e Ciências Sociais, resultou em 20 artigos. Destes, oito estavam diretamente relacionados com a Universidade, mas não são pertinentes à História e à Historiografia da Educação. Chama atenção na busca com esse descritor o fato de a maioria dos artigos estar publicado em revistas da área de saúde, especialmente entre o final do século XX e a primeira década do século XXI. A escolha por fazer a busca pelo nome da cidade é justificada tanto pela maior cobertura temática como pela especificidade do objeto de pesquisa, que não é qualquer uma Universidade, e sim a UFU.

Ao iniciar um trabalho historiográfico, o pesquisador se depara com uma série de questões elementares. Algumas são pertinentes a todas as áreas, como a definição do objeto de pesquisa e do método a ser usado. Outras, como a atribuição de um recorte temporal, dizem respeito à constituição própria da história enquanto disciplina acadêmica. De qualquer modo, é um bom caminho explicitar essas decisões para um melhor andamento da pesquisa.

A história da educação é um campo de pesquisa bem definido no Brasil e tem um dos mais consolidados grupos de trabalho na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Convergem com ela inúmeras linhas de pesquisa e grupos de estudos dentro dos programas de pós-graduação em Educação. Não obstante, esse campo ainda tem diante de si inúmeros desafios. Um dos mais difíceis é explicitado por Saviani (2010, p. 10): “Efetivamente, os historiadores, de modo geral, não têm ocupado, com a desejável acuidade, das questões epistemológicas da história”. Uma boa hipótese para justificar esse problema está nas características próprias do trabalho historiográfico: o trabalho empírico da disciplina é muitas vezes feito através de artefatos estáticos, em arquivos, museus, bibliotecas. Mesmo quando há abertura para fontes não escritas, como objetos, pinturas, adornos e monumentos, estas já estão solidamente fincadas na sociedade quando viram matéria-prima do historiador. Desse modo, as fontes um pouco mais “vivas”, como entrevistas, têm como um primeiro tratamento a transcrição, a transformação da palavra falada em texto escrito. Dessa maneira, a História aparenta ser uma disciplina puramente “teórica” por natureza, dispensando maiores reflexões sobre o tema.

No entanto, o caráter teórico intrínseco na história é só aparente. Rememorar o passado, descrever o processo histórico apenas não constituem a teoria. Muito pelo contrário, essas são

as ações “de campo” ou “de laboratório” da história. A epistemologia da história deve perpassar esses elementos para que efetivamente se encontre a teoria dentro da História.

Em relação ao arcabouço teórico, é preciso delimitar em primeiro lugar que essa tese pretende estabelecer contato constante com as fontes, para que nem as fontes sejam enquadradas simplesmente por determinada teoria, nem qualquer perspectiva teórica seja retorcida para justificar o que aparece nas fontes. Não obstante, ao elaborar um projeto, já deve se apontar as perspectivas teóricas que se apresentam no horizonte. Nesse caso, espera-se manter-se junto à perspectiva da História Social. Contudo, é preciso ir muito além. A presente proposta também deve buscar diálogo com os pesquisadores e teóricos do que se denomina História do Tempo Presente, que tem como marco inicial o final da Segunda Guerra Mundial e, hipoteticamente, terminaria atualmente. É importante frisar que o marco final é hipotético, uma vez que, geralmente, cada pesquisa dentro dessa área estabelece como marco final algo dentro do passado próximo, como por exemplo o fim de um governo, o início de uma nova prática, descontinuação de um projeto, enfim, algo adequado ao objeto de pesquisa.

Para uma maior precisão em termos teóricos-metodológicos, justamente porque abraça ambas as perspectivas, esta tese se baseia na dialética. Para melhor explicar a compreensão dada ao conceito, neste trabalho há um exemplo prático de pensamento dialético retirado de um dos depoimentos publicados em *A UFU no Imaginário Social*, realizado por João, um artesão entrevistado enquanto representante da comunidade:

Não estou exigindo da cidade que ela tenha um conhecimento totalizador sobre o que é Universidade, mas que pelo menos atende as parcelas de cursos que tem dentro dela, que a compõem. Ou seja, eu estou querendo chegar no ponto em que a comunidade só conhece aquilo que lhe é de interesse imediato. A medicina, dentro da cidade de Uberlândia, é extremamente... não só na cidade de Uberlândia como em todo município... Então é isso que a sociedade teria que ver, não só voltar os olhos onde é interesse dela, mas sim no global da Universidade (Caetano; Dib, 1988, p. 410)

Na fala, se percebe que João afirma que a comunidade precisa ampliar seu olhar para além do que é comumente acessível, abrangendo também vetores por ela desconhecidos, porém passíveis de identificação, para realmente compreender a Universidade; elementos diferentes que compõem a instituição, mas que a princípio são observáveis de maneira singular. O caminho para buscar encontrar elementos diferentes, os quais geralmente integram um vetor de contradição na expressão da realidade, é a dialética. Prevendo a dificuldade de uma visão totalizadora, João indica abarcar elementos mínimos para compreensão da instituição. A Universidade perceptível à comunidade, com seus serviços, sobretudo os da área médica, não é igual à Universidade acessada por seus alunos, que difere, ainda, daquela percebida pelos

professores. É possível observar pontos em comum, no entanto, o conjunto se apresenta diferente. O trabalho de buscar o que está na superfície, na citação os serviços, sobretudo de saúde, e o que está além, pelo menos os cursos ofertados, é um exemplo de pensamento dialético aplicado, identificado em uma fala do cotidiano. O conceito recebe uma abordagem acadêmica nas palavras de Kosik (2002, p. 21):

A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo ordinário e independente. Do mesmo modo como assim não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da *práxis* social humana.

A partir do supracitado, a dialética indica que o mundo real, para ser entendido, precisa ser analisado encarando elementos objetivos e ideais, o que se observa que é juntamente com aquilo que se deduz que seja. É preciso uma ação que desloque do que é aparentemente estático e se configure dentro do movimento real da atividade humana. Os fenômenos, para o autor, se estabelecem por meio da *práxis* humana, aquilo que a humanidade faz e como a própria humanidade encara esse fazer. Dessa forma, o real nunca pode ser apreendido somente pelo que se demonstra explicitamente, pois é preciso perceber e compreender o implícito, o limite, o extrapolado, o sensível, o apartado, enfim, as diversas dimensões que estão além do que se observa de imediato. Acrescenta-se a esse entendimento as contradições expostas também através da dialética, na qual o mundo vivido e expresso pelos seres humanos está calcado nas contraposições.

Esta tese não toma a dialética unicamente como ferramenta teórico-metodológica para fundamentar o trabalho. O entendimento dado aqui é que a própria realidade é efetivamente constituída dialeticamente. Ou seja, o mundo é dialético, e não a compreensão escolhida para entendê-lo que é feita de forma dialética. O trabalho não é expor o mundo a partir dessa perspectiva; é compreender, tanto quanto possível, a realidade que existe de forma dialética.

O diálogo com o que já se tem consolidado na pesquisa sobre a história da Universidade no Brasil é um elemento constante. Como referência hodierna, temos o historiador da UFMG Prof. Dr. Rodrigo Sá Motta (2008, 2014, 2018). Não se pode também tirar da perspectiva a produção de autores clássicos, como Luiz Antônio Cunha (1983, 1986, 1988, 1989), Maria de Lourdes Fávero (1991, 2006), Marilena Chauí (2001, 2003, 2016), Germano (1993), José Luiz Sanfelice (2008, 2009, 2015), Demerval Saviani (1997, 2004, 2008, 2010, 2011, 2012, 2013).

Além de nomes como Darcy Ribeiro (1969) e Florestan Fernandes (1975), que do ponto de vista da sociologia ajudaram a fomentar a ideia de Universidade enquanto nascia a UFU.

Uma vez que a presente pesquisa pretende se debruçar na história da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), retoma-se a história desse tipo de instituição no país como ponto de partida. É importante destacar desde já as diferenças fundamentais nas Instituições de Ensino Superior de hoje. Como apontado por Kalinowski (2019), o Ministério da Educação (MEC) reconhece três diferentes tipos de instituições responsáveis pela Educação Superior: as faculdades, unidade elementar, que podem existir de forma isolada ou dentro de outro tipo de IES; os centros universitários, que podem agrupar mais de uma área de conhecimento, mas não possuem autonomia e não são obrigados a oferecer ensino, pesquisa e extensão; e as Universidades, que se articulam no tripé ensino, pesquisa e extensão e são o único tipo de IES a possuir autonomia⁴. Vale destacar que a Universidade é o tipo mais complexo de instituição, que agrega em si mais funções e pressupõe maior diversidade em seu funcionamento. Contudo, apesar de serem as Universidades as únicas IES obrigadas a oferecer ensino, pesquisa e extensão, elas não possuem a exclusividade sobre o tripé e há tanto faculdades como centros universitários que fazem a articulação dos três eixos⁵. Compreender a diferença entre os tipos de IES é fundamental na discussão da história da Universidade no Brasil, porque elas denotam a ascendência de um determinado modelo em sua formulação, ainda que tenham sido majoritariamente formadas pela simples agregação de faculdades.

Se o presente objeto fosse a Educação Superior como um todo, haveria a necessidade de se remontar ao período colonial; apontar que os jesuítas efetivamente ofereciam em terras tupiniquins a mesma educação superior que na metrópole, e que, no entanto, não tinham o mesmo reconhecimento (Cunha, 1986)⁶, situação oposta à que vivemos atualmente, na qual diferentes formas de educação superior recebem o mesmo reconhecimento.

Seria importante apontar as diversas tentativas, frustradas ou não, da elite nacional em promover ou incrementar a Educação Superior no país e as razões para não ser a Universidade a instituição escolhida. Acrescentar, ainda, que nas discussões durante a constituinte de 1823

⁴ Há uma prolífica discussão sobre os significados e limites da autonomia universitária. Caso o objeto desta tese se referisse intimamente à autonomia universitária, os pontos de partida seriam: CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001; e SGUISSARDI, Waldemar. **Universidade Brasileira do Século XXI: Desafios do Presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

⁵ A dissertação *O Clube das Cinco: as concepções de universidade das docentes da área pedagógica de cursos de licenciatura na área de ciências exatas e naturais* (Kalinowski, 2019), defendida pela autora, aborda de forma mais detalhada as diferenças entre os tipos de instituições. Ver também sobre modelos de Universidade.

⁶ Além de Luiz Antônio Cunha, Demerval Saviani em *História das ideias pedagógicas* perpassa a seu modo essa discussão quando trata da educação jesuíta.

se previa a criação de duas Universidades, uma em Olinda e outra em São Paulo (Saviani, 2013). Não poderia deixar de constar, mesmo que fosse breve, uma comparação com os países sul-americanos, muito mais precoces na construção de Universidades que os brasileiros. A primeira Universidade da região foi criada pelos conquistadores espanhóis no ano de 1555, em Lima, Peru, hoje chamada de Universidade Nacional Maior de São Marcos, deixando os vizinhos com pelo menos três séculos e meio a mais de experiência universitária que o Brasil.

Contudo, o objeto sendo uma Universidade Federal criada em 1969 e federalizada em 1978 permite colocar a baliza inicial no começo do século XX. O recuo de meio século se justifica por marcar a gênese desse tipo de instituição no país e fornecer elementos para compreensão da fundação da própria UFU.

O trabalho de pesquisa foi guiado a partir do imenso guarda-chuva da pesquisa qualitativa. De forma mais precisa, foi feita sob o escopo da análise documental, afinando-se com instrumentos como a análise de conteúdo, depositária do clássico livro *Análise de Conteúdo*, de Laurence Bardin (2011), a qual, desde a década de 1970, fornece recursos para esse tipo de trabalho. No entanto, propõe-se utilizar de uma maneira atualizada e aplicada em conformidade com as condições do tempo presente.

Os documentos históricos da SEGER são constituídos de documentos oficiais ou com algum revestimento de oficialidade. Portanto, foram encarados como expressões normativas, regulatórias, que buscam delimitar formalmente a instituição. Eles contam uma parcela da história da instituição e explicitam certa culminância de processos objetivos e subjetivos. O Decreto-Lei de criação da UnU foi resultado de uma intensa articulação política tanto dentro de Uberlândia como no governo federal, mas dentro do conjunto só está explícito o decreto-lei em si. Já os livros *A UFU no Imaginário Social* e *Primeiros Tempos* são recortes de memórias que dão indicações sobre os processos que resultaram na publicação do instrumento legal que criou a UnU. Por terem naturezas distintas, foram tratados em seções diferentes para que a execução da pesquisa se alinhasse ao tipo de fonte, muito embora o fio condutor seja o mesmo: estabelecer um trabalho historiográfico partindo das “memórias” – neste caso, os documentos da SEGER são entendidos como artefatos de memória, que a instituição resolveu preservar. Com essa perspectiva, Jacques LeGoff e os ensaios “Memória” e “Documento/Monumento”, inseridos no livro *História e Memória* (LeGoff, 1990), tornam-se uma baliza. O autor define diferentes tipos de memória e como elas foram constituídas historicamente. Também apresenta a ferramenta historiográfica na qual os documentos são encarados, em sentido amplo, como monumentos, atentando para sua intencionalidade, sua verdade parcial, passível de ser localizada inclusive em falsificações, sua multiplicidade.

O trabalho com os dois tipos de fonte usados apresentou questões próprias e compartilhadas. Na escrita, alguns termos ficaram repetitivos: Universidade é uma palavra sem sinônimo aceitável em muitos trechos da tese, ainda que o uso de pronomes ou substituições como Instituição de Ensino Superior tenha sido utilizado sempre que possível. O mesmo ocorre com Universidade de Uberlândia (UnU) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialmente na seção 3, que se dedica aos livros de memórias, para melhor fluir a leitura os termos depoente, informante, entrevistado, são tomados como sinônimos. Também é necessário demarcar que em citações, especialmente as derivadas das fontes primárias, reticências simples são próprias do texto original e as entre colchetes [...] referem-se a recortes dados pela pesquisadora. Ainda que esteja centrada nos documentos escritos, o trabalho apresenta quantidade considerável de imagens, reproduções parciais dos documentos utilizados. Buscou-se qualidade na reprodução, porém algumas possuíam problemas de leitura no original. Quando a imagem não ficou satisfatória o suficiente para a leitura, o recurso da descrição foi utilizado. Portanto, há imagens que possuem descrição e outras não.

O Acervo SEGER possui uma lógica de identificação, assim, quando citado, as referências identificam o número do documento que consta do índice, reproduzido nos anexos da tese. O livro *Primeiros Tempos* trata da memória do autor, dessa forma, a citação e a referência coincidem. Já *A UFU no Imaginário Social* tem autoras que coordenaram a pesquisa, porém é constituído por recortes de entrevistas, ou seja, quem se manifesta não são as autoras, e sim os entrevistados. No entanto, levando em conta que a seleção e a organização são das autoras, a tese preservou o nome de quem fala nas indicações antecedentes, e ao final da citação constam os nomes das autoras, ano e página.

A estrutura textual da tese está organizada por seções e estas por subitens, além desta Introdução e das Considerações Finais. Também estão contemplados elementos pré e pós-textuais, incluindo Apêndice e Anexo. São apresentadas três seções: a primeira com o título “A Trama para a Compreensão do Contexto Histórico”, que apresenta elementos gerais da pesquisa que servem de arcabouço para as demais seções. A segunda seção, chamada “Uma Trama Possível com os Fios da SEGER”, focada na análise dos documentos do acervo SEGER. A última seção intitula-se “A trama da Memória Universitária: *A UFU no Imaginário Social e Primeiros Tempos*”, que aborda a construção histórica possível através dos dois livros, que são complementares.

Em seguida, estão as Considerações Finais, que abarcam algumas conclusões possíveis diante da presente pesquisa, bem como limites e possibilidades de futuros trabalhos. As Referências, o elemento adiante, não distinguem as fontes dos demais itens. Nos apêndices,

encontram-se os quadros que subsidiaram as análises das seções 1 e 3. Os anexos trarão alguns documentos reproduzidos parcialmente nas seções, mas que são relevantes na íntegra. A seleção de tais documentos não deixa de conter algum grau de arbitrariedade, contudo anexar a totalidade dos documentos citados na íntegra representa considerável esforço, e necessita de tempo devido ao volume, que poderia até comprometer as análises. Apresentar uma imagem na tese não é um trabalho mecânico de cópia e cola, por isso, utiliza-se pelo menos um pouco de tratamentos de imagens em cada uma, para dispostas garantir a visualização.

O tecido proposto pelas fontes da pesquisa possibilitou entrever uma tese que aponta para diferentes possibilidades historiográficas, complementares, que permitiu erigir uma trama para a história da Universidade de Uberlândia. Composta de contradições, recuos, avanços, permanências e rupturas que resultam na concretude da instituição hoje.

A seguir, teremos a Seção 1, que possui elementos articuladores para a compreensão das fontes. Além disso, serve para melhor delimitação de alguns pressupostos de análise. A compreensão, por exemplo, do que se refere à “instituição escolar” e a razão da história singular de uma Universidade podem fazer parte de seu escopo que poderia ter sido expressa na Introdução foi alocada nessa seção para que estivesse diretamente ligada às análises que iniciam ali e permeiam todo o texto. Isto significa dizer, também, que a seção 1 só se completa quando amalgamada com as demais seções do livro.

SEÇÃO 1

A TRAMA PARA A COMPREENSÃO DO CONTEXTO HISTÓRICO

A Educação é um fenômeno dos mais complexos, e não é tarefa simples construir História da Educação em qualquer aspecto que se eleja para trabalhar. A seção inicia tratando de instituições escolares, para auxiliar a constituir a baliza primeira da pesquisa. Por mais que esteja centrada no trabalho direto de escuta das fontes, explorando suas possibilidades historiográficas, esse trabalho é delimitado pela ideia de instituição escolar e como nesse conceito percebe-se a possibilidade de tratar a Universidade. Traçar o panorama educacional brasileiro no século XX pode ter vários significados, uma vez que Educação tem sentido polissêmico. Aqui, elegeram-se alguns elementos norteadores.

Esta tese se pretende inserir dentro do arcabouço dos estudos entendidos como História das Instituições Escolares. Sanfelice (2009) explica que não necessariamente esse tipo de trabalho refere-se a uma instituição como um todo; muitas vezes, ele é construído de forma segmentada. Assim, a história do Curso Superior de Música (Silva, 2021) ou da federalização da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no contexto da Reforma Universitária pela perspectiva do curso de Odontologia (Pereira, 2012), está inserida dentro da História das Instituições Escolares tanto quanto o trabalho de Alberto (2023) e esta tese. Tal modulação ajuda na compreensão de que, na construção da pesquisa, os diálogos com a literatura consideram que o segmento também fala da instituição em si, contudo o olhar da pesquisa é aquele que abraça toda a instituição e, portanto, necessita da mediação da análise para estarem bem inseridos. Entretanto, mesmo estabelecendo que a parcela estudada é fração da instituição, designar uma Universidade de forma abrangente é, ainda, o trabalho com uma única IES.

A escolha por delimitar o objeto sobre a instituição em si não o aparta do contexto sócio-histórico geral no qual está inserida. Outra vez é em Sanfelice (2009, p. 198) que essa questão é estabelecida: “Se o singular depende de sua materialidade única, o universal também não é uma abstração: é uma totalidade histórica determinada pelo seu modo de produção, pelas suas relações sociais, pelas práticas políticas, culturais e educativas, dentre outras”. Ou seja, ainda que se trate de uma única Universidade em meio a muitas ou uma pequena parte do conjunto de estabelecimentos de ensino de todos os níveis, ela existe de forma a compartilhar sentidos e significados em comum. Muito além disso, a instituição singular está inserida no imenso espectro do que se denomina sociedade. Para compreendê-la, essa conexão não pode ser cindida.

Esta seção, em parte, serve como elemento conector com aspectos mais ligados às expressões sociais pertinentes à realidade na qual a UnU/UFU está inserida historicamente. Porém, as discussões não estão encerradas aqui. Elas se desdobram e ressurgem ao longo do trabalho de forma complementar.

Existe um consenso entre os autores dedicados à história da Universidade no Brasil de que no país ela teve origem tardia. Não por acaso, o livro de abertura da trilogia de referência sobre o tema, de Luiz Antônio Cunha, tem como título *Universidade Temporã* (1986): efetivamente, só a partir do início do século XX é possível observar concretamente a instauração da primeira Universidade brasileira.

Se não resta dúvidas quanto ao atraso para o estabelecimento de Universidades no Brasil, ainda hoje é passível de discussão qual deveria ser considerada a primeira. Sites institucionais de algumas Universidades divulgam a si próprias como a “primeira Universidade do Brasil”, como é o caso da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Muito embora ambas tenham sido consideradas Universidades antes de outras instituições, elas foram descontinuadas enquanto Universidade. Segundo Cunha (1986), a UFPR – devido à reforma Carlos Maximiliano – e a UFAM, que se converteu, em 1926, em três estabelecimentos distintos.

Dessa maneira, há ainda divergência em relação a qual seria a instituição a marcar o início desse tipo de estabelecimento no Brasil. Tal embate só pode ser justificado por uma perspectiva diferente que se tem de “Universidade”. O maior expoente da defesa de que seria a Universidade de São Paulo (USP) a primogênita é Simon Schwartzman (2006, p. 161):

Neste artigo, examinamos o caso da Universidade de São Paulo (USP), a principal instituição acadêmica brasileira em relação a pesquisa e programas de pós-graduação. Foi também a primeira Universidade do país, criada na década de 1930 – cerca de dez anos após suas instituições-irmãs em outros países da região. A USP não é uma Universidade nacional, mas uma instituição criada pela elite política do Estado de São Paulo, a região econômica mais rica do Brasil, numa competição clara com o governo federal, que na época pretendia estabelecer uma Universidade nacional no Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil.

O sociólogo, que tem uma produção prolífica na discussão sobre Educação Superior e Universidade, se sente justificado em afirmar o vanguardismo da elite paulistana por reconhecer na USP a primeira Universidade de pesquisa do país. Aí há dois problemas: o primeiro é que Universidade não é sinônimo de lugar que se faz pesquisa; é um modelo de Universidade que se coloca dessa forma: o alemão ou humboldtiano. Existem outros modelos, e alguns também influíram diretamente para dar significado à Universidade brasileira. Além do modelo

supracitado, há o modelo francês ou napoleônico, o anglo-saxão de matriz estadunidense e o anglo-saxão de matriz inglesa, entre outras formas de organização universitária. Dessa forma, na época em que foi criada a USP realmente estava em posição de vanguarda porque nasceu sob a égide do modelo alemão (Paula, 2002), mas estava longe de ser, efetivamente, a primeira Universidade brasileira, uma vez que à época a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) era reconhecida como tal.

O segundo problema está na afirmação de Schwartzman (2006) de que a união pretendia estabelecer na mesma época uma Universidade nacional é enviesada, uma vez que a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) já existia desde 1920, instituída por ato do governo federal. O que ocorreu em 1937 é que a URJ passou por reformas e transformações em decorrência do Estado Novo, as quais a tornaram Universidade do Brasil. Aliás, esse movimento visava se aproximar ainda mais do modelo francês do que o da Universidade de pesquisa.

Mesmo a afirmação da primazia da USP em relação à associação da Educação Superior à pesquisa pode ser questionada. Cunha (1986) afirma que foi na Escola de Engenharia da Universidade Técnica do Rio Grande do Sul – que hoje compõe a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – a primeira experiência de pesquisa aplicada ocorrida dentro de uma instituição de Educação Superior.

Contudo, se Schwartzman não encontra no presente trabalho reconhecimento do seu argumento quanto à questão da progenitura da Universidade no Brasil, é difícil discordar do autor no que tange à afirmação do espaço destacado que ocupa a Universidade desde sua fundação. É preciso explicitar que se há mais consenso de que a UFRJ seja a primeira Universidade, não é difícil achar autores que manifestem em seguida que a primeira Universidade dedicada à pesquisa é a USP. Sem dúvida, essa instituição segue entre as maiores e melhores Universidades não só no país como na América Latina até o presente.

O trabalho de Alberto (2023) apresenta um quadro detalhado dos três principais modelos de Universidade, explicitando-os com suas características e percursos históricos. Concorde-se com a autora que “nesse contexto, o século XIX traz diferentes modelos de Universidades modernas, dentre eles o modelo humboldtiano, o modelo francês e o modelo norte-americano, que influenciaram significativamente a concepção, sistematização e consolidação do ensino superior no Brasil” (Alberto, 2023, p. 38).

Kalinowski (2019) também apresenta tal quadro, não divergindo de Alberto. Dessa forma, a Universidade brasileira tardia foi constituída sob o alicerce criado na Europa durante a vigência do século anterior à sua criação. A continuidade e descontinuidade histórica das

formas como tais modelos, que influenciavam a Universidade brasileira, estavam presentes no final da década de 1960, quando a precursora da Universidade Federal de Uberlândia, a Universidade de Uberlândia, foi criada. A novidade era que naquele momento a configuração na qual a Universidade brasileira se encontrava encontrou um limite: precisou, para atender aos interesses da época, de uma reforma. Contudo, mesmo com mudanças significativas, ainda eram modelos ou orientações estrangeiras, sobretudo estadunidenses, que guiaram a Reforma Universitária em 1968, signo sob o qual nasceu a UnU.

Os aparatos legais, como a Reforma Universitária, que permeiam a instituição são elementos importantes para a análise. A natureza de parte das fontes reforça a necessidade de discussão sobre o assunto, por isso, o próximo tópico trata do tema.

1.1 Panorama legal da Educação Superior no período 1960–2000

Um elemento importante para a compreensão da história institucional da UFU, especialmente a partir da análise dos documentos históricos da Secretaria Geral da UFU (SEGER), foco da seção 2, é o arcabouço legislativo. Por essa razão, é necessário um apanhado das legislações pertinentes à Educação Superior. A síntese subsequente restringiu-se aos ordenamentos jurídicos leis, decretos-lei, decretos, não abrangendo, por exemplo, os pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE). A escolha pelos tipos de documentos apresentados foi feita, por um lado, pela adequação para subsidiar as análises, por outro, para manter uma melhor coesão no trabalho.

Ainda que a instituição tenha sido criada em 1969, é preciso ter em mente o escopo legal de sua criação, que acabou por lhe dar forma. Por essa razão, a Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, a qual fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a primeira LDB do país, torna-se a primeira legislação pertinente. A lei tem um profundo caráter descentralizador e apresenta uma novidade importante: estabelece um percentual mínimo de investimento em educação para municípios, estados e união. Essa mudança é realmente significativa, pois trata de maneira mais efetiva a questão do financiamento da Educação pública. Em relação à Educação Superior, há a seguinte definição de Universidade: “As Universidades constituem-se pela reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de Ensino Superior” (Brasil, 1961, art. 79). O enfoque é o agrupamento de distintas faculdades sob uma só administração. Em relação às legislações anteriores, há uma mudança significativa, já que o critério de abranger diferentes áreas do conhecimento dá lugar à quantidade de estabelecimentos reunidos. Contudo,

tanto elementos da necessidade de pesquisa como a autonomia universitária estão presentes. A Universidade não consta como instituição preferencial de Ensino Superior.

1.1.1 A Reforma Universitária de 1968: antecedentes legais e contexto

A partir de março de 1964, o país muda de regime político e passa a viver em uma ditadura. Sob essa égide, está estabelecida boa parte do espírito legislativo que sustenta a Educação Superior brasileira. Antes ainda da Reforma Universitária de 1968, surgiu a Lei nº 4881 de 3 de dezembro de 1965, que institui o regime jurídico de pessoal docente de nível superior, vinculado à administração federal. A lei que cria um estatuto do Magistério Superior federal tornou indissociável pesquisa e ensino (Brasil, 1965). Essa alteração indica uma mudança de sentido das Universidades, ainda que a pesquisa já estivesse anteriormente vinculada às IES. Assim, com a lei, isso perde o sentido de prática desejável e passa a ser elemento constituinte de sua organização. É justo ponderar a eficácia da lei, contudo não se pode negar que ela indica uma mudança de paradigma.

A legislação mais significativa para a Educação Superior foi a Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968, que “Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências” (Brasil, 1968, ementa). Conhecida como Reforma Universitária de 1968, articulou de forma arguta dois vetores: o autoritarismo e a face modernizadora. Constituía, em associação a outros processos e interesses, como a Comissão Meira Mattos, o relatório Atcon e os acordos “secretos” MEC-USAID. A legislação visou minar o movimento estudantil, racionalizar a utilização de recursos, desenvolver relações de ensino e pesquisa, institucionalizar ações de extensão, fortalecer a incipiente pós-graduação do país, reforçar o interesse privado – mesmo em instituições públicas –, entre outras questões.

A Reforma de 68 é um momento na legislação brasileira da Educação Superior no qual se propunha superar diversas questões relativas à Universidade nacional. A Universidade temporã (Cunha, 1986) nasceu desprovida de um projeto que modelasse a ideia, a concepção de Universidade no país. No entanto, a não adoção formal não significa que as ideias, concepções e modelos de Universidade no país não estivessem em circulação entre a elite intelectual muito antes de 1920. Ainda que não tenham tido sucesso, não é verdade que a *intelligentsia* do Império Brasileiro não tivesse um projeto de Universidade no Brasil. Teixeira (1998) indica que durante o período imperial foram encaminhadas 42 propostas de Universidade. Marques (2013, p. 555) analisa da seguinte forma a informação:

[...] na média, representa um projeto e meio por ano, no decorrer da existência do Império! O primeiro deles de autoria de José Bonifácio; o último apresentado por Rui Barbosa. Isso leva a supor que a questão da Universidade se configurava como importante para parte significativa das lideranças intelectuais e políticas do Império. Tais propostas, contudo não apresentaram a força suficiente para superar a visão predominante entre a elite brasileira sobre Universidade.

A inexistência de criação de qualquer Universidade no Brasil Império e o número de propostas para que fosse criada encaminhados no mesmo período condizem com a afirmação do autor supracitado. Ao mesmo tempo, fica claro que, apesar da inexistência desse tipo de instituição, sua ideia circulava, e não só de passar a existir como um sonho abstrato, mas por meio de projetos que indicaram como estaria erigida. Tal posição ajuda a entender como em 1929 o *Problema Universitário Brasileiro* (ABE, 1929) reúne uma série de artigos e proposições sobre a Universidade, quando só se havia criado duas que “vingaram”, acrescidas das Universidades passageiras, que Cunha (1986) contabiliza como 3. Na publicação, elaborada pela Associação Brasileira de Educação (1929), A. A. de Azevedo Sodré, por exemplo, preconiza um modelo de Universidade criado pelo Estado, que poderia ou não contar com a iniciativa privada, com total autonomia didática e disciplinar e uma administração com relativa autonomia, subvencionada pelo Estado. Alcides Bezerra avalia que “Essas Universidades que temos aqui (sic) formada pela reunião de três Escolas Superiores não é propriamente uma Universidade: - Falta-lhe muito poderia dizer, falta-lhe quase (sic) tudo para tal” (Associação Brasileira de Educação, 1929, p. 107). O inquérito ainda apresenta modelos existentes de Universidade, esclarecendo a pluralidade de definições para esse tipo de instituição.

Luiz Antônio Cunha (1983) aborda a Universidade durante o que chama de República Populista, de 1946 a 1964. Para isso, ele apresenta a expansão das Universidades do país: 21 instituições criadas entre 1955 e 1964 (cinco confessionais católicas, e as demais mantidas pelo Estado) somaram-se às 16 existentes em 1954. O autor pondera que o crescimento das Universidades servia de oposição a Escolas Isoladas, as quais continuavam sendo criadas massivamente. Cunha também apresentou as questões pertinentes à organização dessa instituição no longo processo de criação da primeira LDB do país, de 1961, que remonta as primeiras discussões a partir de 1947, com o primeiro anteprojeto de lei encaminhado no ano seguinte. Gustavo Capanema, figura central da legislação educacional do Estado Novo, agora como deputado, recomenda o arquivamento do processo. A questão não foi esquecida e os debates seguem até que, finalmente, em 1961, é aprovada a lei. Acrescenta, ainda, as discussões dentro dos corpos docente e discente sobre os problemas internos da Universidade.

A Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, em seus 6 artigos no capítulo II (Das Universidades, do IX Título, Da Educação de Grau Superior), mantém a ideia de reunião de diferentes Escolas Superiores sob uma única administração como o requisito para a criação de uma Universidade. Além disso, assegura a autonomia universitária, trata da gratuidade para quem falte recursos em instituições federais, mas não se posiciona quanto a sua organização efetiva para além da possibilidade de se organizar em fundação, autarquia ou associação.

Essa aparente digressão temporal para os primórdios da circulação de ideias sobre Universidades brasileiras se justifica para situar a importância e o papel da Reforma de 1968. Certamente, é uma lei consubstanciada com o governo ditatorial que a criou, como também uma lei que se propunha a solucionar questões presentes – mas debatidas há muito –, sem grandes avanços ou soluções, que levaram a pressão sobre a Universidade a um limite para o qual não se podia virar as costas.

Sanfelice (2008), ao analisar as relações entre intelectuais e o regime militar, traz à tona os debates decorridos dentro do V Fórum de Reitores, realizado em outubro de 1964, quando a ditadura estava recém-instalada. Destacando as falas do ministro da educação, Suplicy de Lacerda: “Contudo, o ministro não desejava reformar a Universidade porque, segundo ele, a Universidade ainda não estava formada” (p. 362). Sanfelice (2008) aponta, portanto, para a ideia de que a Reforma Universitária, num primeiro momento, não estava nos interesses da ditadura.

As ações do golpe de 1964, que trataram de estabelecer o poder político na capital federal, utilizaram como instrumento para tal a invasão da Universidade de Brasília (UnB), em 9 de abril de 1964, a qual estava em processo de instalação. O ato de invadir universidades foi usado outras vezes pela ditadura. Almeida e Weiss (1998), em “Do carro zero ao pau de arara”, elaboram a discussão de como era a vida cotidiana dos opositores ao regime militar. O texto primoroso, que se tornou clássico para a historiografia do período, conta que, em meio ao caos de bombas e tropas invadindo universidade, alunos e professores tentavam revestir-se da ação pertinente à “aula”, porque supostamente assim estariam protegidos. Os autores afirmam também que durante o regime de exceção por muito tempo o mote estudantil era se reunir para “tentar fazer alguma coisa contra a ditadura” (Almeida; Weiss, 1998, p. 362). Ainda em 1964, a Lei Suplicy de Lacerda, ou Lei nº 4464 de 9 de novembro de 1964, que “Dispõe sobre Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências” (Brasil, 1964, ementa), deslegitima União Nacional dos Estudantes – a qual, no entanto, permanece atuando na clandestinidade –, mas não extingue a representação estudantil. De certa forma, a torna compulsória, sob a regulação do regime ditatorial.

Motta (2014) explica que a relação entre a ditadura e o movimento estudantil foi sempre sob dois vetores opostos: um que buscou expurgar os comunistas, opositores ao governo, e outro que visou cooptar os estudantes moderados. Esse movimento se dava tanto para conter os estudantes de esquerda do meio estudantil como para manter os estudantes próximos ao regime.

Não havia homogeneidade na comunidade universitária, nem na esquerda, tampouco na direita. Além disso, interesses pessoais permeiam esse meio. Portanto, o duplo movimento da ditadura civil-militar nada tem de estranho, porque as forças internas de resistência, cooperação e acomodação tanto atuaram de forma espontânea como foram convencidas de exercer seu papel. Nesse sentido, a ação aparentemente ambígua de perseguição/integração em relação aos estudantes é pertinente. A razão para manter pelo menos uma parcela dos estudantes atuando de forma semi-independente pode ser atribuída ao acúmulo de discussões, reivindicações e questionamentos sobre a Universidade e a Educação Superior no país.

Se logo após o golpe reformar a Universidade não era interesse, a situação foi paulatinamente mudando. O golpe por si só não foi capaz de frear os anseios da comunidade universitária, até porque, em certos pontos das reivindicações, elementos de esquerda, moderados e mesmo os de alguns setores da direita confluíam.

Saviani (2010, p. 8) pondera:

O advento do golpe militar de 1964, por um lado, procurou cercear as manifestações transformadoras mas, por outro, provocou no movimento estudantil o aguçamento dos mecanismos de pressão pela reforma universitária. O movimento pela reforma ganhou as ruas impulsionado pela bandeira 'mais verbas e mais vagas' e culminou com a ocupação, em 1968, das principais Universidades pelos estudantes que instalaram comissões paritárias e cursos-piloto, ficando no controle das escolas durante o mês de julho e todo o segundo semestre. Nesse contexto resultou necessário efetuar o ajuste do sistema de ensino à nova situação decorrente do golpe militar.

Outros autores como Motta (2014) e Sanfelice (2015) coadunam com a posição de Saviani, destacando o papel do movimento estudantil para a transformação da Universidade. Existe aí um elemento protagonista no desencadeamento da Reforma de 1968. Contudo, de forma alguma, esteve solitário. A reforma era também discutida entre intelectuais e professores, e organismos internacionais incitavam mudanças ao mesmo tempo em que tais proposições eram solicitadas pelo país. Havia, ainda, a necessidade de aumento na mão de obra especializada e o interesse da ditadura de manter as camadas médias que apoiaram o golpe pelo menos parcialmente satisfeitas.

As relações entre a Educação Nacional e os organismos internacionais não pode ser pensada no sentido de uma imposição estrangeira ao país. O sentido, não só no processo de

gestação da Reforma Universitária, é oposto. O Brasil buscou referências internacionais na Educação para se constituir. Na questão universitária, a USP foi criada na década de 1930 com a contratação de muitos professores de origem francesa. Nesse sentido, evidenciam-se dois instrumentos de diálogo internacional em que a intervenção estadunidense foi solicitada, seja diretamente com construção de programas, projetos e financiamento, seja com documentos que preconizaram ações sem necessariamente haver contrapartida.

O Relatório Atcon foi um documento que permeou a formulação da Reforma de 68. Segundo Fávero (1991), ainda que o consultor Rudolph Atcon, grego naturalizado norte-americano, tenha visitado Universidades brasileiras durante seu trabalho no Brasil, ocorrido entre julho e setembro de 1965, a convite do MEC, suas proposições estavam alicerçadas muito mais em uma visão geral sobre a Universidade latino-americana do que nos estudos da realidade da Educação Superior no país. Uma síntese do sentido do relatório pode ser desprendida da seguinte afirmação:

Partindo do pressuposto de que a educação superior é fator primordial de desenvolvimento econômico e de integração nacional, Atcon sugere a implantação de uma nova estrutura administrativa universitária baseada no modelo empresarial, cujas principais finalidades deveriam ser o rendimento e a eficiência. A Universidade para ser eficiente e modernizada de acordo com o modelo da empresa privada, capitalista moderna, cujos controles são internos e cuja estrutura difere em muito da empresa pública (Fávero, 1991, p. 25).

O indicativo de Atcon era “modernizar” a Universidade brasileira através da radicalização do modelo empresarial capitalista em sua estrutura. Isso seria feito, inclusive, trasladando a divisão entre os que dirigem e os que executam a Universidade, como nas empresas onde há os que administram e os que efetuam as atividades devidamente organizadas pela administração. Inclui também a racionalização de recursos no sentido de fazer o máximo com o mínimo. A ideia de organização da Universidade em administração superior, centros e departamentos está presente em seu relatório. Fávero (1991) aponta que, além da atuação junto ao MEC, Atcon participou da organização administrativa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio) e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o que reforça o argumento que orientação estadunidense não era uma imposição, e sim um convite.

Cunha (1988) pondera que nenhuma Universidade nacional, mesmo aquelas em que houve a consultoria de forma direta, implantou totalmente o programa para Universidade. O autor também pontuou que parte do relatório Atcon tratou do que já era consenso, senso comum, na discussão sobre as mudanças necessárias à Universidade brasileira. Um exemplo bastante expressivo era a questão dos professores das Universidades, sobretudo as federais, que eram na

sua maioria contratados com uma baixa carga horária e salário pequeno. A ideia presente no relatório de ser necessária pelo menos uma parcela de profissionais somente dedicados à Universidade coadunava com o que já se dizia no país.

Atcon forneceu instrumentos de um programa para a Universidade brasileira, incluindo indicações consensuais, mas não tinha poder de negociá-los via vetor primordial dentro do sistema capitalista: o financiamento. De forma diferente, ocorreram os acordos MEC/USAID. Neles, mais que cooperação técnica, foram negociados valores que financiaram a implementação dos acordos. Frisa-se que tais acordos jamais ficaram restritos à Educação Superior; eles abrangiam também a Educação Básica. Tão pouco as relações entre USAID e Brasil tiveram início com os acordos junto ao MEC. Várias instituições firmavam acordos de cooperação com a entidade estadunidense. Motta (2014)⁷, ao analisar os documentos produzidos pelos estadunidenses, evidencia que a relação com a Universidade Federal de Viçosa era vista como de maior sucesso no país.

Cunha (1988) aponta que o Relatório Atcon e os acordos MEC/USAID ocorreram de forma concomitante em 1965. No entanto, a ligação entre o USAID e o governo já estava estabelecida desde 1961, cujas ações ocorriam no âmbito das Universidades. As motivações para as ações do USAID na América Latina, segundo Cunha, eram no sentido do conflito Leste-Oeste, ou seja, os EUA queriam marcar a porção sul do continente como sua área de influência para afastá-la de qualquer aproximação com países de orientação socialista. Indica que na Educação Superior destacou-se a participação de acordos e convênios destinados à pós-graduação.

No entanto, o autor supracitado aponta que foram celebrados convênios que trataram da Educação Superior como um todo:

De um modo ou de outro, em junho de 1965 foi firmado um convênio entre MEC (através da Diretoria de Ensino Superior) e a USAID, visando a constituição de uma Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES), importando na doação, por aquela agência, de quase 500 mil dólares, num período de dois anos, e de recursos do governo brasileiro não expressos em termos monetários (Cunha, 1988, p. 175).

A agência estadunidense chegava de forma institucional, com o governo nacional, com seus técnicos e assessores e com dinheiro para financiar o trabalho. Ainda que não especificado no acordo, o governo se comprometeu em uma contrapartida financeira e em fornecer pessoal

⁷ O livro *As Universidades e o Regime Militar*, de Rodrigo Patto Sá Motta, que muitas vezes é usado como referência nesta tese, apresenta uma visão bastante detalhada e com uma fonte original sobre as ações do USAID no país. O autor teve acesso em território estadunidense aos documentos norte-americanos relativos a essa atuação, incluindo relatórios políticos sobre a participação dos EUA no golpe de 1964.

para compor a Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES) também. Contudo, houve dificuldades para que o governo cumprisse sua parte.

Motta (2014) aponta que, ainda que já tivessem experiência no Brasil e na América Latina, os acordos MEC-USAID foram os primeiros da agência estadunidense celebrados com um governo nacional. A USAID tinha como modelo padrão convênios e acordos com instituições específicas ou governos locais. A aposta na mudança no caso brasileiro se deu tanto pelo apoio dado pelos EUA ao golpe no Brasil como pela política externa de cooptação para sua esfera de influências de países em desenvolvimento ocidentais – na nomenclatura da época, os de “terceiro mundo”. Quando foram celebrados em 1965, o Brasil estava alinhado com tais intenções. Entretanto, a aproximação entre ditadura civil-militar e EUA, pelo menos no plano aberto, foi mudando de rumo, em um processo não de ruptura imediata, mas de descontinuidade. Assim, enquanto o interesse dos EUA era de que os acordos fossem não só publicizados, mas também comemorados pela imprensa brasileira – com o “incentivo” da ditadura –, o governo via a necessidade de se desvincular de uma imagem de tutela em relação aos EUA do governo da época.

Os acordos MEC-USAID acabaram por abalar a opinião pública, desgastando ainda mais a ditadura no que se refere à Educação Superior. Os acordos firmados em 1965 não foram levados a cabo. Quando a EPES foi relançada, diferentemente da proposta anterior, apenas educadores brasileiros comporiam a equipe (Cunha, 1988).

Para compreender o papel dos assessores internacionais na Reforma Universitária, é necessário balancear os interesses norte-americanos nos países sul-americanos com os interesses da própria comunidade acadêmica na adoção de elementos da Universidade estadunidense. É importante destacar que Anísio Teixeira, reitor da Universidade do Distrito Federal (depois incorporada à Universidade do Brasil, hoje UFRJ), Reitor da UnB, no momento da invasão das tropas da polícia militar de Minas Gerais à instituição, tinha uma formação liberal e de muito contato com o pensamento estadunidense. Só com o duplo movimento, isto é, o interesse externo em intervir e o interno de aceitar o modelo universitário dos EUA como eficiente e modernizado, é que se consegue dimensionar adequadamente o papel exercido pelos agentes internacionais.

Além dos vetores internacionais, internamente, a Reforma Universitária foi fomentada em cores nacionais. Destaca-se o papel da Comissão Meira Mattos e do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU). Ainda que estruturados de forma diferente, ambos apresentaram propostas para a Reforma Universitária que convergiam em alguns pontos e divergiam em outros. Como explica Fávero (1991, p. 35–36),

Preocupado com os protestos e a ‘subversão’ no meio universitário, o presidente Costa e Silva instituiu, pelo Decreto nº 62.024 de 29 de setembro de 1967, uma comissão especial com a finalidade de propor medidas relacionadas com os problemas estudantis. Essa comissão era presidida pelo coronel Meira Mattos, do corpo permanente da Escola Superior de Guerra, promovido a general de brigada em 25 de abril de 1968. Dela faziam parte, os profs. Hédio de Souza Gomes, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Jorge Boaventura de Souza e Silva, diretor da divisão de Educação Extra-escolar do Ministério da Educação e Cultura e o sr. Affonso Carlos Agapito de Vasconcelos, da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional.

Maria de Lourdes Fávero acrescenta em nota de rodapé o papel desempenhado por Meira Mattos, que comandou as tropas que fecharam o congresso em 1968 e realizou outras tarefas difíceis durante a ditadura. Era um nome forte para estruturar uma proposta de reforma universitária que desse conta tanto de ampliar o desenvolvimento nacional, com a maior qualificação de mão de obra, como de disciplinar a Universidade e os discentes e docentes.

Rothen (2008) explica que o Relatório Meira Mattos dedicou bastante tempo e espaço a questões pontuais de Universidades. O papel da comissão foi relativamente autônomo em relação ao Governo e apontou uma proposta mais alinhada com a chamada linha dura da ditadura. A autonomia universitária e a liberdade de cátedra eram questionadas no documento. O papel exercido pelo Conselho Federal de Educação (CFE) é questionado no relatório, e os maiores problemas da Universidade são atribuídos a ele. O GTRU foi composto de maneira distinta: o presidente era o próprio ministro da Educação e Cultura e contava com representantes do Ministério do Planejamento, além de representantes do CFE. O relatório do GTRU diferenciava-se fortemente do realizado pela Comissão Meira Mattos na questão da autonomia, muito embora aplicasse uma visão própria para o conceito, pois entendia que esta fazia parte da estrutura da Universidade. Nesse relatório, o CFE é visto de maneira diferente: como um instrumento agregador, capaz de gerir os eventuais ajustes durante a implementação da Reforma. Havia, no entanto, pontos de consenso nos relatórios, como a questão do fim do sistema de cátedras, a necessidade de expansão das Universidades e a criação de um ciclo básico inicial. As duas propostas apresentavam um modelo duplo de Universidade, no qual haveria Universidades de formação profissional e de excelência, tal proposta voltaria à cena nos anos de 1990. Rothen ainda destaca o papel exercido pelo CFE, via participação de seus membros, tanto na Reforma Universitária de 1968 como na Lei nº 5692 de 1971, a qual reformou a LDB.

A figura de proa do CFE que agiu na construção desses instrumentos normativos foi Valnir Chagas. Cearense de Morada Nova, formado em Direito e Pedagogia, esteve presente no GTRU com importante atuação, e escreveu o anteprojeto da Lei nº 5692, de 1971. Sua

atuação enquanto intelectual, partícipe da política educacional, estava assentada em conformidade com o pensamento político que sustentou o governo da ditadura civil-militar. No entanto, Chagas se considerava “discípulo e, de certo modo, continuador de Anísio Teixeira” (Saviani, 2013, p. 365). Ainda que o Teixeira fosse um nome da pedagogia liberal, é muito difícil enxergar uma continuidade ou mesmo aproximação entre o pensamento dos dois. Como explica Saviani (2013, p. 379),

Em suma, independentemente de ter sido intencional ou não, parece-me que Valnir Chagas cumpriu sob medida o papel ideológico educacional do regime militar. Pelas tarefas que desempenhou; por ser membro do CFE encarregado de traduzir, em termos normativos, as expectativas e desígnios dos governantes; por ser homem de confiança do ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho; pelo afinho com que fundamentou e justificou as medidas relativas à política educacional implementada pelo regime militar, Valnir exerceu em plenitude a função intelectual de expressar em termos universais, numa linguagem asséptica, objetiva e neutra, a visão, para fins pedagógico, do grupo que ascendeu ao poder com o golpe militar de 1964.

A descrição dada por Saviani localiza perfeitamente Valnir Chagas no cenário nacional em relação à Educação. Sua função foi a de mediador entre os princípios políticos do governo ditatorial e a Educação Nacional e sua atuação ajudou a viabilizar o princípio educativo da ditadura, a educação tecnicista.

Os principais elementos desencadeadores da Lei nº 5540 de 1968 precisam ser considerados pelas suas particularidades e pelo conjunto de forças da reforma na Educação Superior no geral e na Universidade em particular. A questão está em qual reforma foi feita, uma vez que os vetores tinham interesses diferentes. Nesse sentido, o Florestan Fernandes (1975) tem um posicionamento claro sobre a Reforma de 1968: é a reforma consentida. Seu balanço de forma lúcida apresenta os avanços e os limites. A Reforma de 1968 não era aquela discutida entre professores e alunos antes do golpe de 1964. A Reforma de 1968 não deixou de contemplar muitas reivindicações estudantis e de professores.

Ao cabo, a lei modificou profundamente a Universidade. Em certo sentido, algumas mudanças eram esperadas, como a criação de uma carreira docente que espreitava o magistério superior como ação profissional primária, com a ideia de dedicação exclusiva. O fim do sistema de cátedra possuía consenso também entre discentes e docentes. Ademais, a perspectiva de melhora no financiamento das Universidades federais e a explicitação da pesquisa como função universitária ligada ao ensino também eram anseios coletivos. Mesmo a implantação do departamento, de clara influência americana, não enfrentava resistência.

Por outro lado, a transformação em concurso vestibular, ainda que único para cada instituição, do exame vestibular era mecanismo de controle da demanda por vagas o suficiente

para atender aqueles que passavam no exame, mas não conseguiam vaga. Mas esse problema era em certa medida solucionado com o aumento de vagas, que o governo também buscava fazer.

A participação estudantil foi institucionalizada, mas não de forma livre; sempre disciplinada e com expressão controlada. Representantes estudantis eram bem-vindos nos órgãos de administração superiores, mas não qualquer estudante, nem em qualquer proporção. O mecanismo era de cooptação para nomes moderados, que pudessem fazer “justas” reivindicações, mas sem “contaminação” de subversivos.

Além do exposto na letra fria da lei, a Reforma de 1968 se materializou no cotidiano da Educação Superior no país. Ainda que apontasse para a Universidade como instituição preferencial para a Educação Superior, foi o modelo de Escolas Isoladas que prevaleceu. O crescimento prometido – e cumprido – pela ditadura para esse segmento da Educação se deu sobretudo em IES e por via privada. Ao mesmo tempo, o governo militar não deixava de investir na criação e na federalização de Universidades no maior ritmo de todo o século XX. Porém, tal investimento não acompanhava ao do setor privado.

Assinala-se que essa legislação é um vetor de entendimento importante tanto para a Educação Superior quanto para a história da UFU. Por isso, questões pertinentes a ela permearão todo o texto, fornecendo complementos necessários ao que aqui está exposto.

1.1.2 A legislação educacional após a Reforma Universitária

Outro marco legal de extrema importância é a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que “Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências” (Brasil, 1971, ementa). Essa é uma legislação que causa alguma controvérsia entre pesquisadores, porque alguns afirmam que não é exatamente uma nova LDB e que, apesar de reformar a Lei 4024/1961, não a revogou ou a substituiu completamente. Em 1961, a LDB tratou da Educação (Brasil, 1961), e em 1971, apenas do Ensino de 1º e 2º graus. É, portanto, uma reforma bastante significativa, mas ainda assim uma reforma. Ainda que não estivesse em seu escopo o Ensino Superior, implementou um elemento importante para o ingresso: o acesso ao Ensino Superior seria direito de todos os estudantes que terminassem o segundo grau, independentemente da formação profissional que tenha recebido ou não. Esse direito também era condicionado à aprovação em um concurso vestibular. A Lei nº 5540/1971 resolveu a questão dos “excedentes”, estudantes aprovados dentro do número de oferta de matrícula. Desse modo, a legislação voltada para a educação profissionalizante no segundo grau ia de encontro com o caráter

generalista do vestibular. A excepcionalidade da formação geral inscrita na lei perde espaço para a preparação para o vestibular, sobretudo na educação das elites. Essa mudança na forma de acesso foi uma complementação muito útil ao governo ditatorial na Reforma de 1968, limitada tanto para os anseios sociais da comunidade acadêmica como para as diretrizes do governo, que não resolveu a seu contento a questão dos “excedentes”.

Em 4 de janeiro de 1974, o governo publica o Decreto nº 73.411, que instituiu o Conselho de Pós-Graduação (Brasil, 1974). Com a presidência do ministro da Educação e a participação do ministro do Planejamento e Coordenação Geral como vice-presidente, propunha como conselho representantes de diversas áreas do governo, de outros conselhos ligados à Educação e Pesquisa e representantes de reitores. O decreto faz parte da criação/consolidação da pós-graduação e, conseqüentemente, da pesquisa fomentada por ela no país. O Decreto nº 86.791/1981, por sua vez, extinguiu o conselho e passou as atribuições dele à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Brasil, 1981).

A Lei nº 6420 de 3 de junho de 1977 alterou alguns dispositivos da Reforma Universitária de 1968: estabeleceu um colégio eleitoral especial, formado pelo Conselho Universitário e demais conselhos superiores para indicar, de forma separadas, os nomes das listas sêxtuplas de reitor e vice-reitor para nomeação por escolha do chefe do executivo de Universidades mantidas pela União. Outros tipos de IES mantidos pela União teriam seu dirigente escolhido diretamente pelo presidente. Estipulou ainda que o cargo de reitor teria mandato de dois anos. As Universidades não mantidas pela União (particulares e públicas estaduais) seguiram seus próprios estatutos.

O funcionamento das Universidades Federais é geralmente mantido por uma fundação universitária. A Lei nº 6733 de 4 de dezembro de 1979 definiu que o presidente da república teria o direito de designar os presidentes de todas as fundações vinculadas à União, incluindo as fundações universitárias. No entanto, havia o entendimento legal de que essa determinação não traria prejuízo à autonomia administrativo-financeira das Universidades.

Em 19 de dezembro de 1983, publicou-se a Lei nº 7177, que reafirma o disposto na Lei nº 6733/1979 e define suas aplicações na nomeação de reitores. Os presidentes das fundações universitárias deveriam, no prazo entre 6 e 8 meses, encaminhar, para escolha por parte do presidente, uma lista sêxtupla de nomes para nomeação como reitor.

Outro marco excepcional na legislação da segunda metade do século XX foi sem dúvida a Constituição de 1988, promulgada em 5 de outubro. Poderia ser reconhecida com muito mais propriedade como o marco do retorno democrático do país, uma vez que a eleição de Tancredo Neves, que acabou resultando na assunção ao poder por José Sarney, foi realizada pelo colégio

eleitoral, de forma indireta e sob a égide da ditadura. No que tange à Educação Superior, a Carta Magna tratou o acesso ao Ensino Superior como direito a ser exercido de acordo com a capacidade de cada sujeito. Em relação às Universidades, assegurou a autonomia universitária e balizou aquele que é o tripé da definição desse tipo de instituição: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A Constituição de 1988 não criou a extensão que está presente nas Universidades há bastante tempo; o que determinou foi que seria parte fundamental e inalienável da definição de Universidade. Assegurou, ainda, o pluralismo de ideias, liberdade para aprender, ensinar, pesquisar, divulgar (Brasil, 1988).

A Lei nº 9192 de 21 de dezembro de 1995 alterou a norma para designação de reitor e vice-reitor pelo presidente; a partir dela, eles passam a ser indicados por uma lista tríplice. E os diretores e vice-diretores de unidades, pelo reitor. Em caso de consulta à comunidade acadêmica, estabeleceu que os docentes deveriam ter o equivalente a 70% do total de votos. Ademais, atribuiu ao ministro da Educação e do Desporto o poder de: autorizar e recredenciar IES periodicamente; reconhecer cursos e habilitações; aprovar estatutos no caso de Universidades e regimentos das demais IES. Ainda que apresente a consulta à comunidade como forma de escolha, essa não foi designada como obrigatória. O peso dado ao voto dos professores, 70%, foi alvo de críticas, tanto por parte de servidores não docentes da Universidade quanto do corpo estudantil.

A nomeação de reitores segue sendo prerrogativa do presidente, ainda que hoje seja mais enxuta, com três nomes e precedida de consulta à comunidade acadêmica. No período iniciado em 2003 e que se estendeu até 2016, a lista foi respeitada e a nomeação foi a do nome mais votado pela comunidade. Sem alteração dos preceitos legais, os presidentes posteriores passaram a não necessariamente seguir a ordem da lista. Nota-se a importância das alterações dos marcos legais para tornar o “usual” em necessário, obrigatório independentemente do governo, forçando o respeito às decisões da comunidade universitária, que seria consonante à autonomia universitária.

Após 35 anos da primeira LDB do Brasil, em 20 de dezembro de 1996, entrou em vigor a LDB nº 9394 (Brasil, 1996). Ainda que tenha sido substancialmente alterada, é a legislação vigente no país. Mesmo que este trabalho priorize a redação original, assinalam-se as muitas alterações que essa legislação sofreu durante o tempo. A título de exemplo, na época, a educação obrigatória iniciava aos sete anos; hoje, aos quatro. O ensino fundamental durava oito anos; agora, nove. A construção da lei teve algumas particularidades, como ter regulamentações sendo aprovadas mesmo antes de sua aprovação (Saviani, 2004). No entanto, para esta pesquisa, o central é o que a lei propunha em 1996. Essa seção se dedicará prioritariamente aos aspectos

mais gerais da legislação, especialmente os relativos ao desenvolvimento dos projetos que culminaram na lei.

O processo de criação da LDB foi marcado por intensas disputas políticas. Aponta-se para a trajetória de projetos, ou anteprojetos, em disputa, que começam a se articular já a partir da preparação da constituinte de 1988. Em dezembro desse ano, o deputado Octávio Elíseo apresentou à Câmara dos Deputados uma primeira proposta de LDB. Em março de 1989, a Câmara instaura um grupo de trabalho da LDB, sob a coordenação do deputado Florestan Fernandes (PT-SP) e a relatoria do deputado Jorge Hage, na ocasião filiado ao PSDB baiano (Saviani, 1997).

O grupo de trabalho funcionou de uma maneira peculiar, seja porque o projeto de LDB não surgiu de uma proposta do executivo, seja devido à participação de grupos da sociedade civil. A razão da utilização de mecanismos extremamente democráticos não é clara, mas pode ser pelos resquícios da mobilização constituinte e pelo sentimento de que a democracia tão jovem deveria ser vivida plenamente.

Como aponta Demerval Saviani (1997, p. 57):

De início importa considerar que diferentemente da tradição brasileira em que as reformas educacionais resultam de projetos invariavelmente de iniciativa do Poder Executivo, nesse caso a iniciativa se deu no âmbito do Legislativo e através de um projeto gestado no interior da comunidade educacional. Esta manteve-se mobilizada principalmente através do Fórum em Defesa da Escola Pública na LDB que reunia aproximadamente 30 entidades de âmbito nacional [...].

O substitutivo Jorge Hage foi construído através de intensa mobilização. Várias audiências públicas foram realizadas, e o deputado percorreu o país participando de atividades que gestaram a construção do documento. É preciso lembrar que a intensa participação popular foi âncora para uma proposta que previa, por exemplo, limitação do dinheiro público empenhado na iniciativa privada – mas, por outro lado, foi alvo de concessões para ser aprovada.

Essa conciliação ocorreu sobretudo com a passagem da proposta na Câmara em 28 de junho de 1990, quando foi aprovada por unanimidade e se transformou em substitutivo. A partir desse momento, o trâmite interno na Casa Legislativa levaria mais três anos, suportando estratégias de obstrução parlamentar e sendo alvo de muitas emendas e destaques. Somente em maio de 1993 o projeto passou da Câmara para o Senado, cuja relatoria ficou a cargo do senador Cid Sabóia (PMDB – CE).

É preciso levantar que até esse ponto o projeto foi tramitado por duas legislaturas: 1987–1991 e 1991–1995. Quando a Câmara o aprovou, em 1993, o deputado Jorge Hage já não tinha mandato. A tramitação no Senado, na segunda metade dessa legislatura, sofreu com ações políticas. Vale lembrar que, ainda durante a tramitação na Câmara, o senador Darcy Ribeiro já havia tentado inserir sua proposta de LDB. No entanto, nessa legislatura, no final de 1994, o relatório, bem como o substitutivo de Cid Sabóia, é aprovado. Contudo, em 1995, com a nova legislatura e a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o cenário político favoreceu o substitutivo proposto por Darcy Ribeiro.

O documento foi escrito em estreita relação com o MEC, chefiado por Paulo Renato de Souza, dentro de um governo francamente neoliberal. A proposta, portanto, alinhava-se com o receituário de tal política. Ela foi elogiada, por exemplo, por seu caráter enxuto e não pormenorizado, atendendo aos interesses privados: “A se depreender da manifestação de João Carlos Di Genio, proprietário da Rede de Cursos e Colégios ‘Objetivo’ e da ‘Universidade Paulista’ (UNIP) o texto aprovado no Senado correspondeu inteiramente as expectativas dos empresários do ensino” (Saviani, 1997, p. 161).

A disputa entre o ensino público e o privado nas legislações sobre a educação brasileira não deixou de se manifestar na LDB nº 9394/1996, mas seus atores sofreram variação. Não é possível dizer que escolas confessionais deixaram de ter força, porém, além de a Igreja Católica ter cedido espaço a outras confissões, ela estava dividida com escolas leigas, com as últimas suplantando seu antigo papel de destaque.

Nota-se que ao se discutir a LDB vigente no país não é possível deixar de lado o papel de destaque de Darcy Ribeiro. Nessa questão, o senador se contrapôs ao projeto oriundo da Câmara e fruto de intenso debate com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Não se pode negar que, ao chegar ao Senado e lá se tornar o substitutivo Cid Sabóia, os interesses do fórum passaram por intensa negociação. Sobre isso, Iria Brzezinski (2010, p. 191) afirma: “Como as próprias palavras indicam – conciliação e consenso –, implicam perdas para ambos os lados envolvidos na negociação. No entanto ponderava o deputado Florestan Fernandes que as questões polêmicas eram negociadas em diálogos acirrados e abertos.”

Essa construção esvai-se quando, ainda conforme explica Brzezinski (2010), uma manobra regimental torna vitorioso o substitutivo Darcy Ribeiro no Senado, que contava com total apoio do MEC. A autora ainda assim sustenta que, por mais que a artimanha tenha tido sucesso e os interesses privados tenham recebido a devida proteção, o documento final ainda possuía reflexos das discussões iniciadas em 1988.

De toda sorte, essa oposição de projetos coloca Darcy Ribeiro como a figura de proa, o qual enterrou uma proposta discutida com a comunidade educacional e outros atores, afinal, na “conciliação e consenso”, houve interferência dos interesses privados e do Executivo Federal. Não é possível separar a atuação do deputado e a lei, que deveria ser conhecida pelo seu nome. Contudo, para não se cometer o risco de ficar muito na superfície da verdade histórica em relação ao senador, é necessário apontar que esse papel de agente negociador das políticas do MEC em um governo neoliberal não foi o único. Talvez na época isso não fosse tão claro, uma vez que FHC, que trabalhou com Florestan Fernandes e Roger Bastide na USP, tinha tido posições mais progressistas anteriormente na sua carreira acadêmica, mas ainda assim fora eleito pelo PSDB. Desse modo, um político experimentado como Ribeiro não poderia esperar mais do que a social-democracia.

Darcy Ribeiro atuou como indigenista, trabalhando na construção de políticas públicas em benefício dos povos originários. Ele era o ministro-chefe da Casa Civil quando houve o golpe de 1964 e foi refratário ao exílio de João Goulart, pois preferia que a atitude fosse lutar pela democracia. Quando vice-governador de Leonel Brizola no governo fluminense (1983-1987), criou escolas integrais, que ficaram nacionalmente conhecidas. Tendo em vista a temática da presente tese, não é possível deixar de assinalar seu papel intelectual e político em relação à Universidade e à Educação Superior, já que trabalhou como consultor na América Latina, escrevendo livros e idealizando a UnB, o alvo maior da ditadura, concomitantemente com ter sido exemplo para a Reforma de 1968, principalmente no que tange à modernização. Por esse percurso, ficam claras as contradições de Darcy Ribeiro, e uma análise de só um de seus papéis não é capaz de ser justa com sua história. Desse modo, não é possível aqui fornecer uma análise biográfica mais profunda, porque estaria totalmente fora do escopo da pesquisa, contudo uma observação não poderia deixar de ser feita.

Em relação à Educação Superior, a LDB nº 9394/1996 extinguiu os chamados cursos de licenciatura curta; definiu os cursos e programas da Educação Superior como sendo: a) sequenciais, b) graduação, c) pós-graduação, d) extensão; e definiu a autonomia universitária, principalmente no sentido “didático-científica”. Em Universidades, garantiu que, pelo menos, um terço do corpo docente tivesse titulação de mestre ou doutor, e a mesma proporção deveria ser guardada para docentes em regime de dedicação exclusiva.

A LDB dedica o capítulo IV “Da Educação Superior” do Título V “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino” para tratar do tema. São quatorze artigos que regulam a modalidade, seguindo a lógica de toda a lei que baseia sua construção através de poucos artigos.

Ainda que nominalmente trate de “Educação Superior”, Demerval Saviani questiona a validade de sua utilização:

Quanto à Educação Superior, observa-se de início que, apesar da denominação, o objeto desse Capítulo IV, senão exclusivamente, é predominantemente o Ensino Superior. A própria pesquisa embora figure entre as finalidades (e, mesmo aí, apenas como título de incentivo), não recebe um tratamento que a incorpore como uma atividade regular, sistemática e continuada, dotada de mecanismos e institucionalizados. Entende-se, assim, a ausência da dimensão relativa à cultura superior como distinta do ensino superior na conceituação de educação superior [...] (Saviani, 1997, p. 216).

As palavras do autor supracitado permitem dimensionar o papel ocupado pela Universidade enquanto instituição na LDB. Se a Constituição de 1988, e a interpretação dada a ela pelo governo FHC, dá somente às Universidades a obrigatoriedade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o papel dado à pesquisa indica parcialmente o papel universitário. A extensão também é citada em um artigo apenas.

Não obstante, para a formação de uma Educação Superior de fato – e mesmo a discussão se instituições menos complexas que as Universidade são capazes de tal tarefa –, há três artigos definindo e regulando a Universidade: 52º, 53º e 54º. Algumas questões importantes estão presentes, como a necessidade de um terço de professores mestres e doutores e da mesma proporção de professores em dedicação exclusiva. Isso afirma a autonomia universitária e contorna suas balizas.

A LDB trouxe uma novidade nas possibilidades de organização da Universidade. Isaura Belloni explica:

A nova LDB prevê a possibilidade de Universidade especializada por campo do saber, em lugar da exigência de Universidade dos campos de conhecimento. Em princípio, praticado em alguns países, não é negativo em tese, no entanto, reflete uma divisão positivista da ciência, ainda predominante, mas profundamente questionada, pois desconhece a interdisciplinaridade e as fronteiras e aproximações entre as áreas (Belloni, 1997, p. 131).

Tal apreciação ajuda a traçar o quadro geral de como a lei desenhava o Ensino Superior e sob quais compreensões filosóficas estava alicerçada. Dessa forma, abria-se para legitimação o crescimento desproporcional entre os campos do saber. Mesmo que isso não possa ser efetivamente observado, a tradição de multidisciplinaridade por um lado e o interesse privado por outro foram capazes de minimizar tal possibilidade; a abertura da lei é clara.

Ainda que não trate especificamente de Universidades, o artigo 55º afirma que a União deverá reservar no orçamento geral verba suficiente para a manutenção das instituições que

mantém. Esse artigo cairia em um certo desuso durante todo o governo FHC, uma vez que instituições públicas federais viram seus recursos serem cada vez menos capazes de assegurar seu funcionamento. Os instrumentos do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado chegavam com força nas Universidades. Tais instrumentos serão alvo de uma discussão mais aprofundada na seção 2.

Demerval Saviani (2004) aponta para a situação pouco usual da LDB, que foi regulamentada mesmo antes de sua aprovação e com outras regulamentações tramitando concomitantemente. Dois desdobramentos importantes da aprovação da lei foram a criação do Fundo de Valorização e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e a elaboração de um sistema avaliativo através de provas para os cursos de graduação, à época conhecido como “provão”.

Quando lançado, o provão sofreu profundas críticas, e entidades estudantis promoviam boicotes à prova. As IES e seus professores, ainda que tecessem análises duras, não necessariamente apoiavam as ações dos estudantes. E, ainda que marcassem alguma posição, não foram capazes de anular a formulação.

Severino (1997, p. 61) faz a seguinte avaliação da LDB e desse tipo de instrumento:

[...] a lei continua comprometida com a dicotomia público/privado, disfarçando mal sua verdadeira opção. Ao mesmo tempo que formula conceituação e diretrizes para a educação pública, com relação a educação conduzida por entidades privadas, consagra de fato sua total soberania. As exigências parecem ficar exclusivamente com o ensino público! Se a avaliação da atuação da rede privada de ensino ficar mesmo por conta do provão, então não se pode esperar nada mais. No fundo, a proposta parece ter como pano de fundo uma tendência à privatização generalizada do ensino.

A tendência privatizante pode ser observada na educação brasileira, especialmente no Ensino Superior. Isso acontece não só de forma direta – com uma média de 75% de matrículas na graduação no setor privado e 25% em IES pública –, como também pela extensão da lógica do setor privado às instituições públicas. Não obstante, quando se trata de pós-graduação, o quadro é diferente, pois há maior participação do setor público.

Há, ainda, uma questão ligada ao Ensino Superior não descrita no capítulo IV da lei supracitada. O Título VI – Dos Profissionais da Educação, em seus artigos 63º, 64º e 65º, estabelece a criação de Institutos Superiores de Educação e do curso Normal Superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e as séries iniciais, e o curso de Pedagogia formaria profissionais para atuar na administração, no planejamento, na inspeção, na supervisão e na orientação escolar. Tal organização durou dez anos, e em 2006 o curso Normal Superior foi extinto dando lugar ao curso de Pedagogia para habilitar o exercício do

magistério na Educação Infantil e nas Séries Iniciais. Outro ponto importante nesse título está descrito no art. 66, que afirma que a habilitação ao magistério superior se dará prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Para Quillici Neto (2009, p. 175):

A Lei de 1996, por meio de seus artigos 62 e 63, estabeleceu que a formação de professores da Educação Básica seja realizada em Institutos Superiores de Educação e a formação do professor de Educação Infantil e Educação Fundamental em curso Normal Superior. Após dez anos o Conselho Nacional de Educação publicou as Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, que na verdade, diminuiu o valor do Normal Superior e volta a valorizar a Pedagogia como local de formação de professores.

Essa questão abre as portas para a discussão da formação de professores a partir da LDB, que, certamente, merece bastante espaço na pesquisa em História da Educação. No entanto, a presente pesquisa direciona-se para a perspectiva da instituição Universidade, especificamente da UFU. Portanto, não se escusa de apontar a questão, porém não tem condições de aprofundar o tema, pois as análises devem apontar para a Universidade, e não para suas partes constituintes.

Até aqui, foram demarcadas as principais legislações pertinentes ao recorte temporal da pesquisa. No Apêndice 1, o material que permitiu a organização desse subitem apresenta-se de forma mais completa, com a legislação educacional do século XX organizada.

A seguir, serão apresentados elementos pertinentes ao quadro atual da UFU. O objetivo de apresentá-los está ligado à ideia de que, por mais longínquo que seja o recorte histórico, é o presente que guia o olhar.

1.2 A UFU hoje

Esta tese se circunscreve em um período pretérito, concentrando-se do final da década de 1960 até o final do século XX. O que move o olhar para essa temporalidade é a hodierna Universidade Federal de Uberlândia. Os panoramas atuais das divisões políticas sobre as quais se pretende investigar neste trabalho são complexos e alvo de pesquisadores de várias searas, como Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia e Geografia, entre outros. Ater-se ao contexto presente da instituição seria uma tarefa tão complexa que impossibilitaria o trabalho com a temporalidade pretendida. Reconhece-se aqui a importância de estudos dedicados a essas questões, contudo se reafirma o intento historiográfico desta pesquisa, que poderá contribuir com os elementos para a compreensão daquilo que fundamenta a realidade hoje. Dessa forma, apresenta-se aqui somente o retrato parcial da Universidade no presente.

Segundo o site institucional da UFU, sua missão é:

Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, realizando a função de produzir e disseminar as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes, e de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social (Portal UFU, 2017, primeira página).

Já a visão está assim anunciada:

Ser referência regional, nacional e internacional de Universidade pública na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os campi, comprometida com a garantia dos direitos fundamentais e com o desenvolvimento regional integrado, social e ambientalmente sustentável (Portal UFU, 2017, primeira página).

Esses dois posicionamentos carregam alguns sentidos importantes, que se ligam ao objeto desta tese. A instituição escolheu adotar na aba “Conheça a UFU” uma linguagem tipicamente corporativa (Portal UFU, 2016). Ainda que o conteúdo formulado esteja ligado tanto à ideia geral que se tem de Universidade como a elementos relacionados à função da educação e do serviço público, formulações típicas de organizações corporativas, empresariais são também observáveis.

A Universidade Federal de Uberlândia atualmente se distribui em sete campi, em três municípios. São quatro campi em Uberlândia, um em Ituiutaba, um em Patos de Minas e um em Monte Carmelo. Em seu site, a instituição afirma:

[...] a UFU é o principal centro de referência em ciência e tecnologia de uma ampla região do Brasil Central, que engloba o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba, o noroeste e partes do norte de Minas, o Sul e Sudeste de Goiás, o norte de São Paulo e o leste de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso (Portal UFU, 2016, primeira página).

Essa autodeclaração merece alguma ponderação. Ainda que a instituição goze de influência e permanência nas regiões supracitadas, em todas, a ascendência é disputada com outras Universidades. Tomando três exemplos. Há duas próximas geograficamente, a saber, a Universidade Federal de Catalão (UFCAT), a qual concorre diretamente na região sul e sudeste de Goiás. Ainda mais próxima, está a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), com o Campus Sede em Uberaba. Além desses por aproximação geográfica, há a Universidade de Brasília (UnB), que é tão referência hoje como outrora, com toda a inflexão acadêmica na região centro-oeste e mesmo nacional, perpassa o recorte geográfico assinalado.

Esses apontamentos não são uma tentativa de “desconstruir” a afirmação oficial da instituição, como se fossem falseadas, ou exageradas, pela Universidade. Antes disso, são uma

expressão do contexto regional onde a UFU está inserida, especialmente no que tange à rede federal de Educação Superior. Em seu site, a instituição escolhe o que e como quer falar de si e se apresentar para quem se interessa por ela. Nesse momento, ela não tem no panorama outra instituição além de si, e essa é uma posição necessária para o que se propõe a fazer.

Alguns dados quantitativos servem também de elementos para que se possa ter uma visão da UFU hoje. São ofertados 97 cursos de graduação presencial. Há ainda 5 cursos de graduação em EaD, 4 licenciaturas e 1 bacharelado. Possui 60 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 13 cursos, na forma presencial e EaD, *lato sensu*. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura também é fecunda de cursos, atividades, promoções (UFU, 2021)⁸. Esses números dizem respeito a diferentes ofertas em relação às balizas definidoras da Universidade do país: ensino, pesquisa e extensão. A Universidade é uma estrutura complexa, e outros números e partes a constituem, como por exemplo as pesquisas realizadas fora do âmbito da pós-graduação ou as modalidades que melhoram ou aprimoram o ensino, como residências. As atividades de extensão são difíceis de ser elencadas porque se relacionam muitas vezes intrinsecamente com os demais marcos definidores, como um evento científico que, mesmo sendo organizado por um programa de pós-graduação (pesquisa), tem apoio e viabilidade pela extensão.

Segundo o anuário de 2020 da UFU, havia 20.814 estudantes de graduação, 3.729 de pós-graduação *stricto sensu* e 903 de especialização – presencial e EaD. A Universidade conta com 2.120 professores, mais de 90 % com a titulação de doutor, 2.965 servidores técnicos, com 67% com pós-graduação, e 822 funcionários terceirizados. Seu orçamento no referido ano ultrapassou a soma de 1 bilhão de reais (UFU, 2021). Uberlândia, segunda maior cidade do estado, no mesmo ano, teve um orçamento de 2,5 bilhões. Portanto, o orçamento da IES equivalia a 40% do orçamento municipal.

Em que pese as justas críticas aos inúmeros rankings de Universidades existentes, de alguma forma as IES acolhem bem os que as mostram em uma boa posição ou que demonstram alguma ascensão. A página “comunica UFU” (2021), mantida pela instituição, destaca muitas aparições em rankings.

O jornal *Folha de São Paulo* é responsável pelo Ranking de Universidades da Folha (RUF), que, por ser um veículo de comunicação de massas já consolidado, é divulgado especialmente para os jovens que estão escolhendo a IES para fazer graduação, colocou a UFU em 2019 em 25º na classificação geral, com a posição 17ª no item “ensino”. Essa é uma posição

⁸ Os dados sobre o número de curso e de estudantes da UFU podem ser diferentes dependendo da seção do site em que se buscou a informação. Aqui usa-se o anuário de 2020 disponível na aba da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

bastante significativa, uma vez que estão presentes 197 Universidades na lista (Jornal Folha de São Paulo, 2019).

O Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (PIDE) de 2010 a 2015 (UFU, 2010), prorrogado pela Resolução nº 31/2015 do Conselho Universitário (UFU, 2015) da UFU, oferece elementos para a compreensão do que a UFU entende como elementos definidores de si como Universidade, que articula o ensino, a pesquisa e a extensão:

- Produzir, sistematizar e transmitir conhecimentos socialmente referenciados;
- Formar profissionais críticos e criativos com a oferta de ensino qualificado;
- Promover a justiça, a solidariedade e a melhoria da qualidade de vida em seus múltiplos e diferentes aspectos, no país e no mundo, bem como preservar e difundir valores éticos e democráticos (UFU, 2010, p. 7).

É possível perceber alguns contornos de como o tripé da Universidade é entendido pela instituição. São delimitados entendimentos do significado do que é pesquisa e ensino (nessa ordem), além de um item que posiciona os dois anteriores em relação aos valores que a Universidade se dispõe a cultivar. Percebe-se alguns elementos que seriam da extensão, contudo são apresentados de uma forma a ultrapassá-la, abarcando toda a UFU.

Na apresentação do plano, em seu parágrafo inicial, são tecidas considerações pelo então reitor Alfredo Júlio Fernandes Neto, que assina essa seção, as quais situam melhor o contexto desse entendimento:

As Universidades Federais destacam-no no sistema brasileiro de educação superior, com desdobramentos importantes na ciência, tecnologia e inovação, e, também, na cultura e nas artes, na formação da cidadania e nas relações com o meio ambiente. Se por um lado é inegável o crescimento deste sistema juntamente com os desdobramentos acima mencionados, por outro, são várias as dificuldades e conquistas a serem feitas. Trata-se de um investimento com retorno seguro e reflexos profundos em vários eixos do desenvolvimento do país (UFU, 2010, p. 5).

A contribuição para o desenvolvimento do país, que fecha o parágrafo, é um elemento que surge em vários momentos quando se investiga a história da Universidade. A instituição é vista muitas vezes como motor de avanços no que se refere a economia, política, sociedade, artes, formação humana e mão de obra, dialogando com aquilo que se propõe a fazer. No entanto, embora tenha em geral, em maior ou menor grau, sucesso nessas proposições, para alcançá-las é preciso sempre ser ponderado com o conjunto de outros elementos sociais do país, o que pode limitar ou potencializar o alcance dessa contribuição.

Outro fator que não pode ser deixado de lado quando se pensa na Universidade de hoje é o conjunto de políticas públicas para a Educação Superior que o governo de Luís Inácio Lula

da Silva implementou em seu governo (2003–2011), cujo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pode ser considerado o principal na esfera pública. O Decreto nº 6096 de 24 de abril de 2007, que institui o REUNI (Brasil, 2007), é curto, com duas páginas e oito artigos. No entanto, uma busca com o termo “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)” no catálogo de teses e dissertações da CAPES apresenta o impressionante número de 1.303.346 ocorrências em um sistema de busca quantitativa, sem parâmetros de refinamento de pesquisa, em novembro de 2021 (CAPES, 2021). Esse número é um bom indicativo de que o decreto pode até parecer “simples”, mas a realidade descortinada por ele não é.

Uma das evidentes razões para um quantitativo tão grande de pesquisas sobre o REUNI é a forma como o programa se institui. Com planos específicos de cada instituição, o programa uno se manifesta em polifonia. Ainda que parta de balizas amplas com as quais todas as instituições tiveram que lidar, como o compromisso com a diminuição da taxa de evasão e o aumento da oferta do número de vagas, cada IES desenhou o seu plano conforme julgou adequado, resultando em planos que podem ser muito diferentes entre si.

É inegável o papel do REUNI exercido na expansão de vagas em Universidades Federais, incluindo a UFU. Contudo, o projeto de expansão da Universidade é ligeiramente anterior à implementação do programa. Ainda em 2006, a Universidade aprova uma expansão através do Campus avançado do Pontal, na cidade de Ituiutaba. O Conselho Universitário delibera pela abertura de 11 cursos no campus devido à liberação pelo Ministério da Educação (MEC) da contratação de novos professores e do compromisso a instituições locais em apoiar a criação e a implementação do novo campus (UFU, 2006).

Quando a Universidade apresenta o seu projeto de expansão ao MEC para o período de 2008 até 2012, o campus do Pontal já estava sendo implantado, tanto que a proposta de melhorias e ampliações de edificação se concentra nos campi de Uberlândia. De toda forma, a proposta aglutina questões de ampliação de vagas na graduação, com o objetivo de passar de 13.450 matrículas em 2006 para 14.800 até 2011, e na pós-graduação, cuja estimativa era passar de 1429 matriculados em cursos de *stricto sensu* em 2006 para 2286, também até 2011. Para tanto, foi proposta a contratação durante o período do plano de mais 320 professores em regime de dedicação exclusiva (DE) e 232 técnicos administrativos. Também desenhou o plano ações para garantir não só o acesso como a permanência dos estudantes (UFU, 2021).

Esses indicadores mostram que o plano apontou prioritariamente para a pós-graduação (*stricto sensu*), uma vez que objetivamente é nesse parâmetro que propõe o maior aumento de discentes. Enquanto para a graduação não chega a se propor o aumento de 10% nas vagas, para

a pós-graduação objetiva-se aumentar em mais de 50% o número de estudantes. Mais uma vez, a criação anterior ao REUNI do campus do Pontal fornece explicações preliminares para essa diferença.

No entanto, para a atual proposta de trabalho, o mais importante é ter em mente que a UFU esteve na vanguarda dos projetos de expansão de IES mantidas pelo governo federal. Esse fator vai ao encontro do discurso muito corrente na cidade de Uberlândia, que canta seu “pendor progressista”, incluindo a instituição como um ótimo exemplo de que a cidade gira em torno do progresso.

A questão do “progresso” se coloca várias vezes na história do país. Quando o Brasil deixou de ser colônia para virar sede do Império Português (1808), era esse progresso que se esperava chegar junto com a aristocracia portuguesa. A Proclamação da República em 1889, ainda que não tenha sido exatamente um consenso, reforçava novamente auspícios progressistas. Quarenta e um anos depois, em 1930, a República já era velha e precisava rejuvenescer; contextos políticos e econômicos eram os vetores principais, mas a ideia de “progresso” também circulava na Revolução de 1930. Com a assunção de Getúlio Vargas ao poder em decorrência dos acontecimentos de outubro, principalmente a partir de 1937 com o Estado Novo, ações conscientes para delimitar a identidade nacional, novos mecanismos de organização sindical, criação de várias estatais para desenvolver o país, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, constituíram elementos delineadores de um determinado tipo de progresso.

O problema do quadro apontado no parágrafo anterior não é uma falsificação da realidade, uma vez que a aura progressista esteve lá nesses momentos e outros mais do Brasil. O entrave é, na realidade, tratar a questão de maneira muito rasa. O historiador Henry Lefebvre (2001) afirma que a história é muito mais constituída por continuidades e descontinuidades do que por rupturas abruptas. Essa colocação ajuda a compreender como a chegada da corte portuguesa ao Brasil teve um papel progressista e conservador ao mesmo tempo. Com uma mão, abriu faculdades, liberou a imprensa, criou a Biblioteca Nacional, entre outras ações que modernizavam o país. Com a outra mão, manteve o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve bem ciente de que seu coração pulsava na Europa. Mesmo o grito da Independência de 1922 foi dado balanceando sobretudo os interesses portugueses, que mantinham o controle da ex-colônia nas mãos do herdeiro português. A troca de regime do monárquico para o republicano também não mudou tão drasticamente as correlações de forças políticas. O período nomeado como Primeira República, ou República Velha, tem uma boa precisão na denominação “República das Oligarquias”. Até mesmo o ímpeto revolucionário de 1930, que trouxe

mudanças abruptas, não afastou de todo os elementos anteriores e, por exemplo, se os sindicatos foram regulamentados, isso se deu de modo a serem subordinados ao governo federal, já que dependiam de seu reconhecimento.

Esses retratos servem para ilustrar o conceito de Lefebvre (2001), para o qual o tempo se descortina através de uma trama, na qual certos fios vão se afinando até se soltarem e outros permanecem ou mesmo engrossam; a tesoura, ao contrário do que possa parecer, é pouco usada. Isso faz com que a trama seja complexa, cheia de fios que se entrelaçam, tanto para se sobressair como para ocultar. O discurso do progresso é falho sempre que bidimensional. A realidade é tão intrincada que abarca ao mesmo tempo elementos progressistas e conservadores, que se tensionam intrínseca e extrinsecamente. Desse modo, é fácil levantar elementos progressistas que ajudam a reificar uma ideia, ocultando aqueles conservadores, que por outro lado esmaecem a mesma ideia. Quando associado a mitos de fundação ou de construção de uma identidade nacional, o esforço por reforçar proposições que ajudam a sustentá-los tende a ser mais repetido.

A repetição pode ser um elemento fundamental de construção narrativa, podendo servir ainda como meio e compreensão, mas nem por isso carrega em si a verossimilhança, elemento fundamental para a construção do conhecimento histórico.

É com essa perspectiva que tanto o REUNI, iniciativa para o conjunto de Universidades Federais, como a proposta apresentada pela UFU no contexto do programa não devem ficar sujeitas apenas a análises últimas. O balanço do final de um e de outro é positivo na medida em que efetivamente propiciou mais acesso e permanência à Educação Superior, pública e de qualidade, para mais pessoas. Apesar disso, também carrega contradições, e esse mesmo processo bem-sucedido tem sido indicado como fator de precarização de trabalho docente. É preciso ter em mente que a realidade não se compreende em preto e branco; antes ela é colorida e em escala de tons. E é essa perspectiva adotada no presente trabalho, mesmo quando ele se depara com o “progresso”.

Assinala-se que esta pesquisa não se propõe a uma discussão aprofundada da UFU atualmente. O quadro geral apresentado é capaz de dar elementos para que se compreenda o ponto de chegada, enquanto o(s) processo(s) que a construíram até aqui, e que são perceptíveis através das fontes, são efetivamente o foco do trabalho. Assim, segue-se para discussão do tipo preferencial para formação das universidades brasileiras: as surgidas pelo processo de conglomeração de Faculdades isoladas.

1.3 As universidades conglomeradas – antecedentes da UnU

A Universidade brasileira surgiu tardiamente. Ainda que o país tivesse deixado de ser colônia e se tornado império no século anterior, foi somente no primeiro quartel do século XX que a administração nacional resolve finalmente se responsabilizar por uma Universidade. Essa surgiu a partir de um modelo tornado típico, apesar de ser possível observar importantes exceções: a simples reunião em uma mesma unidade administrativa de faculdades já existentes. Florestan Fernandes chama esse tipo de instituição de “Universidade conglomerada” (Fernandes, 1975, p. 63).

O processo como o da criação da Universidade do Rio de Janeiro, de simplesmente juntar sob uma mesma unidade administrativa, outorgando certa autonomia à faculdades já existentes, deu origem a inúmeras Universidades públicas, não só federais, mas também algumas estaduais, como são os casos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), criada em 1951, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), criada em 1969 (UEPG, 2018?), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), criada em 1976 (Mazzitelli, 2022), e da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), criada em 1989.

Na esfera federal, o exemplo foi seguido na criação da segunda Universidade. Em 1927, cria-se a Universidade de Minas Gerais com o expediente da aglutinação (Cunha, 1986)⁹. É importante assinalar o intervalo entre a criação da primeira e da segunda Universidade: foram precisos sete anos para que um país de dimensões continentais instituísse outra instituição do tipo.

Esse foi o mesmo mecanismo utilizado na criação da UnU em 1968. As Escolas Superiores da cidade de Uberlândia foram reunidas em um único estabelecimento:

O Ensino Superior em Uberlândia atendeu exigência da legislação nacional de unificação dos cursos superiores (Decreto-lei nº 762 de 14 de agosto de 1969) e, por meio da união de cinco Escolas de Ensino Superior, criou a Universidade de Uberlândia. A faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Uberlândia (1960), a Faculdade de Direito de Uberlândia (1960), A faculdade de Ciências Econômicas (1962), a faculdade de Engenharia de Uberlândia (1965) e a Faculdade de Artes de Uberlândia, passam a compor a Universidade de Uberlândia, estabelecendo-se diretrizes inovadoras para o Ensino Superior da cidade (Pereira, 2012, p. 119).

Além de apresentar as faculdades que deram origem à UnU, como parte do mecanismo mais frequentemente usado para criação de Universidades no período, Pereira faz um destaque interessante apontando para a inovação que a nova instituição dava ao Ensino Superior de

⁹ As Universidades aqui apresentadas partem da presente esfera em que estão incluídas. O sentido de “federal” foi adotado no decorrer dos anos, uma vez que muitas das que hoje tem essa condição nasceram de iniciativas privadas, mistas ou mesmo estaduais.

Uberlândia, uma vez que a apreciação do autor era um pouco diferente apenas algumas páginas antes:

Pretende-se deixar implícita nas considerações que se seguem a ausência de um projeto de Universidade nos procedimentos que agregavam as faculdades isoladas existentes para a formação da UnU. Essa lacuna reflete o imediatismo da sociedade civil e o perfil tecnocrático da política educacional do regime militar, empenhado que estava em atender, mesmo que de modo precário, a grande demanda por matrícula no Ensino Superior (Pereira, 2012, p. 113).

Os trechos supracitados de Pereira demonstram certa contradição. No entanto, é importante ter muito claro que uma contradição não é necessariamente um erro. Na maior parte das vezes, é apenas o reflexo do real, como nesse caso. A UnU, criada por aglutinação em um projeto cujo objetivo era ter uma Universidade sem abarcar explicitamente qual Universidade se desejava ter, expunha as diretrizes do período para o país, especialmente para a educação superior: imediatismo, tecnocracia, necessidade de controle da resistência ao regime, sobretudo dos jovens de classe média por diferentes tipos de processos, acompanhado de um certo nacional-desenvolvimentismo. Isso do ponto de vista do cenário nacional. Ao inverter o olhar e partir para o local, há em Uberlândia uma cidade que está em disputa com a cidade da qual foi desmembrada, Uberaba, para se tornar de alguma forma maior, melhor, mais moderna. Pereira (2012) reconhece também esse ímpeto. Por essa perspectiva, a criação da UnU torna-se inovadora na medida em que aparece como uma nova instituição, criada sob auspícios do patrono Rondon Pacheco, que “presenteia” sua cidade natal com o tipo mais complexo e prestigioso de IES.

Um ponto recorrente e bem estabelecido pelas pesquisas já realizadas (Silva, 2021; Pereira, 2006, 2012; Vieira Filho, 1993) é o funcionamento com grande grau de independência de cada uma das faculdades originárias da UnU. Havia ainda a situação peculiar de a instituição ter sido constituída sobretudo por Escolas Superiores privadas, mas que contava com uma de suas faculdades mantidas pelo poder público federal, a Faculdade Federal de Engenharia. Tal arranjo não era simples de manter, e a instituição chegou a oferecer cursos gratuitos e com pagamento de mensalidade. A situação só se tornou uniforme com a federalização da instituição.

Todos os pesquisadores também apontaram para personalidades específicas em cada uma das faculdades, as quais foram responsáveis por sua criação e manutenção. Nomes como Cora Pavan Caparelli, criadora do Conservatório Superior de Educação, em 1957, reconhecido como Conservatório Musical de Uberlândia, Faculdade de Artes, em 1967; Jacy de Assis,

responsável pela Faculdade de Direito de Uberlândia (1960); Ilar Garotti, diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (1960); Genésio Melo Pereira, que dirigia a Faculdade Federal de Engenharia (1961); Juarez Altafin, que comandava a Faculdade de Ciências Econômicas (1962). Eles acabaram por protagonizar a criação da UnU, e têm reconhecimento e análise de seus papéis já abordados por Silva (2021), Pereira (2012, 2006) e Vieira Filho (1993). Nesta pesquisa esses personagens e todos os demais são conduzidos pelo conjunto de documentos da SEGER que servem como fontes, possibilitando um trabalho mais centrado nos documentos, uma vez que os personagens já possuem trabalhos prévios.

Ao analisar o quadro da Educação Superior na América Latina, elegendo como um dos principais elementos de comparação os Estados Unidos da América, Darcy Ribeiro (1969) apresenta sumariamente o quadro de criação de Universidades até 1950, período de gênese de uma das faculdades que originaram a UnU:

[...] pois ainda em 1940 contava apenas com 21.235 estudantes em nível superior e recentemente havia aglutinado algumas faculdades em seis Universidades, em processo de estruturação. Em 1950, ao contrário, já tinha cerca de 600 cursos e 15 Universidades [...] (Ribeiro, D., 1969, p. 78)

O autor aponta ao fazer seu balanço o embaraço causado pelo sistema colonial português a todo Ensino Superior nacional, retardando, em comparação aos demais países da América Latina, a existência de educação superior no país e a criação de uma Universidade. Para Ribeiro, D. (1969), a herança do tipo de colonização ao qual o Brasil foi submetido ainda apresentava reflexos no momento em que tecia suas considerações.

É importante assinalar que entre 1920 e 1950, um intervalo de três décadas, apenas uma dezena e meia de instituições complexas, com a previsão de formar em mais de uma área de conhecimento, que agregasse diversos intelectuais de áreas distintas, foi criada no país. Nesse mesmo intervalo de tempo, eram construídas várias marcas de sua identidade nacional. O país presenciou a Semana de Arte Moderna, passou pela ditadura do Estado Novo com Getúlio Vargas, que marcadamente buscou estabelecer um certo delineamento para o significado da nação, entre outros elementos que ajudaram a estabelecer os elementos constituintes do que é “ser brasileiro”. No entanto, a criação de Universidades não fez parte de forma contundente nessa empreitada (Scwharcz, 2020).

A forma “conglomerada” de criação de Universidade apresenta a marca da profunda relação com o modelo francês ou napoleônico de Universidade. Nesse modelo, a função da instituição é formar mão de obra qualificada para trabalhar, sobretudo como profissionais

liberais ou na burocracia estatal. Logo, a ciência só tem lugar enquanto instrumento de aperfeiçoamento profissional na Universidade, que está dispensada de produzi-la, ainda que seja imperativo o fato de estar familiarizada com os avanços científicos e tecnológicos.

No entanto, o modelo francês nem de longe é o único a balizar a Universidade brasileira. A atual definição da instituição, que propõe a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, também é depositária dos modelos alemão e estadunidense. No caso da criação das primeiras Universidades, a ascendência do modelo alemão é mais facilmente identificada. Para Luiz Antônio Cunha, a primeira Universidade que agregou a pesquisa científica às suas funções foi a Universidade Tecnológica do Rio Grande do Sul. Essa Universidade nasceu de forma muito distinta das versões fluminense e mineira: ao invés de reunir faculdades já existentes, a instituição gaúcha nasceu da divisão da Escola de Engenharia de Porto Alegre em várias divisões, que previam, além de cursos, institutos de pesquisa aplicada em diferentes áreas, entre elas Agricultura e Química Industrial (Cunha, 1986).

Essa é uma afirmação contestada. O próprio Luiz Antônio Cunha informa em nota de rodapé que Fernando de Azevedo indica a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo como a primeira a fazer pesquisa universitária (Cunha, 1986). Se Fernando Azevedo possuía interesse direto em prestigiar a instituição que ajudou a criar, pesquisadores posteriores, como Simon Schwartzman (2006), concordam com ele. Schwartzman (2006, p. 161) é mais contundente ainda e afirma que a USP: “Foi também a primeira Universidade do país, criada na década de 1930 – cerca de cem anos após suas instituições-irmãs em outros países da região”. No entanto, essa afirmação só encontra algum sentido se o modelo alemão for tomado como único paradigma de Universidade, já que há uma pluralidade grande de modelos, e o entendimento de Luiz Antônio Cunha sobre a primeira Universidade brasileira encontra melhores alicerces.

De toda forma, é ponto pacífico que a Universidade é uma instituição que muito tardiamente chegou ao país. Além disso, esse tipo de instituição precisou de tempo para se espalhar pelas diversas regiões brasileiras. São sete anos que separam a criação da primeira, UFRJ, da segunda, UFMG. Em 1946, havia apenas cinco Universidades: UFRJ, UFMG, UFRG, USP e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), denominadas aqui pela forma que são atualmente conhecidas, demonstrando o quão moroso foi o processo de estabelecer esse tipo de instituição como referência, mesmo que qualitativa e não quantitativa, de Educação Superior. Também já torna possível perceber a distribuição regional desigual dessas instituições pelo Brasil.

Além dessa questão, urge entender as possibilidades de entendimento para o conceito de Universidade Moderna, pois ele perpassa o cerne do significado desse tipo de instituição. Segue, portanto, essa discussão.

1.4 Qual Universidade moderna?

Muito da questão sobre qual é a primeira Universidade brasileira, principalmente no que tange à USP e à UFPR, decorre do conceito de “Universidade moderna”. Essa é realmente uma questão complexa, porque a palavra “moderna” é polissêmica. Mesmo a Universidade concreta, real, aquela em que homens e mulheres, estruturas físicas e virtuais e as trocas, relações e disputas a consubstanciam, não é a reprodução fiel das proposições filosóficas sobre ela. O conhecimento histórico não pode abrir mão nem de princípios filosóficos, nem das experiências singulares em torno do tema.

O filósofo chileno Willy Thayer, em 1996, coloca a questão nos seguintes termos:

Não podemos mais pensar a Universidade a partir do esquema teleológico instrumental francês, também não podemos pensá-la a partir do esquema teleológico especulativo alemão. Não podemos pensar teológica, nem categoricamente o acontecimento universitário. A ideia da Universidade missionária, mãe e fonte da ciência, reguladora crítica e autônoma, centro enciclopédico do saber, condutora e educadora do espírito do povo e das forças do trabalho, motor do progresso, torna-se atualmente impertinente para pensar a realidade universitária (Thayer, 2002, p. 8).

Ainda que se possa questionar sobre qual ou quando a Universidade teve a totalidade dos atributos citados por Thayer, missionária, mãe e fonte da ciência..., a conclusão é pertinente: pensar a instituição hoje sob a ótica das concepções francesa e/ou alemã não dá conta do entendimento do seu significado nos tempos atuais. Aliás, os “modelos napoleônicos e humboldtianos” podem ser ineficazes até para a compreensão concreta das Universidades francesas e prussianas do início do século XVII. *Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim* (Humboldt, 2003) não é uma reflexão sobre a implementação da Universidade de Berlim, da qual von Humboldt foi um dos responsáveis; antes, é um manuscrito incompleto sobre o planejamento dela. A Universidade de Berlim criada forjou-se sobre acordos de ideias, disputas, reforços e renúncias de todos os atores envolvidos, seus idealizadores, o Estado, os professores, os alunos, a academia. O mesmo processo se dá com a ideia francesa de Universidade, que pode ser considerada filha da Revolução Francesa tanto quanto de Napoleão, na medida em que a grande transformação feita na instituição da França também tem raízes na profunda rejeição de tudo que se remetia ao “Antigo Regime”.

Outra questão extremamente pertinente é que sob qualquer um dos modelos gerais, francês ou alemão, a questão da modernidade é dada. Tanto um como outro surge em determinado tempo histórico, no qual a Universidade de raízes medievais já não corresponde às necessidades advindas do desenvolvimento do modo de produção capitalista do período. Assim, ambos modelos servem para reconfigurar, “modernizar” as instituições. Cada um com balizas próprias, que com o passar do tempo vão se mesclando. Hoje, a Universidade de Paris associa ensino e pesquisa, tanto quanto a Universidade de Berlim (Universidade Humboldt de Berlim) precisa responder também aos interesses de quem é financeiramente responsável por ela. Seu precursor apontou como um elemento fundamental para a Universidade a autonomia, mas mesmo Humboldt sabia que não poderia esperar autonomia absoluta em relação ao Estado, por isso já havia a expectativa de que ele nomearia os professores da instituição. Portanto, o termo autonomia precisa vir acompanhado de relativa, precisão que explicita melhor sua materialização. A heteronomia discutida desde o final do século XX no Brasil não é um fenômeno exclusivo da nossa tardia instituição universitária. Em maior ou menor dose, ela é tão internacionalizada quanto as próprias Universidades.

Nesse sentido, a ideia do que é a Universidade geralmente não corresponde ao que é a Universidade singular. Na presente tese, há uma questão capital nesse ponto, uma vez que é necessário o diálogo com o que se espera(va) da instituição e o que ela se constitui(u) efetivamente. Espera-se que o trabalho com as fontes aponte elementos pertinentes para as duas questões.

Mesmo em meio a essa disputa de significados, existem alguns consensos. O primeiro é que sob qualquer perspectiva a Universidade é uma instituição que chegou tardiamente ao país. Foi só na primeira metade do século XX que se verifica sua existência. Nota-se que em relação ao livro de Luiz Antônio Cunha, *A Universidade Temporã: da Colônia a Era Vargas* (1986), discute-se a questão da pioneira que ele aponta, mas não a justeza de seu título. Em grande medida, a tardia criação da Universidade não contribuiu para que ela nascesse modernizada, já que outros países americanos promoviam ajustes em suas instituições universitárias, como a Argentina, que em 1918 promovia a reforma de Córdoba, ou os Estados Unidos da América, que ao mesmo tempo que o Brasil criava suas primeiras Universidades, nas décadas de 1920 e 1930, e expandia fortemente os “*juniors colleges*” (Ribeiro, M., 2016 p. 88), instituições com alguma vinculação universitária. Dessa forma, a Universidade brasileira nasce com problemas “velhos”.

É sintomático que em 1928 a Associação Brasileira de Educação (ABE) produza um inquérito sobre “*O Problema Universitário Brasileiro*”, publicado no ano seguinte, que tanto

elabora respostas de figuras proeminentes para a Educação Superior consultadas, como reproduz um inquérito parecido feito pelo jornal *Estado de São Paulo*, em 1926, destacando um depoimento da Universidade de Minas Gerais, com o discurso do reitor F. Mendes Pimentel e a resposta ao inquérito oferecida por seu Conselho Universitário. A recém-nascida Universidade brasileira já era um problema. Seja por sua demora em surgir, seja pela forma como isso foi feito, é evidente que a constituição da Universidade brasileira começa com sinais de desgaste, ao mesmo tempo que é moroso o processo de ampliação de seu número.

Nos primeiros 25 anos da existência da Universidade no Brasil, somente cinco instituições foram criadas. Anísio Teixeira (1989) informa que até 1968 havia 48 Universidades no país. Isso significa que 43 surgiram que entre 1945 e 1968. Esse aumento, que a princípio pode parecer vigoroso ou satisfatório, coincide como o que Cunha (1983) chamou de “República Populista”, cujo signo da Educação Superior permaneceram visíveis mesmo durante a ditadura civil-militar e assim seguiram até a publicação da Reforma Universitária de 1968.

Efetivamente, a Universidade no país nasce envelhecida por absorver práticas encarquilhadas. O problema de sua existência é deslocado para a quantidade diminuta de instituições do tipo associado ao debate sobre a qualidade, que passou a ser constante, sendo pertinente até o presente. Havia a necessidade de não só erigir Universidades, mas também de as colocar a serviço do desenvolvimento nacional, especialmente em governos populistas e/ou nacionalistas.

Há dois elementos importantes nessa discussão para a compreensão de onde se situa a criação da UnU e, posteriormente, sua federalização:

- a) Um é a “modernização conservadora”. Tal conceito é recorrente na literatura, em autores como Luiz Antônio Cunha (1989), José Willington Germano (1993), Rodrigo Patto Sá Motta (2014).
- b) O outro é o quadro internacional em que o Brasil procura se integrar após a Segunda Guerra Mundial. O ponto chave é a busca por essa participação. O Estado brasileiro, mesmo antes do governo dos militares, procura formas de cooperação internacional. A mais célebre foram os acordos MEC-USAID. Novamente, Cunha (1983), Germano (1993) e Motta (2014) concordam que essa cooperação, muito longe de ser imposta, era desejada, pelo menos, por parte da sociedade e dos governos locais.

Motivo de celeuma no seio do regime militar por sua contradição explícita, os acordos MEC-USAID foram muito bem explorados por Motta (2014). Seu livro *As Universidades e o Regime Militar* constrói um profundo trabalho de análise dos acordos. É importante salientar

que a abordagem do autor é capaz de dialogar tanto com a perspectiva nacional quanto com a estadunidense. Por exemplo, se o governo brasileiro fez questão de manter sigilo dos acordos, o interesse do governo dos Estados Unidos era o oposto: fazer propaganda positiva para o país que disputava na ocasião com a antiga União Soviética posições de influência em países do capitalismo periférico.

É preciso ter claro que esse é um jogo de aparências, não de realidade. O governo ditatorial andou alinhado com as orientações dos Estados Unidos da América (EUA), e mesmo antes na gestação e no golpe efetivo havia cooperação. Contudo, o discurso construído para a viabilização do golpe tinha forte vetor nacionalista, uma transformação radical de posição, a qual desvelou as relações internacionais do golpe que trariam mais prejuízos que benefícios ao governo, e, por isso, manteve o quanto pode os acordos secretos¹⁰.

Sob o mesmo panorama, destacam-se o Plano Atcon e o Relatório Meira Matos. Todos são “propostas”, “sugestões”, “recomendações” que contribuíram para o contorno dado à Reforma Universitária de 1968. A síntese de Maria de Lourdes Fávero segue até hoje, trinta anos depois, precisa:

Os debates sobre a ‘modernização’ da Universidade adquiriram dimensões nacionais desde o final dos anos 50, concentrando-se em questões referentes à autonomia e gestão da Universidade, à estrutura, a organização e ao papel da Universidade na promoção do desenvolvimento brasileiro. A reforma universitária foi formulada diante, sobretudo, das pressões do movimento estudantil, que questionava o ideário liberal e autoritário; veio para apaziguar contestações e atender às demandas de ascensão e prestígio social de um vasto segmento da classe média que apoiara o golpe de 64. Foi implantada sob a égide do AI 5 e do Decreto nº477-69, e apoiou-se de uma forma ou de outra, nos resultados dos estudos realizados em decorrência dos acordos MEC/Usaid e nos *relatórios Atcon e Meira Mattos*. Nesses documentos afirmava-se a necessidade de efetuar a reformulação estrutural da Universidade brasileira (Fávero, 1991, p. 16, itálicos do original).

A autora expõe de maneira concisa os principais elementos de impulso à Reforma de 1968: a) o movimento estudantil, que tinha muitas demandas represadas e que não era homogêneo na resistência à ditadura, mas que tinha acordo sobre certas demandas, como no aumento do número de vagas; b) o componente civil que, por ter participado do golpe, reclamava algum espólio; c) os atores internacionais que, por convite, vieram ao país propor mudanças modernizadoras. Foi da acomodação de todos esses interesses, acrescido de

¹⁰ Motta (2014) em *As Universidades e o regime militar*, obra importante para esta tese, descreve as reações dos agentes norte-americanos a algumas ações do governo, bem como apresenta a avaliação feita por eles nos diversos tipos de acordos realizados no Brasil, pelo governo ou por instituições específicas.

mecanismos autoritários típicos do regime, que a Lei nº 5540/1968 buscou modernizar a Educação Superior.

Há pelo menos uma questão que carece de mais trabalhos da historiografia do período: os acordos e relatórios internacionais se propunham a influenciar o país de maneira a trazer o modelo segundo os proponentes bem-sucedidos norte-americanos de Universidade e Educação Superior, ou o que se propunha era um modelo adaptado para que o Brasil pudesse ocupar o espaço internacional destinado como nação do capitalismo periférico? A resposta não é tão simples como pode parecer. Também é preciso ter claro que a presente pesquisa não se dispõe a dar uma solução definitiva. Entretanto, a melhor alternativa apresentada é o entendimento de que tanto a Universidade real norte-americana como a Universidade preconizada pelos estadunidenses para o Brasil influíram diretamente no sentido nacional de Universidade. A extensão, que só se consolidou como parte intrínseca da Universidade na Constituição de 1988, estabeleceu suas bases nos acordos entre a USAID e as Universidades de brasileiras, como a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e vem da tradição estadunidense. De forma semelhante, o sistema de créditos validados a partir de 1971 (Lisboa, 1988) possui inspiração na mesma cultura educacional. Em contrapartida, a educação superior seguiu bastante centrada na formação para carreiras profissionais como prioridade, e os créditos não foram capazes de dar plasticidade à formação, uma vez que ficaram condicionados aos cursos e não necessariamente ao estudante. Ainda que uma parcela dos créditos possa ser feita em outros cursos, essa organização não logrou propiciar uma formação mais complexa, abrangendo áreas não afins do conhecimento. Registra-se também que a aplicação bem-sucedida do sistema de créditos não garante a melhor formação, uma vez que a própria Universidade norte-americana encara desafios decorrentes desse tipo de formulação.

A resposta cautelosa que aproxima as duas possibilidades, a de influência direta da educação superior estrangeira e, ao mesmo tempo, a de um tipo específico que acomodasse interesses internos e externos tende ser também a que melhor se aproxima da realidade. É no interior desses movimentos reais que surge o embrião da UFU.

A consolidação do projeto de uma Universidade em Uberlândia contou com a destacada participação de Rondon Pacheco. O tópico a seguir trata do político, sua atuação no cenário nacional e alguns elementos de sua relevância para a UnU/UFU. No entanto, as análises sobre suas ações em relação à instituição irão perpassar outras seções.

1.5 Rondon Pacheco: um civil protagonista da ditadura, o viabilizador da UnU

Quando se abre a primeira pasta de documentos da SEGER, o que se encontra é o decreto de criação da UnU, aquele que dentro do ordenamento jurídico reconhece que em Uberlândia a partir daquela data há uma Universidade. Não somente está presente o decreto, com capa em alto relevo, o papel timbrado e assinaturas. Nessa capa, há também uma espécie de dedicatória daquele que foi o articulador político, o viabilizador do decreto, Rondon Pacheco.

Considerar a história da UFU passando ao largo Rondon Pacheco deixaria a presente pesquisa sem lastros importantes para compreensão. Ainda que o processo histórico precise ser entendido como trabalho coletivo e que a criação efetiva da UnU e da UFU foi muito além de dar desse ou daquele nome, a figura do político é capaz de fornecer tecituras tanto para desvelar o processo interno de criação dessa instituição como para apontar algumas relações consistentes com a configuração da Educação Superior no período. Dessa forma, neste item haverá indicações biográficas de Rondon Pacheco, mas o viés preponderante é sua atuação política e as consequências dela na interface local, regional e nacional, sobretudo no que tange à Educação Superior.

Traçar esse tipo de perfil apresenta grandes desafios. Rondon Pacheco foi figura de proa da ditadura civil-militar que iniciou em 1964. Apesar de o período ditatorial ter uma quantidade significativa de membros e instituições da sociedade civil, fornecendo lastro, o político mineiro, sem dúvida, merece destaque. Por ocupar tal papel no período, produzir considerações sobre suas ações no presente é desafiador. A Lei da Anistia – Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979 – a partir da qual são anistiados, sem distinção, agentes públicos repressores e aqueles que a própria ditadura indicou como criminosos políticos – apontou para uma certa conciliação entres os agentes do regime e quem fazia resistência a ela, entre agentes estatais e sujeitos civis e suas organizações.

Tal legislação acabou dando o tom da transição. Em relação a isso, um ponto importante é a delimitação do momento em que o país deixa de ser uma ditadura e retorna à democracia. Na década de 1980, logo depois da Lei da Anistia, acabou por se convencionar a eleição por via indireta do político civil Tancredo Neves para a presidência, o qual faleceu antes de tomar posse, sendo substituído por José Sarney. O vice-presidente eleito seria o marco delimitador entre o fim do regime de exceção e a democracia. Contudo, a eleição se deu de forma indireta, sob os auspícios da legislação da ditadura. Se durante a transição era dessa forma que se apresentava a chapa Tancredo-Sarney, como sendo o caminho conciliatório para o retorno democrático, esse marco poderia fazer sentido. Decorridas quase quatro décadas, o marco necessita de revisão. A retórica da época designava o período ditatorial como sendo uma

ditadura militar, escamoteando os agentes civis da ditadura. Esse discurso passou a se enfraquecer na passagem do século XX para o XXI, e hoje há na historiografia o tratamento do período como ditadura civil-militar. Atualmente, a simples troca de um presidente militar por um civil não dá conta de marcar a transição democrática.

Concretamente, Heloísa Starling (2015) afirma que quem abre caminho para o entendimento do papel civil na ditadura iniciada em 1964 foi René Dreyfus, quando publica pela editora Vozes em 1981 o livro *1964: a conquista do Estado*. Entretanto, nesse período tanto a Universidade quanto grupos de esquerda resistiam à ideia de um componente civil decisivo para a ditadura. Era mais bem aceito que a responsabilidade pertencia unicamente aos militares, e havia considerações que afirmavam que tratar da face civil era uma forma estimulada, ou bem-vinda, para que os militares aplacassem sua culpa.

Nesta tese, considera-se que a Constituição de 1988 reúne muito mais elementos para demarcar o fim do regime ditatorial. Elaborada por deputados constituintes especialmente eleitos para esse fim, a Carta Magna forneceu os parâmetros legais para a reestruturação da democracia e pavimentou as eleições de 1989, na qual o presidente foi eleito de forma democrática.

Essa distinção está muito longe de ser retórica¹¹. Ela acompanha a construção e a consolidação do entendimento nacional do que é democracia e fornece subsídios para compreensão tanto da época como de eventos mais recentes, como o golpe institucional de 2016. O tom mais ameno para o pós 64, especialmente nos meios oficiais e de comunicação, só passou a ser francamente combatido em trincheiras mais publicizadas a partir da Lei nº 12528, de 18 de novembro de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que passou a investigar os crimes contra os direitos humanos ocorridos no período ditatorial brasileiro¹².

Ainda que dentro das Universidades, da produção científica, houvesse já um lastro anterior para ancorar as atividades da comissão, foi a partir dela que o necessário trabalho de construção de uma memória nacional mais bem alicerçada na realidade e capaz de construir

¹¹ Essa disputa de significados segue atual. Ainda que tenha se recrudescido durante o governo Bolsonaro (2019–2022), o embate entre significados nunca esteve perto de se fechar no decorrer das últimas décadas. Já no terceiro milênio, em 2007, o Senado Federal publica uma notícia com o título “Tancredo, o Presidente que o Brasil Escolheu”, mesmo tendo sido eleito de forma indireta.

¹² Em 08/01/2023, o país passou por uma tentativa de golpe que tencionava destruir o Estado Democrático de Direito. Na capital federal, Brasília, a sede do Supremo Tribunal Federal (Poder Judiciário), o Congresso Nacional (Poder Legislativo) e o Palácio do Planalto (Poder Executivo) foram invadidos e depredados em ação de extrema violência, que visava abolir o Estado Democrático de Direito. Há fortes indícios de participação de agentes públicos e de forças de segurança na ação. O processo que deu fim a ditadura pós 64 com tônica de “reconciliação” fornece subsídios para compreender tanto o golpe institucional de 2016, como o evento de 6 de janeiro de 2023.

pontos de ruptura com o discurso de que no Brasil a ditadura não teria sido tão violenta começou a surtir efeito.

A partir da CNV, foram espalhadas pelo país comissões locais e/ou regionais da verdade. Para a presente pesquisa, interessa sobretudo o trabalho da Comissão da Verdade Ismêne Mendes – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que em seu II Relatório trata de forma contundente as ações de Rondon Pacheco e suas consequências. Essa referência é bastante importante por servir de contraponto para as demais, que tendem a dar um tom ameno, ou até certo ponto “heroico”, para Rondon Pacheco.

Nascido em 31 de julho de 1919 em Uberlândia, MG, Rondon Pacheco cursou o ensino primário e ginásial¹³ na cidade. Por indicação paterna, encaminhou-se para a capital mineira para fazer o que nomeou como “pré-jurídico” aos dezesseis anos, já na Escola de Direito. Aos dezenove, inicia efetivamente a faculdade. Nesse período, ainda que gozasse de autonomia, a Escola de Direito fazia parte da Universidade de Minas Gerais (UMG), hoje denominada UFMG, e o político foi estudante universitário em pleno Estado Novo. De acordo com o verbete “Rondon Pacheco” do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPEDOC/FGV, 2022), iniciou sua vida política no meio estudantil fazendo oposição à ditadura de Vargas. Advogou por um tempo em Belo Horizonte, após sua graduação em 1943. Contudo, em 1947, candidatou-se a uma vaga para a assembleia constituinte do Estado de Minas Gerais, conseguindo uma suplência, e posteriormente acaba assumindo o mandato, devido a uma vacância. A partir desse momento, a vida política e partidária se sobrepõe à carreira jurídica.

É bastante singular a posição do jovem Rondon em vista ao seu papel, já mais maduro, na ditadura civil-militar. Em entrevista concedida ao jornal *Estado de Minas*, ao lembrar da época em que iniciou suas atividades políticas, ainda enquanto estudante, associado aos nomes de mentores e amigos políticos, como Milton Campos e Pedro Aleixo, declarou, sobre o Manifesto dos Mineiros de 1947 – em oposição a política de Getúlio Vargas: “Eu era muito novo, tinha 23 anos, e não pude assiná-lo. Só assinou quem já era homem realizado. O resultado foi a perda de emprego e perseguição para muita gente” (Werneck, 2014, primeira página). Ainda que as consequências não tenham sido as mais alvissareiras para os signatários, Rondon Pacheco esforça-se para associar-se à luta democrática no período do Estado Novo.

Com profunda relação com a referência udenista, Pedro Aleixo marcou a iniciação partidária com o efetivo ingresso na atuação tanto no legislativo como no executivo. Logo após

¹³ Hoje o equivalente ao ensino fundamental e médio.

sua participação na escrita da constituinte mineira, exerceu os seguintes mandatos: deputado federal por Minas Gerais entre 1951 e 1967, novamente entre 1969 e 1971 e, por fim, entre 1983 e 1987. Foi chefe do Gabinete Civil da Presidência entre 1967 e 1969 e governador de Minas Gerais entre 1971 e 1975 (CPEDOC/FGV, 2022). Observa-se que entre 13 de dezembro de 1968 e outubro de 1969 o congresso esteve fechado.

Destaca-se em suas atividades políticas, sobretudo no período da ditadura civil-militar, uma enorme contradição de Rondon Pacheco e do próprio regime: ser o ministro Chefe da Casa Civil um parlamentar.

‘No governo Costa e Silva, fui chamado para ser o ‘ministro extraordinário chefe da Casa Civil’, diz Rondon Pacheco, com ênfase na palavra ‘extraordinário’. A explicação é que, naquela época, ‘seria incompatível um deputado federal trabalhar na intimidade da Casa Civil e exercer o mandato’. A tarefa não foi difícil. ‘Sempre soube da responsabilidade do meu cargo e ocupei as posições mais distintas no governo militar. A Casa Civil foi uma experiência extraordinária para o meu trabalho na política nacional’ (Werneck, 2014, primeira página).

A ênfase ao “extraordinário” é dada não por alguma qualidade à qual o adjetivo dá o tom de algo grandioso, melhor do que o habitual. Nesse caso, o significado é o que se aproxima da etimologia, fora ou além da ordem ou norma. Tanto em 1967 quanto hoje em 2024 parlamentares se licenciam para assumir funções no Executivo. Rondon Pacheco foi anômalo por manter de forma concomitante o mandato de deputado e a função de ministro. Para o político, a contradição era evidente, uma vez que os dois cargos significavam o compromisso com dois poderes que deveriam ser independentes. Para o regime, a contradição está mais implícita, porque o governo se autodenominava na época como “revolucionário” e tinha como principal missão salvar o país do comunismo.

As manchetes de dois jornais importantes à época, nos dias subsequentes a 31 de março de 1964, apresentam a construção de que o golpe era, na realidade, “democrático”. O *Estado de São Paulo* (1964) estampou: “Democratas Dominam Tôda Nação”, enquanto *O Globo* (1964) afirma “Fugiu Goulart e a Democracia Está Sendo Restabelecida”. A retórica era, portanto, de uma ação, a qual, mais do que “afastar o perigo comunista”, promovia a “retomada democrática”.

A própria assunção do presidente Castelo Branco foi eivada de promessas e indicações de defesa da democracia e da Constituição. Lília Schwarcz e Heloísa Starling (2015) descrevem:

Na tarde de 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional se reuniu para eleger o novo presidente da República. Os principais deputados da coalizão das esquerdas já não estavam lá: na véspera fora publicada a primeira lista de parlamentares cujos mandatos foram ‘cassados’ – uma expressão pejorativa para nomear os atingidos pela extinção de seus direitos políticos por um período de dez anos. Outras listas viriam, perfazendo quatrocentas cassações até março de 1967. O que sobrara do Congresso participou de uma eleição indireta em que só havia um candidato – o general Humberto de Alencar Castello Branco. [...] Castello tomou posse alguns dias depois, no plenário do Congresso Nacional. Jurou defender a Constituição de 1946, prometeu entregar o cargo ao seu sucessor em 1965 e garantiu que as cassações estavam encerradas (Schwarcz; Starling, 2015, p. 548).

O discurso que concorre com a prática não foi apenas uma marca inicial do processo histórico da ditadura civil-militar. O governo dos presidentes militares algumas vezes gritava sobre a defesa de “valores democráticos” enquanto exerciam seus poderes ditatoriais. Para além da questão coletiva e do modo de fazer e expressar a política, próprios do regime, essa dualidade também se observa na fala, nas ações e nas justificativas de seus atores singulares.

Rondon Pacheco teve protagonismo em duas ações cruciais para a história nacional e para o objeto desta tese. Enquanto agente político civil direto da ditadura, seu maior “feito”, sem dúvida, foi ter dado a redação final ao Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968 (AI-5) do Executivo Nacional. Esse instrumento, que recrudesceu a já truculenta ditadura, inaugurou os “Anos de Chumbo” e costurou acordos com o autor inicial, ministro Gama e Silva, fato de maior importância, que neste trabalho concorre com a articulação para criação da UnU, realizada no amalgamado ministro/deputado.

A historiografia pode abordar as nuances motivadoras para o golpe, indicar mais ou menos preponderância deste ou daquele agente, fazer balanços, expressar memórias distintas, mas ela não discute que o AI-5 agiu como marco inicial do momento mais opressor do período. Pode parecer desnecessária a afirmação, justamente pelo consenso. Contudo, as narrativas pessoais e algumas opções jornalísticas podem não ter muito compromisso com a historiografia.

Gustavo Werneck, na abertura da entrevista com Rondon Pacheco, citada anteriormente, faz a seguinte afirmação sobre a introdução do tema ditadura, que deveria ser escopo da reportagem, a primeira de uma série que marcava os 50 anos do golpe, realizada pelo jornal *Estado de Minas* (EM):

O assunto não agrada de imediato o civil que esteve no centro do poder em momentos de alta tensão durante o período militar (1964 a 1985), entre eles a assinatura do Ato Institucional nº 5, o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, que instalou para valer a ditadura, com o fechamento do Congresso Nacional, fim do Estado de direito e começo do regime de exceção. Rondon é a testemunha viva da reunião que definiu o destino do Brasil e foi, ao lado do vice-presidente da República, o mineiro Pedro Aleixo (1901-1975), uma voz contrária ao autoritarismo exacerbado do AI-5 (Werneck, 2014, primeira página).

O jornalista, em uma construção que leva a um certo abono para os políticos mineiros, indica que Rondon Pacheco e Pedro Aleixo divergiam do conteúdo do AI-5. A fala do jornalista, 46 anos depois da assinatura desse ato institucional, tem problemas de credibilidade por ter recaído sobre o deputado a função de redação final do documento. Essa forma de construção textual é contradita pelo próprio Werneck no parágrafo seguinte, na qual transcreve a fala de Rondon, que afirma ter proposto a validade de um ano para o ato. Nesse momento, fica clara a resistência pelo tempo de duração do ato, não pela existência de “autoritarismo exacerbado”.

De fato, a reportagem foi bem amena, acentuando a face modernizadora, desenvolvimentista do golpe e da ação política do entrevistado, deixando para os agentes não mineiros a face mais autoritária. Apesar de contar com um breve balanço do historiador Rodrigo Patto Sá Mota sobre o AI-5 na parte final e da utilização da nomenclatura de golpe e ditadura para tratar do período, o tom escolhido para a reportagem e o tratamento dado às memórias do ex-governador foram conciliadores. Nesse ponto, é interessante destacar que a criação da UnU, naquele momento já sendo a UFU, não foi citada como marco importante. Destacaram-se a criação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) e o ato de instalação da FIAT automóveis enquanto governador, mas a criação da Universidade em sua cidade natal quando era deputado não foi citada entre seus feitos mais importantes. Não é possível estabelecer se isso foi a escolha do jornalista ao escrever a entrevista ou da memória do próprio Rondon Pacheco, mesmo assim, o mais importante fica latente: dos feitos políticos esse não é o mais memorável.

A contradição de uma ditadura que falou muitas vezes em nome da democracia não se expressa somente no juramento esquecido de Castelo Branco, ao tomar posse, de cumprir a constituição, de transmitir o cargo para um presidente eleito sob as bases dessa constituição no ano seguinte e de pôr fim à cassação dos mandatos parlamentares. Rondon Pacheco também defende uma “ditadura democrática”. Em entrevista publicada em 9 de dezembro de 2008 no escopo do programa de treinamento profissional do jornal *Folha de São Paulo*, no blog “Novo em Folha”, assinado pelas jornalistas Fernanda Odilla e Sofia Fernandes, respondendo a uma questão sobre pressões sofridas pelo governo Costa e Silva, afirma: “Eram pressões próprias do exercício do governo. E não era governo ditatorial não. Era um governo com a constituição votada e promulgada pelo congresso” (Odilla; Fernandes, 2008). Para o advogado, a Constituição de 1967 autoproclamada promulgada pelo Congresso, que recebera do governo militar de Castello Branco a tarefa constituinte, garantiria o caráter “democrático” daquele governo.

O título da entrevista foi “Médici queria revogar o AI 5”, evidenciando o que as jornalistas destacaram da entrevista com o ex-ministro e deputado. As autoras apresentam o contexto da assinatura do AI-5: ele foi votado previamente em uma reunião de ministros, e teve como primeiro redator o ministro da Justiça Gama e Silva, o qual foi apresentado, nas palavras de Rondon Pacheco, como “uma coisa berrante” (Odilla; Fernandes, 2008). A tessitura do argumento do político mineiro durante a entrevista não se assemelha àquela conotada por Werneck na entrevista de 2014, na qual Pedro Aleixo e Rondon Pacheco eram as figuras mais moderadas e em certo sentido tinham restrições ao documento efetivamente publicado em dezembro de 1968. Na fala com as jornalistas da *Folha de São Paulo*, o argumento é bem diferente: a proposta original de Gama e Silva era um instrumento “ainda pior” do que o AI-5.

O historiador (da educação) trabalha com o que é dito, expresso, bem entendido tanto quanto com o que está nas sombras, é escondido, silenciado. No que foi publicado não há qualquer indicação com elementos mais explícitos do que era “berrante”, “pior” ou “mais autoritário” na proposta de Gama e Silva. Contudo, falta aparato criativo para apresentar elementos que tornassem o instrumento ainda pior do que foi. Talvez a possibilidade à instituição de pena de morte sumária oficializada para aqueles considerados subversivos pudesse ser considerada um instrumento “ainda pior”. A história contada pelos porões da ditadura, o navio Raul Soares, a Comissão Nacional da Verdade, os inúmeros relatórios das Comissões Locais da Verdade e o acúmulo historiográfico do período apontam que o AI-5 representa o período mais autoritário do governo ditatorial.

Quando Odilla e Fernandes (2008) questionam sobre o momento mais difícil do governo Costa e Silva e sobre as motivações para que se decretasse o AI-5, Rondon Pacheco explica:

FOLHA– Qual episódio deixou o governo Costa e Silva mais fragilizado?

PACHECO– Foi o do Márcio Moreira Alves. Injustificado. Soltaram um traque e provocou tudo aquilo. Já estava resolvido pelo Costa e Silva. Djalma Marinho, que era o presidente da Comissão de Justiça, me pediu que eu arrumasse uma audiência com o presidente. O presidente estava no Laranjeiras e o Djalma foi, e me pediu para que assistisse a audiência com o presidente. ‘O problema está resolvido, nós vamos fazer tudo de acordo com a Constituição. Vamos fazer um processo interna corporis, dentro da Câmara, e por esse processo nós vamos suspender por três ou quatro meses o exercício do mandato do Márcio. E ele continua deputado, nós damos uma satisfação ao exército’. Quando ele chegou a Brasília, o Gama já tinha tocado nos deputados fiéis ao governo na Comissão.

Iam fazer um processo interna corporis e suspender o Marcito por quatro meses, uma pena acessória, que não prejudicaria o mandato dele. E depois o Exército ficaria satisfeito, a crítica estaria reparada, teriam dado uma satisfação. Mas isso infelizmente a linha dura da Câmara não deixou acontecer.

FOLHA– O senhor acredita que se a Comissão de Justiça tivesse resolvido o problema internamente o AI-5 não teria sido editado?

PACHECO– Jamais, jamais seria editado. O que deu motivo ao AI-5 foi a agressão ao Exército. o Marcito dizia pro povo não comparecer à parada do 7 de setembro. Era

um discurso de pinga-fogo de três minutos. Daqueles discursinhos de chegar na fila e só fala no microfone. Ele não foi à tribuna, ele falou ao microfone do plenário, para demonstrar a fidelidade dele aos princípios. Coisa do Márcio, demagogo (Odilla; Fernandes, 2008, primeira página).

O que fica mais evidente tanto nas perguntas como na resposta de Pacheco é a consistência na manutenção de um discurso. A partir de dezembro de 1968, essa foi a retórica do governo. O episódio do deputado melindrou o exército e resultou nos anos de chumbo, mas o governo antes de lançar mão do dispositivo fez uma tentativa conciliadora, argumento contestado assim que proferido. A matéria procura destacar que o papel de mediador para uma solução menos violenta teria sido do próprio Rondon Pacheco ao intermediar a reunião do presidente da comissão de Justiça com Costa e Silva, ação que antecedeu as divergências em relação à redação original do AI-5.

Um único discurso crítico ao exército, proferido em um congresso constituído especialmente de entusiasta da ação em 1964, não poderia ser o estopim de um instrumento repressivo dessa grandeza. É necessário, portanto, pensar além do discurso para reconstituir os motivos que levaram o governo a decretar o AI5.

Rodrigo Patto Sá Motta (2018) discute sobre as motivações e origens do ato. O autor afirma que ainda que a historiografia aponte a face civil para o período o AI-5 foi uma ação militar. Aponta vários fatores que ajudaram a construir o contexto para que fosse decretado. A Constituição de 1967 havia criado dispositivos para lidar com a oposição da esquerda radical, dos estudantes e da população de um modo geral, mas o verniz democrático não permitiu instrumentos para conter oposições dentro do legislativo. Do ponto de vista constitucional de 1967, a recusa da Câmara em punir o deputado Marcio Alves era legítima e sem possibilidade de contestação. Mas não é o discurso em si o problema, e sim a impossibilidade de uma intervenção direta. O governo Costa e Silva, apesar de já indicar na economia as bases do milagre econômico, vivia em crise política, sendo contestado por integrantes das forças armadas tanto quanto pela sociedade civil. As próprias diretrizes de projetos modernizadores pensadas a partir de 1964 seguiam em um ritmo mais lento do que gostariam os golpistas devido às amarras que a Carta Magna, criada no interior do próprio golpe, fazia surgir para justificar o epíteto de democrático ao governo militar. O contexto internacional também mudara, e o apoio dos EUA já não era nem conveniente, nem possível. Assim, o AI-5 surge como necessário para ampliar exponencialmente o poder central do governo.

A outra ação de Rondon Pacheco bastante significativa para esta tese foi a articulação para que o governo federal criasse uma Universidade em Uberlândia. Vieira Filho (1993)

analisa em sua dissertação o surgimento das Escolas Superiores Isoladas e da UnU, e aponta dois fatores que levaram à criação da Universidade. De um lado, havia os diretores das escolas superiores isoladas, que arregimentaram outros atores locais e, de outro, a ação de direta de Rondon Pacheco. Além disso, o autor supracitado procura entender as origens da educação superior em Uberlândia e sua transformação de Escolas Isoladas em Universidade. Seu trabalho tem o mérito de pesar dois vetores: os agentes locais e a ação do governo federal, encarnada na figura de Rondon Pacheco. Havia interesse por parte dos responsáveis pelas escolas superiores existentes de se reunir em uma Universidade, e Rondon Pacheco enxergava nisso a oportunidade de deixar um legado para sua cidade natal advindo de sua atuação no governo ditatorial. Dessa forma, a execução do plano de criação de uma Universidade acaba sendo efetivada em parceria com o ministro da Educação, Tarso Dutra, que era próximo a Rondon Pacheco e queria, também, uma Universidade em sua terra natal, Rio Grande, RS.¹⁴

Essa ponderação que evidencia o movimento da sociedade local entrelaçado com a ação do político que viabilizou formalmente o surgimento da UnU torna a análise mais consistente. Por um lado, a figura do deputado, chefe da Casa Civil (do governo Costa e Silva) e governador não pode ser alijada de uma história da UFU, por outro, a Universidade não se constituiu unicamente por sua vontade e gosto. Havia na cidade homens e mulheres que ansiavam pela instituição, seja pelo interesse de melhor estabelecer a escola superior que dirigiam, seja pelo argumento de zelo pela “educação da mocidade”, seja pela preocupação com a grandeza de Uberlândia e a formação de mão de obra especializada para a concretizar seu esplendor, uma vez que a modernização conservadora era bem encarnada na cidade.

Contudo, ainda que seja Rondon Pacheco a figura de proa da criação da Universidade, esta se dá em um contexto nacional específico. O próprio ministro/deputado o reconhece em outro trecho da entrevista com Odilla e Fernandes:

PACHECO – [...] A primeira grande audiência que o presidente fez “ex officio” partiu dele, exclusivamente dele. Chamou todos os reitores de Universidades federais do país.

FOLHA– Por que ele fez isso?

PACHECO – Porque não se conformava em ver a juventude brasileira aprovada nos exames vestibulares para ingresso nas Universidades e não ter vaga. Os rapazes iam para a Argentina, Bolívia, Peru. Então ele convocou os reitores. Foi a primeira audiência oficial dele. Ele que passou a criar escolas superiores (Odilla; Fernandes, 2008, primeira página).

¹⁴ A afirmação de Vieira Filho será contestada sobretudo na seção 2.

Rondon, ainda que lance mão de um argumento que penderia a uma certa “consciência nobre” do presidente para reunir reitores e passar a ampliar o número de IES nos países, não deixa de evidenciar que a questão da Educação Superior permeou de formas variadas os governos militares. Quando fala das motivações para a reunião com os reitores, afirma que a diferença entre o número de alunos aprovados no exame vestibular e o número de vagas, chamado de problema ou questão dos excedentes, era o mote principal, acrescido dos alunos que iam ao exterior em busca de formação universitária. Muito embora seja demonstrado um aumento bastante expressivo no número de vagas do Ensino Superior, Saviani (2008) aponta que entre 1964 e 1973 as vagas aumentaram em 744,7%, e a questão encontrou uma outra solução com a Lei nº 5692/1971, que transformou o exame vestibular em concurso, acabando com a presunção do direito à vaga para aqueles que passaram fora do número de vagas ofertadas.

Assim, ao mesmo tempo que dá certa vazão à reivindicação do movimento estudantil para o aumento de vagas (Motta, 2014), o fazendo a partir da própria lógica, em que a educação pública se expandia para atender as necessidades do mercado (Saviani, 2008), também faz a adequação legal para que a questão dos excedentes deixasse de ter amparo na legislação. Esses movimentos foram complementares entre si. Havia a clara orientação de expansão educacional durante a ditadura civil-militar, pedagogicamente submetida à visão tecnicista, que acabava por ecoar na juventude que pedia mais acesso à Educação Superior. Por outro lado, extinguiu-se o parâmetro legal que sustentava a necessidade do aumento de vagas. Portanto, o processo acaba abarcando o que sustentava o ideário ditatorial, que buscava tornar a educação brasileira bem-sucedida nas necessidades do mercado, pois havia um caráter nacional-desenvolvimentista na ditadura, aumentando o acesso, uma antiga reivindicação estudantil, ao mesmo tempo que retirava um certo amparo legal da formulação do exame vestibular.

Assinala-se, ainda, um importante paradigma trocado em relação à Educação Superior: ainda que o período anterior ao regime militar já assinalasse uma tendência à privatização, a velocidade e a proporção desse processo aumentaram muito depois do golpe de 1964. O número de 25% de vagas no setor público e 75% no setor privado observado da segunda década do século 21 (Brasil, 2019) já estava presente em 1975 (Minto, 2006).

A criação da UnU carrega em si um pouco desse cenário: usando o expediente padrão de criação de Universidades da época, reuniu sob uma administração faculdades isoladas pré-existentes. Todas as Escolas Superiores existentes em Uberlândia em 1968 formaram a UnU: Faculdade Federal de Engenharia; Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia; e Conservatório Musical de Uberlândia (Documento 1 – SEGER). Das cinco escolas superiores, quatro eram privadas e

uma pública. Tal organização gerou, por exemplo, a situação de parte da Universidade ser gratuita, a Faculdade de Engenharia, e parte ser paga, as demais Faculdades. Além de agente viabilizador da UnU, Rondon Pacheco tinha ainda outras questões administrativas, decorrentes de uma Faculdade contar com dinheiro público que as demais não deveriam ter acesso.

Ainda que o discurso apresentado na imprensa tenha uma certa condescendência em relação a Pacheco, ou mesmo ao período ditatorial, há fontes dissonantes. Como já destacado, a Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba “Ismene Mendes” (CVIM) é um contraponto importante ao discurso corrente conciliador, até mesmo elogioso, ao se tratar de Rondon Pacheco em veículos de jornal ou de memória. O relatório II da comissão intitulado “A face civil da ditadura: protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica” apresenta um relatório parcial com o título: “Rondon Pacheco – escorço da trajetória política” (CVIM, 2017). É importante lembrar que Comissão Local da Verdade atuou de forma independente, mas instalada dentro da própria UFU.

O relatório chega a evocar a retórica de ordem, muitas vezes apontada como uma qualidade mineira, mas questiona qual ordem e a que custo ela se estabelece. Sobre Rondon Pacheco, aponta suas ações como ministro extraordinário e como deputado federal – ausente na votação da ementa Dante de Oliveira, como governador “biônico” de Minas Gerais entre 1970 e 1975. Ainda que não exaustivo, o texto constrói um apanhado consistente da participação de Rondon Pacheco na ditadura civil-militar. Aqui destacam-se duas, cuja primeira é a seguinte:

Há de se constar, também segundo o processo da CNV (Comissão Nacional da Verdade) na fala do General Oswaldo Pereira Gomes representante das forças armadas na CNV, que foi indultado o assassino confesso Wander Campos, algoz de Sr. Augusto Soares da Cunha, assassinado em 1964 em Valadares, indulto esse concedido por Castelo Branco, a pedido de Rondon Pacheco, e registre-se que esse ato foi tido como o primeiro assassinato por motivação política da época (CVIM, 2017, p. 26)

Antes ainda de ter dado a redação final do AI-5, o político tratava de intermediar a impunidade do primeiro assassinato por motivação política da ditadura. O homem que afirmava que para se governar era necessária “tranquilidade na ordem” (Werneck, 2014, primeira página) intercedeu para a ordem jurídica ser corrompida, uma ação “extraordinária” do ministro.

A segunda ação destacada pelo relatório foram as medidas tomadas contra o povo originário Krenak:

É importante destacar a violência empreendida na transferência para a Fazenda Guarani, em 1972, por ordem do então Governador Rondon Pacheco, e a falta de preocupação com a segurança e comodidade dos Krenak. Estes, ao chegarem ao

destino, ficaram abandonados até que o chefe de posto indígena Maxacali toma conhecimento da situação e os encaminha para acomodações que, por sua vez, eram precárias (CVIM, 2017, p. 28).

Salienta-se que a operação de transporte do povo krenak contou com a participação da então estatal Vale do Rio Doce, que acrescentou uma parada em terras krenaks para facilitar o transporte forçado dos indígenas para a Fazenda Guarani. O traslado foi motivado para facilitar a exploração mineral em terras ancestrais dos krenaks. O relatório afirma que havia intenção de extermínio ou, pelo menos, apagamento da memória dos indígenas sobre suas terras ancestrais, para o uso da terra para mineração. Em 1997, os krenaks conseguem no Supremo Tribunal Federal o direito de retomar a posse de parte do seu território ancestral (CVIM, 2017).

Essa grave violação dos direitos humanos perpetrada sob os auspícios do governador Rondon Pacheco é, mais uma vez, um exemplo do que seria “tranquilidade na ordem” para o político. Em nenhum momento da ação, o povo krenak foi ouvido ou os seus interesses levados em conta. O mais importante na época era fomentar e se aproveitar do milagre brasileiro, reforçar a importância mineira no cenário nacional, contribuir com a urbanização, ou com a modernização, da agricultura e explorar as riquezas nacionais para a grandiosidade da nação. Enfim, manter no Estado os mesmos vetores políticos do governo ditatorial. Rondon Pacheco reafirma-se como um homem da ditadura, encarnando sua face civil.

A CVIM, diante de todo histórico levantado, pede à prefeitura de Uberlândia explicações e solicita a mudança de nome tanto da Avenida Rondon Pacheco como do teatro municipal de mesmo nome, por entender que o ex-governador não era merecedor de tal honraria e que havia irregularidade na homenagem, à época do questionamento, pois o homenageado estando vivo, o que deveria ser vedado. Segundo o documento da CVIM, a prefeitura não se manifestou.

Esse homem descrito pelas páginas de jornais e pela CVIM pode ser considerado em termos singulares o maior responsável pela criação da UnU, que federalizada tornou-se a UFU. Em meio à defesa, à atuação e a certo orgulho do que se deu a partir do golpe de 1964, Rondon agiu com toda sua astúcia política e trânsito no governo e no legislativo para trazer para Uberlândia uma Universidade. O contexto já descrito de incentivo governamental para criação de IES e a ideia de um legado para a cidade, a mocidade e a modernização de Uberlândia, bem como suas relações políticas locais, servem de incentivo para que Rondon Pacheco costurasse politicamente a criação da Universidade. Vieira Filho (1993) demonstra que foram suas conexões nacionais, acrescidas dos interesses locais, que viabilizaram a ação.

É perceptível, portanto, que Rondon Pacheco era um político conservador de seu tempo: defendeu a ditadura, agiu para a impunidade de um assassinato político, expulsou os krenaks de suas terras, fomentou o parque industrial mineiro e criou a UnU. Ações diversas entre si, que denotam a complexidade da ação política desse ator.

Ainda que aqui sua atuação na criação da Universidade mereça o maior destaque, e que seja em seu balanço último tal feito algo apropriado, bem-vindo ou mesmo alvissareiro, é preciso entender que o político atuou sob diversas facetas, algumas das quais colocaram em xeque valores muito caros à própria Universidade, como sua autonomia. Suas contradições não são expressões de sua singularidade, mas reflexos da contradição inerente à realidade, a qual não existe em um suave movimento único, supostamente em direção ao progresso, mas em vetores dialéticos que ao se relacionarem se transformam em novos vetores. Fruto desse movimento de opostos são o político e a Universidade que ajudou a criar, e o conjunto de significados que definem a Universidade brasileira.

Todo o exposto na seção 1 refere-se a elementos fundamentais do trabalho. Dessa forma, não estão restritos a este espaço. Provisoriamente estão encerrados nesta seção que se finda, para serem a seguir retomados de diferentes formas.

SEÇÃO 2

UMA TRAMA POSSÍVEL COM OS FIOS DO ACERVO SEGER

Não há dúvidas da importância da criação de arquivos, em consequência, instituições públicas e privadas têm se dedicado à criação de acervos organizados de memória institucional. Essa prática disponibiliza fontes importantes para os historiadores. De certo modo, são também capazes de apontar dada identidade. Muitas vezes, essa ação é consciente e por meio dela busca-se preservar determinados tipos de documentos, descartando aqueles que não condizem com o objetivo explícito ou implícito da instituição ou da imagem que ela deseja construir de si. Outras vezes, os arquivos são formados a partir de massas documentais acumuladas sem muito critério, inventariadas e organizadas enquanto arquivo posteriormente. Como explica Campos (2016, p. 103),

[...] os documentos de arquivo não nascem como qualquer pretensão para o futuro. Pelo contrário, encontram sua vocação no presente, como instrumentos que permitirão às instituições públicas ou privadas e aos indivíduos a consecução de suas funções e atividades rotineiras. Antes de se tornarem peças de interesse para pesquisadores, os documentos cumprem um ciclo vital imbricado nas engrenagens dos negócios da entidade de que se originam. Servem primeiro como prova de obrigações e de ações juridicamente relevantes, para só depois, então passarem à condição de testemunho da trajetória, dos usos e dos costumes dos grupos sociais.

As palavras de Campos ajudam a dimensionar a constituição do acervo da Secretaria Geral da UFU (SEGER). Os trabalhadores da SEGER e de sua antecessora, Universidade de Uberlândia (UnU), atuam com documentos o tempo todo: relatórios, planilhas, atos normativos, processos e vários tipos de documentos administrativos. Dos documentos mezinhas, pinçam aqueles que acreditam ter valor histórico, constituindo um corpus documental que ao longo dos anos se ampliou e serve como instrumento de memória.

É uma tarefa difícil definir os documentos históricos da SEGER por sua falta de caráter institucional. A atividade de seleção e coleta desses documentos não faz parte das atribuições da secretaria, que trata seus documentos de acordo com os parâmetros institucionalizados de arquivística. A UFU possui um setor de Arquivo, que conta com funcionários e prédios específicos para esse fim. Desses documentos, alguns são selecionados por ter certo caráter histórico atribuído pelas pessoas que atuam na secretaria para serem adicionados ao conjunto de pastas que formam “Documentos Históricos” da SEGER. Não há obrigatoriedade na atividade, nem necessidade oficial de guarda desses documentos. Assim, apesar da sua constituição muito próxima ao sentido de arquivo, nesta tese opta-se por usar o termo acervo.

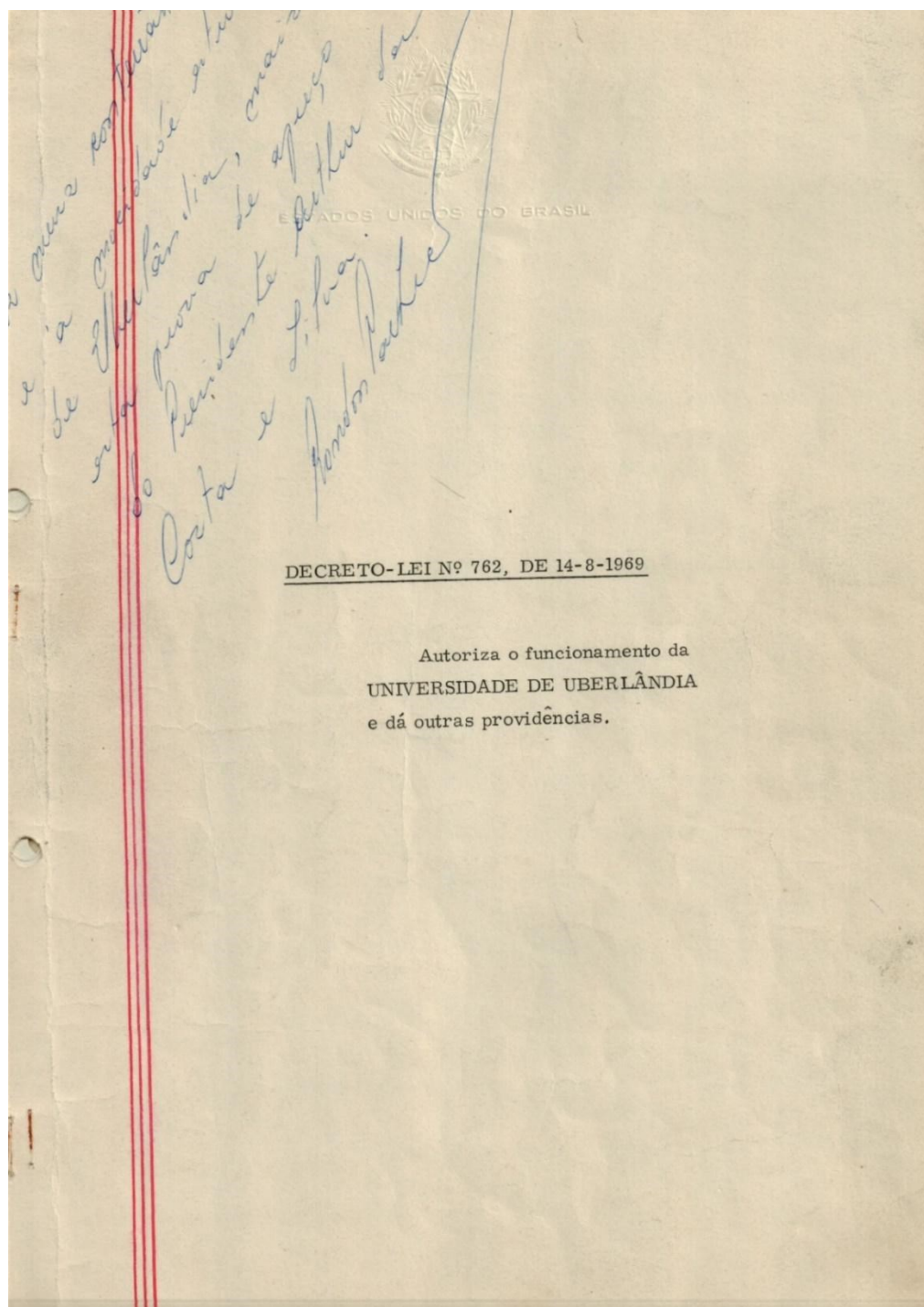
Se por um lado o caráter extraoficial da reunião dos documentos deixa em aberto a conservação e manutenção, por outro, a ação voluntária dá um caráter único, que implica na constituição de lógicas internas de seleção e organização diversas e constantes. Diversas porque, conforme os responsáveis pela secretaria mudam e recebem por tradição a incumbência de levar adiante a seleção e a guarda dos documentos considerados “históricos”, deixam um pouco de si na lógica do Acervo; constante porque alguns pontos acabam se repetindo.

A seguir, os documentos serão analisados, partindo de considerações sobre grupos de documentos e apresentando detalhamentos de alguns. O expediente foi necessário tanto para melhor fluidez na leitura como pela quantidade de documentos disponíveis.

2.1 Ponto de partida: primeiros documentos

Como apontado na Introdução, o primeiro documento do Acervo SEGER é o Decreto-Lei nº 7.262, de 14 de agosto de 1969 (Figura 1) e, como parte significativa das Universidades que foram criadas antes dele, surgiu pela simples reunião das Escolas Superiores já existentes na localidade. O documento 2 é a indicação do representante da união, Francisco Palma Souza. Esse documento possui ainda um anexo, o documento 2 A, uma miscelânea de itens que se referem, destacadamente, à criação da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (EMECIU).

FIGURA 1 – Decreto de criação da UNU



Fonte: Acervo SEGER (1969). “Aos meus conterrâneos e à mocidade estudiosa de Uberlândia, mais uma prova de apreço do Presidente Arthur da Costa e Silva. Rondon Pacheco”.

Na imagem, há a capa com anotação de Rondon Pacheco à caneta azul, com brasão da república em alto-relevo em papel acartonado. O documento está em bom estado, amarelado pelo tempo, com marca de oxidação por grampo que já foi tirado e data completada à caneta na primeira folha. Ter como primeiro contato com os documentos da pasta uma cópia do decreto que criou a UnU, com dedicatória do responsável por toda a articulação política que a tornou

possível, é impactante. O historiador que se depara com um conjunto de “documentos históricos” cria expectativas sobre todo o conjunto. O trabalho com o Acervo SEGER demonstra que tal esperança não foi vã.

Entre o conjunto de itens que formam o documento 2A, há a cópia de uma matéria de jornal, sem identificação de qual, sobre o anúncio feito por Rondon Pacheco em Petrópolis de autorização para o funcionamento da EMECIU. A fala do então ministro, segundo a matéria, foi transcrita de “O Triângulo”. Seu tom é alvissareiro, elogiando a diligência e o espírito do povo de Uberlândia:

O processo da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, foi daqueles mais bem constituídos, mais bem apresentados até hoje perante o Conselho Federal de Educação, tendo como base uma fundação que está se iniciando, processo organizado por uma comissão de grandes idealistas (SEGER, entre 1965 e 1975, documento 2A).

Rondon Pacheco tece um grande elogio não só à iniciativa em si como a todo o processo burocrático ao qual o funcionamento da Escola foi submetido, conduzido por aqueles que chama de “grandes idealistas”. Em outros trechos também assinala uma certa índole ao progresso de sua cidade natal. Está presente, contudo, no final da transcrição, a afirmação mais pertinente à criação da UnU: “[...] porque com esta autorização da Escola de Medicina, vamos partir, estou certo, para a nossa Universidade” (SEGER, entre 1965 e 1975, documento 2A). O político já anunciava o processo que desencadeou a criação da UnU.

Além do registro selecionado e guardado da cópia da matéria em seu verso, há uma anotação manuscrita: “1968 Palácio Rio Negro, em Petrópolis, onde o presidente [passava] o ‘avião’ (estação climática)” (SEGER, entre 1965 e 1975, documento 2A). Percebe-se o cuidado dos primeiros responsáveis pela compilação dos documentos em preservar itens relativos à história anterior à criação da Universidade, que formaram o contexto que a possibilitou surgir. Essa anotação é importante porque o processo de seleção dos documentos a serem preservados revela tanto no que preserva quanto no que descarta. Ruth de Sousa Ferreira Silva (2021) apresenta em sua tese *Genealogia do Curso Superior de Música da Universidade de Uberlândia, MG (1957-1969)* matérias veiculadas em jornais locais sobre o curso e o Conservatório, instituição que fundamentou sua instauração. Wander Pereira (2012) em sua tese *A ordem política e a Reforma Universitária: o processo de federalização da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1968-1978)* também apresenta matérias de jornais, inclusive sobre a criação da Escola de Medicina e Cirurgia. Perguntar-se por que somente aquela matéria

específica, que transcreve a fala do político local com projeção nacional, ficou guardada, e outras de teor semelhante não foram incluídas faz parte do processo de construção do trabalho.

Uma resposta assertiva, definitiva, não é possível; para tanto, seria necessário consultar os responsáveis no exato momento da seleção, ação inexequível. A tarefa a ser concretizada é uma aproximação consistente com o que se pode vislumbrar: a maioria dos documentos guardados são oficiais, originais ou fotocópias de leis, portarias, decretos, documentos internos. Os documentos de origem não oficial preservados, majoritariamente, acabam por assumir alguma semelhança com estes. A notícia guardada é uma transcrição de uma saudação de Rondon Pacheco, maior articulador político na esfera nacional para a criação da UnU. O período em que os “documentos históricos” passaram a ser compilados também deve ter interferido: eram os políticos ilustres que faziam história, e a fala não estava consubstanciada em um decreto, ou mesmo um projeto, mas provinha diretamente de uma autoridade ativa na criação da UnU, uma figura importante nas esferas local, regional e nacional.

O próximo tópico irá versar sobre os discursos preservados no Acervo. Especialmente, irá abordar o proferido pelo então reitor no início das atividades da UnU.

2.2 Discursos que tecem a trama

Parte dos documentos considerados históricos pela SEGER é composta de alguns discursos, que estavam reproduzidos em recortes de jornais ou em um documento provenientes do cerimonial da Universidade. São materiais extremamente ricos para produções acerca do UFU; sozinhos, poderiam render pesquisas completas. No entanto, por essa pesquisa dedicar-se a outros materiais, somente um discurso será destacado.

Os discursos e cerimoniais constituem cinco documentos no período recortado (a sigla EMECIU significa Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia):

- a) Documento 14: Discurso do reitor Domingos Pimentel de Ulhôa proferido no dia 26/08/1970, instalação da Universidade de Uberlândia. Consiste em seis páginas datilografadas com correções em caneta azul.
- b) Documento 16: Cerimonial – Visita do ministro Ney Braga e do governador Aureliano Chaves. Composto por sete páginas que alternam partes datilografadas e manuscritas.
- c) Documento 46: Discurso do governador Rondon Pacheco – Paraninfo da 1ª Turma de Médicos da EMECIU (Minas Gerais— 18/12/1973). O suporte é uma página em papel jornal em bom estado.

- d) Documento 47: Discurso do orador da turma “Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa” da EMECIU. Também se apresenta como uma página de papel jornal.
- e) Documento 57: Discursos do governador Aureliano Chaves e do ministro da Educação Ney Braga (Minas Gerais de 26/05/1976). Trata-se de uma página em papel jornal, com contorno e sublinhado do título em caneta vermelha.

Por se tratar do ato oficial que materializou a Universidade, o Documento 14 será analisado. O discurso do professor Domingos Pimentel de Ulhôa é destinado a três interlocutores explicitamente evocados: “Senhoras e Senhores”, formulação homogeneizante que se aplica a todos que ouviam o discurso, usada três vezes; “Prezadíssimo Rondon”, destinada a Rondon Pacheco; “Exmo. Sr. Ministro Jarbas Passarinho” e “Sr. Ministro” para o ocupante da pasta da Educação do governo federal em 1970. São nominadas algumas pessoas, um grupo de autoridades internas à UnU e chefes do governo militar. No início e no meio do discurso aparecem citações de Monteiro Lobato logo na abertura, e de Gilberto Amado, “interpretando os raciocínios de Poincaré” no meio do discurso (SEGER, 1970, documento 14).

O “Prezadíssimo Rondon” recebe um tratamento afetuoso mesmo antes de sua evocação direta: “Conferindo a sua primeira e maior láurea ao mais ilustre dos filhos da cidade, o nosso Magnífico Reitor Honorário, Rondon Pacheco, a Universidade de Uberlândia com esse ato não distingue apenas seu impávido criador e magnânimo protetor” (SEGER, 1970, documento 14). O trecho indica uma compreensão por parte do autor da figura de Rondon na mesma proporção dos heróis nacionais que desde a Era Vargas se buscava construir na história política do país.

Salienta-se que a fala proferida por Rondon, já citada, evoca uma ideia diferente, de um trabalho operado por uma “comissão de grandes idealistas” (SEGER, entre 1965 e 1975, documento 2A) em conjunto com sua força que possibilitaria a criação da Universidade. Há necessidade de dimensionar o papel daquele que seria indicado como governador de Minas Gerais pouco mais de um mês depois da instalação da Universidade. Não há dúvidas de que possuía uma grande dose de força política, como tratado no item anterior. Contudo, por maior que seja a força de um político, constituir uma Universidade não é o tipo de trabalho para uma só pessoa. É possível vislumbrar na produção acadêmica encontrada até aqui (Vieira Filho, 1993; Pereira, 2006, 2012; Silva, 2021; Alberto, 2023) outros personagens que tiveram papel proeminente na ocasião. O trabalho de Vieira Filho (1993), intitulado *O ensino superior no município de Uberlândia 1957 a 1978, o papel das lideranças locais do Governo Federal*, discorre sobre figuras locais que tiveram participação importante.

Além das “figuras históricas” já presentes na historiografia sobre a constituição da UFU, outras pessoas, com maior ou menor grau de anonimato, exercem papel de constituinte dessa

história. O tipo de fonte que esta seção se debruça é bastante inconveniente a esse tipo de investigação. Na seção 3, no entanto, será possível perceber alguns elementos que ampliam o entendimento dos atores que constituíram a universidade.

O ministro Jarbas Passarinho, como representante maior do governo federal, também é agraciado com louvores. Ulhôa enaltece ao mesmo tempo a figura do ministro e os governos militares em que trabalhou. O governo do Marechal Costa e Silva é caracterizado como “esplêndido” e o do Marechal Ernesto Médici como “impressionante”. A “Revolução de 1964” é assinalada como alvissareira e exorta que a “ordem, equilíbrio e coragem” demonstradas pelos mineiros desde o início da “Revolução” passem a também vigorar no Estado, numa indicação para o que se esperava sobre a definição de quem ocuparia o cargo de governador, Rondon Pacheco (SEGER, 1970, documento 14). O acento elogioso é alicerçado no contexto político da época e na própria gênese da instituição. A instalação estava se dando no governo de Médici (1969–74), e a UnU fora criada no anterior, de Costa e Silva. Ainda que Ulhôa fosse um eloquente inimigo do governo, o que não há indícios que fosse, dificilmente o discurso oficial da solenidade poderia ter outro tom.

Em relação ao “senhoras e senhores”, o vocativo que mais se repete, ele é dirigido a todos e qualquer um na maioria dos casos. A exceção é já na segunda metade do documento, ocasião em que estão nomeadas algumas autoridades da instituição, cuja fala é dirigida também a determinados conjuntos de pessoas:

Recebemos os cargos, e os encargos da Reitoria, das mãos operosas do Prof. Genésio Melo Pereira, o extraordinário Reitor que ora se afasta; posse que complementa ato de legítima escolha exercido por êsse digníssimo amigo e Presidente da Fundação Universidade de Uberlândia, Prof. Milton de Magalhães Pôrto, eu, e o insigne vice-Reitor, Prof. Juarez Altafin, por quem tenho a honra de também falar, queremos, tão somente, agradecer a imensa confiança em nós depositadas. Agradecimento que estendemos aos órgãos universitários que nos sufragaram e que incluem nos seus egrégios quadros os Excelentíssimos Diretores e Vice-Diretores das Faculdades componentes; os doutos representantes das respectivas congregações; os ilustres representantes de nossa comunidade e os jovens ardorosos representantes do corpo estudantil. [...] (SEGER, 1970, documento 14).

A forma como se apresenta essa saudação não é dissonante com o cerimonial para essas ocasiões, que apesar de ter tido seu vocabulário atualizado, continua com uma formulação semelhante até os dias correntes. O mais importante a assinalar é que em todo o documento essa é a única vez em que estudantes são mencionados, nem com a formulação genérica de “mocidade”, que aparece em outros documentos da mesma época, nem como sujeitos da instituição; nenhuma outra vez alunos são citados. É justo dizer que os demais profissionais e

a comunidade estão citados explicitamente somente aqui tanto quanto os estudantes, mas Ulhõa fala aos pares no conteúdo de sua fala, pares que são sobretudo os professores e os beneméritos de Uberlândia.

A fala do reitor inicia evocando Monteiro Lobato:

Muitas cidades, principalmente aqueles burgos mortos de que nos fala Monteiro Lobato, procuram [anotação a caneta ilegível] a ruína triste de suas tristes taipas, ou a bocarra devoradora dos famintos esbarrancados com um vocabulário rico de maldições cruéis e de macabros esconjuros que, continuamente, amedrontam e esmagam o gênio criador- dessa gente. Entretanto, talvez pela imperiosa penetração dos opostos, existem, também, cidades cuja constante de anseios é o progresso trepidante, a coragem de progredir do nada, a aspiração do bom e do melhor, e que conseguiram somatório de belas e futuríveis condições partindo do zero aziago de uma praga mal jogada (SEGER, 1970, documento 14).

O parágrafo de abertura serve para fundamentação do que acabará por ser o fio condutor da fala. Está claro que Uberlândia é uma cidade do segundo tipo, a qual age de modo a se construir como um lugar “do bom e do melhor”. Ao dar continuidade ao texto, entende-se que a intenção não era só iniciar uma ode, era, sobretudo, um acerto de contas com o passado.

O texto segue com Ulhõa fazendo um duplo movimento: de um lado, afasta de si a ideia de um especialista, já que avisa que não é, nem viria a ser, “historiador de nossa burgogênese”, a área de Ulhõa era medicina; de outro, aponta sua autoridade decorrendo da qualidade de testemunha que, mesmo ainda jovem, presenciou os eventos que em seguida narraria. A história que conta remonta a 1925, quando de uma visita de uma comitiva oficial do governo federal. Em sua descrição, a então Uberabinha – hoje Uberlândia – era ainda modesta e não dispunha de meios de receber os ilustres visitantes da comitiva com grandes pompas. “Fez bandeiras de papel de ceda, colocou banda de música, serviu almoço quasi (sic) sertanejo”. A simplicidade da recepção desagradou um membro da comitiva, que tinha “chagas até no nome” e falando em nome do governo predisse: “Uberabinha! Teu destino é um só: trabalhar muito e seguidamente mais” (SEGER, 1970, documento 14).

É possível afirmar que quando Ulhõa termina seu parágrafo de abertura falando de “uma praga mal lançada” estava se referindo ao evento de 1925. Uma chave importante encontra-se na falta de sucesso do impropério, que não se efetivaria exatamente com a *intenção* de quem a lançara. Assim, o que ocorrera é que a cidade trabalhara, crescera e frutificara e na visão do reitor aquele momento de instalação da Universidade era um exemplo de que, se a cidade recebeu sua sina de trabalhar sempre e mais, recolheu junto os benefícios de seu trabalho.

Há outro elemento que indica que o discurso tinha como eixo o causo, que marcara vivamente o autor, ao se dirigir a Rondon Pacheco, agraciá-lo. Com grande reconhecimento pede que, já que tinha entrada no governo do país na época, explicasse na capital que Uberlândia era uma cidade que trabalha e continuaria trabalhando seguidamente mais.

A partir desse ponto aparece outro fator: Rondon não deveria só afirmar o quão laboriosa era Uberlândia, devia avisar que a cidade reconhecia e se apoiava na “Revolução de 1964” (SEGER, 1970, documento 14). Isso funcionou como um gancho para que Ulhôa se aproximasse o quanto fosse possível do governo. De fato, ele acaba deslocando parte importante do que costuma ser um discurso de posse de uma autoridade para o ministro da educação Jarbas Passarinho, que falaria mais adiante¹⁵ que

É de praxe, nestas solenidades, expor o empossado, suas ideias e planos de direção. Entretanto, para gáudio e encantamento de todos, está entre nós, Sua Excia. o Ministro Jarbas Passarinho. De sua Excia., com o gabarito inexcedível de um grande orador, ouviremos, todos a exposição profunda e honesta dos momentosos problemas da política educacional do Governo da Revolução e nêles, certamente, os da Universidade (SEGER, 1970, documento 14).

A responsabilidade de anunciar o futuro fora delegada para o governo da ditadura civil-militar do país. Mais do que passar adiante a tarefa, a indicação denota a reificação do vaticínio de 1925: trabalhar muito e seguidamente mais. A diferença é que, quando falava o reitor honorário, o momento era de colher os frutos do trabalho e, quando transfere ao ministro a responsabilidade para anunciar projetos e planos para a instituição, era para apontar as dificuldades. As perspectivas, portanto, eram de manter a fidelidade à profecia agourenta, que em momentos antes tinha sido apresentada como benfazeja.

Ainda que desobedeça ao cerimonial desse tipo de solenidade ao não fazer o que dita a tradição e ao apontar o que pensa ser as diretrizes para o futuro da UnU, o discurso evidencia passado e presente; renuncia ao futuro. Não aparecem elementos que possam indicar para quem ou como a Universidade pretendia seguir na labuta a que estava destinada.

Uma maneira de encarar tal situação é que o discurso coloca a instalação da UnU num ponto de chegada e não de partida. Como já apontado, a implementação de uma Universidade na década de 1960 era algo a ser comemorado, vide o processo moroso de surgimento de novas instituições do tipo do país. Não é estranho encarar o acontecimento por si como uma vitória. No entanto, espera-se que ultrapasse a posição estática de resultado e passe a despontar

¹⁵ O discurso do então ministro não consta dos documentos guardados pela SEGER e não poderá ser objeto de análise neste momento.

enquanto motor de, no mínimo, formação de mão de obra qualificada para o desenvolvimento regional. Nem enquanto espaço de formação humana ou para o trabalho, nem como lar de produção de conhecimento ou de propulsão de modernidade, a UnU se despojou de significados ou mesmo esperanças para posteridade no discurso de uma forma mais tangível, que indique qualquer caminho. A única coisa que se espera é que seja glorioso tal futuro, uma vez que Ulhôa termina comparando a Universidade ao que seria a maior jazida de prata no mundo.

Assim, eclode a UnU, instituição que se transforma em UFU com o processo de federalização de todas as suas componentes. Levando em conta que já tinha uma parte federal, esse processo não pode ser limitado à discussão oficial que resultou na troca do “n” pelo “F” em sua sigla. É um fio que estava sendo tecido antes de 1978. Tal tema recebe tratamento próprio posteriormente no item 2.7, “Os Fios Legais da trama: leis, decretos-lei, decretos e outros documentos”. A seguir, haverá a discussão a respeito dos documentos de autorização e reconhecimentos de curso. Se na presente tese a ideia de instituição una, uma Universidade, é importante, não é possível renunciar às diversas frações que a compõem, no caso, do Acervo SEGER estas são explicitadas nos documentos supracitados.

2.3 O tecido dos cursos: autorizações e reconhecimentos

Durante o período recortado por esta tese, décadas de 1960 até 1990, a SEGER guardou 28 documentos referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos que compunham ou vieram a ser ofertados pela Universidade. Como a UnU teve origem nas Escolas Superiores já existentes na cidade de Uberlândia, alguns documentos são datados da época em que os cursos funcionavam na escola superior pertinente.

Quando se analisa o conjunto de itens nas pastas de Documentos Históricos – SEGER, é perceptível que tais documentos ao longo do tempo passaram por reorganizações, seja por guardarem traços físicos de antigas ordens, como furos que remetem a um tempo em que o documento esteve guardado diretamente em uma pasta com grampos tipo trilho, seja pelo esquema interno de organização. O índice da pasta aponta que as autorizações e os reconhecimentos foram agrupados entre os documentos 19 a 39 em um primeiro segmento, sem levar em conta a cronologia. O documento com data mais antiga é o de número 32, de 02/02/1960. Em ordem cronológica, esse seria o de nº 19. Ainda que de forma geral o Acervo SEGER esteja organizado levando em conta, a certa medida, a lógica cronológica, nesse item o agrupamento por tipo suplantou a ideia de cronologia.

A seguir, há um quadro agrupando documentos do período em que Uberlândia possuía apenas faculdades isoladas:

QUADRO 1 – Autorizações e reconhecimentos de cursos anteriores à UnU

| Nº | Referência | Instrumento Legal | Suporte |
|----|--|--|--|
| 19 | Reconhecimento dos Cursos de Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia. | Decreto 53.477 de 23/01/1964 | Página do D.O.U. de 30/01/1964 recortada, colada em uma folha A4, com cabeçalho. |
| 20 | Autorização de funcionamento do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras / Reconhecimento do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. | Decreto nº 54.848 de 19/03/1965 Decreto nº 62.221 de 05/02/1968 | Páginas do D.O.U. de 04/08/1968 e 07/02/1968 recortadas, coladas em uma folha A4, com cabeçalho. |
| 24 | Reconhecimento dos Cursos de Ciências Contábeis e Autorização para funcionamento do Curso de Ciências Econômicas. | Decreto nº 64.303 de 03/11/1966 | Página do D.O.U. de 04/11/1966 recortada, colada em uma folha A4, com cabeçalho. |
| 25 | Autoriza funcionamento do Curso de Administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. | Decreto nº 64.303 de 02/04/1969 | Página do D.O.U. de 07/08/1969 recortada, colada em uma folha A4, com cabeçalho. |
| 32 | Autorização para o funcionamento do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito. | Decreto nº 47.732 de 02/02/1960 | Decreto recortado de jornal, sem referência, com a data de 02/02/1960. |

Fonte: Organizado pela autora a partir dos Documentos Históricos SEGER (2023).

O Quadro 1 apresenta todos os documentos disponíveis nesse período para os cursos anteriores à criação da UnU. Todos estão organizados de modo semelhante e com o mesmo tipo de suporte, um recorte em papel jornal. São sete os cursos reconhecidos ou autorizados: Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia, História, Ciências Contábeis, Administração e Direito. Estes estavam antes da criação da UnU nas seguintes Escolas Superiores: Faculdade de Direito de Uberlândia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; e Faculdades de Ciências Econômicas.

Essas três Escolas Superiores são as primeiras implementadas na cidade de Uberlândia e se valem de movimentos de personalidades locais para se constituir. A Faculdade de Direito de Uberlândia surge do papel político que Rondon Pacheco passa a exercer como deputado federal. O autor destaca que antes os deputados da região vinham de Uberaba, aliada à volta e fixação de dois juristas: Homero Franco, com formação em direito, exerceu mandato como

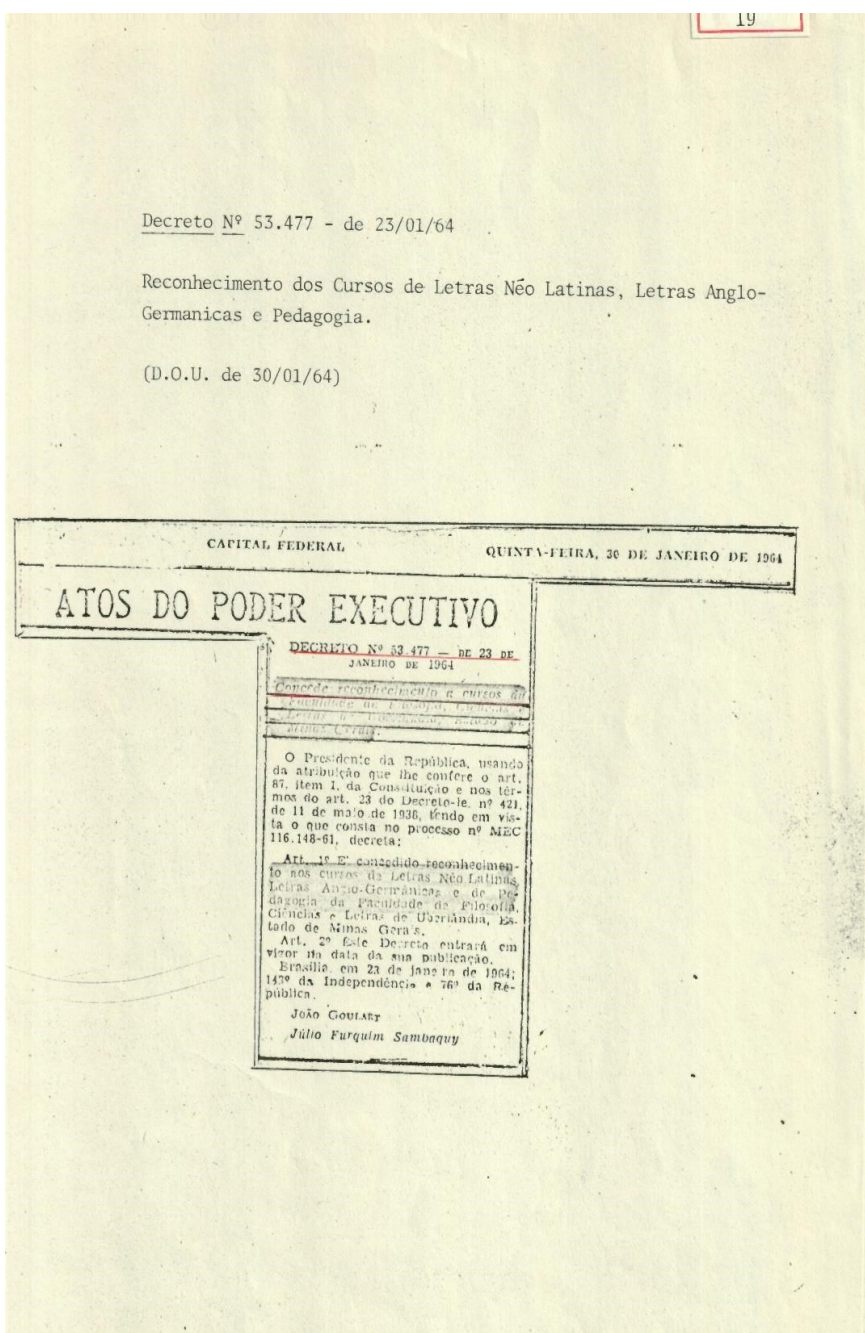
deputado estadual e Jacy de Assis, doutor em direito, com fortes relações com o estado de Goiás. Já a Faculdade de Filosofia, Letras e Artes além do incentivo da elite local e de seus representantes políticos contou com a articulação da Igreja Católica, especificamente a congregação Irmãs de Jesus Crucificado, destacadamente a Irmã Ilar Garotti. A faculdade iniciou suas atividades no colégio gerido pela congregação. Já a Faculdade de Ciências Econômicas teve como figura de proa Juarez Altafin. As duas primeiras instituições foram criadas ainda na década de 1950 e a última no início da década seguinte (Vieira Filho, 1993).

A elite uberlandense utiliza-se de suas relações locais/regionais/nacionais para constituir suas primeiras IES. As figuras de proa são importantes por sua ligação com a cidade, que se esforça para construir uma identidade revestida de modernidade, mas alicerçada no conservadorismo. A cidade crescia e sua elite buscou instaurar suas Escolas Superiores com múltiplos propósitos: por um lado, como reconhecimento da estrutura educacional já existente, por outro, pela necessidade de formação de mão obra qualificada para atender às necessidades locais e regionais.

Vieira Filho (1993) demonstra que todas essas escolas superiores criadas, ainda que contassem com o apoio da alta sociedade local, tiveram vários graus de dificuldade em sua criação. Evidencia-se as divergências entre o ambiente sociocultural e os recursos financeiros e humanos. A ideia de escolas superiores era cara aos apoiadores, mas essa boa vontade não era capaz de suprir as necessidades materiais e profissionais para a manutenção delas. Essas dificuldades, contudo, não impediram a criação e o funcionamento dessas IES até que se tornassem uma Universidade.

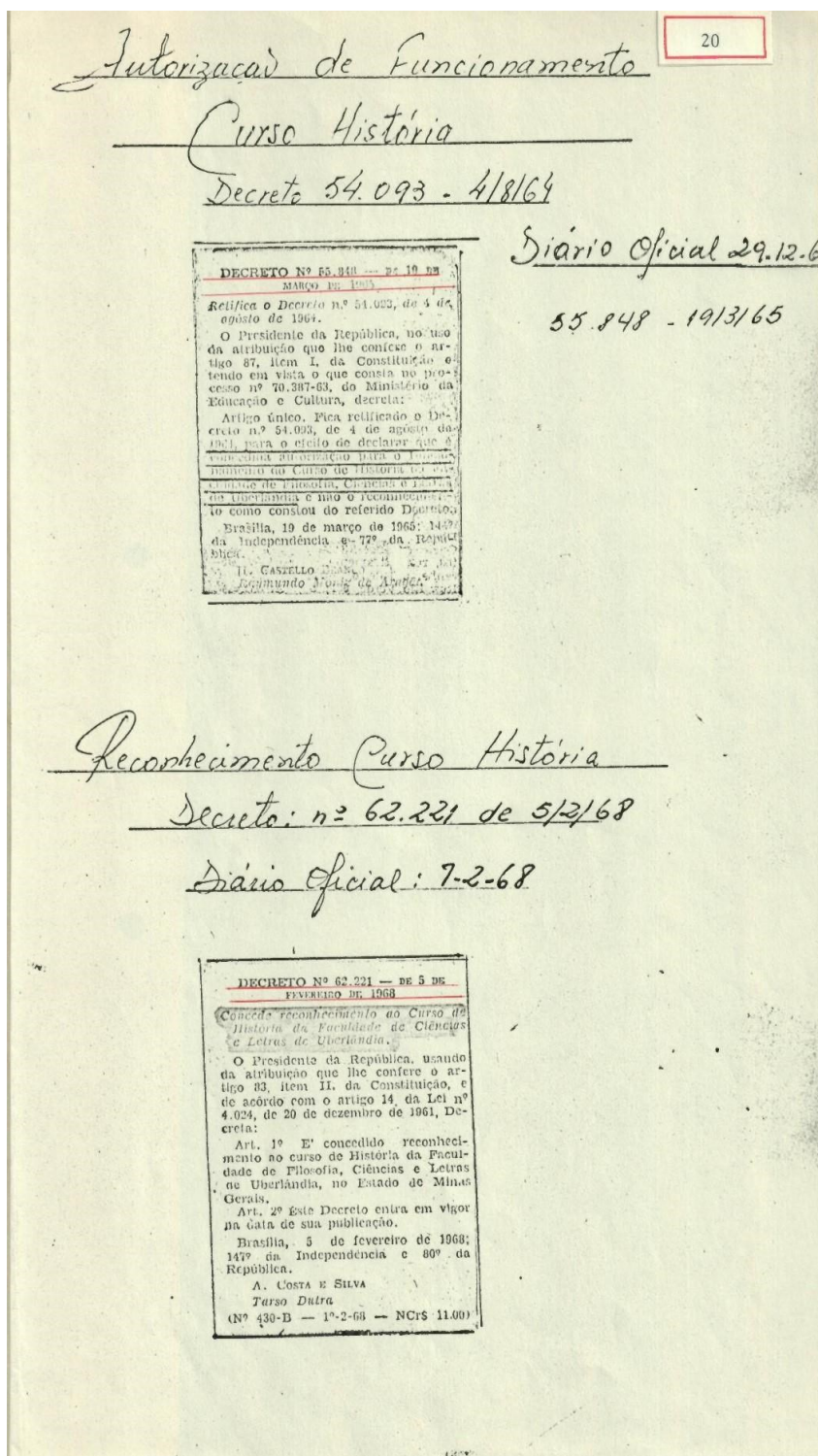
As Figuras 2 e 3 subsequentes são exemplos de como estão organizados os documentos desse tipo no Acervo.

FIGURA 2 – Reconhecimento do Curso de Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia



Fonte: Acervo SEGER (1964). "CAPITAL FEDERAL QUINTA-FEIRA 30 DE JANEIRO DE 1964. ATOS DO PODER EXECUTIVO – DECRETO Nº 53477 – DE 23 DE JANEIRO DE 1964. Concede o reconhecimento de cursos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Uberlândia Estado de Minas Gerais. O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87 item I da Constituição e dos termos do art. 23 do Decreto-Lei nº 421 de 11 de maio de 1938 tendo em vista o que consta no processo nº MEC 116.148 – 61, decreta: Art.1 É concedido o reconhecimento dos cursos de Letras Néo Latinas, Letras Anglos-Germânicas e de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Brasília em 23 de janeiro de 1964: 143º da Independência. 76º da República. João Goulart. Júlio Furquim Sambaquy."

FIGURA 3 – Autorização e reconhecimento do Curso de História



Fonte: Acervo SEGER (1965 e 1968). 1) Autorização de Funcionamento Curso de História: “DECRETO Nº 55.848 DE 19 DE MARÇO DE 1965. Retifica o Decreto nº 54.093 de 4 de agosto de 1964. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o que consta no processo nº 70.387-63, do Ministério da Educação e Cultura, DECRETA: Artigo único. Fica retificado o Decreto nº 54.093, de 4 de agosto de 1964, para efeito de declarar que é concedida autorização para o funcionamento do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia e não o reconhecimento como constou do referido Decreto. Brasília, 19 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República. H. CASTELLO BRANCO Raymundo Moniz de Aragão” 2) Reconhecimento Curso de História: “DECRETO Nº 62.221 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1968. Concede reconhecimento ao Curso de História da Faculdade de Ciências e Letras de Uberlândia. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe

confere o artigo 83, item II, da Constituição, e de acordo com o artigo 14, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, DECRETA: **Art. 1º.** É concedido reconhecimento ao curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais. **Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 5 de fevereiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República. A. Costa e Silva Tarso Dutra (Nº 430 B – 1º - 2- 68 – NCr\$11,00)”.

Os dois documentos apresentam semelhanças e diferenças. Os documentos 19, Figura 2, e 20, Figura 3, possuem título em uma folha A4, em papel sulfite, onde foram colados recortes copiados das páginas do D.O.U. referentes à autorização e aos reconhecimentos, com destaques em sublinhados à caneta. No documento 19, o título está datilografado e refere-se a uma página do D.O.U. Já no documento 20 há dois títulos, um para a autorização e outro para o reconhecimento do curso de História, manuscritos, com uma letra bem desenhada. Sendo a autorização datada de 1965 e o reconhecimento de 1968 e estando agrupados no mesmo documento, é possível inferir que foram reunidos em 1968 ou ainda mais tarde. Talvez só após a criação da UnU e de uma Secretaria Geral, quando foram trasladados documentos das IES que constituíram a Universidade para a administração, que esse documento tenha se constituído. Essa conjectura vale para os documentos relativos ao período que antecede a criação da UnU.

É importante lembrar que se por um lado havia uma expectativa social local para a criação de tais cursos, a sua efetivação se deu porque esses anseios coincidiam com condições regionais e nacionais. Sob a perspectiva do estado de Minas Gerais, José Carlos Souza Araújo (2019) aponta que o estado no final da década de 1960 era o quarto no país em número de cursos superiores, atrás apenas de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Luiz Antônio Cunha (1986) afirma que a segunda Universidade do país foi a Universidade de Minas Gerais (hoje UFMG). O estado, que sempre procurou protagonismo em meio aos governos nacionais, buscou construir lastro por meio da Educação Superior em seu território.

Já se apontou a questão de os registros de autorizações e o reconhecimento de cursos estarem ligados às Escolas Isoladas que foram conglomeradas (Fernandes, 1975) para dar origem à UnU. Esse processo, ainda que único e específico dessa instituição, se dá em meio ao contexto nacional, o qual está submetido às contradições dessa realidade. As autorizações dos cursos vão ao encontro das ideias privatistas para educação, especialmente superior. A análise dos interesses privados balizando as políticas educacionais tem farta literatura:

O conflito público-privado na educação provavelmente não se extinguirá por avaliações pessoais. Este fenômeno social é uma manifestação concreta. O sintoma maior, de um intrincado problema, que não se revela explicitamente, que diz respeito às relações entre Estado e sociedade no Brasil. Este problema se localiza no âmbito da delimitação das esferas públicas e privada da sociedade (Pinheiro, 2014, p. 285–286).

A autora Maria Francisca Pinheiro em seu estudo parte da afirmação de um dirigente da Associação de Educação Católica que afirmou durante o processo constituinte de 1987 e 1988 que seria fora de moda falar em conflito entre público e privado. No texto, ela pergunta se essa questão realmente tornou-se obsoleta. Ela desabona a afirmação.

Os interesses privados entrecortando e frequentemente se sobrepondo aos interesses públicos estão presentes na História da Educação Brasileira. Lalo Watanabe Minto descortina essas relações em *As reformas do Ensino Superior no Brasil – o público e o privado em questão* (2006). O livro levanta a questão que o Estado Brasileiro favoreceu interesses privados na Educação Superior, e foca principalmente na segunda metade do século XX, destacando que as políticas públicas, como também as legislações sobre o tema, foram de forma ascendente privilegiando o privado em detrimento do público. Para o autor, tal processo resulta, por exemplo, no “meganegócio” da Educação Superior, consolidado na década de 1990, mas de origem mais remota.

Luiz Antônio Cunha (1989) e José Willington Germano (1993) concordam que a Reforma Universitária de 1968 preconizava que o Ensino Superior se daria preferencialmente em Universidades, mas a prática do Estado que realizou tal reforma levou ao incentivo e ao fortalecimento de ofertas de vagas via estabelecimentos isolados, públicos e privados. Prática instaurada no país desde a criação em solo nacional dos primeiros cursos superiores, como parte das medidas tomadas a partir da chegada da corte portuguesa em 1808. Esse era o modelo que constituiu o contexto de criação dos cursos que tiveram seus documentos recolhidos pelo acervo da SEGER.

Ainda assim, sob os auspícios da recém-editada Reforma Universitária de 1968, as Escolas Isoladas da cidade de Uberlândia foram autorizadas no mesmo ano se tornar uma Universidade. É ineficaz perguntar se o acontecimento indicaria um equívoco em relação à posição de Cunha (1989) e Germano (1993). Antes disso, a formação da Universidade em conformidade com a propositura legal é um signo de como a realidade dialética se manifestava no período. A expansão da matrícula em Escolas Isoladas se ofuscava com a criação de Universidades, mas a proporção de ampliação favorecia as instituições mais simples.

Sobre a ampliação do número de Escolas Superiores, Anísio Teixeira (1989) faz um balanço de sua expansão no século XX até 1968. Antes disso, o país contava com 24 escolas superiores:

Entre 1900 e 1910 criam-se outras 13 escolas; de 1910 a 1920 criaram-se mais 34, e de 1930 a 1945 foram criados 95 novos estabelecimentos, mais que nos 30 anos anteriores, passando o total para 181. Entre 1945 e 1960 foram criados 223

estabelecimentos, passando o total à 404. Também nessa época multiplicam-se as Universidades. Entre 1960 e 1968 surgem 375 novas escolas, ficando um total em 779, com cerca de 280 mil estudantes. Entre 1930 e 1968 o número de escolas cresce 9 vezes e o de matrícula mais de 14 vezes (Teixeira, 1989, p. 115).

O autor pondera que o aumento foi crescente, em um ritmo menor entre 1900 e 1945, quando há a primeira aceleração, e com um aumento ainda mais pungente no período de 1960 a 1968. Essa marcação temporal aglutina duas realidades políticas distintas: de 1961 até 1964, a experiência do governo João Goulart, que aprovou uma LDB em 1961 – para Teixeira a força motriz que impulsionou esse aumento na oferta de Educação Superior –, e, após o golpe de 1964, a instauração da ditadura civil-militar.

Pelo ângulo de análise da criação da instituição universitária que originou a UFU, o que se deu sob dois vetores contraditórios: a regulamentação geral da educação brasileira a partir a Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do governo Goulart, e a política pública para a Educação Superior, notadamente com a Reforma Universitária, estabelecida com a Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968, estabelecida pelo governo militar, consequente ao golpe de estado dado pelas forças armadas para abreviar o mandato de João Goulart. A esses elementos, se juntam e entrecortam os interesses locais, especialmente os da elite uberlandense e regionais. Remete-se, aqui, mais uma vez, ao papel de Rondon Pacheco¹⁶, que amalgama muitas dessas relações.

Destaca-se uma particularidade no conjunto de documentos anteriores à UnU: cursos pertinentes tanto ao Conservatório Musical de Uberlândia, Faculdade de Artes, como da Faculdade Federal de Engenharia não aparassem entre as autorizações e os reconhecimentos. É difícil justificar essa ausência. Mas há um papel importante em assinalá-la, pois o Acervo, por mais diligentemente que tenha se formado, não deu conta de preservar todos os cursos que acabaram formando a UnU, o remontou tanto quanto possível.

Os documentos da SEGER também guardam alguns documentos de autorização e funcionamento de cursos posteriores à criação da UnU apresentados no Quadro 1. Em seguida, uma imagem do reconhecimento do curso de Agronomia, pertencente ao período.

QUADRO 2 – Autorizações e reconhecimentos de cursos UnU/UFU

| Nº | Referência | Instrumento Legal | Suporte |
|----|----------------------------|-------------------|---------------------------------|
| 21 | Reconhecimento do Curso de | Decreto nº | Fotocópia de em papel A4 de uma |

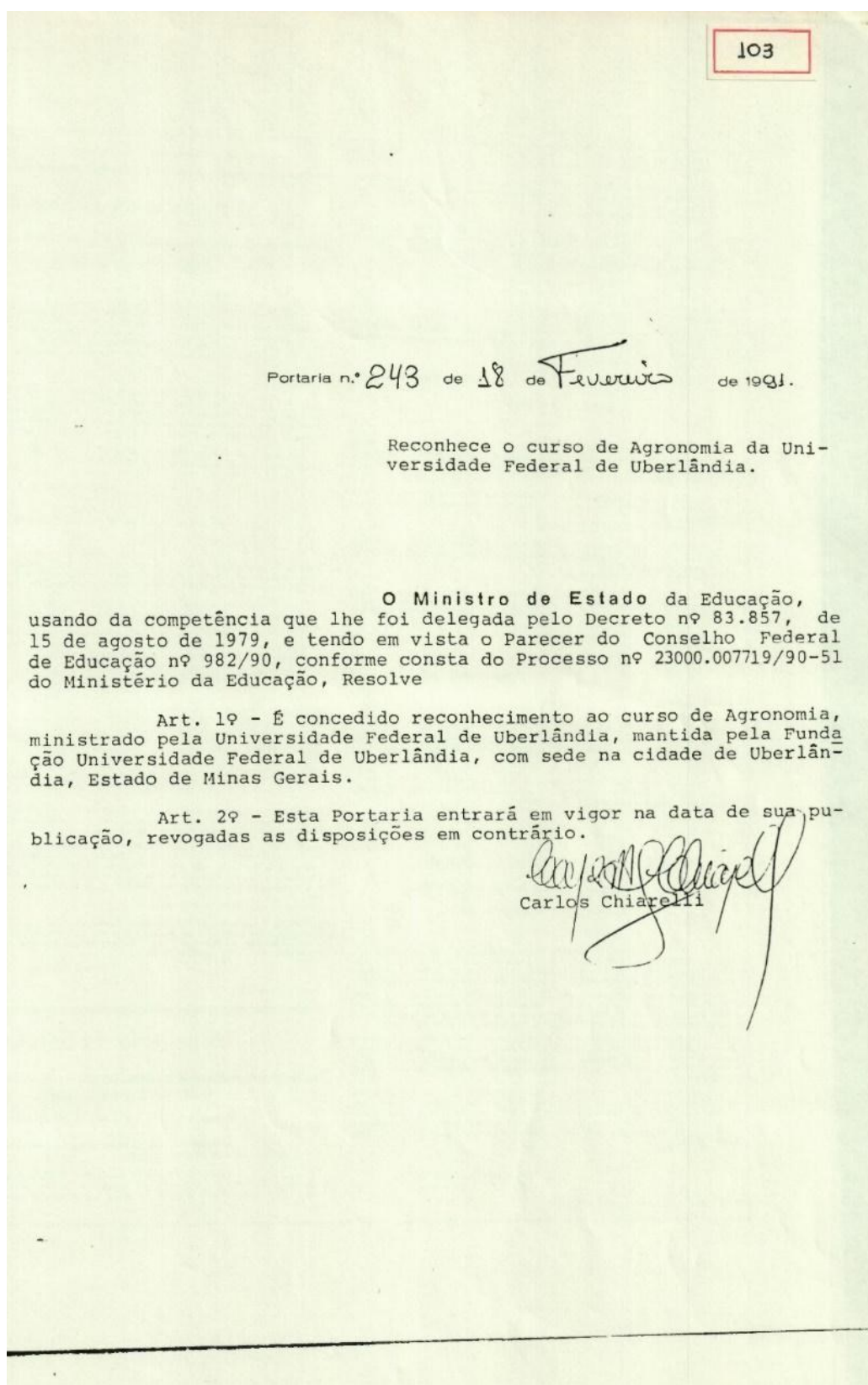
¹⁶ Rondon Pacheco teve seu papel político analisado na seção 1.

| | | | |
|----|---|-----------------------------------|--|
| | Ciências (Licenciatura de 1 ° Grau) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras | 74112 de 27/05/1974 | página com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 22 | 72 Reconhecimento do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras | Decreto nº 71.335 de 08/11/1972 | Fotocópia de em papel A4 de uma página com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 23 | Reconhecimento do Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras | Decreto nº 76.791 de 15/12/1975 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 26 | Reconhecimento dos Cursos de Economia e de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas | Decreto nº 69.535 de 11/11/1971 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 27 | Autoriza o funcionamento da Faculdade de Medicina Veterinária | Decreto nº 69.688 de 03/12/1971 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 28 | Reconhecimento do Curso de Medicina Veterinária | Decreto nº 79.403 de 16/03/1977 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 29 | Parecer Conselho Federal de Educação favorável ao reconhecimento do Curso de Medicina Veterinária | Parecer CFE nº 04/1977 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 30 | Autoriza o funcionamento da Escola de Educação Física | Decreto nº 69.410 de 22/10/1971 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 31 | Reconhecimento do Curso de Educação Física | Decreto nº 75.714 de 12/05/1975 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 34 | Reconhecimento dos Cursos de Engenharia Mecânica e Química | Decreto nº 67.597 de 18/11/1970 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 35 | Reconhecimento da Escola de Medicina e Cirurgia | Decreto nº 74.363 de 07/08/1974 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 36 | Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais | Decreto nº 75.026 de 03/12/1974 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 37 | Reconhecimento do Curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia | Decreto nº 76.380 de 02/10/1975 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 38 | Reconhecimento dos Cursos de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica | Decreto nº 78.555 de 11/10/1976 | Destaque em página do D.O.U. de 11/10/1976 |
| 39 | Reconhecimento aos Cursos de Comunicação Visual, de Decoração e de Educação Artística | Decreto nº 79.562 - de 20/04/1977 | Página em papel A4 com cabeçalho, colado recorte de D.O.U. |
| 73 | Autorização da conversão dos | Decreto -º | Destaque em página do D.O.U. de |

| | | | |
|-----|--|------------------------------------|---|
| | Cursos de Matemática, Ciências Biológicas, Química e Ciências em cursos de licenciatura plena. | 83242 - de 07/03/1979 | 08/03/1979 |
| 80 | Reconhecimento do Curso de Psicologia | Portaria nº 212 de 04/03/1981 | Destaque em página do D.O.U. de 06/03/1981 |
| 103 | Reconhecimento do Curso de Agronomia | Portaria nº 243 do MEC de 18/02/91 | Cópia da Portaria, com número escrito em letra manuscrita |

Fonte: organizado pela autora com base nos documentos da SEGER (2023).

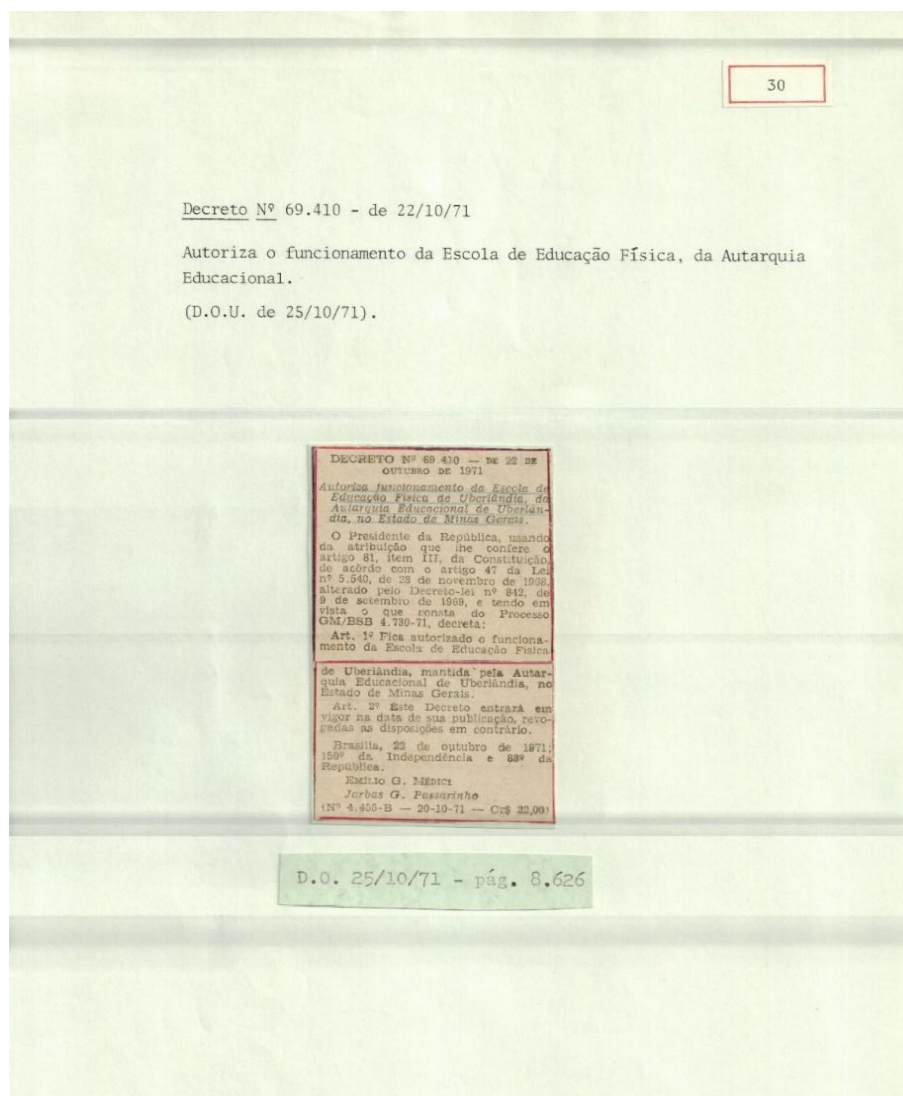
FIGURA 4 – Documento 103



Fonte: Acervo SEGER (1979). Fotocópia da portaria que reconhece o Curso de Agronomia da UFU.

No Quadro 2, é possível perceber um pouco da lógica interna da organização dos documentos da SEGER. O manuseio do corpus deixa claro que os documentos, especialmente os primeiros, passaram por processos de reorganização. Isso se evidencia sobretudo por marcas de sistemas diferentes de armazenagem dos documentos, como furos típicos para pastas com trilho borboleta.

FIGURA 5 – Documento 30 – com acréscimo posterior da página e data do D.O.U.



Fonte: Acervo SEGER (1971). Documento que indica reorganização ocorrida no Acervo SEGER. O cabeçalho da folha tem indícios de ser impressa ou feita em máquina de datilografar elétrica – letras sem variação na coloração, no pé da página há um recorte sobreposto em papel esverdeado, datilografado em máquina mecânica.

A ordem dos documentos não é cronológica nos documentos 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 32 e 34, e não é possível atribuir uma sistematização para esse conjunto. Uma boa hipótese é que tenham sido organizados conforme foram chegando ao acervo. Já os documentos que vão

do 35 ao 39 seguem uma ordem cronológica, mas reúnem documentos anteriores às datas do primeiro conjunto. Os documentos 73, 80 e 103 seguem a lógica cronológica. É possível perceber que os documentos entre 21 e 39 são uma tentativa de alocar juntos os de mesmo tipo. Ainda que a sequência tivesse sido permeada com documentos de outra natureza, em alguns pontos constata-se a reunião temática. Essa organização deve ter ocorrido em algum momento entre os anos de 1977 e 1978 e manteve-se até os dias atuais. Infere-se que até esse período a SEGER recebia documentos de temporalidades distintas. A partir do final da década de 1970, o corpus foi aumentando com um padrão cronológico, ainda que em alguns momentos documentos com data anteriores fossem juntados à pasta. Como explica Ferreira (1995, p. 51),

A arquivística visa, entre outros objetivos, proporcionar a organização e o acondicionamentos dos documentos, quer textuais, audiovisuais ou de outra natureza, bem como as vias de acesso à informação de forma rápida e eficaz. Todavia, por mais objetivas e precisas que sejam as regras técnicas, não se pode afirmar a equivalência entre objetividade e neutralidade na arquivística.

As palavras da autora tratam de formação de arquivos ancorada na ciência arquivística de forma consistente. O corpus documental da SEGER tem suas próprias particularidades. Sua constituição se deu de forma paralela às atividades formais da secretaria (e do órgão congênere antes da sua formação) por pessoal técnico. Somou-se, portanto, o interesse na preservação do que se consideravam documentos históricos e o conhecimento na organização de material arquivístico, uma vez que o acervo se constitui por meio da SEGER. Assim, a questão da objetividade X neutralidade é perceptível na constituição do Acervo, pois a dinâmica é: ameilham-se os documentos para impor-lhes dada organização. Mesmo que os critérios de ordem não possam ser desprendidos pela forma como estão dispostos, o critério geral de tipificação é observável.

A seguir, será exposto como, mesmo antes da efetivação de campi fora de Uberlândia, a universidade explorou ultrapassar os limites da cidade.

2.4 Sussurros para além de Uberlândia: do ideário à realidade

No presente, a UFU possui um campus na cidade de Monte Carmelo. Ele foi previsto no bojo do plano da IES para o REUNI, aprovado em 2010 (PRADO, 2020). Segundo o site do Campus, abrigado no portal da UFU, oferece cinco cursos: Agronomia, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Engenharia Florestal, Geologia e Sistema de Informação (Portal

da UFU, 2017). Contudo, a relação entre a UFU e a cidade de Monte Carmelo conta com um registro muito anterior.

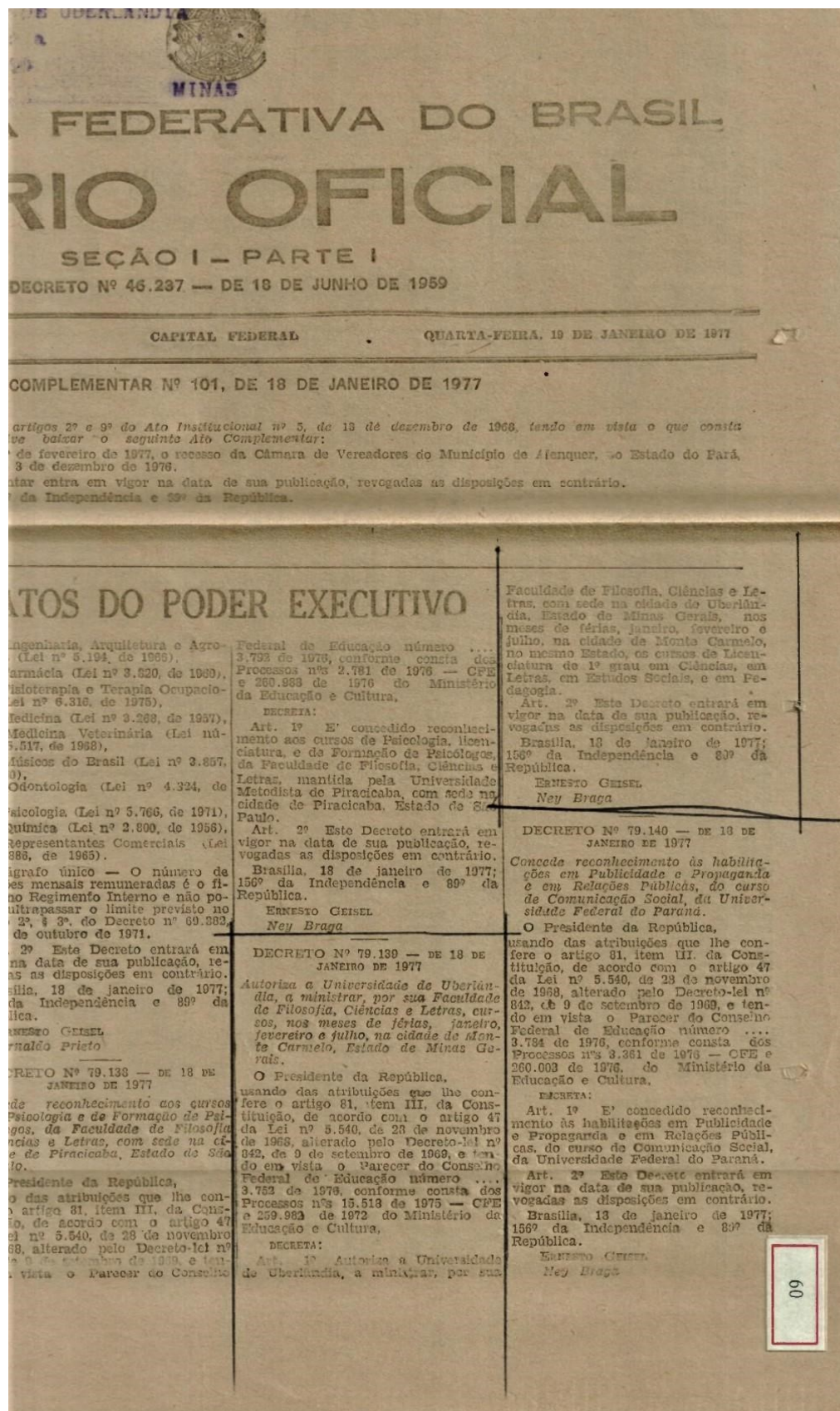
Os documentos 59 e 60 tratam da autorização de atividades da Universidade em Monte Carmelo. O documento 59 é o parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 3752-76, publicado no DOU de 24 de janeiro de 1977, que autoriza a UFU a ministrar cursos de licenciatura nos meses de férias, janeiro, fevereiro e julho, na cidade, distante pouco mais de 100km de Uberlândia.

O documento 60 é a cópia do DOU de 18 de janeiro de 1977 com o Decreto nº 79.130, da Presidência da República, que dá a forma legal da autorização efetivamente. Ele diz respeito a uma modalidade de curso superior para formação de professores que surgiu na década de 1960 e foi ampliada na década seguinte: a licenciatura curta (SEGER, 1977, documento 60).

Para fazer uma qualificação emergencial de profissionais do magistério, o CFE autoriza a criação de cursos de licenciatura aligeirados. O conselheiro Valnir Chagas acreditava que essa seria uma solução transitória até que se formassem profissionais em licenciatura plena o suficiente para atender às demandas educacionais brasileiras. Assim, criam-se cursos de licenciatura curta, com duração variável entre um ano e meio e três anos de duração (Castro, 1974).

A imagem subsequente apresenta o recorte do DOU que autoriza a oferta de cursos de licenciatura parcelados.

FIGURA 6 – Documento 60



Fonte: Acervo SEGER (1977). "DECRETO Nº 79.139 -DE 18 DE JANEIRO DE 1977: Autoriza a Universidade de Uberlândia a ministrar por sua Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, cursos, nos meses de férias, janeiro, fevereiro e julho na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais. O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei 5540, de 28 de dezembro de 1968, alterado pelo Decreto-Lei nº 842 de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do

Conselho Federal de Educação nº.... 3.752 de 1976, conforme consta dos Processos nºs 15.518 de 1975 – CFE e 269.982 de 1972 do Ministério de Educação e Cultura, DECRETA: Art. 1º Autoriza a Universidade de Uberlândia, a ministrar, por sua Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, com sede na cidade de Uberlândia Estado de Minas Gerais, nos meses de férias, janeiro, fevereiro e julho, na cidade de Monte Carmelo, no mesmo Estado os cursos de Licenciatura de 1º grau em Ciências, em Letra, em Estudos Sociais, e em Pedagogia. Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. Brasília 18 de janeiro de 1977: 156º da Independência e 89º da República. Ernesto Geisel Ney Braga.”

Os cursos de licenciatura curta eram voltados para a formação inicial, isto é, a capacitação de futuros docentes. No entanto, a existência de muitos professores leigos levou à criação de uma outra modalidade de licenciatura curta, a licenciatura curta parcelada, criada para ter aulas ministradas nos meses de férias (janeiro, fevereiro e julho) especialmente para professores que já atuavam, a fim de garantir a formação sem a necessidade de prejuízo ao cotidiano escolar (Gonzales, 2014).

Os documentos 59 e 60 apontam para autorização de cursos da modalidade supracitada na cidade de Monte Carmelo. Infelizmente não há outros documentos tratando do assunto no acervo. Olenir Maria Mendes (1999) dedicou sua pesquisa de mestrado à investigação dos cursos de licenciatura da UFU, considerando tanto as Escolas Isoladas como a UnU. Em seu trabalho, não há menção da implementação de cursos de licenciatura curta na instituição. Hoje, o município conta com um campus da UFU, criado em 2011, no contexto do REUNI. No site do campus abrigado no portal da Universidade não há alusão de memória sobre a implementação desse curso. A literatura sobre o assunto é bastante escassa. No Repositório Institucional da UFU, usando como descritor “campus de Monte Carmelo”, houve 902 ocorrências, das quais 5, usando como critério título e palavras-chaves, poderiam de alguma forma abordar o assunto, contudo na leitura dos resumos e do sumário foram descartadas.

Uma única menção a esses cursos foi encontrada. No trabalho com a fonte para a próxima seção, o livro *A UFU no Imaginário Social*, localizou-se na entrevista da Irmã Ilar Garotti a citação:

Criamos também uma extensão da Faculdade em Monte Carmelo, com a finalidade de legalizar a situação dos professores leigos. Os cursos de licenciatura de 1º grau foram ministrados para três turmas em Monte Carmelo, nas áreas de Pedagogia, Letras, Ciências e Estudos Sociais (Caetano; Dib, 1988, p. 31).

A informação indica a existência dos cursos, mas não nos informa, por exemplo, o tempo de duração escolhido, uma vez que a licenciatura curta parcelada tinha duração variável. O trecho ainda reforça o mote para esses cursos: tornar legal a formação mínima para a atuação em escolas de 1º grau, hoje ensino fundamental.

A existência desses documentos remonta a ligação da UFU com a cidade de Monte Carmelo por um período de três décadas antes da efetiva instalação de cursos, no campus da Universidade na cidade. Nota-se como memória e história são duas faces da construção do conhecimento histórico. O registro da autorização de funcionamento, acrescido de um pequeno trecho publicado em um livro de memória da instituição, recortado de uma entrevista maior, pode indicar a instalação concreta do curso autorizado. Caso Caetano e Dib tivessem feito outra escolha para o recorte publicado, seria muito difícil determinar até mesmo se os cursos chegaram a ser ministrados.

O contexto de autorizações de cursos são ferramentas importantes para perceber de que forma a Universidade se constituiu e cresceu. Outro elemento importante de compreensão para a constituição do que hoje é a UFU são seus estatutos, que serão alvo do próximo item. Registra-se que o último estatuto é o que até hoje rege a instituição, ainda que com o passar dos anos tenha sofrido alterações.

2.5 Fios que delimitam a trama: estatutos

A maioria dos documentos que tratam dos estatutos da UFU são conjuntos, ainda que nem sempre sequenciais. Não há uma lógica específica para eles, ou seja, não são agrupados com os mesmos tipos de documento; há uma compilação independente de documentos relacionados ou mesmo de teor parecido, mas publicados em suportes distintos. Os estatutos receberam uma especial atenção em sua guarda. Cada um é composto com série de documentos, que incluem, por exemplo, seu registro em cartório, a aprovação pelo CFE e publicações de seu conteúdo.

2.5.1 Primeiro estatuto: UnU

Assim que autorizada enquanto Universidade, surge aquele que é o primeiro estatuto, ainda enquanto UnU. O conjunto é formado pelos documentos 04, 05, 06 e 07. O documento 04 trata-se da página do DOU, que está desgastada, com destaque em caneta nas cores vermelho e azul. O documento 05 é uma fotocópia em papel A4 do documento 04. O documento 06 trata de uma alteração feita no estatuto pouco depois de sua publicação no DOU e o documento 07 é a versão de despacho, com a assinatura da junta militar, que governava o país no momento.

Esse estatuto foi publicado no DOU em 7 de outubro de 1969. Como de praxe, primeiro há um preâmbulo com o decreto de aprovação do estatuto, Decreto nº 65.276 de 6 de outubro de 1969, assinado pela junta militar – Augusto H. Radermaker Grünewald; Aurélio de Lyra Tavares, Márcio de Souza e Melo – e pelo então ministro da Educação Tarso Dutra. O estatuto está dividido em 11 capítulos:

- a) Capítulo I: Da Denominação, sede, fins e duração. O artigo 1º declara que a Fundação Universidade de Uberlândia é sem fins lucrativos, de direito privado, como foro na comarca de Uberlândia (MG). O artigo 2º diz que essa fundação manterá a Universidade de Uberlândia “com a finalidade de realizar e desenvolver a educação de nível superior, a pesquisa e o estudo em todos os campos de saber, e a divulgação científica, técnica e cultural” (SEGER, 1969, documento 04). A validade do estatuto era por tempo indeterminado.
- b) Capítulo II: Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros. Esse capítulo é destinado a dois pontos distintos: um visa descrever os possíveis recursos e o patrimônio, além de integrar à Fundação Universidade de Uberlândia os patrimônios das distintas IES que aglutinadas formaram a UnU; o outro ponto versa sobre a garantia de que, ainda que integrada ao patrimônio da fundação, cada unidade teria autonomia de gestão das suas verbas, como também a responsabilidade por débitos anteriores. Além disso, estipula um rigoroso mecanismo contábil para que fundos e débitos pudessem estar associados à unidade. Determina, em sentido semelhante, que no caso de dissolução da fundação os patrimônios voltassem para suas unidades de origem. Previu também que os trabalhadores provenientes de cada unidade teriam a garantia do recebimento de seu salário anterior, salvo quando na integração o novo salário fosse vantajoso.
- c) Capítulo III: Da Universidade. Determina as unidades da Universidade a partir de suas instituições de origem: Faculdade Federal de Engenharia; Faculdade de Direito; Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Artes. Prevê ainda que, quando fosse legalmente reconhecida a Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, fosse integrada à UnU.
- d) Capítulo IV: Dos Órgãos Administrativos. Declara que a fundação será composta por Assembleia Geral; Presidências, Conselho Diretor e Conselho Curador. Os participantes dos órgãos administrativos não receberiam retribuição pecuniária.
- e) Capítulo V: Da Assembleia Geral. Formada pelos diretores e vice-diretores das faculdades e por um representante do MEC. Caso houvesse a incorporação de

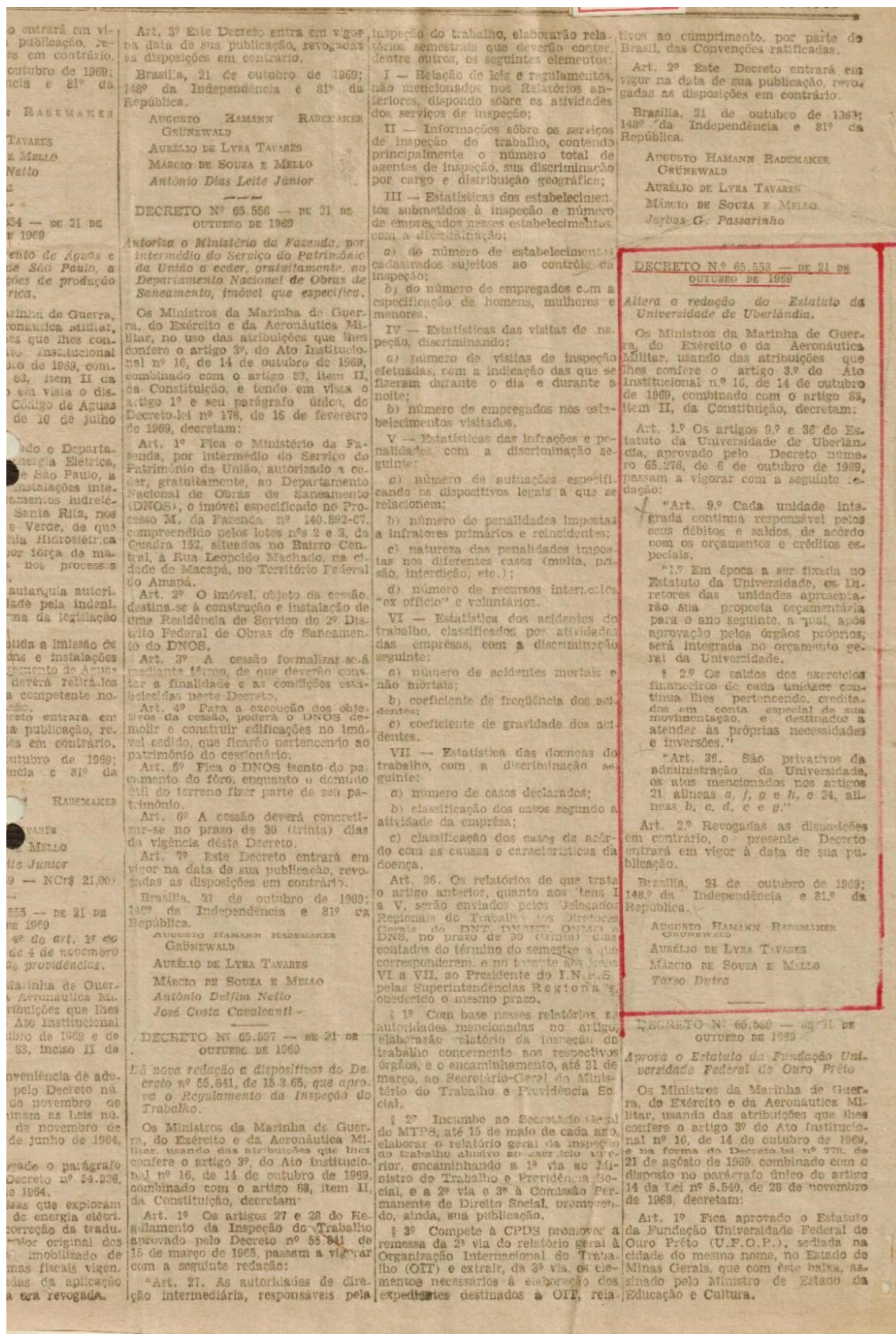
Escolas Superiores mantidas pelo estado ou município, essas também teriam direito a um representante. Previa uma reunião ordinária anual, no mês de março, com a possibilidade de reuniões extraordinárias. Entre suas funções, estavam as de aprovar o orçamento da fundação; escolher os membros elegíveis dos órgãos e suplentes de três em três anos para o Conselho Curador e de 4 em 4 anos para os demais com voto secreto; conhecer e deliberar o balanço do ano anterior. Em reuniões extraordinárias, poderia votar alterações no estatuto, destituir membros e deliberar sobre os demais assuntos constantes na convocação.

- f) Capítulo VI: Da Presidência. Eleitos pela Assembleia, tinham como competência representar a fundação; convocar as atividades dos demais órgãos; presidir reuniões; supervisionar os trabalhos da fundação; nomear Reitor e Vice-Reitor; assinar convênios e contratos; autorizar a execução de planos de trabalho; e autorizar a movimentação de fundos. O vice-presidente atuaria quando o presidente estivesse impedido de exercer suas funções.
- g) Capítulo VII: Do Conselho Diretor. Formado pelo presidente e vice-presidente, dois membros eleitos pela assembleia, um representante do MEC e, havendo integração de Escola Superior estadual ou municipal, um representante do estado e/ou município. Seu mandato é definido em quatro anos, com possibilidade de reeleição. Sua competência girava em torno da administração, com a aprovação do estatuto, da definição proposições e execuções orçamentárias e de pessoal, decidindo sobre recursos interpostos contra atos do reitor. Previa a reunião ordinária bimestral acrescida de uma que ocorreria na primeira quinzena de dezembro para produzir o orçamento a ser proposto na assembleia ordinária. Podia ser convocada de forma extraordinária pelo presidente.
- h) Capítulo VIII: Do Conselho Curador. Formado 5 membros e suplentes eleitos pela assembleia, por um representante do MEC e, se for o caso de integração de IES estadual e/ou municipal, um representante do estado e/ou município. Suas atribuições iam no sentido fiscalizatório, tanto das propostas orçamentárias como das denúncias de fraude. Reunia-se antes da assembleia geral e no caso de o conselho diretor retardar suas atividades por período maior que um mês.
- i) Capítulo IX: Do Exercício Fundacional. Determina que o ano fundacional coincide com o ano civil e que ao seu final seria feito um balanço geral, de acordo com as prescrições gerais.

- j) Capítulo X: Do Pessoal. Determina que sempre que possível as relações de trabalho serão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho. Delimita que os servidores federais da Faculdade Federal de Engenharia desempenhem suas funções para a fundação, sem prejuízo de salário ou vantagens.
- k) Capítulo XI: Das disposições gerais. Discorre sobre a possibilidade de alterações no estatuto; determina que membros da assembleia não podem ser eleitos para os demais órgãos; apresenta as possibilidades para a dissolução da fundação: incapacidade financeira, impossibilidade de execução de suas finalidades e por deliberação de todos os membros da assembleia; afirma a necessidade de atas para as reuniões dos órgãos da fundação.

A publicação no DOU do estatuto se dá no início de outubro, e no final do mês é publicada uma alteração, como demonstrado na Figura 7.

FIGURA 7 – Documento 06



Fonte Acervo SEGER (1969). "Altera a redação do Estatuto da Universidade de Uberlândia. Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 83, item II, da Constituição, DECRETAM: Art. 1º. Os artigos 9º e 36 do Estatuto da Universidade de Uberlândia, aprovado pelo Decreto

número 65.276, de 6 de outubro de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 9º. Cada unidade integrada continua responsável pelos seus débitos e saldos de acordo com os orçamentos e créditos especiais. §1º Em época a ser fixada no Estatuto da Universidade, os Diretores das unidades apresentarão sua proposta orçamentária para o ano seguinte, a qual, após aprovação pelos órgãos próprios, será integrada no orçamento geral da Universidade. § 2º Os saldos dos exercícios financeiros de cada unidade continua lhes pertencendo, creditados em conta especial de sua movimentação, e destinados a atender às próprias necessidades e inversões.’ ‘Art. 36. São privativos da administração da Universidade, os atos mencionados nos artigos 21, alíneas a, f, g e h, e 24, alíneas b, c, d, e g.’ Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor à data de sua publicação. Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República. Augusto Hamann Rademaker Grunewald Aurélio de Lyra Tavares Márcio de Souza e Mello Tarso Dutra

O conteúdo da nova redação reforça um sentido de agregação, em uma administração única, distintas faculdades pré-existentes. Ainda reforça a independência das unidades, com a manutenção de forma separada de seus débitos, créditos, bens, orçamento, que seriam apreciados pela Fundação Universidade de Uberlândia.

Esse primeiro estatuto e sua alteração esclarecem muito mais o funcionamento da fundação mantenedora da UnU do que da Universidade em si. Era esse o coração do funcionamento da instituição, até porque o documento expressa o funcionamento com grande autonomia para cada unidade.

Publicado em 1969, esse estatuto ajuda a compreender o ambiente da Educação Superior no país. Segundo os dados de 2013 do portal do Ministério da Educação (MEC), em 1969 foi criada, federalizada ou transformada em Universidade Federal 5 instituições: a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal de Uberlândia. De alguma forma, sob auspícios do governo federal, essas são as instituições que marcam efetivamente o ambiente da Reforma Universitária. Demarca-se, assim, o potencial para o entendimento do que significou a reforma a compreensão dos sentidos aplicados na UFU.

Observa-se na leitura do estatuto uma questão bastante presente na literatura: a privatização da Educação Superior durante o período da ditadura iniciada em 1964. Autores como Cunha (1988), Germano (1993), Minto (2006), Saviani (2008) e Motta (2014) mantêm o entendimento geral do caráter privatista do período. O entendimento é de que, além de privilegiar a expansão em IES privadas, a lógica aplicada à Universidade enquanto instituição principalmente após a Reforma de 1968 é privatista.

Demerval Saviani (2008) no artigo “Legado educacional do regime militar” discorre sobre como foram alicerçadas as posições e ações no campo educacional durante o período. Sobre as formas de manifestação da lógica privada inclusive no setor público:

Para além desse fortalecimento do setor privado do ensino, cabe considerar, também, que o próprio setor público foi sendo invadido pela mentalidade privatista, traduzida

no esforço em agilizar a burocracia aperfeiçoando os mecanismos administrativos das escolas; na insistência em adotar critérios de mercado na abertura de cursos e em aproximar o processo formativo do processo produtivo; na adoção dos parâmetros empresariais na gestão do ensino; na criação de ‘conselhos curadores’, com representante de empresas, e na inclusão de empresários bem sucedidos como membros dos conselhos universitários; no empenho em racionalizar a administração do ensino, enxugando sua operação e reduzindo seus custos, de acordo com o modelo empresarial (Saviani, 2008, p. 300–301).

A UnU nasceu vinculada ao direito privado (Seção 1), mas com uma unidade pública federal, a Faculdade de Engenharia, e já previa a incorporação de outras faculdades, que se transformariam em unidades e seriam mantidas pelo setor público estadual e/ou municipal. Essa formulação antecipava a criação de cursos na área de saúde, segundo informa Pereira (2006), a saber, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia, que já tinham encaminhamentos para seu funcionamento antes da criação da UnU.

Ainda que esse primeiro estatuto vislumbasse a incorporação de novas instituições, notadamente as da área de saúde, a Faculdade de Medicina só passou a integrar a UnU em 1976. É importante registrar que ainda que a federalização da Universidade tenha ocorrido apenas em 1978, a partir do reconhecimento da Escola (Decreto nº 74.363 de 6 de agosto de 1974), o governo federal passou a ser responsável pelo pagamento de professores e funcionários da instituição (UFU, 2023).

O momento de criação da UnU, bem como a aprovação de seu primeiro regimento, coincide com rupturas significativas nas boas relações do governo brasileiro com os EUA. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) era visto como desproporcional e uma demonstração de incapacidade para lidar com a oposição: “A opinião majoritária entre os representantes dos Estados Unidos foi contrária ao AI-5, considerado um lance perigoso e arriscado” (Motta, 2014, p. 133). Contudo, o processo histórico não é estanque, e as ações estadunidenses no país durante o período de maior aproximação, entre 1964 e 1966, não foram infrutíferas, pelo contrário, refletiram fortemente na organização dada pela ditadura civil-militar ao Ensino Superior. Motta (2014) produz um balanço consistente do período:

No que toca as Universidades, o balanço da influência americana também revela resultados ambíguos. Elas certamente se ‘americanizaram’ em vários aspectos, mas não necessariamente por imposição política, e mais porque o modelo universitário proposto apresentava características atraentes para os modernizadores, inclusive alguns nacionalistas convictos. Nas reformas implantadas nos anos 1960, vários traços do modelo americano foram incorporados, como, por exemplo, a criação de departamentos, a implantação de pesquisa, o estabelecimento de cursos de pós-graduação, a profissionalização dos docentes com contratos de dedicação exclusiva e a adoção do sistema de créditos às disciplinas. As Universidades brasileiras, porém, não incorporaram inteiramente o modelo: elas continuaram ligadas e dependentes do Estado (política e economicamente), o projeto de cobrar taxas dos alunos foi

engavetado, e a ligação com o sistema produtivo, sobretudo no que toca o desenvolvimento de tecnologias, continuou frágil. A ‘americanização’ atingiu parcialmente as estruturas de ensino, pesquisa e extensão, mas pouco foi mudado em questão de política administrativa, assim como na forma de seleção de alunos (Motta, 2014, p. 147).

Esta tese concorda com a avaliação feita pelo autor supracitado. Ela é válida para se pensar os resultados efetivos da influência. Neste momento, porém, serve para chamar atenção que no processo de construção dessa realidade ocorreram contradições. O primeiro estatuto da UnU não se preocupa com departamentalização, sistema de créditos, profissionalização docente, porque ele está estruturado para garantir a reunião em Universidade de diferentes instituições, que não perderiam sua independência e manteriam suas receitas, créditos e débitos. A regulação da fundação se deu com o forte caráter privatista de financiamento, mantendo separados os recursos privados para as unidades de origem privada e públicos para a Faculdade Federal de Engenharia. Antes de apontar um equívoco na avaliação de Motta, as contradições presentes na criação da UnU demonstram que havia movimentos dinâmicos materializados de várias formas nas diferentes Universidades.

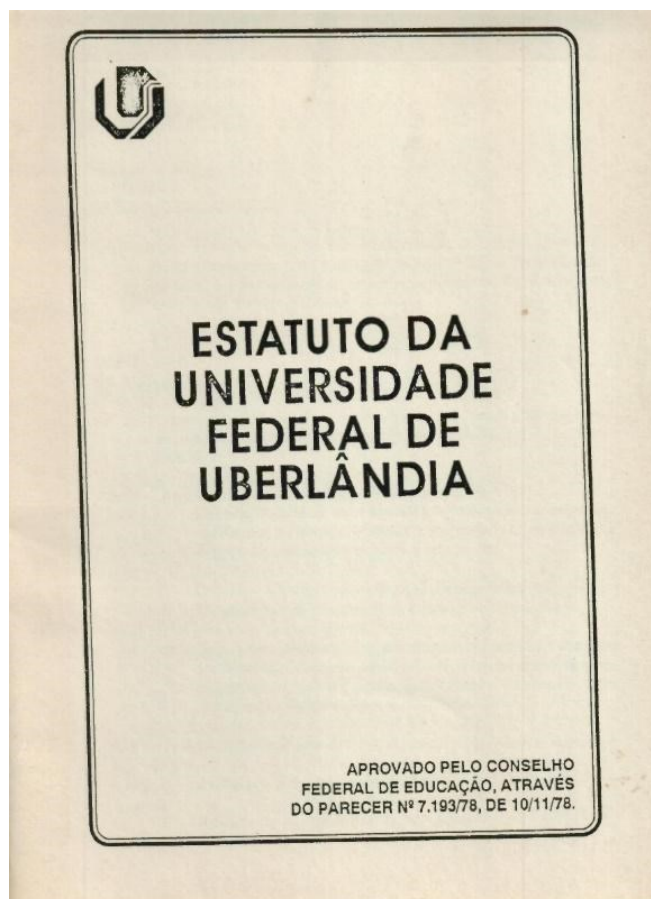
2.5.2 Um estatuto para uma Universidade Federal – 1978

Em 24 de maio de 1978, a UnU deixa de existir com a federalização e surge a UFU, e para atender a essa transformação um novo estatuto é necessário. Os documentos 68, 69 e 70 tratam desse estatuto. O documento 68 é uma brochura, ainda que não haja indicação explícita, parece se tratar de uma publicação da própria Universidade para divulgação. O documento 69 é referente ao parecer do Conselho Federal de Educação, que indicou algumas mudanças na redação de alguns artigos, mas foi favorável ao estatuto. O documento 70 são páginas do DOU de 9 de março de 1979 em que o publicou.

Há bastante mudança entre o primeiro e o segundo estatuto. Observou-se nos documentos 04 e 05 uma estrutura menos detalhada da Universidade e mais voltada para a fundação que dá suporte para a instituição, a qual é formada por 11 capítulos. Essa formulação foi satisfatória para a organização privada da Universidade. Com o processo de federalização, a complexidade aumentou. O documento 68, por sua vez, apresenta um estatuto mais descritivo e detalhado do seu funcionamento. A organização por capítulos não mais comporta a dinâmica do novo regulamento e, por isso, há a divisão por títulos, e esses por capítulos.

A Figura 8 reproduz a capa da brochura que apresenta o estatuto, documento 68, que subsidiou as análises subsequentes. Nos anexos, encontra-se o documento na íntegra.

FIGURA 8 – Capa do Documento 68



Fonte: Acervo SEGER (1978). Cópia da brochura que contém o estatuto.

Este estatuto foi escrito para se adequar ao novo status da Universidade, quando a experiência de uma década da Reforma Universitária de 1968 estava acumulada. Se o primeiro estatuto foi voltado para a Fundação Universidade de Uberlândia, nesse segundo ela perde destaque, mas continua sendo o centro do primeiro artigo. O Título I em seu capítulo I afirma que a Universidade Federal de Uberlândia é uma Fundação de Ensino Superior e apresenta as normativas legais que sustentam a informação e determinam a sede em Uberlândia. A redação também não explicita se está se tratando de direito público ou privado, subentendendo a natureza pública através do termo “federal” em seu nome. O capítulo II trata da autonomia, citando autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar em seu 2º artigo. Os artigos seguintes discorrem sobre cada um desses aspectos. Administrativamente, destaca-se a competência de elaborar listas de nomes para reitor, vice-reitor, diretores e vice-diretores dos centros, em conformidade com a legislação. Esse artigo remete diretamente ao controle governamental não só sobre a administração geral como também das instâncias intermediárias

da Universidade. O mesmo artigo garantia à Universidade o direito de dispor sobre direitos e deveres e formas de investidura do corpo docente e técnico-administrativo.

A formulação da autonomia administrativa deixava clara sua efetividade relativa. Tanto na escolha dos principais dirigentes, que passava pela sanção direta do governo federal – como ainda é de praxe no presente para o cargo de reitor –, quanto a disposição dos trabalhadores passava pela tutela do regime militar. A redação não indica diretamente isso, porque trata de limitar a autonomia à legislação vigente, o que é bastante republicano. No entanto, o período era de regime de exceção, e a legislação era alterada facilmente através de medidas legislativas, já que a oposição consentida do bipartidarismo vigente não tinha real força de oposição e, quando pudesse causar algum desconforto via poder Legislativo, a ditadura não hesitava em usar outros dispositivos, como o Decreto-Lei, figura jurídica de herança portuguesa, que significava uma lei não emanada do poder Legislativo, e sim do poder Executivo. Muito embora os atos institucionais não tenham sido usados após 1969, a experiência pairou no ambiente social até o final da ditadura.

Em relação à gestão de pessoas na Universidade, que poderia dispor das obrigações, direitos e deveres, bem como o que seria necessário para investidura, Luiz Antônio Cunha (1988, p. 39–40) descreve o cotidiano dos trabalhadores de Universidades com cores vívidas: “Vítimas preferidas e indefesas dos novos ocupantes do poder, professores e administradores universitários pagaram com a perda de seus cargos a acusação de serem ‘comunistas’, ou simplesmente suspeitos de adotarem ‘ideias exóticas’ ou ‘alienígenas’”.

Vários foram os exemplos de professores e trabalhadores perseguidos de alguma forma durante a ditadura. O clima de acosso, com profissionais sendo chamados a depor, presos, demitidos, exilados ou mortos de forma suspeita, fazia parte do cotidiano universitário. Contudo, as relações, ainda que imbuídas de todo autoritarismo pertinente ao regime, foram tecidas de forma a manter um aparente respeito à instituição da autonomia universitária. Motta (2014) explica que também havia dentro da própria Universidade setores favoráveis aos expurgos dos “comunistas”, seja por adesão às ideias do golpe de 1964, seja por terem vislumbrado nos expurgos formas de neutralizarem adversários ou desafetos pessoais. Por outro lado, mesmo dentro desse contexto, forças moderadas levavam a proteção de alguns quadros para garantir a liberdade de pensamento dentro da Universidade. Uma das contradições apontadas por Motta foi o caso da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), que, em meados da década de 1970, contratou pessoas que estavam na mira da repressão (Motta, 2014). Percebe-se que o autoritarismo nas Universidades se implantou tanto de forma vertical, com as ações

diretas do governo federal em Universidades, como horizontal, com as diversas forças políticas internas agindo de forma a atenuar ou reforçar tal posição.

Retomando o segundo estatuto da UFU, entre os demais aspectos assegurados de sua autonomia, destaca-se a prerrogativa de poder receber anuidades, taxas, pagamentos e contribuições. Essa formulação coaduna com a legislação vigente que previa a possibilidade de cobranças como forma de financiamento mesmo em Universidades públicas. Ainda assim, mesmo com a previsibilidade legal, a prática foi na realidade tornando-se cada vez menos usual, ao ponto de paulatinamente a gratuidade estar inferida quando se trata de IES pública.

Tomando as explicitações de autonomia expostas no estatuto – administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar –, pode-se considerar que a Universidade se colocava dentro do modelo preconizado da época, formulação que de deslindava a autonomia relativa até onde o regime autoritário considerasse próprio. Há apontamentos sobre a autonomia universitária do período do regime militar e do processo de redemocratização que seguem esse sentido. Na clássica coleção *Primeiros Passos* da Editora Brasiliense, no título *O que é universidade*, Wanderley (2003) afirma que pelo menos na América Latina a autonomia universitária é quase uma utopia. Ainda que neste trabalho esteja sendo usada uma edição posterior, o lançamento do livro é de 1987, mesmo ano em que se empossa a Assembleia Constituinte que redigiu a atual Carta Magna. Um pouco mais tarde, em 1999, Brito afirmou que, no período, “Quanto a autonomia, apesar de sua afirmação explícita, a Universidade passa a depender mais diretamente das instâncias superiores tanto para a seleção de alunos como para a contratação de pessoal docente e administrativo” (Brito, 1999, p. 31). Em seguida, a autora coloca que uma das demandas da redemocratização nas Universidades era em relação ao tema.

O capítulo III do estatuto versa sobre “Fins, Objetivos e Princípios”. Destaca a Universidade como espaço saber puro e aplicado. Também estabelece uma ligação de caráter regional tanto para “Preparar, de modo integral, o homem da região em que está inserida a Universidade, para o exercício das atividades técnico-científicas, profissionais e artísticas, por meio da criatividade assimilativa e inventiva” (SEGER, 1978, documento 68), como para exercer atividades e serviços especializados de interesse da região. A “vocação” para atender aos interesses regionais, expressa desde o contexto de criação, que associou a figura proeminente de Rondon Pacheco, “filho da cidade”, a interesses de grupos locais que já haviam criado, ou estavam criando estabelecimentos isolados de Ensino Superior e a própria orientação do governo federal para a criação de Universidades, surge expressa no estatuto.

Fica a pergunta de quais seriam os interesses regionais. Simonini (1994), ao tratar das relações entre uma empresa de telefonia e a cidade de Uberlândia entre 1954 e 1980, tece um

quadro das contradições da cidade. Por um lado, há a urbe limpa, organizada, sem problemas sociais aparentes, uma cidade moderna cuidadosamente idealizada pelas elites locais. Por outro, os problemas reais de habitação, transporte e educação, comuns a uma cidade que se expande. O projeto desenhado visava atrair investimentos, indústrias, serviços diversos e, também, pessoal qualificado para a cidade. A avaliação de Simonini sobre a atração de pessoas é:

A triagem de imigrantes não conseguiu impedir a chegada de pessoas sem a ‘qualificação desejável’. E, é muito simples supor que os pobres desqualificados são apenas os migrantes, a cidade os tem também. Mas o discurso corrente faz crer e quer que se acredite que os problemas urbanos são decorrentes da grande migração, são produzidos por elementos vindos de fora e não por cidadão uberlandenses, ‘pacatos e ordeiros’ em sua índole (Simonini, 1994, p. 41).

Sob essa perspectiva, a UFU assume um duplo papel: está erigida sob os auspícios da cidade idealizada, a cidade que industrializada, eivada de bons prestadores de serviço, com praças livres de pedintes, todavia também cumpre o papel de qualificar os profissionais necessários para a região, tanto para a cidade imaginada como a cidade real. Esses sujeitos são aqueles que já estão na cidade em primeiro lugar, mas também outros que arregimenta pela oferta de qualificação. Muito embora Simonini exponha o problema da qualificação entre migrantes e cidadãos uberlandenses, cumpre-se lembrar que essa oferta da Universidade é direcionada à classe média, àqueles que já possuem algum percurso de qualificação escolar e mesmo profissional. Portanto, a possibilidade de mitigar o problema da existência de mão de obra com pouca qualificação está direcionada a uma parcela apenas dos que precisam.

Há, ainda, o papel expresso na prestação de serviço para atender às necessidades regionais. Nesse aspecto, mais uma vez se amalgama a cidade real e a imagem construída dessa: os serviços prestados atendem, mesmo que de forma parcial, a cidade real, mas são projetados, constituídos a partir das relações de quem se importa com a manutenção idealizada da cidade.

Outro elemento essencial de análise é o contexto pedagógico da Educação. Saviani (2013) apresenta o período que vai de 1969 até 1980 como tendo a prevalência de ideias tecnicistas para a Educação. A Universidade não fica imune a tal concepção, e isso se expressa no estatuto em seus fins, princípios e objetivos. Acontece que o caráter intrínseco da Universidade força um cuidado mediador nesse aspecto tecnicista. É para se formar sob tal base, mas é preciso que essa formação seja integral e não se atenha somente ao caráter técnico-científico, mas também ao profissional e artístico. Não é possível expressar em um documento emanado da própria instituição universitária, sem causar grande celeuma, uma formação totalmente descolada de senso crítico, assim as mediações entre o que se propunha nas ideias

pedagógicas vigentes, as contradições da realidade sociopolítica do período e a própria concepção de Universidade são necessárias e se descortinam no único artigo, com 3 incisos do título III.

O capítulo IV, Da Organização, foca na própria Universidade e não na fundação que a mantém. Destaca-se, por exemplo, que a estrutura será departamental, distribuída em centros, e que unidades de ensino e pesquisa, com meios não duplicados. A racionalização dos recursos humanos e materiais aparece novamente de forma explícita. Reafirma o caráter universal, explorando as áreas fundamentais, e prevê uma flexibilização de métodos e critérios em função do aluno. Esse ponto, que poderia reafirmar a liberdade de cátedra, inserindo aí o professor como agente possível de tal flexibilização, fica restrito aos alunos. Muito embora estabelecer essa possibilidade implique o reconhecimento de que os estudantes não são uma massa uniforme, essa proposição poderia, em sua redação, incluir a defesa da liberdade de ensino, de ideias, de métodos a partir da perspectiva docente. Com a reafirmação direcionada para eficiência e racionalidade, tanto na organização de ensino e pesquisa como na gestão de recursos, percebe-se as ideias emergentes na Reforma de 1968 cristalizadas no documento específico da UFU. Em uma análise baseada na letra da Lei nº 5540/1968 e no próprio estatuto, o que se postula não é algo aparentemente pernicioso à Universidade. Ao contrário, Darcy Ribeiro (1969) insiste na necessidade de uma reformulação na Universidade que acabasse com o desperdício de equipamentos, pessoal e estrutura, que o sistema de cátedra facilitava. A manutenção de boas práticas administrativas que permitam utilizar de forma maximizada recursos humanos e materiais não pode ser vista como um problema. Por outro lado, apesar da construção retórica bem alicerçada a perspectiva prática acaba deslocando o sentido do texto: mais que não desperdiçar, a gestão deve ser feita para que a conta se feche com os menores recursos possíveis. Desse modo, não se trata de se utilizar da melhor maneira os recursos disponíveis, e sim usar menos recursos para conseguir mais.

O Título II, da Ordem Econômica e Financeira, está dividido em três capítulos, que detalham os meios de aquisição e gestão de recursos. O patrimônio da instituição se constitui dos bens, legados e doações, fundos especiais e saldos de exercícios anteriores. Os recursos financeiros previstos seriam oriundos de diversas fontes: de dotação orçamentária da união, recursos destinados por estados e municípios, taxas, anuidades, lucros eventuais, entre outros. O regime financeiro guarda algumas semelhanças no rito do estatuto anterior, como o exercício financeiro coincidir com o ano civil, a proposta orçamentária ser votada no Conselho Universitário, com parecer do Conselho Diretor. Créditos adicionais e um relatório financeiro

do ano anterior, a ser votado em abril, devem passar pela mesma instância: o Conselho Universitário, com parecer do Conselho Diretor.

O Título III, da Estrutura, descortina a organização interna da instituição e a divide em: Órgãos da Administração Superior; Órgãos Setoriais; Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão; Órgãos Suplementares. A administração superior é formada pelo Conselho Universitário; Conselho Diretor; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Reitoria. O Conselho Universitário é composto pelos membros do Conselho De Ensino, Pesquisa E Extensão e do Conselho Diretor, além desses, dois representantes da comunidade, escolhidos pelo próprio conselho a partir de nomes sugeridos das entidades patronais e sindicatos. O Conselho Diretor é composto pelo reitor, vice-reitor, diretores e vice-diretores de centros e um representante discente. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é constituído pelo reitor, vice-reitor, dois representantes de cada centro, eleitos entre os coordenadores de curso com mandato de dois anos, e dois representantes discentes, com mandato de um ano, com possibilidade de uma recondução. O conselho se divide em três câmaras: de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão. Nos conselhos da Administração Superior, os pró-reitores participam com direito a voz, mas não a voto.

Essa estrutura acomoda no Conselho Universitário representantes da chamada sociedade civil, mas não abre espaço para participação dos trabalhadores do corpo técnico da Universidade. A administração também prevê a participação discente. Contudo, é preciso frisar que essa participação é condicionada à forma de organização estudantil permitida na ditadura aos estudantes.

O AI-5 já havia dado poderes quase absolutos ao regime. Contudo, Gama e Silva, idealizador desse ato institucional – que teve sua redação final feita por Rondon Pacheco, como já assinalado – explicitou ainda mais os aparatos repressivos para o Ensino Superior no Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969. Ainda que a repressão já estivesse sendo ampliada desde o AI-5, o Decreto-Lei 477 estabeleceu um rol extenso de infrações e mecanismos autoritários de apuração. Muito embora sua redação trate de discentes, docentes e funcionários, a principal motivação era conter os estudantes.

O decreto-lei n.477 foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas. Inclusive entre apoiadores do governo. Ele tornou-se símbolo da ditadura, sempre lembrando em manifestações que reivindicavam o retorno da democracia. O repúdio gerado pelo Decreto 477 devia-se à amplitude e generalidade das ‘infrações’ nele previstas, bem como o caráter sumário do processo de inquérito (Motta, 2014, p. 156).

O decreto acabou fazendo seu papel mais como um símbolo do autoritarismo do que como instrumento propriamente dito. O mesmo autor informa que o instrumento acabou sendo aplicado como justificativa de punição 245 vezes durante toda sua vigência – de 1969 até a Lei da Anistia de 1979 –, mais que a UnB, por exemplo, que, com justificativas do próprio estatuto e de outras legislações, expulsou 250 alunos em 1969 (Motta, 2014, p. 259–260).

Essa é uma indicação de que o decreto atingiu seus objetivos mesmo sem a necessidade de utilização. As instituições de ensino buscaram por conta própria manter os estudantes sob controle, expulsando os considerados subversivos. Em contrapartida, para não cindir completamente com os discentes, mecanismos de diálogo foram estabelecidos com os estudantes considerados moderados ou não subversivos, o que incluía a participação discente em conselhos superiores.

A seção IV, Da Reitoria, estabelece a forma de funcionamento do colégio eleitoral, responsável por indicar a lista de seis nomes para que a presidência da República escolhesse o reitor, as funções administrativas de sua incumbência, bem como a função do vice-reitor. Previa três pró-reitores: acadêmico, administrativo e estudantil e de extensão. Já articulava a criação, o desmembramento ou a extinção de pró-reitorias, desde que com aprovação do Conselho Universitário.

O capítulo III, Dos Órgãos Setoriais, apresenta os centros que agregam os departamentos divididos, levando em consideração afinidades e contemplando cada área de ensino e extensão. Cada um deve contar com um diretor e um vice-diretor. Prevê uma instância deliberativa: o conselho do centro, uma executiva, a direção do centro e uma coordenação didática, formada pelo colegiado e coordenação de curso. Eram três os centros instituídos pelo estatuto, de Ciências Exatas e Tecnologia, de Ciências Biomédicas e de Ciências Humanas e Artes, mas já apontava para o Conselho Universitário poderes para criar, extinguir e reorganizar os centros.

O capítulo IV, dos Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão, estabelece que os seus órgãos são os departamentos, determinados como a base da estrutura universitária. Este possui uma chefia com caráter executivo e um conselho de departamento de caráter deliberativo e consultivo. O conselho do departamento deve ser formado por seu chefe, subchefe, todos os professores, dois representantes dos auxiliares de ensino, um representante do corpo administrativo em representantes discentes, sem prescrição de quantidade.

O capítulo V, dos Órgãos Suplementares, aponta para criação de instâncias para promover atividades culturais, técnicas, assistenciais, de esportes e de recreação.

O título IV, Da Organização Didático-Científica, em seu artigo 58, apresenta mais uma vez: “A Universidade Federal de Uberlândia, tendo em vista as atividades fins da instituição, se propõe a educar em nível superior, através de um sistema integrado de ensino, pesquisa e extensão” (SEGER, 1978, documento 68). Ao explicitar sua forma de educação com a integração entre ensino, pesquisa e extensão, o estatuto apresenta a manifestação das influências dos sistemas universitários alemão e estadunidense. Ao propor a pesquisa como meio de ensino, se aproxima do modelo alemão, e a ideia de extensão universitária é típica estadunidense. É preciso considerar que a influência norte-americana foi, mesmo antes dos acordos MEC-USAID, desejada pelas elites nacionais. O título ainda determina a oferta de cursos das profissões regulamentadas, bem como outros cursos para formação profissional em áreas de interesse regional. Essa formulação denota a ascendência francesa presente também na Universidade, já que está organizada para formação de mão de obra especializada, atendendo aos interesses nacionais e regionais.

O título dispõe também que a UFU irá ofertar cursos de graduação, que terão um primeiro ciclo comum a grupos de cursos afins, pós-graduação, aperfeiçoamento e extensão. A extensão também deve ser constituída por serviços especiais decorrentes de atividades de pesquisa.

O capítulo II, Da Pesquisa, descreve que a pesquisa deve buscar ampliar o conhecimento científico e tecnológico, mais uma vez reforçando o caráter regional. Afirma a obrigatoriedade e a indissociabilidade da pesquisa no ensino. Institui que suas atividades devem ser aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O capítulo III, da Extensão, é constituído de um único artigo, 72, que afirma que as atividades de extensão deverão ser programadas através de consulta à comunidade e que, respeitando os recursos disponíveis, deve atender às demandas. A formulação extremamente sintética da descrição dessa atividade na Universidade aponta para o papel concreto que possui: é importante que exista, mas que se condicione à possibilidade.

A escassez de artigos ou mesmo de organização mais efetiva que se percebe no estatuto em relação à Extensão coaduna com a proposição de Jimenez *et al.* (2023), que afirmam que a extensão universitária apesar de ter origens no início da década de 1930 só passar a ganhar mais forma quando se cristaliza na Constituição de 1988. Aponta que até hoje se buscam formas de ter mais expressão nas Universidades. No artigo, as autoras tratam da questão de curricularização da extensão, momento vivido pela UFU na atualidade.

O título V, Dos Corpos Docente, Discente, Técnico e Administrativo, inicia com o capítulo I, Do Corpo Docente. No capítulo, observa a reafirmação de que os professores, que

deverão possuir nível superior, estarão envolvidos em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o estatuto trata da responsabilidade de uma orientação geral para os alunos. Afirma que os docentes poderão se organizar em associações, mas que os seus respectivos estatutos precisam ser aprovados pelo Conselho Universitário. Contratação, licenciamento, provimento e dispensa do pessoal docente cabem ao reitor, mediante proposta dos departamentos. Nesses dois últimos itens, observa-se a presença dos interesses do regime militar expressos. Há a possibilidade de organização, mas não exatamente livre, ainda que o docente atue nos departamentos e deva passar por eles nas questões de admissão, aquisição de licenças e exonerações. A decisão final cabe ao reitor, representante da União, nesse período incorporada no regime militar, a decisão final. Em contrapartida, a ação do reitor fica condicionada aos próprios departamentos. A relação de equilíbrio é só aparente, uma vez, que a ditadura civil-militar possuía ferramentas próprias para impor critérios de admissão, dispensa e licenciamentos, dispostos em legislação federal com autoridade superior ao estatuto.

O capítulo II, Do Corpo Discente, distribui os alunos em dois grupos: os estudantes regulares, aqueles matriculados na pós-graduação, e os estudantes especiais, aqueles matriculados em cursos de extensão, sequenciais, de especialização, aperfeiçoamento ou atualização. O artigo 80 estabelece que cada grupo de estudantes terá um docente como orientador com a função de facilitar a integração na vida universitária “com o objetivo de melhor ajustá-los a vida profissional” (SEGER, 1978, documento 68). Nota-se que nesse caso o orientador ganha o sentido mais próximo de “mentor” do que o sentido atribuído nas relações de pesquisa. Do mesmo modo que os docentes poderiam se organizar em associações, era permitido ao discente também compor diretórios acadêmicos, um geral e outros setoriais, regulamentados pelo regimento geral da Universidade. Apresenta também uma explicitação melhor da representação discente nos órgãos colegiados, definindo, por exemplo, que para se candidatar a representante era necessário critérios mínimos de rendimento e frequência. Tal qual a boa parte das questões docentes, o estatuto em relação aos discentes os disciplinam de forma condizente com o prescrito pelo regime. Contudo, Motta (2014) alerta que a prática concreta das Universidades no período era contraditória, e da mesma forma que reforçava em alguns aspectos a ideologia da ditadura, também fomentava a resistência a ela.

O capítulo III, Do Corpo Técnico, que comporta pessoal de nível superior não relacionado a ensino e pesquisa – essa formulação parece indicar os não docentes com nível superior mais do que estabelecer uma separação entre aqueles que trabalham como técnicos em laboratórios de pesquisa por exemplo, uma vez que tal pessoal não tem descrição em nenhum outro capítulo do título –, pessoal de nível médio e operários qualificados e artífices, remete à

Reitoria, com a aprovação do Conselho Universitário a organização e classificação do Corpo Técnico. Cabe ao Reitor nomeação, promoção, licenciamento e dispensa desse pessoal.

O capítulo IV, Do Corpo Administrativo, define como sendo trabalhadores os que estão alocados em serviços pertinentes à administração universitária. Nesse caso, o reitor tem as mesmas competências relacionadas ao pessoal do Corpo Técnico.

O estatuto termina com o Título VI, Das Disposições Gerais e Transitórias, e versa sobretudo sobre as questões relacionadas ao Regimento Geral da UFU, que na ocasião ainda não tinha sido aprovado, e que regulava questões como a representação discente, remetendo ao Conselho Universitário fazer as regulações necessárias até a aprovação do Regimento Geral. Incorpora os bens das unidades ou fundações anteriores a esse estatuto ao patrimônio da Universidade. Garante que mudanças de ensino e pesquisa não poderão afetar os alunos que já estiverem cursando. Estabelece a garantia de manutenção de salários para professores, auxiliares de ensino e funcionários, em conformidade com a lei. Indica que a cobrança de anuidades pela UFU só será aumentada nas porcentagens previstas na regulação federal, ao mesmo tempo que aponta para a diminuição de seu valor.

O estatuto da UFU federalizada precisa responder às questões da sua estrutura de Universidade em plena ditadura. Por isso, é coerente apresentar uma formulação que não causasse celeumas com o governo. Ao mesmo tempo, o documento buscava normatizar a instituição de forma a garantir tanto seu status federal como um todo coerente com uma instituição universitária. Esses objetivos não eram excludentes entre si. Ao contrário: podiam até ser complementares. Isso porque o regime militar realmente promoveu um salto no número de pessoas com acesso ao Ensino Superior e, durante todo o século XX, foi o período em que mais houve criação de Universidades. O fomento à pesquisa foi levado a sério. Porém, essas Universidades estavam tuteladas, a sua autonomia era, como já descrito, relativa, e havia ingerência direta ou indireta de agentes de ditadura nas instituições. Depreende-se desse contexto duas questões que não podem passar à margem da discussão. Primeiro, os limites impostos à vida universitária tornam o sucesso de todos esses investimentos relativos, pois as nossas Universidades seguiram sendo criadas pelo sistema conglomerado, apesar de a pesquisa ganhar força, sua ação não era livre, uma vez que um cientista poderia ser perseguido tanto pelo conteúdo de seu trabalho como por ter “condutas subversivas”. Se uma parte “comunistas” foi protegida por suas Universidades, outra não teve a mesma sorte (Motta, 2014). Segundo, ainda que seja necessário colocar na mesa as ações de fomento ao Ensino Superior e que isso não possa ser desqualificado, é forçoso lembrar que um regime democrático poderia alcançar o

mesmo sucesso, sem a necessidade de perseguir, torturar, exilar e prender arbitrariamente, ao mesmo tempo que poderia dar ainda mais espaço para a autonomia universitária.

Na seção 3, será debatido o contexto em que esse estatuto foi construído, bem como implicações referentes ao primeiro estatuto. Antes que esse documento fosse finalmente aprovado, surgiram muitas tensões. Apesar de representar a UFU já federalizada, o início de sua elaboração se deu enquanto a Universidade era UnU, o que acarretou muitos embates. As fontes trabalhadas na seção seguinte são mais propícias à essa discussão.

Pouco mais de uma década depois desse estatuto, a UFU ganha um terceiro. O contexto muda: o país havia escrito uma Constituição e uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. No poder, havia um governo eleito democraticamente, que propôs uma agenda neoliberal para o Estado e que não poupava a Universidade, especialmente as que mantinha. Esse é o mote do próximo tópico.

2.5.3 Novos panoramas legais, um novo estatuto: 1999

O conjunto seguinte de documentos relativos aos estatutos da UFU são os documentos 130, 131, 132 e 133, respectivamente: Parecer nº 273/1999 de 16 de março de 1999 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que aprova o novo estatuto da UFU; Portaria nº 682 de 26 de abril de 1999 do Ministro de Estado da Educação, que aprova as alterações do estatuto; autenticação do estatuto pelo Conselho Nacional de Educação; e registro do estatuto no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, efetuado em 7 de janeiro de 2000.

Desde a publicação do estatuto anterior em 1979, o país concebeu uma nova Carta Magna, em 1988, e uma nova Lei de Diretrizes e Bases, em 1999. A democracia estava consolidada, e essa nova configuração tornou necessárias alterações significativas no estatuto da UFU. O terceiro e último estatuto a ser analisado está tanto dentro do recorte temporal desta pesquisa, como é, até o presente, o vigente na instituição.

Foi mantida a organização por títulos, e esses, por capítulos, sendo acrescentado um título, totalizando sete. O Título I, da Instituição, mantém o nome, mas passa a ter uma estrutura diferente. No anterior, personalidade jurídica e autonomia compunham capítulos separados e, nessa versão, se aglutinam no Capítulo 1, da Personalidade e Autonomia. O primeiro artigo possui redação semelhante à do estatuto anterior. O terceiro explicita que a UFU se regulamenta por legislação federal, estatuto, regimento geral e normas complementares. O artigo segundo, que trata da autonomia, antes possuía um capítulo próprio, composto por cinco artigos; nesse,

é resumido: “Art. 2º A UFU goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial nos termos da lei” (SEGER, 2000, documento 133).

Enquanto em 1979 foram explicitados os pormenores do que seria a autonomia universitária para a instituição, em 1998 observa-se uma redação enxuta e generalista, seguindo o exemplo do disposto na Constituição de 1988. À primeira vista, tal opção poderia indicar uma incorporação consolidada dos termos legais, filosóficos e sociais da autonomia universitária. Contudo, ao consultar a literatura presente no período sobre o tema, percebe-se que se há uma legislação, da qual decorre um certo conceito, já estabilizada, e os sentidos práticos e filosóficos ainda estão em disputa, como efetivamente existe a autonomia universitária é alvo de debate. Marilena Chauí, em 2001, publica uma coletânea de textos revisitados, *Escritos sobre a Universidade*, cujo último capítulo tem o título de “A questão da Autonomia” e aborda a submissão do poder público brasileiro aos interesses e ditames de organizações internacionais, especificamente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, em um movimento que não é imposto pela organização, e sim procurado pelos interesses governamentais da segunda metade da década de 1990 até 2002. Tal relação colocava em xeque a relação de autonomia da Universidade pública. No capítulo “A Universidade Hoje”, a autora faz a seguinte consideração: “[...] a Universidade está virada para dentro de si mesma, mas, como veremos, isso não significa um retorno a si, e sim, antes, uma perda de si mesma” (Chauí, 2001, p. 190), que abre caminho para o conceito de heteronomia da Universidade autônoma.

Autonomia e heteronomia são consideradas palavras antônimas; parecem ser inconciliáveis. Contudo, esses sentidos contraditórios coexistem na realidade universitária. A Universidade possui sua autonomia garantida tanto pela Constituição, em termos legais, como de forma tradicional, herança do modelo de universitário alemão, que já entendia essa condição como prerrogativa para o funcionamento de uma Universidade. Ainda assim, sua efetivação, o traslado da norma legal ou do conceito filosófico para a prática real das Universidades perpassa elementos alheios à própria instituição, heteronômicos, os quais ajudam a delimitar suas ações. Esse movimento torna concreta uma autonomia, que não é estritamente formal, balizada pela heteronomia.

Waldemar Sguissardi (2009) trata da heteronomia abrangendo questões também de financiamento e aponta que, ao trazer para o setor público financiamento privado, os interesses privados irão interferir na existência da Universidade pública, ou seja, produzirão heteronomia. Na avaliação do autor, a Universidade brasileira é neoprofissional, heterônoma e competitiva. Ou seja, está constituída para atender à produção de mão de obra qualificada para um mundo baseado no neoliberalismo, o que é balizado por interesses externos à instituição e precisa se

estabelecer dentro dos parâmetros que determinam a melhor formação com o menor custo possível, ou de outro modo, sem levar em conta questões de financiamento, precisa ter um alto patamar de qualidade.

No limiar do primeiro quartel do século XXI, é possível perceber indícios de pacificação de um conceito de Universidade, especialmente pública, permeado pela heteronomia. É comum o discurso da Universidade acastelada, que não estabelece relações com as empresas, como sendo obsoleta ou pouco eficaz. Ora, a Universidade deveria dialogar com as necessidades (empresariais) do país, bem como receber financiamento privado para cumprir suas funções, segundo o mesmo tipo de discurso. Cabem alguns questionamentos. O primeiro é que a Universidade realmente pressupõe um papel potencialmente capaz de entender e modificar a realidade. Entretanto, isso não é, e nem deveria ser, atrelado a um aspecto dela: o setor empresarial. É sobre a realidade, toda ela, que deveriam se debruçar o conhecimento e a formação universitária. Há ainda a questão que, por mais que pareçam vantajosos os aportes financeiros privados em Universidades públicas, eles não chegam a contribuir significativamente em sua estrutura, sendo uma relação em que o privado se beneficia mais que o público.

No entanto, tais considerações no presente são ecos de uma discussão perdida nos dispositivos legais e no arcabouço social, que estabeleceram as parcerias públicos-privadas, as fundações de financiamento de pesquisa com direito privado, as relações extensionistas e de prestação de serviço com empresas, a terceirização, entre outros. Esse processo, plenamente estabelecido, foi historicamente construído, com grande inflexão no mesmo período da aprovação do terceiro estatuto e com relação direta com as considerações sobre autonomia/heteronomia universitária.

Durante a década de 1990, especialmente durante o período do governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), mas não restrito a ele, foi apresentada uma série de propostas, algumas levadas a cabo integralmente, outras flexibilizadas e outras, ainda, não concretizadas, que direcionava uma contundente reforma do Estado. Inserido no contexto político-econômico do neoliberalismo, o Brasil era representado como um Estado grande demais, um desperdício do dinheiro público ineficiente na execução de atribuições que nem deveriam ser dele. Era importante para o país, segundo o discurso governamental da época, enxugar seu tamanho até restar somente o Estado mínimo.

O expediente mais icônico no processo de tentativa de implementação do Estado mínimo no Brasil foi o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Antes de ganhar status de ministério, estava designado como secretaria. Foi capitaneado pelo

ministro Bresser-Pereira. O arcabouço ideológico estava alicerçado em um discurso que afirmava que a Constituição de 1988 era demasiadamente burocrática e que as crises econômica, fiscal, administrativa e mesmo política eram passíveis de serem superadas por uma ampla reforma do Estado. Flexibilização e descentralização eram motes importantes para a chamada modernização do Estado Brasileiro, que precisaria se encaixar no cenário globalizado mundial. Em relação à Educação Superior, indicava a possibilidade de uma Universidade pública não estatal. O conceito de público não estatal era reiterado em documentos e proposições do MARE (Silva Jr.; Sguissardi, 2001).

Evidencia-se, portanto, que a questão da autonomia universitária e da própria Universidade estava posta no contexto desse estatuto no cenário nacional em uma complexa relação. Sobre o ambiente, Minto (2006, p. 140) indica para o final do século XX:

observe-se que grande parte dos títulos de trabalhos e pesquisas sobre Universidade, independente de suas orientações ideológicas, revelam análises sempre muito negativas acerca do tratamento dispensado ao ensino superior no país.

As perspectivas e o ambiente no período de redação do estatuto não eram dos mais promissores para as IES em geral e as IES federais especialmente.

O segundo capítulo, Dos Princípios, que o estatuto anterior aglutinava com os objetivos da instituição, nessa versão é bem detalhado. De três princípios/objetivos, o estatuto expressa onze princípios e outros oito objetivos. Os princípios expressos no artigo 4º são:

- I- Gratuitude do ensino;
 - II- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
 - III- Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
 - IV- Universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade;
 - V- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - VI- Garantia do padrão de qualidade e eficiência;
 - VII- Orientação humanística e a preparação para o pleno exercício da cidadania;
 - VIII- Democratização da educação no que concerne à gestão e à socialização de seus benefícios;
 - IX- Democracia e desenvolvimento cultural artístico, científico e sócio-econômico do País;
 - X- Igualdade de condições para o acesso e permanência na UFU;
 - XI- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
 - XII- Defesa dos direitos humanos, paz e de preservação do meio ambiente
- (SEGER, 2000, documento 133).

São doze princípios bem abrangentes que apontam para uma instituição ainda mais complexa em seu papel do que o descrito no estatuto anterior. Essa formulação está inserida no conjunto dos elementos constituintes do período ao qual corresponde o documento. No aspecto

político-governamental, havia a orientação neoliberal do Estado mínimo para dar um arcabouço mais eficiente para tais políticas, porém esse movimento não ocorreu sem inúmeros embates.

O próprio argumento neoliberal gerou algumas questões para sociedade na época. Foi o tempo da “globalização”, concomitante ao tempo de fomento da “aldeia global”. O embaixador José Augusto Lindgren-Alves escreve *A Década das Conferências: 1990-1999* (2018), em que apresenta, explica e pondera sobre sete conferências feitas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no período. Elas abordaram temas variados, como: a efetivação da Convenção dos Direitos da Criança, ocorrida na Cúpula da Criança, realizada em Nova York em 1990; clima e meio-ambiente na Rio-92; direitos humanos, nos aspectos políticos e civis, em Viena-93; população e desenvolvimento, no Cairo em 1994; desenvolvimento social em Copenhague em 1995; IV Conferência Mundial sobre a Mulher ocorrida em Pequim também em 1995; e assentamentos humanos, na Habitat II em Istambul, em 1996 (Lindgren-Alves, 2018).

Essas conferências fomentaram discussões importantes e afirmavam que seus temas eram prioritários do ponto de vista internacional, simultaneamente ao argumento que as políticas neoliberais eram as mais indicadas para a efetivação das proposições. Além disso, destacavam o papel das organizações não governamentais. Os argumentos centravam-se, de um lado, na premência dos temas e, de outro, na necessidade de não os transformar em uma obrigação estatal. Era preciso ampliar a responsabilidade tanto da sociedade civil como do indivíduo, para que os governos pudessem fazer a sua parte. Esse discurso globalmente organizado refletiu contundentemente no Brasil, até mesmo por ter sido uma das sedes dessas conferências.

Apesar de os argumentos serem coordenados e alinhados de acordo com os interesses defendidos pela ONU, o controle só pode ir até certo ponto. Ao chegar à sociedade e às diferentes organizações que a compõem, os discursos até eram incorporados por parte dessa sociedade, mas também havia quem não os aceitasse como um todo, quem criticasse e quem rejeitasse totalmente. Assim, havia resistências, acomodações, aderências.

No plano interno, essas discussões se somavam às questões pertinentes à Reforma do Estado e suas implicações na Educação Superior. Não cabe ao escopo desta tese analisar profundamente as consequências das proposituras do Estado mínimo no país, mas convém assinalar que o projeto obteve tanto vitórias importantes como recuos acachapantes. Os processos de privatização centrados no governo Collor (1990–1992), arrefecidos durante o período de Itamar Franco (1992–1995) e retomados com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995–2003) constam como avanços importantes na diminuição da presença do Estado. A permanência do concurso público, com regime estatutário, para servidores federais é

uma marca do recuo. Na Educação Superior, a manutenção da Universidade alicerçada com o tripé ensino-pesquisa-extensão é uma marcante derrota.

Esse é o contexto que, refletido nos doze princípios, assinala que a gratuidade é elencada como primeiro princípio, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, classicamente a formulação de Universidade do Brasil e extensão consta como terceiro. A amplitude aumenta buscando não só a garantia de pluralidade, liberdade, eficiência da instituição, como os compromissos com democracia, direitos humanos e meio ambiente. O desenvolvimento, o qual antes era destacado e direcionado à região da UFU, e a preparação para o mundo do trabalho permanecem, mas não da mesma forma; estão vinculados a uma formulação que dá à Universidade um escopo maior de atuação.

O capítulo seguinte do estatuto trata dos objetivos. Outra vez, é possível observar uma ampliação em suas proposições:

- I - produzir, sistematizar e transmitir conhecimentos;
- II- promover a aplicação prática do conhecimento, visando a melhoria da qualidade de vida em seus múltiplos e diferentes aspectos na nação e no mundo;
- III - promover a formação do homem para o exercício profissional, bem como a ampliação e aprofundamento dessa formação;
- IV - desenvolver e estimular a reflexão crítica e a criatividade;
- V - ampliar a oportunidade de acesso à educação superior;
- VI - desenvolver o intercâmbio cultural, artístico, científico e tecnológico;
- VII - buscar e estimular a solidariedade na construção de uma sociedade democrática e justa, no mundo da vida e do trabalho;
- VIII - preservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia (SEGER, 2000, documento 133).

Além de explicitá-los em oito tópicos, o estatuto desdobrou-se em indicar formas como seriam atingidos. A Universidade se manifesta mais uma vez plural, indo além da formação de profissionais qualificados; abarca trabalho de pesquisa e prestação de serviços, cursos e outras atividades de extensão, o cultivo e preservação da Arte.

Agora, os objetivos, alinhados aos princípios, se propunham defender a democracia, a construir um mundo mais justo, reafirmando inclusive o compromisso com a ampliação da Educação Superior. Um discurso que tanto absorve ideias dispostas nos organismos internacionais como oferece defesa a sua existência em meio à ameaça de desmantelamento do modelo de Universidade nacional com a proposta do governo em dividir em Universidades de ensino e Universidade de pesquisa. Afinal, a Constituição Brasileira de 1988 havia estabelecido formalmente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e o entendimento de deixar de ter foco na pesquisa significava não ser mais, de fato, Universidade era corrente.

O primeiro título desse estatuto acaba anuncia uma complexidade e responsabilidade ainda maior para a instituição. Tem a capacidade de ecoar as questões postas pela sociedade e pelo governo em sua constituição, ao mesmo tempo que serve de arauto para a defesa de sua importância contra as ameaças que pairavam sobre a própria existência enquanto tal.

O segundo título, Da Organização, apresenta a estrutura da Universidade e sua descrição, acrescentando, modificando e suprimindo instâncias presentes no antigo estatuto. Os órgãos da administração superior, por exemplo, recebem uma nova formulação: Conselho Universitário, Conselho Diretor e Reitoria já existiam em 1978, mas o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão se desmembra e ganha outras atribuições com os novos Conselho de Graduação, Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação e Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

Outra alteração no estatuto foi a troca da organização básica de centro para unidade acadêmica. Determina que haja uma assembleia de unidade, um conselho de unidade e uma diretoria. O diretor deve ser escolhido entre os professores em regime de dedicação exclusiva. Dessa vez, não há discriminação de quantas ou quais unidades acadêmicas existiriam na instituição.

As coordenações de curso continuam com uma posição semelhante a que já ocupavam e tinham assento garantido no conselho da unidade. A novidade está na indicação de que cada programa de pós-graduação *strictu senso* deveria também ter um coordenador, que deveria ser doutor nas unidades que oferecessem esse tipo de pós-graduação.

Prevê também a possibilidade de criação de núcleos dentro das unidades acadêmicas e órgão complementares caso a unidade acadêmica tenha a necessidade.

A maior novidade desse estatuto é a criação do Conselho de Integração Universidade-Sociedade. Apresentava três finalidades (SEGER, 2000, documento 133):

- a – conhecer o plano de gestão da UFU, suas políticas, estratégias de gestão, projetos e programa;
- b – discutir o projeto didático, científico, cultural e tecnológico da UFU;
- c – examinar demandas existentes na sociedade sugerir empreendimentos, parcerias e atividades a serem desenvolvidos com os diversos setores do poder público e da sociedade civil.

O Conselho indicava promover as relações entre instituição, poder público e sociedade civil em uma estrutura interna da Universidade. Contudo, sua organização dispõe de apenas uma reunião anual ordinária, havendo possibilidade de se reunir extraoficialmente por convocação do reitor ou de metade de seus membros. Assim, a integração que o nome sustenta possui lugar privilegiado, mas dedicado apenas a ocorrer uma vez por ano.

A constituição plural, com 23 tipos distintos de representantes, demanda uma logística e organização bem constituídas para acolher todos, o que limita as possibilidades de reunião. No entanto, indicar a reunião de periodicidade anual condensa, e a certo ponto limita, o espaço institucional da Universidade no sentido de instituição una. Várias formas são tomadas na efetiva integração entre UFU-Sociedade, mas estão estabelecidas por frações, que variam da unidade acadêmica, núcleos, programas de pós-graduação ou mesmo servidores/professores. Todos esses “pedaços” de UFU são constituintes da instituição, mas a Universidade enquanto entidade singular e integral se apresenta para esse tipo de discussão por meio do Conselho de Integração Universidade-Sociedade.

É possível perceber a definição dos conselheiros por segmentos. A estrutura administrativa da UFU é representada pelo reitor; vice-reitor; prefeito universitário; diretores de órgão complementares; e diretores de unidades acadêmicas. Outros segmentos da Universidade também recebem assento no Conselho: ex-alunos; docentes aposentados; técnicos-administrativos aposentados; o diretório central de estudantes; e associação de pós-graduandos, com um representante cada. Os segmentos que representam a sociedade são divididos entre poder público e sociedade civil. Do poder público, há um representante da prefeitura municipal de Uberlândia, da Câmara Municipal de Uberlândia, do Poder Judiciário presente em Uberlândia, do Ministério Público, da Associação de Municípios da região, da rede oficial de ensino de Uberlândia e da rede oficial de ensino de Minas Gerais. A participação da sociedade civil foi organizada com uma formulação um pouco distinta: a Universidade e o poder público tinham um representante de várias instâncias da sociedade civil. Em alguns casos, tinham mais membros representando uma mesma instância/categoria. A rede privada de ensino fundamental, a rede privada de Ensino Superior, as organizações não governamentais e a união dos estudantes possuíam um representante cada, contudo os sindicatos patronais e de trabalhadores possuíam 5 assentos no conselho cada. Nota-se que os sindicatos patronais recebem de certa forma uma cota maior de representação, já que as redes privadas de ensino fundamental e superior já estavam no conselho, e os sindicatos patronais poderiam indicar mais cinco. No entanto, os sindicatos dos trabalhadores, que teriam 5 representantes, poderiam indicar apenas 3, uma vez que as duas outras vagas deveriam ser da associação dos docentes da UFU e a outra do sindicato dos Trabalhadores Técnicos-Administrativos de Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia.

O Título III, do Regime Didático e Científico, reconhece que a educação superior da Universidade se dá por cursos de graduação, pós-graduação, extensão e outros. Estabelece

capítulos curtos que designam as atividades de pesquisa; extensão; da educação básica e da educação profissional.

O Título IV, da Comunidade Universitária, indica que sua formação é de docentes, técnicos-administrativos e discentes. Apresenta suas formas de assistência tanto para os trabalhadores da UFU quanto para os discentes:

Art. 60. A UFU presta assistência médica, psicológica, odontológica, farmacêutica, hospitalar e de serviço social, bem como promoções de natureza cultural, esportiva e recreativa ao seu corpo docente e técnico-administrativo, sem prejuízo de suas responsabilidades com os demais membros da comunidade.

[...]

Art. 62. A UFU presta assistência ao corpo discente, sem prejuízo de suas responsabilidades com os demais membros da comunidade, fomentando entre outras iniciativas:

- I - programas de alimentação, alojamento e saúde;
- II – promoções de natureza cultural, esportiva e recreativa;
- III - programas de bolsas de trabalho, extensão, monitoria, iniciação científica e estágio;
- IV – orientação psicopedagógica e profissional (SEGER, 2000, documento 133).

Observa-se que há distinções importantes entre os serviços oferecidos para um segmento e outro. Em relação aos servidores, garante uma relação ampla de serviços de saúde e assistência social. Para trabalhadores e discentes, oferece promoções de cultura, esportes e recreação. Já aos discentes, o inciso I apresenta tanto assistência à saúde e assistência social. Os incisos III e IV tratam de bolsas e orientação. Essa distinção entre grupos parece se originar de suas particularidades. É preciso lembrar que docentes e técnicos-administrativos são membros da comunidade universitária que a vivenciam por um maior espaço de tempo, já os discentes possuem mais transitoriedade.

Ainda que formas de assistência estudantil estivessem arraigadas nas estruturas das Universidades e que seu êxito pudesse ser relativizado muitas vezes, a moradia estudantil é um exemplo. É mister compreender que essa era uma iniciativa das próprias instituições, surgidas, orientadas e dimensionadas através da relação entre demanda estudantil e possibilidade econômica de cada instituição, bem como das negociações políticas internas. Foi só no século XXI que esse tipo de relação ganhou uma maior regulação e passou a integrar a esfera de políticas públicas nacionais, com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Imperatori, 2017).

O Título V, dos Diplomas, Certificados, Títulos e Honrarias, estabelece que os alunos regulares, que concluírem o curso e as demais demandas legais, receberão diploma, e os demais receberão certificados. Cria ainda os seguintes títulos: “Mérito Universitário”, destinado a

membros da comunidade; “Professor Honoris Causa”, a professor ou cientista ilustre que não faça parte da UFU; “Doutor Honoris Causa”, a personalidades destacadas na cultura, ciências, filosofia, letras ou “no melhor entendimento entre os povos” (SEGER, 2000, documento 133).

O Título VI, Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros, aparece de forma mais concisa do que no estatuto de 1979. Define patrimônio como os bens móveis e imóveis, bem como direitos de qualquer natureza, e preconiza que só poderão ser utilizados para realização dos objetivos da Universidade. Em relação aos recursos financeiros, mantêm-se aqueles do estatuto anterior e acrescentam-se os recursos provenientes de empréstimos ou financiamentos e decorrentes de convênios. Conserva o prazo de final de abril para prestação de contas ao Conselho Diretor e elaboração de relatório de atividades ao Conselho Universitário.

O Título VII, Das Disposições Gerais, regula o funcionamento dos colegiados, de questões sobre quórum, votos de desempate, possibilidade de decisões *Ad Referendum* e prazo para elaboração e aprovação do Regimento Geral. Destaca-se que, em casos de colegiados deliberativos, consultas à comunidade ou votação para cargos de confiança, os docentes deverão representar 70% dos membros ou dos votos. Aponta-se assim o papel preponderante dos docentes em relação ao restante da comunidade acadêmica. Essa formulação não é própria da UFU, mas sim obedece ao preconizado na LDB 9394/1996 em relação à composição de instâncias colegiadas. Ainda que fora do recorte temporal desta pesquisa, aponta-se que a UFU promoveu modificações no que concerne à consulta pública para eleição de reitor, estabelecendo o mesmo peso para os componentes da comunidade na votação, docentes, técnicos-administrativos e discentes. Contudo, a legislação não reconhece que a Universidade possa escolher livremente seu reitor, o qual é nomeado a partir de uma lista tríplice elaborada pelo Conselho Universitário, que a organiza com base na consulta feita.

O Título VIII, Das Disposições Transitórias, delega ao Conselho Universitário a realização das adequações para o cumprimento do estatuto. Também estabelece a data de publicação no Diário Oficial da União como o início da sua entrada em vigor.

Durante o período proposto para esta pesquisa, são esses os três estatutos encontrados. Percebe-se a profunda relação entre o documento singular da instituição e o reflexo do período em que está inserido, tanto local como nacionalmente. O primeiro estatuto dedicou-se a explicitar as questões da Fundação Universidade de Uberlândia, mais que regular a Universidade em si. O segundo foi um desdobramento da federalização, a qual passou a dar uma estrutura realmente unificada à instituição, visto que o primeiro estatuto garantiu certa autonomia para cada uma das Escolas Superiores que vieram a compor a UnU e apresentou e definiu a estrutura da UFU, com seus órgãos e formas de organização. Por fim, em 1999, com

a Constituição aprovada em 1988, com os desdobramentos das políticas econômicas, administrativas e educacionais vigentes, a UFU elaborou seu último estatuto. Último não porque pertence ao final do período determinado na pesquisa, mas porque é o estatuto vigente. Nos vinte e cinco anos que separam o presente de sua aprovação, mudanças foram feitas, como a extinção do Conselho de Integração Sociedade-Universidade. No entanto, é majoritariamente sob as formulações desse estatuto que a UFU segue sendo organizada.

O próximo tópico refere-se aos documentos do Acervo SEGER relativos à nomeação de reitores. Nota-se algumas particularidades da UFU e uma ocorrência atípica, tanto para a Universidade como para o período democrático do final do século XX, quando em plena democracia o reitor eleito teve dificuldades em tomar posse.

2.6 A trama da linha do tempo da reitoria: nomeações

O Acervo SEGER que compõe a temporalidade desta tese possui 139 documentos, destes 43 se referem a nomeações: são atas, termos de posse, comunicados e publicações no DOU, que perfazem 30% do total de documentos. O volume é significativo, e as nomeações se referem a reitor, vice-reitor, pró-reitores, diretores e vice-diretores do centro. Em geral, são atos normativos e apenas designam as pessoas que ocuparão esses cargos. Contudo, há documentos de 1992 que demonstram uma movimentação da comunidade acadêmica em torno da designação do Prof. Raimundo Hélio Leite, reitor *pro tempore*, questionando a nomeação. Assim, opta-se por identificar os documentos relativos à nomeação dos reitores, constituindo uma linha do tempo dos ocupantes do cargo, e dedicar uma análise mais profunda das discussões ocorridas em 1992.

Ainda que fundamentalmente esta seção trate dos documentos de nomeação, é possível através de outros documentos organizar a ordem de reitores a partir do primeiro reitor, o qual não possui registro da nomeação no Acervo, mas assina como reitor o documento 15, que trata do envio para o presidente da Fundação Universidade de Uberlândia o resultado da votação no Conselho Universitário e está assinado por Genésio de Melo Pereira, reitor em agosto de 1970. No discurso proferido por Domingos Pimentel de Ulhôa, analisado no item 2, documento 14, ele também é citado como reitor. Apesar disso, Juarez Altafin é considerado o primeiro reitor da UnU em algumas publicações, incluindo a publicação feita pelo portal de notícias da Universidade, *Comunica UFU*, quando de seu falecimento em decorrência da covid-19, em 2022 (Cavalcanti, 2021). Essa questão será remetida na próxima seção, na qual os livros de memória/história da UFU serão analisados e entre os autores encontra-se o professor doutor

Juarez Altafin. O Quadro 3 a seguir expressa a sucessão de reitores conforme foi possível remontar através do Acervo SEGER:

QUADRO 3 – Reitores da UnU/UFU

| Nº | Nome | Data | Vinculação (Faculdade) | Documentos |
|----|------------------------------------|------------------------|---|----------------|
| 1 | Genésio de Mello Pereira | ? | Engenharia | 14, 15 |
| 2 | Domingos Pimentel de Ulhôa | 19/08/1970 | Direito / Engenharia | 11, 12 |
| 3 | Juarez Altafin | 01/06/1971 | Ciências Contábeis / Direito / Engenharia | 17 |
| 4 | José de Paulo Carvalho * | 26/12/1975 | Engenharia | 49, 50, 51 |
| 5 | Gladstone Rodrigues da Cunha Filho | 30/04/1976 | Medicina | 53, 54 |
| 6 | Ataulfo Marques Martins da Costa | 29/04/1980; 10/07/1984 | Faculdade de Ciências Econômicas | 76, 77, 85, 86 |
| 7 | Antonino Martins da Silva Júnior | 04/05/1988 | Engenharia | 98, 99 |
| 8 | Raimundo Hélio Leite * | 07/10/1992 | MEC | 108 |
| 9 | José Carlos de Oliveira* | 14/10/1992 | Engenharia | 114 |
| 10 | Nestor Barbosa De Andrade | 06/11/1992 | Engenharia | 115, 116, 119 |
| 11 | Gladstone Rodrigues Da Cunha Filho | 15/10/1996 | Medicina | 125, 126, 127 |
| 12 | Arquimedes Diógenes Ciloni | 14/11/2000 | Engenharia | 135, 136, 137 |

Fonte: elaborado pela autora, com base nos documentos SEGER (2023).

*Reitores pro tempore.

Em relação às informações elaboradas no Quadro 3, destacam-se duas. Primeiro que, desde a fundação da UnU até o final de nosso recorte temporal, a reitoria foi ocupada por professores provenientes das Faculdades de Medicina e Engenharia, a exceção do Prof. Dr. Juarez Altafin, professor das faculdades de Direito, Ciências Contábeis e Medicina e de Ataulfo Marques Martins da Costa, vindo da Faculdade de Ciências Econômicas. Por mais que a

formação da UnU fosse calcada em todas as Escolas Superiores existentes no ano de sua criação, que previu a inclusão da Escola de Medicina em seu organograma, as outras quatro escolas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Artes, que integraram a UnU, não lograram efetivar nomes para o cargo de reitor em nenhuma ocasião. A questão de como era possível professores advindos da Medicina exercerem cargo de reitor antes da incorporação da faculdade a UnU, em 1976, é respondida pela falta de professores nas faculdades originárias da UnU: havia quem lecionasse na Medicina e no Direito, como por exemplo o professor Domingos Pimentel de Ulhôa. A identificação de vinculação obedeceu ao reconhecimento da posição reconhecida pela UFU desses professores.

O segundo destaque é o ano de 1992, no qual há três nomeações de reitores, dois deles *pro tempore*. O reitor Raimundo Hélio Leite ficou no cargo apenas uma semana. Encontram-se no Acervo SEGER os documentos relativos às questões levantadas por essa nomeação: 108 - Portaria N.12 1.466 MEC de 07/10/92. Ministro de Estado da Educação designa Prof. RAIMUNDO HÉLIO LEITE - Reitor “pro tempore” –a UFU; 109 - Relatório da 1a Reunião Informal com Membros do CONSUN, realizada dia 09/10/1992; 110 - Relatório da 2a Reunião Informal com Membros do CONSUN, realizada dia 09/10/1992; 111 - Relatório da 3a Reunião Informal com Membros do CONSUN, realizada dia 13/10/1992; 112 - Membros do CONSUN indicam 3 professores para comporem relação de nomes para nomeação do Reitor “pro tempore” da UFU em substituição ao Prof. Raimundo Hélio–Leite; 113 - Portaria N° 1.496 MEC de 14/10/92. Ministro de Estado da Educação dispensa Prof. RAIMUNDO HÉLIO LEITE do cargo de Reitor “pro tempore” da UFU.

FIGURA 9 – Documento 108

108

SEÇÃO II
DIÁRIO OFICIAL
QUINTA-FEIRA, 8 OUT 1992

O Diretor de Inativos e Pensionistas, em conformidade com a Portaria 138/DGP, de 03 de setembro de 1992 e tendo em vista o que consta no processo protocolizado neste Ministério sob o nº 8468/92, resolve:

954 - Conceder ao 2º Tenente Reformado (014192130-4) JURANDIR NEVES LEMEIDA, os proventos relativos ao posto de 1º Tenente, a contar de 15 de agosto de 1987, de acordo com o Art 19, parágrafo 2º, da Lei 7.570, de 23 de dezembro de 1986.

O Diretor de Inativos e Pensionistas, em conformidade com a Portaria 138, de 03 de setembro de 1992 e tendo em vista o que consta do processo protocolizado neste Ministério sob o nº 9091/92, resolve:

955 - Conceder ao Capitão Reformado (030.716.270-1) ARTIDOR ZIMER N, os proventos relativos ao posto de Tenente Coronel, a contar de 12 de outubro de 1991, por estar amparado pelo Art 19 da Lei nº 1156, de 12 de julho de 1950, e contar mais de trinta e cinco anos de serviço.

O Diretor de Inativos e Pensionistas, em conformidade com a Portaria 138, de 03 de setembro de 1992 e tendo em vista o que consta do processo protocolizado neste Ministério sob o nº 9092/92, resolve:

956 - Conceder ao Capitão Reformado (031.747.110-0) LADISLAU ZIT-POS SANTOS, os proventos relativos ao posto de Tenente Coronel, a contar de 01 de outubro de 1991, por estar amparado pelo Art 19 da Lei nº 1156, de 12 de julho de 1950, e contar mais de trinta e cinco anos de serviço.

O Diretor de Inativos e Pensionistas, em conformidade com a delegação constante da Portaria nº 138/DGP, de 03 de setembro de 1992, resolve:

957 - Conceder nos termos dos Art 108 item V e 110 parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, com a redação dada pelo Art 1º da Lei nº 7.580, de 23 de dezembro de 1986, o provento do posto de 2º Sargento, a partir de 11 de agosto de 1992, ao Soldado Reformado (032297000-5) VILMAR SILVEIRA CANHADA, tendo em vista a constatação do agravamento do estado mórbido que motivou a sua reforma.

958 - Conceder nos termos dos Art 108 item III e 110 parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, com a redação dada pelo Art 1º da Lei nº 7.580, de 23 de dezembro de 1986, o provento da graduação de 3º Sargento, a partir de 11 de agosto de 1992, ao Soldado Reformado (032297000-5) VILMAR SILVEIRA CANHADA, tendo em vista a constatação do agravamento do estado mórbido que motivou a sua reforma.

O Diretor de Inativos e Pensionistas, em conformidade com a Portaria 138/DGP, de 03 de setembro de 1992 e de acordo com os Art 107 parágrafo único, 108 item V e 110 parágrafo 1º, da Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, com a nova redação dada pelo Art 1º, da Lei nº 7.580, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

959 - Conceder ao Capitão Reformado (030.660.170-9) SEVERIANO QUIN-TO, os proventos relativos ao posto de Major, a contar de 25 de junho de 1992, data da constatação de sua invalidez.

O Diretor de Inativos e Pensionistas, em conformidade com o parágrafo único do Art 1º da Portaria Ministerial nº 458, de 18 de maio de 89, resolve:

960 - Conceder o benefício previsto no Art 69, da Lei nº 8.237, de 1 de setembro de 1991, por ter sido constatada a necessidade de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização, a partir de 13 de julho de 1992, ao Subtenente Reformado (032719910-5) SILVIO CORREA SILVEIRA.

961 - Conceder o benefício previsto no Art 69, da Lei nº 8.237, de 1 de setembro de 1991, por ter sido constatada a necessidade de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização, a partir de 03 de julho de 1992, ao Capitão Reformado (031853040-9) ALAIRTO BENEVES ALAI.

962 - Conceder o benefício previsto no Art 69, da Lei nº 8.237, de 1 de setembro de 1991, por ter sido constatada a necessidade de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização, a partir de 03 de julho de 1992, ao Subtenente Reformado (016078850-1) ALCIDES FIAZZA-FILHO.

963 - Conceder o benefício previsto no Art 69, da Lei nº 8.237, de 1 de setembro de 1991, por ter sido constatada a necessidade de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização, a partir de 03 de julho de 1992, ao Coronel Reformado (10-101.266) CLÁUDIO JOSÉ RIBEIRO.

Gen Bda SYLVIO LUCAS DA GAMA IMBUZEIRO

APOSTILA Nº 21/S/1 DIP, DE 7 DE OUTUBRO DE 1992

O Diretor de Inativos e Pensionistas, em conformidade com a delegação constante da Portaria nº 138/DGP, de 03 de setembro de 1992, resolve:

Alterar a Portaria nº 371-S/1-DIP, de 05 de maio de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 1992, para declarar que o nome correto do Reservista (100432840-5) é MANUEL VIEIRA RABELO e não como consta no Ato referido.

Gen Bda SYLVIO LUCAS DA GAMA IMBUZEIRO

Requerimentos Despachados S/1 DIP

Deferimentos

Soldo Integral

Cap Refo (070.926.270-3) Severino Adauto Barbosa

2ºSGT Refo (100.320.330-4) Miguel Arcanjo Garcia

2ºSGT Refo (060.468.970-3) José Hartucelli Neto

Indeferimentos

Cabo Refo (049.355.901-7) Eli Coelho Tabanez Pinto

Promoção na Inatividade

Sub Ten (051.115.520-2) Dilsom Valderes Bianco

Acréscimo de Tempo de Serviço

Cap Refo (100.362.250-1) Vitor Hugo Souza de Oliveira

Amparo do Estado

Isento (CI nº 088.419) Vanderlei Aparecido de Arruda

Isento (CI nº 193.454) Gentil Barbosa Rodrigues

Diretoria de Pessoal Civil

PORTARIA Nº 946-DPC, DE 6 DE OUTUBRO DE 1992

O Diretor de Pessoal Civil, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 341, de 01 de junho de 1992 (DOU de 05/06/92), resolve:

Designar VALQUINAR GOMES FERREIRA, CP nº 272070, ocupante do cargo de Agente Administrativo, código SA-801, classe "B", referência NI.32, do Quadro do Pessoal deste Ministério, para exercer a função de Assistente Secretário, FG.2, do Comando de Operações Terrestres.

Col - IVO VITALE MENDES
Responsável Pelo Expediente do DPC

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 610, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987
(Publicada no D.O.U. de 14-12-87)

ANEXO (*)

| INSCRIÇÃO DE EMPREGO: AGÊNCIA TÉCNICA FEDERAL DO PAÍS | | CLASSE | |
|---|----------------|------------------------|------------------------------|
| | | CLASSE | ESTATUTÁRIO |
| IN Nº 199 DE 22/04/87 | | TÉCNICO-ADMINISTRATIVO | AMÉD I |
| NOME DO SERVIDOR | SITUAÇÃO ATUAL | SITUAÇÃO EM 01/01/87 | DENOMINAÇÃO DO CARGO/EMPREGO |
| MARIA DA GRACIA RODRIGUES ROCHA | SA-801 | SA-801 | Assistente em Administração |
| ANTONIO JOSÉ P. DE CARVALHO | SA-802 | SA-802 | Cirurgião Dentista |

(*) Reproduzido, em parte, por Portaria de 01/01/87 do M.E.C.

PORTARIAS DE 7 DE OUTUBRO DE 1992

O Ministro de Estado da Educação, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 255, inciso I, do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, resolve:

Nº 1.464 - Exonerar, a pedido, JOSAFÁ DE PAULA BATISTA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, Código DAS-101.2, da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, constante do Quadro Permanente deste Ministério.

Nº 1.465 - Nomear, interinamente, MÔNICA ANTUNES BARBOSA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Classe "B", Referência 30, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, Código DAS-101.2, da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, constante do Quadro Permanente deste Ministério.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no artigo 8º do Decreto nº 80.536, de 11 de outubro de 1977, resolve:

Nº 1.466 - Designar o Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Ensino Superior da Secretaria Nacional de Educação Superior do Ministério da Educação RAIMUNDO HÉLIO LEITE para exercer o cargo de Reitor "pro tempore" da Universidade Federal de Uberlândia, sem acumulação de vencimentos.

MURILIO DE AVELLAR HINGEL

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 7 de outubro de 1992

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 93.189, de 17 de março de 1990, AUTORIZA o afastamento do País dos seguintes servidores:

Fonte: Acervo SEGER (1992). Fotocópia do D.O.U. da nomeação como reitor *pro tempore* da UFU de Raimundo Hélio Leite, diretor do Departamento de Desenvolvimento de Ensino Superior da Secretaria Nacional de Educação Superior do MEC.

O documento 108 apresenta a nomeação do prof. Dr. Raimundo Hélio Leite, o qual assumiu a reitoria da UFU provisoriamente porque o presidente da República, que recém havia alçado ao posto, Itamar Franco – no rescaldo tanto do desgaste político do processo de

impeachment do presidente Fernando Collor como das eleições municipais que aconteceram no mesmo período –, não quis nomear o primeiro colocado na consulta à comunidade acadêmica, Nestor Barbosa de Andrade. O mandato do reitor Antonino Martins da Silva Júnior se encerrou e foi preciso rapidamente indicar um nome para a reitoria. A previsão era de que Raimundo H. Leite ficasse por um curto tempo, só o suficiente para que o Conselho Universitário (CONSUN) indicasse um nome para substituí-lo de como reitor *pro tempore*. Seriam dois dias devido à vacância na reitoria; dia 7 de outubro foi sua nomeação e deveria o novo reitor ser nomeado o no dia 8, data que deixaria o cargo. Contudo, a não nomeação de Nestor Barbosa protelou seu tempo, e as datas de nomeações indicam que o professor ficou uma semana no cargo. Foi substituído por José Carlos de Oliveira, então diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CETEC).

A pergunta sobre a razão da não nomeação do candidato mais votado pela comunidade universitária, ratificado pelo CONSUN quando enviou o nome de Nestor Barbosa, encabeçando a lista sêxtupla, recebe respostas diferentes conforme o tempo. De início, surge uma mudança muito grande no discurso do MEC. No dia 2 de outubro de 1992, dia seguinte da aprovação do impeachment de Collor na Câmara dos Deputados e quando Itamar Franco assume a presidência, ainda provisoriamente enquanto o processo seguia para tramitação no Senado, o editorial do jornal *Correio do Triângulo* destaca que a UFU não tinha ainda resolvido a questão de quem assumiria a reitoria com o término do mandato de Antonino Martins da Silva Júnior.

No dia 7 de outubro de 1992, o mesmo jornal destaca: Murílio Hingel afirma que é de um em um milhão a chance do presidente (Itamar) não nomear o primeiro colocado (Hingel..., 1992). Estava marcada para o dia seguinte a nomeação de Nestor Barbosa, e o jornal explicou que essa chance ínfima de não haver confirmação do nome do vencedor interno da disputa para reitor devia-se à legislação que dava a prerrogativa de nomeação ao Presidente da República. Contudo, a manchete da capa do dia posterior indicou que prevaleceu o menos provável: “Nome de Nestor é vetado novamente” (Nome..., 1992). Assim, o reitor *pro tempore* do MEC precisou passar mais uns dias no comando da UFU.

A Figura 10 a seguir apresenta os relatórios das reuniões informais do CONSUN, que ocorreram para tentar mitigar o problema da reitoria e indicar um reitor *pro tempore* da Universidade.

FIGURA 10 – Relatórios das reuniões informais do CONSUN

RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO INFORMAL COM MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO,
REALIZADA NO DIA 9/10/92, ÀS 10h

Atendendo convocação do Magnífico Reitor "pro-tempore", Prof. Raimundo Hélio Leite, estiveram reunidos na Reitoria da Av. João Pinheiro, 565, os membros do Conselho Universitário com a finalidade precípua de apresentarem nomes a serem encaminhados a Brasília para a escolha do Reitor "pro-tempore" que deverá colocar a UFU nos trilhos da normalidade. Os Srs. Diretores dos três Centros comunicam que o assunto foi por eles discutido com os seus pares, mas que não houve nenhuma indicação. Fizeram avaliação do momento e demonstraram que gostariam de ver resolvido o problema. No CEBIM o assunto ficou aberto para negociações, o nome a ser indicado deverá trazer tranquilidade à instituição. O representante estudantil Neiriberto Camilo Gallo Júnior informa que após o encontro com o Sr. Reitor, foi realizada uma assembléia e que lá ficou decidida a não aceitação de outra indicação a não ser a do Prof. Nestor Barbosa de Andrade e que o atual Reitor "pro-tempore" convocasse o Colégio Eleitoral Especial para a devolução da lista sêxtupla. Uma Comissão deste Conselho esteve reunida com o Comando de Greve e a conclusão chegada é que o Comando não se afasta do problema político. O Prof. Alberto Martins da Costa propôs ao Comando de Greve e propõe a este Conselho que assumiria o problema jurídico para resolver o problema político. Propõe assumir o ônus para a solução do problema. No decorrer da reunião pôde-se observar que o anseio geral é que o Reitor "pro-tempore" presente resolva a questão legal e encaminhe a lista sêxtupla a Brasília. O Prof. Raimundo Hélio Leite informa aos presentes sobre as dificuldades que se vislumbram, tais como, falta de meio para aquisição de ração e farelo para o gado das fazendas e medicamentos necessários para o Hospital de Clínicas. Preocupa-o o fato de ocorrerem situações desagradáveis e consequências maiores com pacientes no Hospital de Clínicas e com os animais nas fazendas. Não se trata de intervenção mas de providências que serão tomadas para apurar-se as responsabilidades, caso haja esse tipo de dano, que não é o mesmo que uma vidraça quebrada. No entender do representante docente, Prof. Jader Martins, através de declaração do Exmo. Sr. Ministro da Educação não haveria nenhum impedimento para a nomeação do Prof. Nestor Barbosa de Andrade. Assim não sendo, o prejuízo maior é da Instituição. Para o Sr. Reitor, sob o ponto de vista legal, a Instituição terá sérios prejuízos, haja vista que participava do CONSUN um membro votante sem mandato. O Prof. Danilo Biasi e o Sr. Cícero Naves de Ávila, este último de comum acordo com Dr. Genésio de Melo Pereira, comunicam que têm a indicação de um nome para propor ao Conselho e encaminhar a Brasília. Solicita o representante estudantil que o Reitor convoque o CONSUN para decidir o encaminhamento, sentindo que parte deste Conselho quer a indicação de um

Assinatura

Reitor "pro-tempore" e outra parte que a questão jurídica seja resolvida. Para o Prof. Alberto só se justifica a apresentação de um nome que leve a Universidade à normalidade. Estando o Reitor no processo, continua com a sua proposta de sanar o impasse jurídico. Propõe o Prof. Fernando Antônio Ferreira a convocação do CONSUN, para que os conselheiros Danilo Biasi e Cícero Naves de Ávila apresentem os nomes, uma vez que o Reitor já está inteirado das dificuldades e há possibilidade de solução num curto espaço de tempo. Volta a insistir o Sr. Reitor que a volta à normalidade deve ser tratada por um membro da instituição. Sua missão é ajudar de Brasília a Universidade. Não veio com a capa de interventor e fica difícil o entendimento quando as pessoas são tratadas sem conhecê-las. O Prof. Ireneu Antônio Siegler apela para a permanência do Reitor nesta fase transitória e a sua presença é importante até que se resolva a indicação de nova lista e a volta à normalidade. Houve uma deferência por parte do Sr. Ministro ao mandá-lo para as providências iniciais. Comunicará ao Ministério a decisão deste Conselho. Ficando, como quer este Conselho, não aceita prazo para o encaminhamento da lista sextupla. Entende que a indicação de um nome da Instituição é um processo de economia da casa. Caso não haja consenso, será indicado um elemento de fora; a instituição deveria assumir com o encargo. Comunica que só participarão da reunião do CONSUN os membros com mandato. O Prof. Fernando Antônio Ferreira propõe suspender a reunião com o retorno às 16h para deliberações, antes que o Reitor dê seu feedback a Brasília. Nada mais.

Uberlândia, 9 de outubro de 1992.

Keyriam Spiltraues - Secretária Geral

RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO INFORMAL COM MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO,
REALIZADA NO DIA 9/10/92, ÀS 14h

O Sr. Reitor abre a reunião e pede que dêem continuidade às conversações. O Prof. Danilo Biasi coloca de início para apreciação dos presentes o nome do Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho. Informa que manteve contatos com o Professor e sentiu dele uma certa resistência, porém pelo bem da Instituição ele assumiria o encargo. O Prof. Fernando Antônio Ferreira comunica que em entendimento entre os Centros foi encaminhado documento do Exmo. Sr. Ministro Eraldo Tinoco. Cabe ao CONSUN nortear os destinos da Instituição - se algum nome deve ser apresentado, que seja de um membro do CONSUN. Repeitam a indicação, mas não aceitam nome alheio ao Conselho. Permanecendo a intenção, alguns membros afastar-se-ão do processo. Na ocasião do encaminhamento do documento a Brasília, houve entendimento com o Prof. Rodolfo Pinto da Luz, Secretário da SENESu. O CONCTEC entende a necessidade e a importância de indicar um nome para a volta a normalidade da instituição. O Prof. Valder Steffen Júnior, como representante do CETEC traz o sentimento daquele Centro. O nome para Reitor "pro-tempore" tem que passar pelo CONSUN. Muito embora o nome do Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho mereça o respeito de todos o nome dele não converge. O Conselho conduziu o processo, portanto acredita ser mais tranquilo tirar o nome de dentro dele para a volta a normalidade; todos do CONSUN estão intimamente envolvidos, pois foram seus membros que criaram as normas e a eles cabe a responsabilidade. Caso a escolha recaia em pessoa alheia ao processo, vislumbra-se dificuldades maiores. O Sr. Reitor desconhece de entendimentos havidos com o Secretário Nacional da Educação Superior. Indaga se a indicação deste Conselho proporcionaria a volta à normalidade. Para o Prof. Fernando Antônio Ferreira o nome do Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho não recebe a unanimidade; não poderiam garantir a volta à normalidade. A proposta que Ulysses Pereira de Mello traz do movimento estudantil, é que nenhum outro nome seja indicado para Reitor "pro-tempore". Só aceitam a nomeação do Prof. Nestor Barbosa de Andrade. Como membros da comunidade participantes deste Conselho, o Sr. Cícero Naves de Ávila e Dr. Genésio de Melo Pereira sentem-se na obrigação de sugerir nomes, sendo que o do Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho é de grande respeitabilidade e soube conduzir muito bem a instituição. O Prof. Valder Steffen Jr. coloca que existem muitas pessoas na Universidade que receiam a indicação do Prof. Gladstone, dado o respaldo e o conhecimento dele no MEC; ele também é contrário a essa indicação. O Reitor veio buscar nomes, infelizmente, não consegue o consenso necessário. Decide suspender a reunião, "sine die". Nada mais.

Uberlândia, 9 de outubro de 1992.

Myriam Silva Alvares
Secretaria Geral

111

RELATÓRIO DA 3ª REUNIÃO INFORMAL COM MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO,
REALIZADA NO DIA 13/10/92, ÀS 11h

Para dar prosseguimento às conversações, o Sr. Reitor Raimundo Hélio Leite, convocou os Membros do CONSUN para colocar sobre os últimos entendimentos com o MEC. O Sr. Ministro da Educação foi informado por ele que o Conselho desejaria escolher o nome para Reitor "pro-tempore" dentre os seus membros. Houve boa aceitação da parte do Sr. Ministro, uma vez que ao próprio Conselho cabe a responsabilidade dos destinos da Instituição. Na oportunidade, solicita a todos a indicação de três nomes. O Prof. Fernando Antônio Ferreira pede a palavra para declarar a sua satisfação em ver a sua proposta aceita pelo MEC e propõe que os nomes sejam representados pelos três Centros. Aceita pelo Sr. Reitor essa proposta e, incontinenti, solicita os nomes, os quais são apresentados: Prof. José Carlos de Oliveira, pelo CETEC; Prof. Danilo Biasi, pelo CEHAR e Prof. Fernando Antônio Ferreira pelo CEBIM. Qualquer um que for escolhido receberá todo apoio dos demais. Continuarão conversando e se reunindo para o bom desempenho da Administração. Por recomendação do Sr. Ministro é dispensada a reunião formal do CONSUN para indicação de nomes, devendo ser formalizado, através de documento o compromisso a ser assinado por todos os presentes indicando os nomes acima mencionados aceitos pela maioria. Deixaram de assinar o documento os representantes estudantis presentes Neiriberto Camilo Gallo Júnior e Sócrates Delfino Duarte. Nada mais.

Uberlândia, 13 de outubro de 1992.

Neziam S. Alvares
Secretária Geral

Os relatórios expressam que havia dois problemas que resultaram na não nomeação do professor Nestor Barbosa como reitor: um político e um jurídico. Indicam também que havia muita resistência em um nome de consenso para ser reitor *pro tempore* da própria instituição. Alguns conselheiros convergem que o nome para reitoria é o de Nestor Barbosa e que Raimundo Hélio Leite deveria ser o mediador para a resolução dos problemas que o impediam de ser nomeado. Especialmente estudantes e o comando de greve estavam firmes nessa resolução. Alguns nomes foram aventados, mas sem consenso.

Os relatórios são boas fontes para identificar a questão e o que se apontava nos documentos. Esse tipo de documento é muito eficiente para que o historiador acesse o cerne oficial, não as entrelinhas da questão que foi, como apontado, política e jurídica. Nenhuma dessas questões está explicitada nos relatórios. Para completar as lacunas mais uma vez, publicações em jornais dão indicações. Uma questão pertinente é que o reitor Raimundo Hélio Leite afirma logo na primeira reunião que não agia como interventor, mas que buscava manter os equipamentos de modo que a fazenda e o Hospital de Clínicas não tivessem prejuízo em seu funcionamento (SEGER, 1992, documento 109). Todavia, Murílio Hingel, ministro da Educação, fala sobre a situação em outros termos: no dia 14 de outubro de 1992, o *Correio do Triângulo* reproduz informações veiculadas no domingo anterior no jornal *Correio Brasiliense*. Nela, o ministro afirma que o momento da nomeação de Raimundo Hélio Leite foi “antipático porque não deixa de ser uma intervenção que fere a autonomia universitária” (HINGEL, 1992, p. 3). Se dentro da Universidade, logo depois da sua chegada, o representante da intervenção do MEC se afastava dessa ideia, poucos dias depois o ministro reconhecia que a ação feria a autonomia universitária. Mais adiante na reportagem, o ministro assevera que a intenção do governo era nomear o primeiro colocado da lista sêxtupla, que esperava tão somente a resolução de dada questão jurídica.

Volta-se as duas faces do problema: a legal e a política. Há primeiro, segundo a fonte jornalística, a questão política: como as manchetes já mencionadas em um dia estavam certas da nomeação e no dia seguinte houve o recuo? Qual seria a razão da intempestiva mudança? O *Correio do Triângulo*, na reportagem “Novo veto em cima da hora impede a posse de Nestor”, afirma que a assessoria do então deputado Zaire Rezende havia sido informado que a razão para o veto seria uma fotografia na qual Nestor Barbosa aparecia junto a faixa com os dizeres “Fora Collor, fora Itamar, eleições diretas-já”. A mesma assessoria entendia também que a fotografia seria um pretexto e a motivação política estava na realidade ligada à disputa do segundo turno das eleições municipais em Uberlândia (Novo..., 1992). Tais informações ajudam a delimitar o quadro político. Mesmo antes do incidente do governo Itamar, Nestor Barbosa também não era

um nome agradável ao governo Collor. Contudo, a situação só virou um problema mesmo quando acaba o mandato do reitor Antonino Martins da Silva Júnior e não é dada a posse ao mais votado para reitoria, resolvendo o impasse de vacância com um nome, um interventor, oriundo do MEC. Isso se dá *pari passu* com a nomeação de Itamar Franco, ainda de forma interina, como presidente da República. Portanto, tanto o ambiente político nacional, que permeou o processo de impeachment de Collor, como as eleições municipais, que em 1992 eram manuais, precisavam de um aparato complexo de contagem e totalização de votos, com interposição de pedidos de recagem forneciam elementos do contexto político. Esse quadro interferiu diretamente no problema, que ultrapassava a oposição manifesta na fotografia de Nestor Barbosa.

A situação dentro da Universidade também se constituía em meio a questões políticas, mas internas. A greve de professores e servidores e a ocupação da reitoria pelos estudantes indicavam que a saída era a nomeação de Nestor. Os estudantes eram contra até a nomeação de um novo reitor *pro tempore* oriundo da Universidade. O cerne estava no entendimento da autonomia universitária, que era ferida com a situação. As palavras de Hingel admitindo o fato indicam que as razões para a radicalização interna não eram infundadas.

E aí se apresenta o problema jurídico. A votação no colégio eleitoral havia sido feita de acordo com o estatuto da Universidade. Este, porém, não estava, segundo o parecer jurídico do MEC, em conformidade com a legislação federal. Destaca-se que até hoje a consulta à comunidade acadêmica, com a votação entre professores, servidores e discentes, é um mecanismo não reconhecido legalmente, e que para fins legais o que vale é a votação no Conselho Universitário. No entanto, as instituições que fazem a consulta reproduzem no colégio eleitoral a manifestação das urnas, se comprometendo em colocar como primeiro nome o do candidato mais votado. O primeiro relatório indica que o problema legal, inicialmente, seria que na votação da lista uma pessoa sem mandato votou, segundo a indicação de Raimundo Hélio Leite (SEGER, 1992, documento 109). Apesar disso, a imprensa, em 18 de outubro, apresenta a questão com uma formulação diferente: o estatuto não previa que votassem os três pró-reitores da instituição (Bastos, 1992).

Não havia interesse por parte do MEC de o recém-empossado governo federal sustentar um reitor/interventor externo à UFU, por isso as negociações seguiram no sentido de indicação de lista tríplice com nomes próprios da instituição. Nomes externos ao CONSUN foram descartados, e com bastante discussão interna foi estabelecido o nome dos três diretores de centro que serviriam como opções de reitor *pro tempore*. Ainda que a proposta tenha sido aceita

pelo Conselho, os estudantes se colocaram veementemente contrários a qualquer nome que não o de Nestor Barbosa, empossado como reitor eleito.

Desfeito o impasse sobre a lista para atuação na reitoria de forma temporária, a nomeação do diretor do CETEC, professor José Carlos de Oliveira, afasta a intervenção direta do MEC, mas não dirime de fato o problema. Atuando com uma situação delicada, o novo reitor precisa trabalhar em dois sentidos: resolver a questão jurídica junto ao CONSUN e buscar meios para resolver a questão da greve e da ocupação da reitoria. A questão jurídica, impasse oficial para a não nomeação, foi solucionada com nova eleição no colégio eleitoral, como informa a reportagem de 18 de outubro de 1992, “Pró-Reitores devem votar para lista”, do *Correio do Triângulo* (Bastos, 1992). Tal situação seria a resolução do impasse jurídico com o MEC, mesmo contrariando a formulação estatutária. A nova eleição ocorreu e a lista sêxtupla foi encaminhada mais uma vez ao MEC, com uma mudança na ordem: na última votação Nestor Barbosa foi apresentado como segundo nome da lista, uma vez que na votação do colégio eleitoral o nome de outro membro da mesma chapa, professor Elmiro Santos Rezende, foi o mais votado, como informa a matéria “Universidade faz nova lista e Nestor fica em 2º lugar”, de 28 de outubro de 1992 (Serafim, 1992).

Ainda que como segundo nome era esperado que o mais votado na consulta universitária fosse nomeado, apesar de todos os nomes indicados assinarem um termo de compromisso que aceitaria assumir o cargo qualquer que fosse a nomeação pelo presidente, concretamente era esperado que Nestor Barbosa finalmente fosse empossado. Outro nome levaria a novos impasses internos, e as negociações feitas por José Carlos Oliveira, como a desocupação da reitoria, não teriam mais validade. Contudo, não havia oficialmente posição do MEC que confirmasse Nestor Barbosa. Até a véspera de sua nomeação não havia nada definido, mesmo com a Universidade se organizando e indo em caravana a Brasília para pressionar pela nomeação. Finalmente em 6 de novembro de 1992, como indicam os documentos 115, 116 e 119, Nestor Barbosa assume como reitor da UFU. Na mesma data, a capa do *Correio do Triângulo* traz a seguinte manchete: “CONFIRMADO Nestor nomeado para a reitoria da UFU” (Confirmado..., 1992). O impasse se resolve com a saída pela nomeação daquele que a comunidade universitária havia escolhido como reitor.

Ainda que tal dificuldade expressa nos documentos analisados remonte há 31 anos, no presente, ela pode se repetir sem qualquer embaraço legal. No governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) houve nomeações de reitores que não encabeçavam a lista tríplice e para tal situação não havia forma de a instituição recorrer, uma vez que a lei segue dando a prerrogativa de nomeação ao presidente da República. O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (2023)

publicou em seu site que havia sido encaminhada pela ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) proposta ao MEC de que as Universidades enviassem tão somente o nome mais votado para reitor, que na prática retira a prerrogativa do presidente a nomeação dos reitores. O projeto ainda não tramita no Poder Legislativo.

A seguir, serão tratados documentos relevantes do ponto de vista legal. É o mais representativo conjunto dentro do Acervo SEGER. Para o trabalho de análise, foram selecionados aqueles mais destacados.

2.7 Os fios legais da trama: leis, decretos-lei, decretos e outros documentos

Uma parte significativa do Acervo SEGER diz respeito aos documentos legais. Como já apontado na introdução, 38,84% dos documentos tratam de leis, decretos-leis e decretos. Esse volume se dá pela lógica interna do Acervo, que buscou resguardar tanto legislações em que a Universidade estivesse citada, como sua criação, federalização, decretos de nomeações, entre outros, como os marcos legais que regem a Educação Superior. Destes, podemos destacar a Lei nº 5540 de 1968, a Reforma Universitária, anterior até à criação da UnU, e a Lei nº 9394 de 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Alguns documentos legais são analisados em itens próprios, como as nomeações e as autorizações de curso, portanto aqui serão tratados os documentos que ainda não foram objeto de análise. O Quadro 4 a seguir apresenta o conteúdo desses documentos, bem como a vinculação entre os entes federados, além de informar se dizem respeito à UFU especificamente ou a uma legislação geral. A primeira coluna refere-se ao número do documento nas pastas. Também foi assinalado o tipo de suporte em que se encontra no Acervo SEGER.

QUADRO 4 – Documentos Legais

| Nº | Conteúdo | Tipo /Esfera | Geral /UFU |
|----|--|---|------------|
| 09 | Decreto-Lei nº 1.061 de 21/10/1969 Dispõe sobre a integração a que se referem o artigo 3º, § 2º, dos Decretos-Leis nº5 762 e 774, respectivamente, de 14 e 20/08/1969. | Fotocópia do DOU / Executivo Nacional | Geral |
| 41 | Lei 112 6.053 de 11/12/1972 Incorpora ao patrimônio da Universidade os bens que menciona. | Cópia do Diário do Executivo / Executivo Estadual | UFU |
| 42 | Decreto nº 15.392 de 13/04/1973 Declara | Cópia do Diário do | UFU |

| | | | |
|---------|---|---|-----------|
| | de utilidade pública a Fundação Universidade de Uberlândia. | Executivo / Executivo Estadual | |
| 43 | Lei nº 2229 – de 29/05/1973 Torna de utilidade pública a Fundação Universidade De Uberlândia | Cópia em papel jornal da publicação. Executivo Municipal | UFU |
| 45 | Decreto-Lei nº 1.275 – de 01/06/1973 Dispõe sobre a aplicação de recursos orçamentários. | Fotocópia do DOU. / Executivo Nacional | Geral |
| 48 | Lei nº 6.574 – de 02/05/1975 Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Fundação Universidade de Uberlândia | Cópia do Diário do Executivo / Executivo Estadual | UFU |
| 61 | Decreto nº 80.536 de 11/10/77 Regulamenta a Lei nº 6.420 de 3/6/77, e dá outras providências. | Cópia em papel jornal / Executivo Nacional | Geral |
| 62 | Lei nº 6.420 de 03/06/1977 Altera Lei nº 5.540 de 28/11/1968, que fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a Escola Média, e dá outras providências. | Cópia em papel A4 / Executivo Nacional | Geral |
| 63 | Lei nº 5.540 – de 28/11/68 Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a Escola Média, e dá outras providências. | Cópia em papel A4 / Executivo Nacional | Geral |
| 66 | Lei nº 6.532 de 24/05/1978 Federalização da Universidade Federal de Uberlândia. | Cópia do DOU / Executivo Nacional | UFU |
| 74 | Lei nº 6.733 de 04/12/1979 Dispõe sobre a nomeação dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União. | Cópia do DOU / Executivo Nacional | Geral |
| 81 | Decreto nº 87.989 de 23/12/1982 Autoriza a UFU a permutar imóveis de sua propriedade por outras de propriedade do Município de Uberlândia. | Cópia em papel A4 / Executivo Nacional | UFU |
| 83 e 84 | Lei nº 7.177 – de 19/12/1983 Dispõe sobre a escolha de dirigentes de Fundações de Ensino Superior e dá outras providências. | Cópia do D.O.U. / Executivo Nacional | Geral |
| 89 | Ofício nº 01–D/DSI/MEC – de 29/3/84 Normas para levantamento de Dados Biográficos. | Documento com carimbo “confidencial” / Executivo Nacional | Geral/UFU |
| 90 | Lei nº 4181 de 01/07/1985 Prefeitura Municipal de Uberlândia torna de utilidade pública a F.A.U. | Cópia de recorte de jornal / Executivo Municipal | UFU |
| 93 | Decreto no. 94.410 de 10/06/1987 Delega competência aos Reitores para nomear o Vice-Reitor. | Cópia do DOU / Executivo Nacional | Geral |
| 94 | Portarias de 21/5/87 Delega competência aos Reitores para nomearem os Diretores E Vice- | Cópia em papel A4 / Executivo Nacional | Geral |

| | | | |
|-----|--|---|-------|
| | Diretores de Centro. | | |
| 96 | Portaria Nº 114 de 11/12/1987. Aprova o Regimento Interno da Escola de Educação Básica e Reconhece o funcionamento e a regularidade do Curso de 1 º Grau da Escola. | Cópia em papel A4 / Executivo Nacional | Geral |
| 120 | Lei Nº 9.192 de 21/12/1995. Altera dispositivos da Lei Nº 5.540 de 28/11/68. | Cópia em papel A4 do DOU / Executivo Nacional | Geral |
| 121 | Decreto nº 21.916 de 23/05/1996. Regulamenta o processo de escolha dos dirigentes das IFES. | Cópia impressa do decreto/ Executivo Nacional. | Geral |
| 123 | Decreto Nº 2.014 de 26/09/1996. Presidente da República delega competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto para nomear Vice-Reitores e outras autoridades. | Cópia em papel A4 do DOU / Executivo Nacional | Geral |
| 124 | Portaria Nº 1.048 de 14/10/1996. Ministro de Estado da Educação e do Desporto subdelega competência aos Reitores das Universidades federais para nomear Vice-Reitores. | Cópia impressa da portaria/ Executivo Nacional. | Geral |
| 129 | Lei Nº 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – (LDB). | Fotocópia do DOU / Executivo Nacional | Geral |
| 134 | Decreto Nº1.845 de 28/03/1996. Delega competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, para a prática dos atos que menciona. | Cópia em papel A4 / Executivo Nacional | Geral |

Fonte: organizado pela autora com base nos documentos da SEGER (2023).

O quadro demonstra um cuidado em recolher os documentos no sentido de poder contar uma história do ponto de vista daqueles relativos especificamente à instituição, como também os documentos legais relevantes ao contexto nacional da Educação Superior. Destaca-se que a Reforma Universitária de 1968, Das bases legais da Educação Nacional, parece faltar a Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971, mas é plenamente justificável, uma vez que a lei se refere à Educação Básica, e o interesse do Acervo é na Educação Superior.

Nota-se que além do executivo federal, que conta com o maior número de documentos, 24, de forma bem menos acentuada os executivos estadual e municipal também promulgaram legislações relativas à Universidade. Os três documentos do estado de Minas Gerais são anteriores à federalização, os da prefeitura de Uberlândia, dois; um é anterior a federalização e outro é de 1985, quando o país está em fase de redemocratização.

2.7.1 Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968 – Reforma Universitária

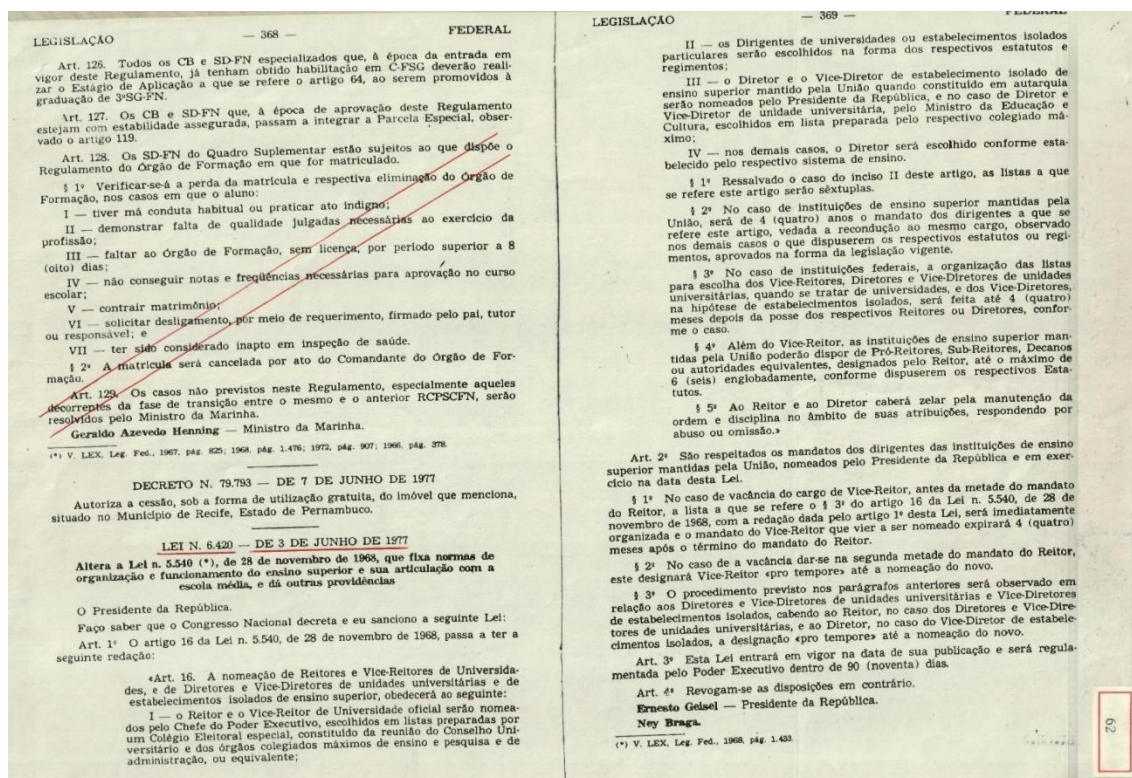
Como destacado no Quadro 4, a Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968, mesmo datada da época em que Uberlândia possuía somente faculdades isoladas, está presente no Acervo SEGER. É coerente haver no conjunto de documentos cópia da lei sob a qual a Universidade foi criada e depois federalizada. Todo o sentido compartilhado para Universidade, que existe ainda hoje, está alicerçado nessa legislação.

No Acervo SEGER, constam dois documentos relativos à Reforma Universitária:

- Documento 62 - Lei nº 6.420 - de 03/06/1977: Altera Lei nº 5.540 de 28/11/68, que fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a Escola Média, e dá outras providências.
- Documento 63 - Lei nº 5.540 - de 28/11/1968: Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a Escola Média, e dá outras providências.

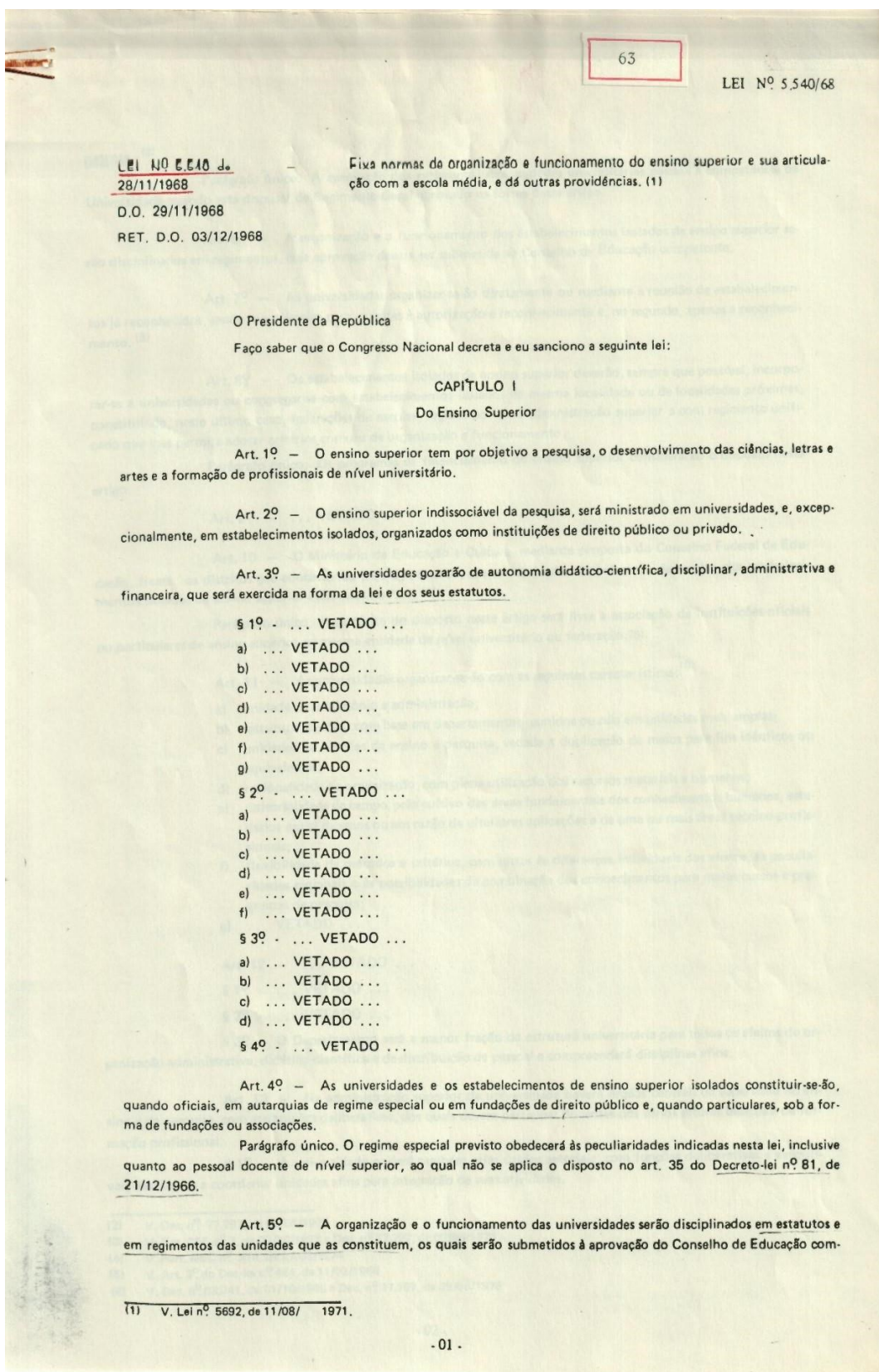
Mais uma vez, evidencia-se que, ainda que a lógica cronológica ajude a organizar os documentos no Acervo, esta não é nem rígida, nem a única forma. O documento 63 é anterior à fundação da UnU e o documento 62 é de uma legislação que altera o documento 63. Contudo, isso indica também um cuidado na manutenção do Acervo de forma completa. O documento 62 realmente faz parte do escopo temporal da Universidade, e pode ser indício de que, a partir de sua introdução, foi percebida a necessidade de acrescentar a lei original que ele altera. Nos dois casos, os documentos são cópias de publicações dessas leis. O documento 62 apresenta marcações em caneta de tinta vermelha e no documento 63 é possível perceber marcas de grampos anteriores, bem como a oxidação do grampo atual, ambos estão reproduzidos a seguir nas Figuras 11 e 12.

FIGURA 11 – Documento 62



Fonte: Acervo SEGER (1968). Cópia da lei que altera o disposto na Lei nº 5540/1968, Reforma Universitária.

FIGURA 12 – Documento 63 – primeira página



Fonte: Acervo SEGER (1968). Cópia da Lei nº 5540/1968 – Reforma Universitária.

O documento 62, a Lei nº 6420 de 6 de junho de 1977, altera especificamente o artigo 16 da Lei nº 5540 de 1968, que trata da escolha de reitores. O fundamento permanece: o reitor de uma Universidade Federal é escolhido por uma lista sêxtupla de nomes oferecidos pelos órgãos da administração superior da instituição.

A singular situação da Reforma de 1968, que tanto é fonte, presente no Acervo SEGER, como vetor da realidade da UFU, faz com que sua presença entrecorte a pesquisa muitas vezes. Não é exagero afirmar que essa legislação contorna até hoje a realidade universitária brasileira, ainda que parte de seus mecanismos tenha perdido cor. A própria instituição hoje não trabalha sobre o regime departamental, adotando as unidades como fração interna. No entanto, a questão da não nomeação imediata do reitor mais votado na consulta à Universidade, ocorrida em 1992, a qual foi anteriormente alvo de discussão, mostra que suas marcas são duradouras. As listas podem não ser mais sêxtuplas, e sim tríplexes, mas o fundamento segue igual. Os ecos dessa lei, que permearam este trabalho antes deste tópico específico, permaneceram ainda nas discussões vindouras, simplesmente porque continua a servir como base do entendimento do que é Universidade (no Brasil) e do que é a UFU. Uma análise mais detalhada dessa lei está presente na seção 1.

Adiante, há a Lei nº 9394/1996 como foco, uma legislação vinda do final do milênio passado com um caminho de construção bastante singular e que até hoje rege a educação brasileira, a despeito de suas inúmeras alterações.

2.7.2 Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB

O documento 129 do Acervo SEGER é uma fotocópia em papel A4 do DOU de 23 de dezembro de 1996, que publicou a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional” (Brasil, 1996, ementa). O material sofre com a degradação natural do tempo. Contudo, a lei que rege o conjunto da Educação Nacional está guardada, como indicativo de sua importância, mesmo que em 1996 a multiplicidade de meios para preservar já existisse. A revolução tecnológica proporcionada por programas como Windows 95 e a internet já era uma realidade. Aliás, o marco de utilização da internet no país é justamente por meio da Universidade, com a criação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP (RNP, 2023).

Ainda assim, a fotocópia da publicação da lei era suficientemente histórica para guardar uma cópia física. A década de 1990 também representou o início de um processo gradual de mudança do suporte de documentos, que antes era sobretudo em cópias físicas, ainda que

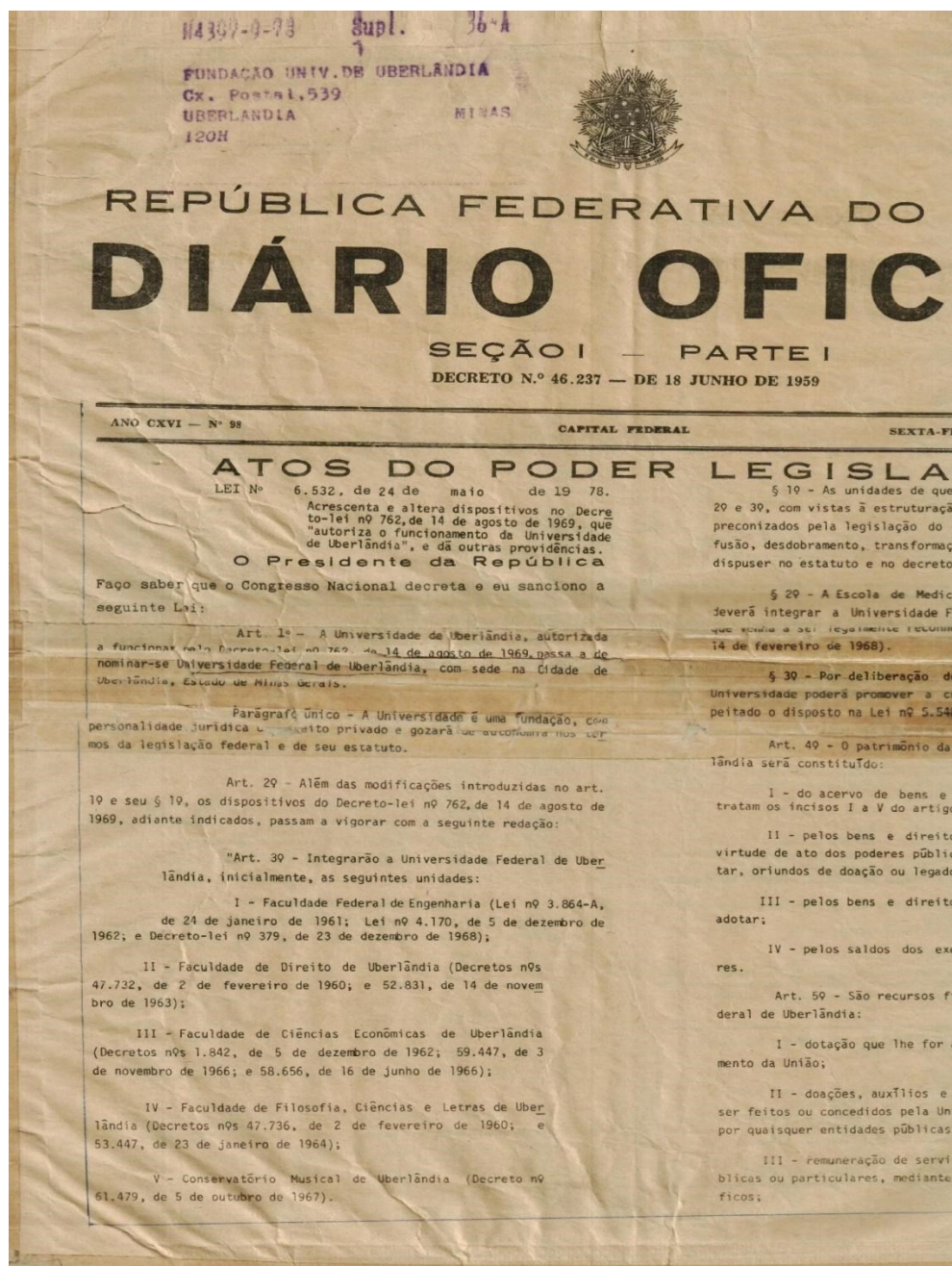
houvesse uma versão virtual, para o atual, no qual o papel é dispensável muitas vezes e até as assinaturas são possíveis de ser digitalizadas e certificadas eletronicamente.

Tal qual a Lei nº 5540/1968, a LDB foi discutida na seção 1.

2.7.3 Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978 – Federalização da Universidade Federal de Uberlândia

O documento 66 apresenta a página do DOU de 26 de maio de 1978, na qual consta a Lei nº 6532/1978, que transforma a UnU em Universidade Federal de Uberlândia. O documento possui marcação em caneta azul e apresenta sinais de deterioração, com pequenos rasgos e marcas de fita colante. O equipamento disponível para digitalização só obtinha imagens em tamanho A4, por isso foi preciso digitalizar o documento, que tem o tamanho regular de um jornal, em partes. Sendo assim, em seguida se apresentará a imagem com o cabeçalho da lei (Figura 13), que também já demonstra parcialmente o estado do documento.

FIGURA 13 – Fragmento do Documento 66



Fonte: Acervo SEGER (1978). A imagem é um fragmento do documento 66, com contornos em caneta azul, marcas e desgaste do papel, incluindo pequenos furos, bem como amassados.


Junto ao documento 66, está localizado o documento 66A, apensado posteriormente ao 66. Tal informação não pode ser considerada uma suposição porque o conteúdo do documento 66A é composto por um questionamento do professor José de Paula Carvalho ao diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CETEC), que na ocasião era o professor Valder Steffen Júnior, feito em 1993, sobre a publicação “Memórias da Universidade Federal de Uberlândia”, de 1988. Segundo o professor José de Paulo Carvalho, o papel da Faculdade

Federal de Engenharia teria sido suprimido. Ao fazer o questionamento, o professor anexa a cópia da reunião da Congregação da Faculdade Federal de Engenharia de 24 de abril de 1975, que deliberou por uma proposta de federalização da UnU.

De forma esquemática, os itens do documento 66 A são dois: uma solicitação do professor José de Paulo Carvalho em relação a uma publicação de 1988, com data de 1993, e o anexo dessa solicitação, uma ata de reunião da Congregação da Faculdade Federal de Engenharia de 1975, que trouxe à tona a federalização.

O teor da solicitação versa sobre a divergência do papel desempenhado pela Faculdade Federal de Engenharia e pelo autor no processo de federalização e o conteúdo de uma publicação. A Figura 14 mostra a solicitação do professor José de Paulo Carvalho.

FIGURA 14 – Solicitação do professor José de Paula Carvalho ao diretor do CETEC


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
RUA DUQUE DE CAXIAS, 205 - CAIXA POSTAL, 593
38.400 - UBERLÂNDIA - MG

Do: Prof. José de Paulo Carvalho
 Ao: Diretor do CETEC, Prof. Valder Steffen Júnior
 Assunto: Federalização da Universidade de Uberlândia

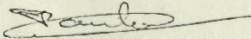
Senhor Diretor:

A publicação MEMÓRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, editada em 1988, omite no processo de federalização dessa Universidade, a participação decisiva da congregação da Faculdade Federal de Engenharia, através de decisão tomada em 28-04-75.

Criada em 1969 pelo Decreto-Lei nº 762/69, a ação inicial para a estruturação da Universidade se deu pela aprovação de seu Estatuto pelo Conselho Universitário em 1975. Os corpos docente e discente da Faculdade Federal de Engenharia prontamente reagiram contra a estrutura a ser implantada de conformidade com o estatuto então aprovado, por considerar os riscos da Faculdade de perder a condição de entidade mantida pelo Governo Federal. A posição formal da Faculdade Federal de Engenharia foi tomada na reunião de sua Congregação, em 28 de abril de 1975, na qual estavam presentes 55 de seus 56 membros, conforme livro de atas fls. 2 a 13 (anexo cópia da ata da referida reunião). O autor da proposta pioneira da federalização da Universidade de Uberlândia, foi o Professor José de Paulo Carvalho - ata fls. 10 e 11 - idéia considerada tão impossível de se concretizar na época, que os congregados presentes à reunião e que participavam da administração superior da Universidade votaram contra a proposta que foi aprovada pela referida congregação - fls. 11, 12 e 13 - e a partir daí a Federalização da Universidade de Uberlândia passou a ser perseguida permanente pela comunidade, cujo processo evoluiu através da ação conjunta de inúmeras pessoas, notadamente das orientações e atitudes do então Secretário do SESU, Prof. Edson Machado de Souza.

Solicito, Senhor Diretor, a despeito das omissões da referida publicação, que esse Centro assuma legitimamente a defesa da Faculdade Federal da Universidade de Uberlândia, no processo de sua federalização, ao aprovar proposta pioneira de minha autoria, até que se encontre registros anteriores com o mesmo propósito.

Uberlândia, 27 de janeiro de 1993.


 PROF. JOSÉ DE PAULO CARVALHO

PROPLAD 150

Fonte: Acervo SEGER (1993). Documento que solicita uma posição em relação a uma dada “verdade histórica” que teria sido negligenciada em um livro, segundo o proponente.

Ao analisar a solicitação, um problema foi localizado muito facilmente: qual era a publicação citada no texto? Na busca por fontes e no trabalho com a literatura já produzida, não havia registro dessa publicação. Novo levantamento foi feito, sobretudo em catálogos disponíveis dentro da UFU, como o do sistema Sofia, que integram as bibliotecas da instituição e permitem consulta ao acervo. Não foi localizada nenhuma publicação com o título mencionado.

Por outro lado, há uma publicação no mesmo ano com sentido parecido, mas com outro nome, *A UFU no Imaginário Social*, de Coraly Gará Caetano e Miriam Michel Curi Dib, editada pela própria Universidade¹⁷. É possível aventar que o prof. José de Paulo Carvalho esteja se referindo ao livro de Caetano e Dib; o caráter institucional da publicação pode ser o elemento que desencadeou o desejo de “reparação histórica” via posicionamento do CETEC, que poderia funcionar como “herdeiro” da Faculdade Federal de Engenharia.

Chama atenção o hiato temporal do documento: datado de 1993, trata de uma publicação que à época já possuía cinco anos de editada. No entanto, a solicitação ajudou a enriquecer o conjunto de documentos da SEGER ao anexar cópia da ata da reunião da congregação que aprovou a sugestão de federalizar a Universidade. Ainda que o documento de 1993 abra porta para a “verdade” de documentos anteriores que comprovassem uma ideia de federalização e tirassem o ineditismo da proposta do professor e da Faculdade Federal de Engenharia, essa questão não é tão simples. Federalizar uma instituição é um processo complexo, com vários atores locais, regionais e nacionais permeando acordos e justaposições de interesse para efetivação. O primeiro a aventar a possibilidade funciona mais como curiosidade do que como processo histórico. Por isso, mais importante do que quem teve a ideia é a informação de que havia apoio da Faculdade Federal de Engenharia para essa empreitada.

A discussão da federalização veio à tona por uma questão anterior: a aprovação pelo Conselho Universitário de um estatuto em 1975. Esse não consta nos “Documentos Históricos da SEGER”, talvez devido aos seus desdobramentos. A Faculdade Federal de Engenharia, conforme o documento 66A, temia que a redação do estatuto colocasse em risco a manutenção pela união da faculdade. O cerne da discussão, que questionou a legalidade do estatuto, está na formulação presente desde 1969 de que a UnU era uma fundação pertencente ao direito privado; uma clara contradição ao caráter público daquela faculdade. Havia o receio de que a unidade fosse “desfederalizada”.

¹⁷ Essa publicação fará parte da próxima seção.

A desconfiança da faculdade possuía um certo fundamento na política efetiva da ditadura cívico-militar, contraditória: a lei criada sob seus auspícios indicava a expansão da Educação Superior via Universidades, e a prática era proliferação de entidades isoladas. O arcabouço político desenvolvimentista era signatário da ideologia privatista do Estado: se o estatuto abre portas para o regime privado, a União não poderia se aproveitar da situação para se desincumbir da Faculdade Federal de Engenharia?

Motta (2014) aponta para a expansão das Universidades federais entre 1964 e 1979, que partiu de 21 para 33, um aumento de 50%. Adiante, o mesmo autor deslinda seus possíveis significados:

Boa parte da expansão do sistema federal veio de mudanças internas nas instituições preexistentes, que durante a reforma criaram novas faculdades e institutos, bem novos cursos de graduação enquanto aumentavam as vagas para outros já em funcionamento. Houve também expansão do corpo docente nas instituições federais, que passou de 15 mil professores em 1968 para aproximadamente 38 mil em 1978. Quanto ao número de estudantes matriculados nas instituições federais de ensino superior o total passou de aproximadamente 100 mil em 1968 para 185 mil em 1973, saltando para 290 mil em 1979. Vale ressaltar que essa expansão foi proporcionalmente menor que o crescimento verificado nas instituições particulares, pois a porcentagem de alunos nas federais passou de 36% do total de universitários em 1968 para 23% do total de universitários em 1977 (Motta, 2014, p. 247–248).

Os números apontados por Motta indicam que o grande aumento de vagas, instituições, matrículas e professores do sistema federal não fazia frente à expansão privada. Isso acontece dentro de um panorama no qual a expansão é altamente desejável e estimulada, mas preferencialmente pelo setor privado, e a União age de forma a manter um patamar significativo de atuação, que, no entanto, não chega a fazer frente à iniciativa privada.

Vários elementos levavam o Estado brasileiro a agir dessa forma: o reconhecimento da qualidade das instituições federais; a responsabilidade em responder pelo menos em parte a demanda de vagas; e a pressão oriunda sobretudo da classe média, que esperava que a formação de seus filhos se desse nesse tipo de instituição, especialmente dos setores que apoiavam a “revolução”. Em meio a isso, havia o jogo político nacional, regional e local. Os interesses de políticos, principalmente os de apoiadores do regime, permeavam as questões de expansão. Em meio a um discurso de “modernização”, aumento da qualificação profissional e incremento tecnológico, um ou mais agentes políticos se capitalizavam ao levar para uma cidade uma faculdade, uma Universidade ou, ainda melhor, uma Universidade Federal ou realizar a federalização de uma Universidade pré-existente. Eles trabalhavam para poder valer-se desse tipo de legado.

Se a fundação da UnU tem como figura-chave do meio político Rondon Pacheco, a federalização tem outro agente: o deputado Homero Santos, autor do Projeto de Lei nº 6523, aprovado em 28 de maio de 1978 e sancionado pelo presidente General Ernesto Geisel. Foi Homero Santos que capitaneou sob a esfera política parlamentar a federalização. No entanto, é preciso ter sempre em mente a dialética da realidade. Homero Santos pode ser a figura de proa, que contou com a atuação de grupos internos à Universidade, agentes políticos locais e interesses da elite regional que, somados, efetivamente tornaram a federalização uma realidade. Como explica Borges (2007, p. 54),

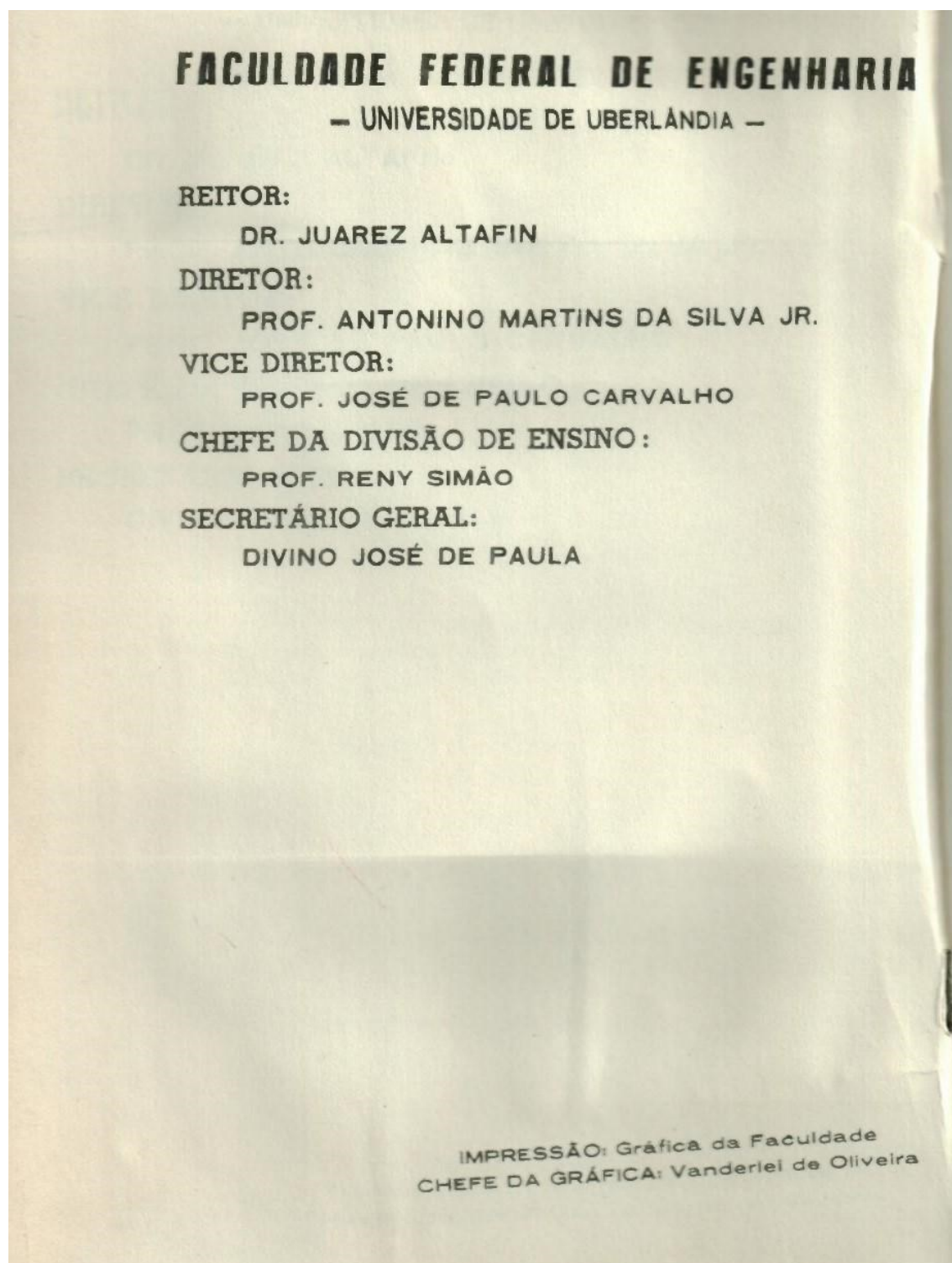
Após a aprovação do projeto de federalização, a imprensa uberlandense enaltece com entusiasmo a atuação de Homero Santos [...] Tendo a Universidade sido federalizada em 24 de maio através da sanção do presidente General Ernesto Geisel, as tensões provocadas por seu antigo estatuto foram atenuadas. Os diretores das faculdades isoladas cederam os patrimônios, a faculdade de Engenharia não teve mais receio de se desfederalizar e se integra definitivamente a Universidade Federal de Uberlândia.

O destaque feito pela autora de que o medo de deixar de ser federal perdia sentido é acrescentado pela ideia de que a Faculdade de Engenharia só se incorporou definitivamente à Universidade após a federalização. Como o documento 66A, a ata da reunião da congregação da Faculdade Federal de Engenharia afirma a situação da UnU como *sui generis*, uma vez que público e privado coexistiam na mesma instituição. Amparada pela União, a faculdade possuía verbas e recursos que as demais não tinham, o salário dos professores era diferenciado em cada unidade e havia cobrança de mensalidades em todos os cursos, exceto os ofertados pela Faculdade Federal de Engenharia.

Um exemplo dessa relação, que não era de total integração, é ofertado pelo próprio Acervo SEGER. Os contrapontos de pertencimento e exclusão da Faculdade Federal de Engenharia, que é parte da UnU, responde à União e por ela tem seus custos subsidiados, nos documentos surge em forma de brochura. O documento 8 “Publicação da Faculdade Federal de Engenharia” apresenta de forma detalhada a faculdade. Publicado em 1975, possui uma capa colorida, com várias fotografias em preto e branco da fachada externa dos prédios, de seus laboratórios, de eventos. Apresenta histórico, orçamento, pesquisas, cursos e o nome dos formados até então. Compõe um quadro de apresentação da faculdade bastante completo. Contudo, se não fosse pelas indicações na capa com o nome da instituição e folha de rosto, nas quais aparece o nome do reitor e, em letras menores, “Universidade de Uberlândia”, bem como o nome dos dirigentes da faculdade, o material não indicaria que a faculdade está inserida dentro da UnU (Figura 15).

FIGURA 15 – Capa e folha de rosto da Publicação da Faculdade Federal de Engenharia





Fonte: Acervo SEGER (1975). Capa e folha de rosto da brochura que detalha o funcionamento da Faculdade Federal de Engenharia. A publicação não evidencia o pertencimento da faculdade à UnU.


Ao mesmo tempo que o documento 8 demonstra certa dissociação com a UnU, ele serve de lembrete: a Universidade de Uberlândia desde sua criação possuía uma parcela federal. E se havia elementos na atmosfera política que legitimassem o medo da Faculdade Federal de Engenharia em ser desfederalizada, sua constituição ligada à União também agiu a favor do

processo efetivo que ocorreu, na contramão dos temores. Em 1975, os membros da congregação que participavam dos órgãos de administração superiores consideravam a proposta inexecutável. Três anos mais tarde, em 1978, a UnU torna-se UFU e, em 1979, tem aprovado seu novo estatuto. Detalhes desse processo serão mais bem explorados na seção 3.

2.7.4 A Legislação da ditadura: documento confidencial

Enquanto criação da ditadura cívico-militar, a UFU é uma instituição entrecortada e constituída pelas ações do período. E, ao mesmo tempo que esse período foi de expansão da Educação Superior, foi igualmente um período de repressão, violência e exílio para os sujeitos envolvidos com essa etapa da educação. Assim, a existência no Acervo SEGER de um documento “confidencial”, como objetivo de controle, não é surpresa. É possível supor, pelo *modus operandi* da ditadura civil-militar, que outros documentos de teor semelhante circularam pela instituição. A seguir, pode-se notar na imagem o carimbo de confidencial (Figura 16).

FIGURA 16 – Primeira página do Documento 89



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OFÍCIO Nº 015/D/DSI/MEC Em 29 MAR 84

Do DIRETOR DA DSI/MEC

Ao MAGNÍFICO REITOR DA FUND. UNIV. FED. DE UBERLÂNDIA-FUFBE

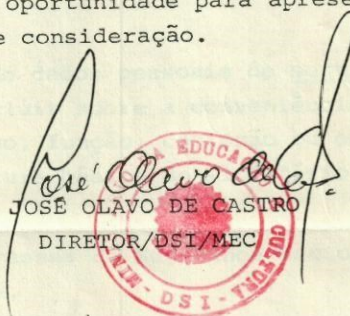
Assunto - LDB - NORMAS

ANEXO: Um (01) exemplar das Normas Para Levantamento de Dados Biográficos - LDB - Nº 02/84

Incumbiu-me o Ministro da Educação e Cultura de enviar a Vossa Magnificência, em anexo, exemplar das Normas Para Levantamento de Dados Biográficos que regulam e uniformizam o processo de LDB, no âmbito deste Ministério.

O referido documento entra em vigor na data de seu recebimento.

Aproveito a oportunidade para apresentar os protestos de elevado apreço e consideração.


 JOSÉ OLAVO DE CASTRO
 DIRETOR/DSI/MEC

Toda pessoa que tomar conhecimento do assunto deste documento é responsável pela manutenção do seu sigilo.

Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 70.099/77 (R.S.A.S.)

CONFIDENCIAL

Fonte: Acervo SEGER (1984). Primeira página do documento (destaque ao carimbo vermelho, que indica que essa página é original).

A primeira página é um documento original, perceptível pelo carimbo, notável mesmo na imagem digitalizada. O restante do documento é composto por sete páginas copiadas. Na primeira parte, descreve a razão, o ordenamento jurídico e as responsabilidades para o Levantamento de Dados Biográficos (LDB). Na segunda parte, há três suplementos de modelos de fichas a serem preenchidas.

O primeiro dado que chama a atenção, além do carimbo vermelho, é a data do documento: 29 de março de 1984, apenas quatro dias após a emenda Dante de Oliveira ter sido rejeitada. O apagar das luzes do governo militar e o extremamente lento processo de distensão e redemocratização estava em vias de vir a termo. Menos de um ano depois, Tancredo Neves seria eleito pelo colégio eleitoral, o primeiro presidente civil do país desde 1964.

O documento lembra que a tecitura da história se dá com fios que continuam e são descontinuados, muito mais que com cortes abruptos (Lefebvre, 2001). Se os Anos de Chumbo no Brasil compreendem o período de 1968 a 1975 e a Lei da Anistia é de 1979, enquanto houve ditadura civil-militar houve aparatos de repressão. Esse em específico era para professores universitários.

O ofício contém a assinatura do diretor da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do MEC, José Olavo de Castro. As DSI faziam parte do aparato do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado ainda em 1964 e que existiu até 1990, quando foi extinto por ato do então presidente Fernando Collor, dois anos depois da promulgação da Constituição Cidadã.

Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 34) explica a criação e funcionamento das DSI:

Em 1967 foi reestruturado o aparato de informações do governo federal, com a criação de Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis. As DSI foram criadas a partir de estruturas previamente existentes, as seções do Conselho de Segurança Nacional organizadas nos ministérios. Formalmente, o papel das DSI era assessorar os titulares dos ministérios no processo de tomada de decisões e em questões de segurança. Considerando o crescimento da influência do aparato de informações é fácil imaginar situações em que Ministros de Estado não conseguiam controlar a DSI sob seu comando formal. Os chefes das DSI normalmente eram coronéis do Exército, o que lhes assegurava fonte de poder adicional, dado o processo de militarização do Estado então em curso.

O documento, portanto, é a articulação entre o aparato repressivo, pertinente ao primeiro escalão, com a Universidade. A DSI do Ministério da Educação foi uma das maiores e mais importantes do governo ditatorial. Havia uma atenção especial por parte da Divisão em relação à Universidade. As Universidades podiam ter órgãos próprios, Assessorias de Segurança e Informação (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesis), criadas em

1970. O objetivo desses aparelhos repressores era não permitir a volta de elementos, ou ideias, que já tinham sido expulsos da Universidade pelos expurgos da década de 1960 (Motta, 2014).

As instruções contidas no documento eram dirigidas a candidatos ao serviço público tanto quanto a candidatos para cargos ou funções de servidores dentro da Universidade. O LDB era condição necessária para efetivação. No entanto, se um LDB já tivesse sido feito e aprovado em um período anterior a dois anos, poderia se dispensar o levantamento. A DSI poderia não aceitar ou reabrir um LDB se considerasse necessário. O documento frisa a necessidade de especial atenção aos nomes da lista sêxtupla, bem como estabelece que a partir do LDB a DSI do MEC faria as diligências necessárias. Como consta no Acervo:

O LDB para os cargos de Reitor e Vice-Reitor de Universidades (Autarquias e Fundações) deve vir acompanhado de um conceito sintético relativo à capacidade funcional do cogitado, abrangendo os seguintes aspectos:

- eficiência e conduta profissional;
- assiduidade;
- respeitabilidade;
- probidade administrativa;
- capacidade de liderança e chefia (SEGER, 1984, documento 89).

Esse parecer era acrescido à ficha individual, que continha informações quanto ao endereço atual e aos de, no mínimo, cinco anos antes da data do LDB. Além disso, constavam todos os empregos, cargos e funções já exercidos pelo sujeito e outros nomes pelos quais poderia ser conhecido, sua filiação. Para as mulheres, era preciso incluir o nome de solteira quando fosse o caso. Para cada postulante para cargo ou função na Universidade, deveria haver uma ficha. Todo esse aparato, que deveria estar em vias de descontinuidade, uma vez que o governo militar estava no apagar de suas luzes, mantinha-se no cotidiano universitário. Havia elementos comuns de fichas funcionais de qualquer trabalhador, como nome completo, endereço atual, data de nascimento, coexistindo com outros relacionados ao aparelho repressor. Sobretudo, fica claro que, mesmo quando o LDB era aprovado, o SNI poderia o reabrir sem grandes justificativas. A própria manutenção do SNI até 1990 mostra que a ruptura com o período ditatorial foi demorada e, de certo modo, ainda continua em processo.

Até esse ponto, o trabalho dedicou-se aos documentos arranjados em grupos para que fosse possível obter um melhor panorama do Acervo SEGER. O item a seguir, que encerra a seção, busca apontar as coesões e singularidades que o conjunto de documentos é capaz de dar para que se reconstrua uma história a partir do referido acervo.

2.8 Acervo SEGER e seu tecido possível da história da UFU

Torna-se possível considerar uma história da UFU através do Acervo SEGER justamente pelo que ele se propõe a ser: uma coleção de documentos considerados históricos. O trabalho do historiador, neste caso historiador da Educação, é trabalhar junto às fontes para que, momentaneamente, abandonem o status de documentos históricos e se tornem instrumentos de se fazer história, com a mediação do historiador, operação que pode ser repetida tantas vezes quantas perguntas novas possam ser formuladas a partir dos documentos. Esta tese apresenta algumas respostas, mas não logra aprofundar-se em tudo. A impressão de um voo panorâmico com alguns rasantes é proposital, uma vez que esta tese se dedica à Universidade Federal de Uberlândia e, para mantê-la no foco, o exercício de procurar não focar exageradamente em um dos seus aspectos é importante para a compreensão da instituição.

Qual é o tecido possível da trama com esse conjunto de documentos, sem critério único de organização, mas que logrou captar e conservar diversos documentos sobre a história da Universidade? O primeiro e mais claro desenho é que a UnU, depois UFU, é uma instituição filha da ditadura. Foi viabilizada por um dos civis mais poderosos dentro do governo militar, Rondon Pacheco, capaz não só de articular a criação de uma Universidade em sua terra natal, como também de dar a redação final ao AI-5. Ademais, foi criada sob os auspícios da Reforma Universitária de 1968, uma complexa lei que procurou facilitar o trabalho da ditadura e atender parcialmente a algumas demandas da comunidade universitária, articulando a modernização da Universidade. O discurso da instauração da UnU lembra que a cidade onde nascia era séria, trabalhadora, coroada enfim com a mais complexa instituição de Educação Superior, ainda que se tratasse apenas da reunião sob uma administração comum das faculdades já existentes, mas como povo providente, incluindo aquelas que estariam por surgir. É um modelo preconizado no país para boa parte das suas Universidades.

É evidente o cuidado em preservar as autorizações e os reconhecimentos de cursos da UnU/UFU. Mesmo que só parcialmente lograsse êxito, o Acervo não guardou documentos referentes à duas de suas unidades fundadoras, a Faculdade de Artes e a Faculdade Federal de Engenharia. Ao longo do recorte temporal, preservou três estatutos, sempre acolhendo mais de uma forma de registro deles. Registrou-se os reitores, figuras de proa da instituição, durante o recorte de tempo, e só não houve registro específico de nomeação do primeiro, com a indicação de exercício do cargo feita por documentos que o citam como reitor e que o próprio assina sob tal condição. Documentos legais são expressivos quantitativamente, e o exercício de destacá-

los qualitativamente exigiu esforço, até porque era necessário equilibrar a Universidade e o contexto no qual está inserida.

Com fios traçados de forma diferente, outras imagens poderiam surgir. A que se efetivou, porém, aponta para a validação do oficial pelo Acervo SEGER, mesmo quando não possui esse caráter intrínseco. Essa escolha possibilitou vislumbrar uma instituição única, com uma história própria e, ao mesmo tempo, alicerçada na realidade que a rodeia e permeada por suas contradições. O recorte temporal que abrange 32 anos ajuda a compreender as interações pertinentes à realidade da Universidade.

A história que a Secretaria Geral ajuda a remontar com seus documentos históricos traduz embates pertinentes à ideia de Universidade, que passa da reunião de diversas áreas do saber para espaço de pesquisa e de construção científica. Ademais, passa a ser um espaço de articulação de pessoas com destaque político nacional, regional e local, que garantem transformações importantes de suas diferenças internas. A SEGER também conta como se constituiu através de uma imbricada rota de leis, decretos, pareceres e recomendações para se reconhecer como Universidade.

A compreensão de uma instituição passa pelas normativas que constrói para si, como aquelas em que instâncias superiores a enquadram. O Acervo foi muito zeloso nesse quesito, tanto que recortes foram feitos para agrupar conjuntos normativos. Ainda que as determinações legais possam ser difíceis de assimilar, com seus números, datas e títulos, elas remontam o enquadramento pelo qual a Universidade se constitui, aquele que é objeto desta tese e todas as outras.

Essas questões permeiam a realidade singular da UFU, e a SEGER buscou manter a ideia do particular e do geral, preservando tanto os documentos de nomeação de autoridades como as legislações que regulavam tais nomeações. A singularidade da UFU coloca a questão da não nomeação do primeiro colocado na indicação do Conselho Universitário como um problema a ser resolvido, o que ocorreu depois do período ditatorial, em 1992. Isso demarca que a questão não ficou restrita a períodos de exceção à democracia e, pelo contrário, ainda merece atenção, uma vez que a norma permanece.

Não se vislumbra com clareza quem são os alunos que a instituição forma, e se depreendermos unicamente do Acervo essa formação é sobretudo profissional. Ainda que seus estatutos se reformassem através do tempo, e primeiro pesquisa e depois extensão viessem a ser constituintes da UFU, isso é notado em seus estatutos apenas. Programas de pós-graduação, cursos de mestrado e doutorado não aparecem no rol de seus documentos históricos, reflexo talvez do modelo conglomerado de faculdades que originou essa IES. A Universidade percebida

é a união de diversas partes, com pouca articulação. Ela volta-se para formar trabalhadores qualificados especialmente, precisa prover a cidade e a região de bons profissionais.

Reflete-se que nos documentos a referência de que a UFU e sua sede, a cidade de Uberlândia, buscam progresso, formação, qualificação, melhoria. No entanto, essas prospecções refletem muito mais idealizações do que realidade. A Universidade se imbuí desses ideais, contudo ela existe em uma realidade complexa, com disputas diversas em esferas locais, regionais e nacionais. Mas, diferentemente das questões pertinentes à sociedade geral, para a qual esses conceitos funcionam mais como retórica do que como conteúdo, a Universidade os utiliza como forma de baliza sobre si. O custo da realidade é que por mais que a Universidade possa se estabelecer com relativa autonomia, centrando-se no conhecimento científico, procurando alguma “verdade” e não um discurso, em um processo que por vezes a institui nos limites sociais, ela não existe fora, ou mesmo anexa, à realidade social.

A Universidade que emerge do Acervo SEGER é uma possível de se estabelecer para UFU: é rica, e demarca questões pouco discutidas, mas importantes. Apesar disso, não é a única possível, tampouco é aquela “mais oficial possível”, pois a Universidade construiu para si outros aparatos de preservação de memória. Ela edita, em comemoração de seus 30 anos, um belo livro. E, como resultado da pesquisa para esse livro, instiga um de seus primeiros reitores, Juarez Altafin, a escrever outro livro para rememorar o início da UnU/UFU sob a perspectiva de sua memória. São essas as duas fontes primárias para a próxima seção. Se a UFU, através da SEGER, contou a história apresentada nesta seção, a seguir veremos a história que se pode construir através dos livros acima citados. Não se trata de corroborar essa seção ou refutá-la, e sim atravessar outro caminho, aqueles que não se referem a documentos históricos, e sim a publicações sobre história/memória/identidade da UFU.

SEÇÃO 3

A TRAMA DA MÉMÓRIA UNIVERSITÁRIA: *A UFU NO IMAGINÁRIO SOCIAL E PRIMEIROS TEMPOS*

Além do corpus documental da SEGER, durante o período de recorte desta pesquisa, foram editados dois livros que narram a história da UFU. O primeiro é uma publicação interna, advinda de uma iniciativa da reitoria, o livro *A UFU no Imaginário Social*, o qual reúne fotos e trechos de entrevistas agrupados por temáticas que abrangem desde a história da Universidade até a impressão que os cidadãos uberlandenses tinham da instituição em 1988. De certa forma, como uma consequência do primeiro livro, o ex-reitor Juarez Altafin publica, em 1997, também através da Universidade, o livro *Primeiros Tempos: o início da Universidade Federal de Uberlândia – Depoimento Sobre Fatos e Pessoas*.

Com o intuito de melhor organizar a pesquisa, esta seção será subdividida em 3 itens. O item 1, “Uma Trama, Muitos Fios: *A UFU no Imaginário Social*”, se dedicará à exploração desse livro como fonte. O item 2, “Fios de Continuidade: Primeiros Tempos”, abordará a perspectiva das memórias de um ex-reitor, que acompanhou vários processos desde a fundação da UnU. Destaca-se que o livro é editado apenas três anos antes do marco final temporal desta pesquisa. Por fim, o item 3, “Sobrepondo as Tramas: Considerações sobre *A UFU no Imaginário Social* e *Primeiros Tempos*”, traçará os caminhos possíveis de interligação das duas obras. Os dois livros utilizam entrevistas ou memórias referentes a profissionais da Universidade. Foi observado que, mesmo se tratando de materiais produzidos a partir e sobre o meio acadêmico, quando um entrevistado ou quando se cita alguém, o “dr.” antes do nome não necessariamente significa que aquela pessoa tenha doutorado. Opta-se neste trabalho por manter o termo como um arremedo de pronome, porque é assim que é efetivamente usado pelas fontes.

3.1 Uma trama, muitos fios: *A UFU no Imaginário Social*

Durante a fase de pesquisa exploratória para a presente tese, rapidamente surgiu a referência “Caetano e Dib (1988)”, que trata do livro *A UFU no Imaginário Social*. Presente em Vieira Filho (1993), Pereira (2006, 2012) e Alves (2013), o livro tem ajudado a construir pesquisas na área de História da Educação relacionadas à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), constituindo um marco enquanto fonte de pesquisa. No entanto, se o livro é bom como fonte, ao considerá-lo como um todo, percebe-se uma particularidade importante: foi editado

por uma Universidade sob a autoria de duas professoras da instituição e conta com uma equipe composta por, além das autoras, mais oito pesquisadores, com assessoria da professora Dra. Déia Ribeiro Fenelon. O livro é constituído exclusivamente de recortes de entrevistas agrupados por temáticas, acrescidos de muitas imagens. Não há análises, tampouco explicações sobre as escolhas dos entrevistados, como foram selecionados os trechos que constituem a publicação ou qual tipo de manejo de entrevista foi utilizado. Muito embora sejam questões bastante pertinentes, a observação dessas ausências não é capaz de diminuir o valor do livro, principalmente enquanto fonte. A capa é austera, sem imagens, com letras prateadas, como mostra a Figura 17.

FIGURA 17 – Capa do livro *A UFU no Imaginário Social*

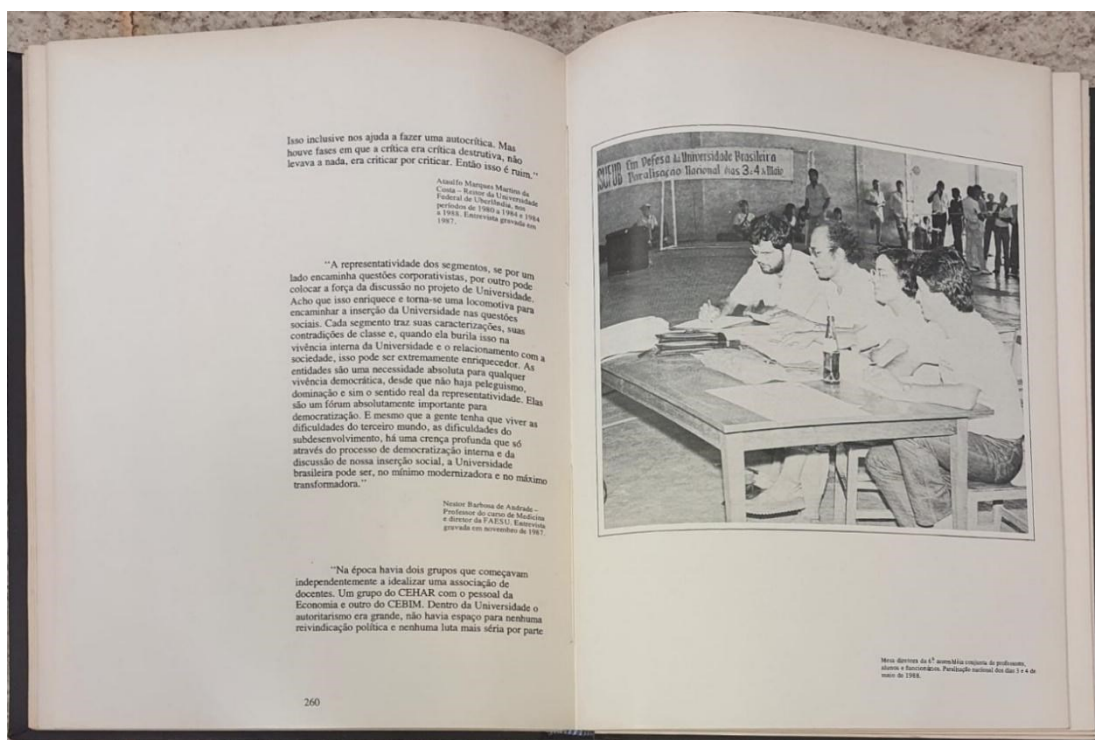


Fonte: Imagem do livro feita pela autora (2023).

O livro possui 556 páginas, divididas entre elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Não há indicação do tipo de papel em que foi impresso, mas verifica-se que é de boa gramatura, apropriado para o suporte de imagens. O livro é entremeado entre textos e imagens.

Observa-se que há uma alta qualidade na impressão e um cuidado na edição. Contudo, a distribuição de texto e imagem não aproveita da melhor maneira o espaço disponível, como é possível perceber na Figura 18.

FIGURA 18 – Página do livro *A UFU no Imaginário Social*



Fonte: Imagem do livro feita pela autora (2023).

É possível verificar como texto e imagem se distribuem na página: a fotografia e sua legenda ocupam a maior parte da página e, no entanto, há espaços não ocupados. Já o texto aparece em forma de coluna e deixa uma margem em branco de 10,3 cm em uma página de 22 cm de largura, um espaço vazio considerável. O livro pesa aproximadamente 2,6kg, o que torna o transporte difícil, ou seja, é um livro que indica o manuseio sobre uma mesa. Quando o leitor cansa da posição, o mais provável é que pause a leitura. A estrutura da escrita é composta de recortes de trechos de entrevistas agrupados por temáticas. Esses trechos variam de poucas linhas, três no caso de Wagner B. dos Santos, feirante (página 424), até páginas inteiras de depoimento de um entrevistado, como no caso do Dr. José Olympio de Freitas Azevedo, fundador e ex-diretor da Faculdade de Medicina, que em seu primeiro recorte tem 11 páginas de depoimento (páginas 53 a 71). Destaca-se ainda que as entrevistas estão dispostas

entrecortadas por imagens. Isso faz com que o leitor precise escolher entre continuar com a leitura do depoimento ou deter-se na imagem. Isso é observável partir do primeiro trecho de entrevista, que inicia na página 5, prossegue na página 6 e, na página 7, há uma fotografia da visita do então presidente Juscelino Kubitschek, e o depoimento termina com algumas linhas na página 8. Observa-se que, no processo de diagramação, uma frase começa na página 6 e termina após a imagem, na página 8, fragmentando a leitura.

Muito embora as imagens tenham um papel destacado no livro, construindo o texto tanto quanto os depoimentos, na presente tese elas serão tratadas como ilustrações com pequenas incursões, quando necessárias, entre o diálogo entrevista e a imagem. A decisão de favorecer os depoimentos se dá por dois motivos: o livro *A UFU no Imaginário Social* é só parte do conjunto de fontes do trabalho, o qual, pela natureza das demais fontes, privilegia o texto. Também a utilização do livro como referência em outros trabalhos acadêmicos relativos à história dessa Universidade utiliza as entrevistas em detrimento da imagem, como já exposto na introdução.

A UFU no Imaginário Social é apresenta elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, como todo livro. Como os recortes de entrevistas e imagens constituem o livro sem a mediação das autoras, os elementos não textuais ganham um significado próprio, por contar sobre o livro e não sobre o que o livro quer contar. Dessa forma, o item será subdividido, destacando de maneira agrupada elementos pré e pós-textuais, elementos de compreensão interna do texto e análise do texto.

3.1.2 O que não é texto, mas conta história: elementos pré e pós-textuais

Antes do debruçamento sobre o conteúdo do livro, algumas considerações precisam ser feitas sobre os elementos não textuais. Ainda que não sejam tratados à exaustão, é preciso uma especial atenção, porque neles se obtêm as poucas pistas sobre a lógica do livro. Também é neles que as fontes efetivas se tornam perceptíveis, assim como os sujeitos que construíam o projeto que resultou o livro.

Ao abrir o volume, o frontispício trata de uma foto aérea do Campus Santa Mônica; ao final do livro, junto à contracapa, há uma foto aérea do Campus Umuarama. Em 1988, ficou de fora um destaque para o campus da Educação Física. Deduz-se que a escolha se deu por serem Santa Mônica e Umuarama os dois maiores campi. Ainda assim, a decisão poderia ter sido outra: reunir fotos aéreas dos três campi em uma mesma imagem por exemplo. É certo que em 1988 programas de computador próprios que facilitam esse tipo de trabalho não existiam ou

eram muito menos eficazes, mas a tecnologia para conseguir uma composição de imagens já está presente no livro, quando em uma mesma página há mais de uma imagem. Escolhas como essa, que destacam um elemento em detrimento de outro ou que estabelecem silêncios ou espaços vazios sobre a partes da UFU, ocorrem por todo o livro, nas quais algumas visões ocupam um espaço maior que outras.

O total de páginas destinado aos elementos pré-textuais é de 33, as quais são numeradas a partir da página 8 com algarismos romanos. A página VIII trata da ficha catalográfica, descrevendo também os responsáveis pelo livro, isto é, a composição dos responsáveis pelo resultado do projeto. Como de praxe, inicia-se pelo nome da Universidade e do reitor, Ataulfo Marques Martins da Costa. Em seguida, cita-se, sem nomear os responsáveis, as instâncias internas envolvidas na produção: a Pró-Reitoria Acadêmica; o Centro de Ciências Humanas e Artes; o Departamento de Ciências Sociais; e o Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais. A professora Dra. Déa Ribeiro Fenelón, historiadora vinculada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é apontada como assessora. Coraly Gará Caetano e Miriam Michel Cury Dib aparecem responsáveis pela coordenação e serão creditadas como as autoras do livro. Consta a lista de pesquisadores: Aléxia Pádua Franco; Fábio Piva Pacheco; Geraldo Vieira Filho; Luis Cláudio Silva Oliveira; Regma Maria Santos; Sandreli Genoefa Bazo; Selmane Felipe de Oliveira e Tatiana Silva Ribeiro. O ensaio fotográfico “Imagens do Cotidiano”, que corresponde ao último capítulo do livro, é creditado ao também pesquisador Fábio Piva Pacheco.

Em relação à equipe de pesquisadores, é preciso fazer alguns destaques. Além de Fábio Piva Pacheco, que aparece como fotógrafo, Geraldo Vieira Filho também é autor de uma dissertação usada como bibliografia na presente tese. Seu trabalho como pesquisador para o livro reflete-se em sua dissertação, que constitui um importante material de apoio. Contudo, a posição de Sandreli Genoefa Bazo precisa ser destacada. Apontada como pesquisadora, ela também aparece como entrevistada no livro, e um recorte de sua fala compõe o subtítulo “Pesquisa” do capítulo 2, “A Universidade a procura de caminhos”, nas páginas 186 e 187. A importância desse recorte se dá pela opção de não mediação por parte das coordenadoras/autoras nos recortes, mas uma pesquisadora envolvida no projeto tem uma fala constando uma “opinião”, um “posicionamento” sobre um assunto.

Os agradecimentos são dispostos em frases curtas ao longo de 5 páginas precedidas de uma página em branco: página IX: ao Reitor Ataulfo Marques Martins da Costa; XI ao Prof. José Olympio de Freitas Azevedo; XIII aos professores Reinaldo Campos Andraus, Marly Bernadete de Araújo e Salma Nasser; XV à Prof. Déa Ribeiro Fenelon; XVII aos professores,

funcionários e alunos da UFU. Das pessoas nominalmente mencionadas, apenas Déa Ribeiro Fenelón não aparece no corpo do texto como entrevistada. O reitor Ataulfo M. M. da Costa e o prof. José Olympio de F. Azevedo têm vários recortes de suas entrevistas utilizados.

Entre as páginas XVIII e XXV, há uma alteração na coloração das páginas, as quais são pretas. As páginas pares continuam sem utilização e nas ímpares aparecem: na página XIX, uma fotografia da Av. Afonso Pena datada da década de 1950; XXI, citação do jornal *O Reporter*, de 19 de janeiro de 1952, “Uberlândia precisa de uma Faculdade”; XXIII, fotografia aérea do Campus Santa Mônica; e XXV, há a citação do reitor: “A Universidade Federal de Uberlândia representa, hoje, a concretização do grande esforço da comunidade uberlandense, constituindo a sua obra de maior significação cultural, social e política” (Caetano; Dib, 1988, p. XXV).

O índice é apresentado nas páginas XXVI e XXVII. Os itens “Apresentação” e “Introdução” constam, mas aparecem como elementos pré-textuais, assinalando suas páginas em algarismos romanos. Em seguida, são apresentados cinco capítulos e seus subitens: 1º Uma Universidade em construção; 2º A Universidade a procura de caminhos; 3º O espaço em questão; 4º Encontro com a comunidade e 5ª Imagens do cotidiano. O último capítulo não apresenta numeração e nem transição para os elementos pós-textuais, que também não são numerados.

A apresentação é feita pelo reitor Ataulfo M. M. da Costa, está com texto centralizado, composto de três parágrafos curtos. O primeiro parágrafo destaca a importância da memória e da própria UFU. O próximo aponta para o destaque da Universidade na região e o último louva o papel do livro para as gerações vindouras.

O último elemento pré-textual é também o único que nos dá indicações para compreensão da lógica proposta para a obra, a introdução. Em três páginas, XXXI, XXXII, XXXIII, as autoras explicam como o livro foi criado, justificam algumas escolhas e apresentam os capítulos. O parágrafo inicial dá o panorama de como o livro surgiu:

Cerca de dez meses atrás fomos convidadas a elaborar um livro comemorativo aos dez anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia. Tempo muito curto para a elaboração de uma história profunda e crítica, se levamos em consideração que a preocupação com a preservação dos documentos históricos é relativamente recente no interior da Instituição. Só a partir de 1987 começou a ser delineada uma política de preservação da documentação ali gestada cotidianamente (Caetano; Dib, 1988, p. XXXI).

A informação do tempo disponível para que o livro fosse terminado é muito importante. Adiante, as autoras apontam o caráter exploratório da pesquisa, e essa escolha se relaciona

também com o prazo bastante reduzido para a produção. O caráter festivo da marca de uma década de federalização ajuda também a atribuir certo sentido às escolhas feitas para o livro. Alguns critérios se desprendem dessas indicações: havia pouco tempo, mas era preciso apresentar um produto condizente com a proposta do livro. Era comemorativo, porém se trata de uma Universidade, e essa celebração tem que ser adequada, se não com profundidade e criticidade, como um espaço aberto à memória.

O parágrafo também suscita um questionamento, pertencente a esta tese, sobre a preocupação em preservar os documentos históricos ter iniciado “apenas” em 1987. A seção 2 trabalhou com um acervo organizado de documentos históricos, preservados dentro da instituição, que remontam à criação da Universidade, em 1969. O cuidado em manter e organizar documentos cotidianos diretos e outros relacionados diretamente à Universidade já existia antes que um setor apropriado fosse criado. O Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais (NUHCIS), que abrigava os trabalhos de preservação de memória e história da UFU, ligado ao departamento de Ciências Sociais e História, é bem posterior ao cuidado da SEGER em preservar os documentos que considerava históricos.

A introdução avança contando que o livro é proveniente dos trabalhos do projeto Pró-Memória UFU, que ocorria no âmbito do NUHCIS. Segundo Caetano e Dib (1988, p. XXI), “Preocupa-nos preservar o que pensam e sentem os agentes constitutivos da UFU”. Esse cuidado com a memória da Universidade visava subsidiar pesquisas acadêmicas. É a partir desse projeto, com esse objetivo, que surge o livro. As autoras afiançam que as vozes serão múltiplas para comporem as diferentes percepções, porque têm, também como objetivo, contribuir em pesquisas dedicadas à história das instituições de Educação Superior. Justificam que o critério para selecionar os entrevistados e os trechos é os que mais tiveram significado. Também afirmam que as temáticas foram agrupadas de acordo com a massa documental produzida durante a pesquisa. Em seguida, há a apresentação da estrutura do livro, dividido em cinco capítulos, cada um deles sucintamente explicados em um parágrafo.

Após a descrição, as autoras reafirmam o caráter exploratório da pesquisa. Pedem desculpas para aqueles que não tiveram seus depoimentos selecionados para o livro, ao mesmo tempo que afirmam estar entristecidas pelos que se recusaram a participar. Essa contradição leva a crer que internamente havia uma hierarquia para a seleção do que entraria ou não no livro, uma vez que algumas vozes eram desejadas, mesmo que tivesse sido preciso limitar outras. Um depoente específico, Juarez Altafin, ex-reitor, é usado como exemplo das dificuldades encontradas pelos entrevistados; Altafin afirma que precisou de tempo para responder porque era difícil rememorar tempos de luta (Caetano; Dib, 1988).

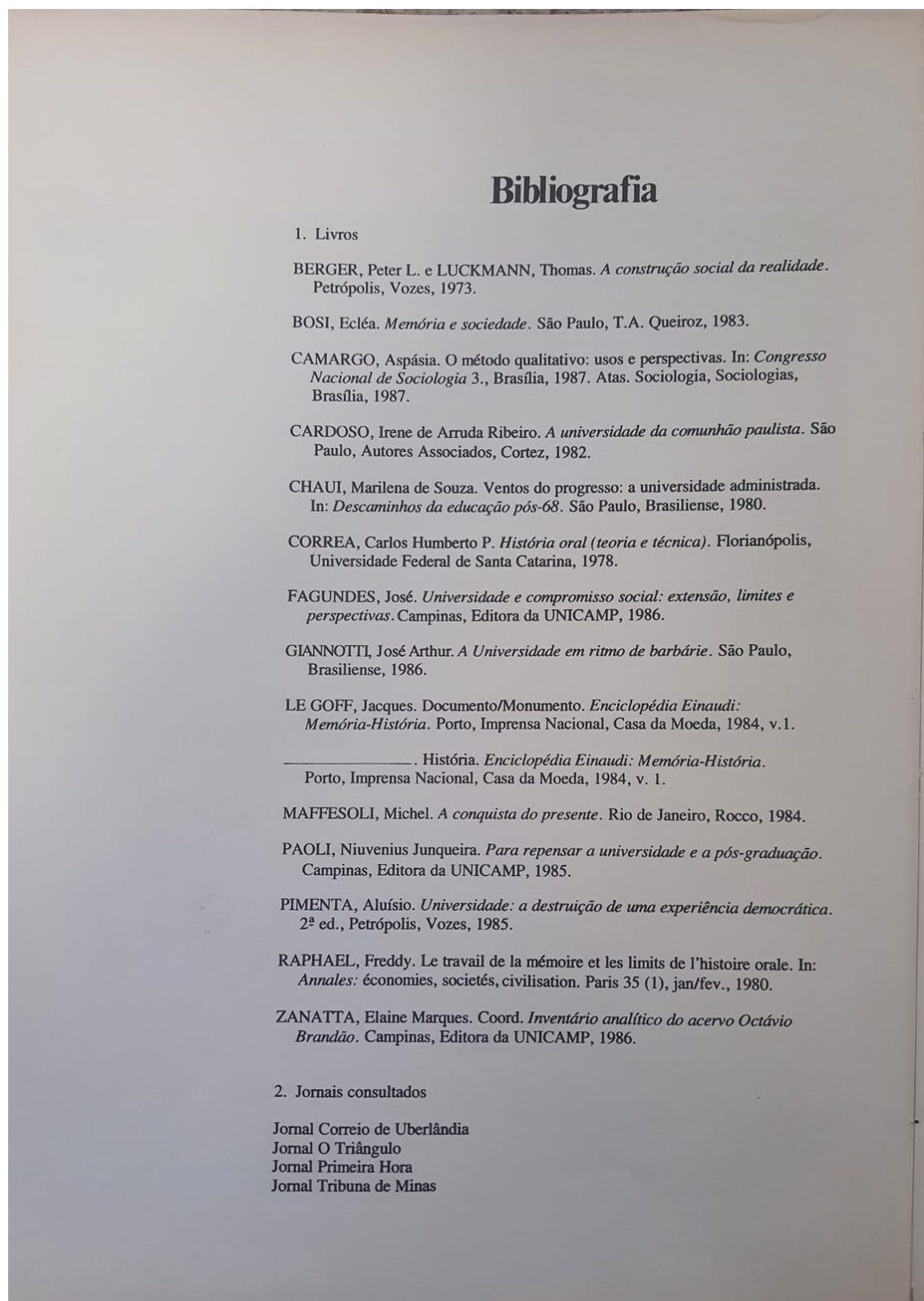
Nos parágrafos finais, fazem uma certa defesa das Universidades e os agradecimentos de praxe aos financiadores da pesquisa. Citam o reitor Ataulfo Marques Martins da Costa e a FAU (Fundação de Apoio Universitário). Finalizam afirmando que conseguiram traduzir, ainda que parcialmente, o imaginário social sobre a UFU.

Outro destaque para a Introdução é que nela consta uma das poucas citações do livro. Ao explicar a escolha por depoimentos em áudio e vídeo, eles utilizam do pensamento de Ecléa Bosi, manifesto no livro *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. A referência é feita como uma espécie de nota de rodapé.

Os elementos pós-textuais do livro são encontrados após o ensaio fotográfico “Imagens do Cotidiano” e não possui numeração nas páginas. Contudo, seu início se dá na página 520. Com o título geral de “Bibliografia”, primeiro aparecem os livros consultados, após os jornais e, por fim, as fontes fotográficas divididas por capítulos.

Quando se observa a imagem da página “Bibliografia” (Figura 19), é preciso lembrar que as normas vigentes em 1988 para esse item não seguem os mesmos princípios das atuais. Hoje, as referências em relação a impressos privilegiam aquilo que foi citado. Na época, mesmo que não citado, um livro utilizado para ajudar a estruturar o texto, por exemplo, deveria constar na bibliografia. Isso tem especial importância, porque há no livro a citação de Ecléa Bosi e de um verso que funciona como epígrafe ao início do primeiro item, que inicia o livro somente. Dessa forma, das 15 referências em livros apresentadas, somente duas provêm de citação.

FIGURA 19 – Bibliografia



Fonte: Imagem do livro feita pela autora (2023).

As últimas informações são as dos colaboradores, que começam de forma geral, sobretudo das pró-reitorias e dos setores envolvidos. Seguem os responsáveis pela revisão,

datilografia e transcrição – nesse item, Geraldo Vieira Filho, que é também creditado como pesquisador, aparece, além da secretaria do Departamento de Ciências Sociais e a secretaria da coordenação do curso de História. O fechamento se dá com os participantes da comissão técnica.

3.1.3 Considerações sobre aspectos de organização do livro

Na introdução, as autoras apontam que o livro pretende ser um lugar de memória, o qual privilegia depoimentos orais e em vídeo. Comprometem-se com uma certa polissemia, que abre espaço ao contraditório, sem questionar as memórias com outras fontes, pelo valor intrínseco dela para um trabalho de historiografia. Explicitam ainda que o trabalho historiográfico não estaria presente de forma marcante porque a pesquisa tinha tanto um caráter exploratório como de preservação da memória. Essas escolhas se deram em decorrência do pedido feito pelo reitor para a edição comemorativa – e seu prazo exíguo para a execução – e devido parcialmente ao programa de preservação de memória da Universidade, abrigado no NUHCIS.

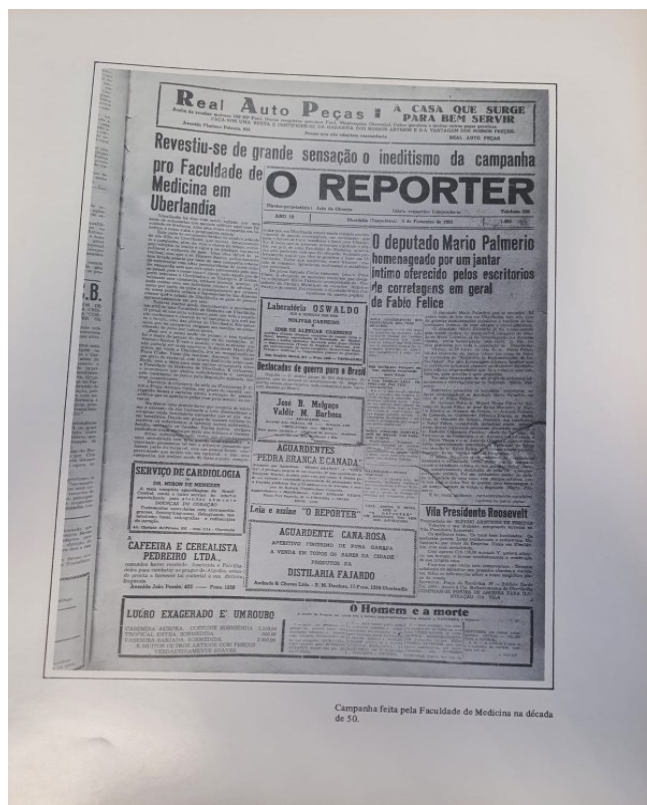
O NUHCIS foi o precursor do Centro de Documentação de Pesquisa em História (CDHIS), que funciona até o presente na UFU. Na presente pesquisa, dedicando-se a usar como fonte primária o livro, procurou-se junto ao CDHIS acesso aos originais da pesquisa, contudo tais materiais não estão disponíveis de forma organizada e não há uma coleção específica para o livro, podendo ou não os originais estarem disponíveis. Como o escopo das fontes desta tese é grande e variado, não foi possível procurar no Acervo esses originais.

Quando se toma o livro como um todo, observa-se que as entrevistas utilizadas ocorreram tanto de forma concentrada, entre 1987 e 1988, como ocasionalmente foram utilizados materiais anteriores. Ilar Garotti tem uma citação de 1985 e há outras citações de 1986, de Jacy de Assis, Fuad Miguel, Gladstone Rodrigues da Cunha Filho, Geraldo Guimarães por exemplo. Portanto, para o livro foram usadas entrevistas preparadas especificamente para a intenção do livro e outras disponíveis, sem a provocação da pesquisa.

Na introdução do trabalho, as autoras evocam o papel da memória e do trabalho com entrevistas em áudio ou vídeo. Suas fontes, dessa forma, são aquilo que move os depoentes, os entrevistados; aquilo que elaboram na linguagem oral do que vivem ou viveram.

Além disso, há no livro uma questão: reportagens e notícias de jornais foram tratadas de duas formas. A primeira delas é que o jornal aparece como ilustração, como algo que se comunica ou se relaciona com um ou mais depoimentos, como demonstra a Figura 20.

FIGURA 20 – Jornal como ilustração



Fonte: Imagem do livro feita pela autora (2023).

As páginas 11 (referente à Figura 20), 25 e 37, nas quais jornais aparecem enquanto imagem, são bons exemplos. Elas funcionam como um contraponto ou uma reafirmação ao que está dito. Não se confundem com a memória de alguém; aparecem como fontes secundárias através de imagens.

A segunda forma de tratamento é diferente: uma notícia é apresentada da mesma forma de depoimento e deixa de configurar como imagem, ilustração para equivaler à memória individual das pessoas entrevistadas. O primeiro exemplo ocorre nas páginas 245 e 246, como se observa na Figura 21.

FIGURA 21 – Jornal enquanto depoimento

ângulo muito regionalista e muito saudosista. Isso desinteressa o público, porque ele hoje tem muito interesse por rock. A rádio ainda não tem uma definição que capte o novo interesse da geração jovem nesse momento da música. Agora, tem que levar em consideração que outros fatores interferem nisso: fatores de ordem técnica, de pessoal, pois esse pessoal que está na rádio ainda tem que receber uma certa informação porque eles são interessados, mas ainda têm pouca experiência.

Era uma oportunidade de você utilizar a rádio a serviço da educação, a serviço da extensão e da cultura, debatendo questões artísticas, culturais, políticas que ajudaram a fundamentar a Universidade. Só que isso não ocorre porque a rádio é controlada por um tipo de pensamento predominante na Universidade que não tem compromisso cultural, não tem interesse em ajudar nada a se desenvolver.

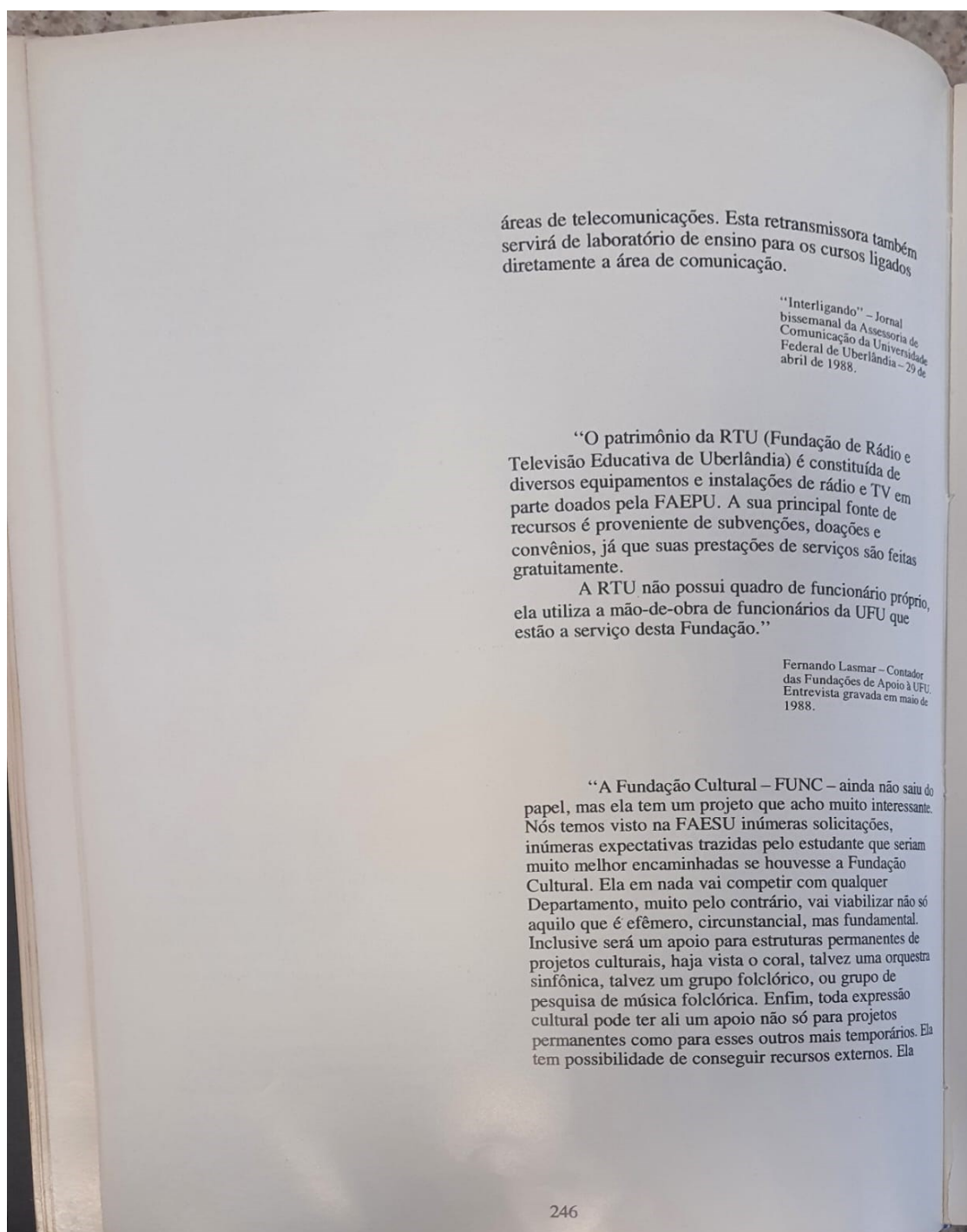
Outra questão que faz com que a rádio hoje não cumpra o seu papel é a não existência de um projeto editorial que a coloque ligada diretamente à produção acadêmica no sentido cultural da Universidade.”

Gilberto Neves – Aluno do curso de História e presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) na gestão 84/85. Entrevista gravada em janeiro de 1988.

Em junho inauguração da TV Universitária

A TV Universitária da UFU será inaugurada na segunda quinzena de junho. A informação é de Marcos Silva, diretor executivo da Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia. Segundo ele, a TV Universitária, a princípio, funcionará apenas como retransmissora dos programas da TVE do Rio de Janeiro, canal 4, mas terá seus próprios programas quando forem adquiridos equipamentos para transmissão.

Entre as funções da TV Universitária, destacam-se a transmissão dos conhecimentos gerados pela UFU à comunidade e o apoio aos cursos de pós-graduação, sobretudo de Engenharia Elétrica, visando avanços nas



Fonte: Imagem do livro feita pela autora (2023).

Notícias de jornais sendo tratadas da mesma forma que a memória dos depoentes ocorre em dois capítulos, no segundo e no terceiro. Enquanto no segundo capítulo há apenas duas ocorrências, no terceiro são nove as vezes em que textos jornalísticos são equiparados aos depoimentos do livro.

Em um trabalho historiográfico, é comum o cruzamento de fontes, a comparação, o confronto. Por si só, haver reportagens de jornais no escopo do livro é algo que deve ser

considerado adequado à pesquisa. No entanto, as autoras afirmam na introdução que se utilizam de depoimentos e que não buscam confronto de fontes.

A questão de fundo é equiparar metodologicamente as duas fontes. Por um lado, é preciso encarar a fonte jornalística com a criticidade que esse tipo de fonte impõe: “Entretanto, tomar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades, ao contrário, o que propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades [...]” (Silva; Franco, 2010, p. 5). Tal processo tende a fornecer argumentos a favor da tomada do jornal enquanto depoimento.

Mais uma vez evocando LeGoff (1990) e seu texto documento/monumento, percebe-se que a operação de transformar documentos em monumentos e vice-versa torna bastante viável a aproximação feita pelas autoras. Por outro lado, o autor diferencia as memórias coletivas das individuais no livro que abriga o ensaio supracitado, *História e Memória* (LeGoff, 1990), o que quer dizer que as diferenças nos tipos de memória levam a adequações de tratamento de fontes.

Não se pode de maneira científica hierarquizar tipos diferentes de fontes; a melhor sempre será aquela capaz de responder à pergunta, mas cada uma recebe o tratamento adequado à sua natureza. Na historiografia, depoimentos orais têm um tratamento específico, normalmente abrigado no que se chama história oral. Ainda assim, o livro *A UFU no Imaginário Social* não buscou fundamento no método de história oral, e acaba prescindindo de alguns alicerces de pesquisa, porque, ao equiparar duas fontes de natureza distinta sem que haja justificativa, explicação ou mesmo mediação, tira do texto e do leitor a capacidade de perceber a função das duas fontes.

Nota-se que a utilização de notícias equiparadas a depoimentos foi uma estratégia com poucas ocorrências. Ainda assim, abrem espaço para questionamentos como: por que os depoimentos por si só não deram conta do escopo da temática? Ou então: na introdução as autoras afirmam que “O livro está estruturado em cinco capítulos distintos, organizados a partir de temáticas suscitadas pela análise da documentação obtida através de depoimentos orais” (CAETANO; DIB, 1988, p. XXI), o que leva a crer que a lógica criada é em torno dos depoimentos, sendo assim, o que poderia significar textos jornalísticos sendo usados como se fossem depoimentos? Ainda que tais questões sejam especulativas, uma vez que não há elementos disponíveis para respondê-las, a utilidade delas se coloca em outra pretensão dada pelas autoras ao livro: servir como fonte de outras pesquisas.

A partir da ideia de que a organização dos capítulos se desprende dos depoimentos orais, existe uma lógica tida *a posteriori* para a organização do livro (Figura 22). A divisão concretizou-se em quatro capítulos com depoimentos e um quinto que é um ensaio fotográfico.

FIGURA 22 – Índice

| Índice | |
|---|------|
| Apresentação | XXIX |
| Introdução | XXXI |
| Uma universidade em construção | |
| Da idealização à criação das Escolas Superiores Isoladas | 01 |
| • A memória político-cultural de Uberlândia na década de 50 | 05 |
| • A idealização | 12 |
| • A Escola de Música | 15 |
| • A Faculdade de Direito | 21 |
| • A Faculdade de Filosofia | 29 |
| • A Faculdade de Ciências Econômicas | 36 |
| • A Faculdade Federal de Engenharia | 41 |
| • A Escola de Medicina e Cirurgia | 53 |
| • A Associação Estadual Educacional | 73 |
| Da implementação da UnU à federalização da UFU | 85 |
| • A memória política no momento da criação da UnU | 87 |
| • A Fundação Universidade de Uberlândia | 89 |
| • A federalização | 116 |
| A universidade a procura de caminhos | |
| Representações da comunidade acadêmica | 139 |
| • Estrutura administrativa | 141 |
| • Prêmios | 167 |
| • Exatino | 188 |
| • ESEBA | 195 |
| • Escola Técnica de 2º grau * | 201 |
| • Biblioteca | 202 |
| • Recursos humanos | 206 |
| • Universidade-empresa | 215 |
| • Entidades representativas | 259 |
| • A política educacional e a universidade | 284 |
| O espaço em questão | |
| • Idealização de uma "cidade universitária" | 293 |
| • Um espaço individualizado e central | 294 |
| • Um espaço em busca de definição | 330 |
| • A expectativa de um espaço "universitário" | 352 |
| Encontro com a comunidade | |
| • Importância social da UFU | 377 |
| • O significado da UFU para a comunidade | 405 |
| • Expectativas da comunidade em relação à UFU | 445 |
| Imagens do cotidiano | |
| • A UFU hoje | |

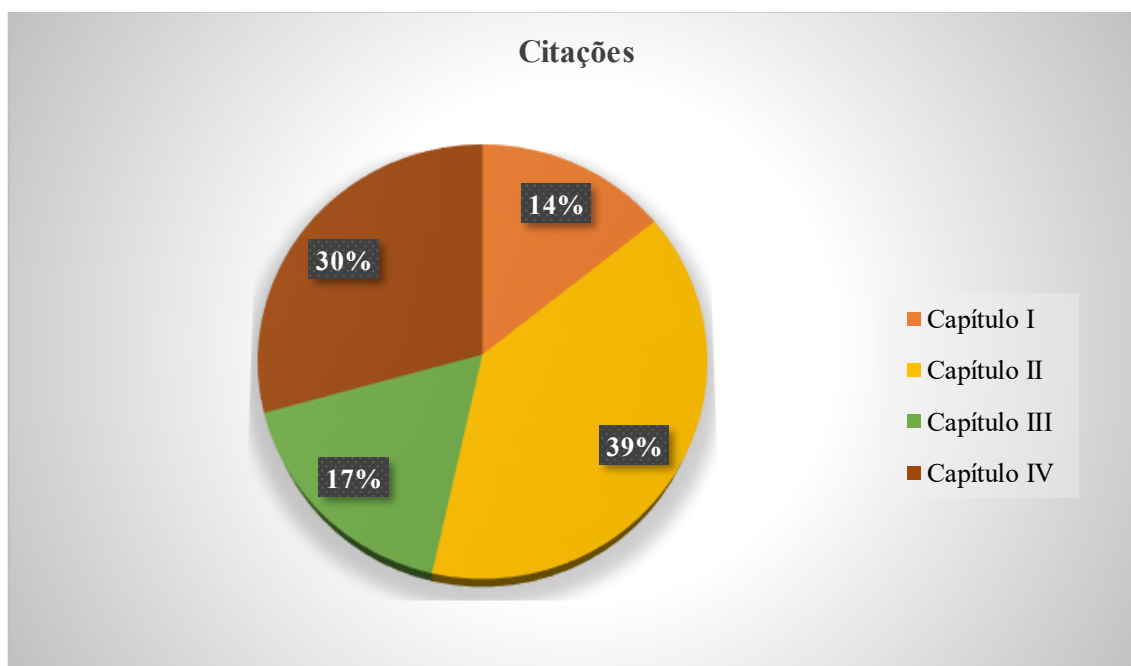
Fonte: Imagem do livro feita pela autora (2023).

A imagem aponta que o livro possui o primeiro e o segundo capítulos bem segmentados e o terceiro e quarto com menos subdivisões. O primeiro capítulo, “Uma universidade em construção”, é francamente dedicado à história da Universidade, com a criação daquelas que as autoras consideram as Escolas Isoladas formadoras da UnU em uma primeira subdivisão e uma segunda divisão, que trata do processo de criação até a federalização da Universidade. O segundo capítulo, “A universidade a procura de caminhos”, alterna concepções sociológicas e históricas em sua construção e, no que diz respeito a organização, construção de identidade e políticas, tais âncoras são pertinentes. O terceiro capítulo, “O espaço em questão”, reconstitui discussões pretéritas e presentes sobre a organização espacial da Universidade, que, nascida sob auspícios da Lei nº 5540/68, deveria ser constituída em campus único, mas que com sua materialização própria já nasceu multicampi. O quarto capítulo, “Encontro com a comunidade”, dedica-se a explorar o que a comunidade, sem definir o que seria isso, pensa da UFU. O quinto capítulo, “Imagens do cotidiano”, mostra o ensaio fotográfico “A UFU hoje” (por sua natureza, não será tratado neste trabalho).

Além da temática que serviu para a divisão formal do livro, existem outros elementos que tratam da lógica de organização interna dos capítulos. O primeiro elemento analisado é a quantidade de citações, ou trechos, que há em cada capítulo: no capítulo I são 53, no capítulo

II são 146, no capítulo III são 64 e no capítulo IV são 109, totalizando 372 citações, incluindo os textos jornalísticos. A seguir, o Gráfico 1 destaca as ocorrências de citações em cada capítulo.

GRÁFICO 1 – Citações



Fonte: Organizado pela autora (2023).

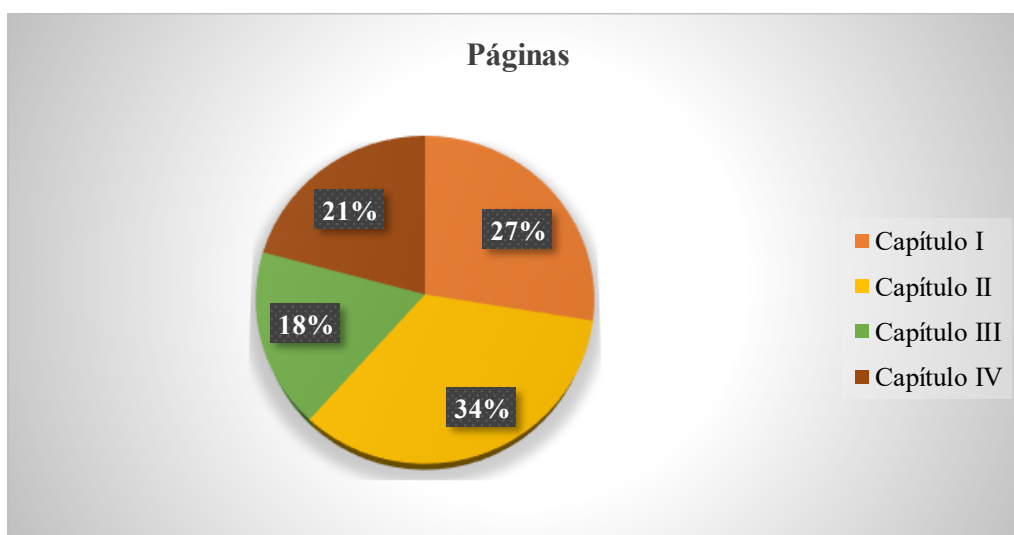
O Gráfico 1 indica que os capítulos II e IV são os que contêm o maior número de citações e de falas dos depoentes, responsáveis respectivamente por 39% e 30%, uma proporção maior que o capítulo I, com 14% e capítulo III com 17% das citações. Isso significa que mais trechos e, a certa medida, mais vozes são alocadas para a construção dos capítulos que tratam da organização, da identidade e de políticas públicas, como o capítulo II, e aquele que se dedica a ouvir a comunidade, capítulo IV. Ainda que a polifonia ocorra, é necessário destacar que nos dois capítulos há várias repetições de depoentes. No capítulo II, Fernando Lasmar, contador das fundações de apoio à UFU, em 1989, possui seis citações, todas com um mesmo padrão que informa o patrimônio da fundação, a origem de sua arrecadação e se tem ou não funcionários próprios. O professor Nestor Barbosa de Andrade conta com ainda mais citações, dez, tratando também das fundações, mas permeando a maioria dos subitens do capítulo. Os recortes da fala do professor Nestor Barbosa não possuem a mesma estrutura do contador Fernando: enquanto o último obedece a uma repetição de informações de mesmo tipo para fundações diferentes, o outro responde de forma mais orgânica as provocações feitas pela(s) entrevista(s).

O capítulo IV tem uma configuração distinta. Não há destaques individuais. Cada depoente tem no máximo duas citações. O capítulo é subdividido em três partes. A primeira,

“Importância social da UFU”, expõe a visão da comunidade interna da UFU, com participação de professores e alunos. A segunda parte, “O significado da UFU para a comunidade” e a última, “Expectativas da comunidade em relação à UFU” tem apenas citações da comunidade externa, incluindo vestibulandos. Nesses dois subitem, o que ocorre é a repetição de entrevistados do segundo subitem no terceiro. Este possui 30 citações e, dessas, 20 são das mesmas pessoas que já tinham sido citadas no subitem anterior.

Outro vetor de entendimento, sobretudo quando comparado com os dados do Gráfico 1, é o número de páginas distribuídas em cada capítulo. O capítulo I possui um total de 127 páginas, o capítulo II tem 157 páginas, o capítulo III ocupa 81 páginas e o capítulo IV está distribuído em 96 páginas. O Gráfico 2 apresenta esses números em termos de porcentagem de ocupação do livro.

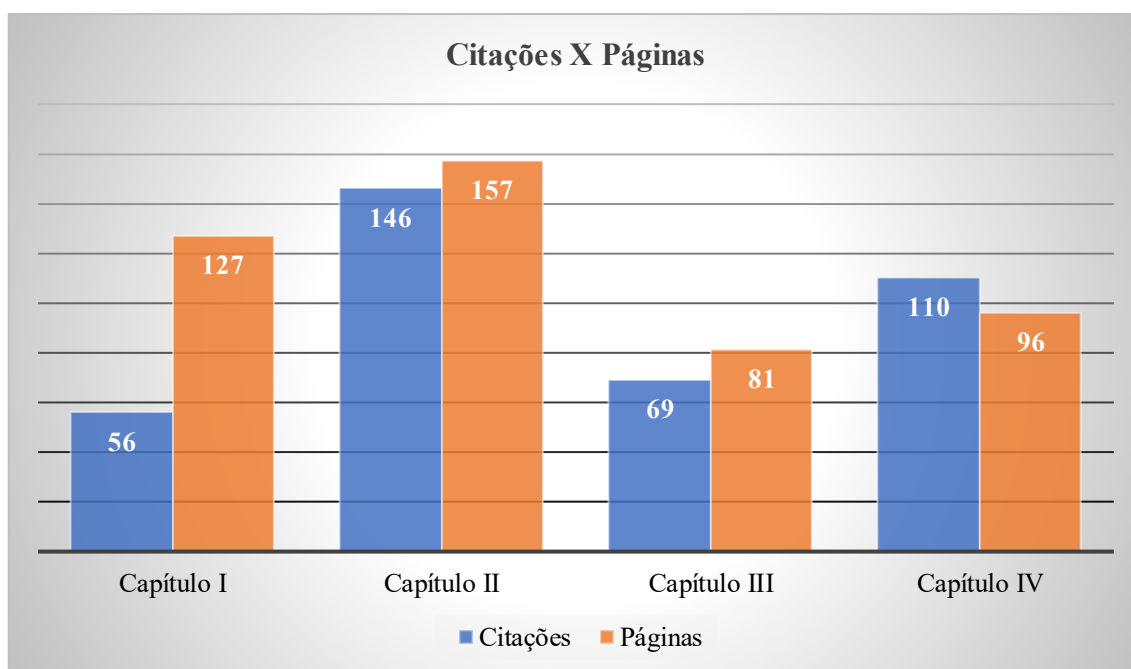
GRÁFICO 2 – Páginas



Fonte: Organizado pela autora (2023).

Percebe-se que há uma mudança em relação às citações. No Gráfico 2, os destaques são os capítulos II e IV. Sobre as páginas, o capítulo II continua como o que mais concentra páginas, 34%, o que apontaria para uma proporcionalidade na distribuição. Entretanto, o capítulo I vem logo em seguida, com 27 % das páginas, enquanto é o com menor número de citações. O Gráfico 3 permite uma melhor apresentação da comparação.

GRÁFICO 3 – Citações X páginas



Fonte: Organizado pela autora (2023).

O Gráfico 3 apresenta a relação de quantidade de citações por número de páginas. Observa-se certo grau de proporção nos capítulos II, III e IV, contudo há uma diferença bem maior no capítulo I. No capítulo dedicado à história, há uma quantidade menor de citações para uma proporção grande de páginas. A indicação é que as citações são mais extensas nesse capítulo. Também se verifica que nos capítulos I, II e III o número de páginas ultrapassa as citações; no IV, a ordem se inverte e há mais citações que páginas. A lógica é oposta daquela aplicada no capítulo I, e as citações são curtas. Enquanto no capítulo I ocorrem vários depoimentos com mais de três páginas, o capítulo IV não tem nenhum depoimento com mais de duas páginas; na realidade a mesma página pode conter facilmente três depoimentos.

Nesse ponto, é preciso esclarecer de quem são as vozes que aparecem nos dois capítulos. O primeiro é constituído por uma relação de memória histórica de sujeitos tidos como protagonistas do processo de criação e constituição da UnU, em 1969, até sua federalização, em 1978. Seus sujeitos são professores, apresentados como protagonistas da criação das Escolas Isoladas, da constituição da Universidade e da posterior federalização. Nesse capítulo, a reconstituição histórica ouviu majoritariamente os professores e alguns políticos, e nenhum ex-aluno apareceu sob essa condição falando da perspectiva estudantil de gênese das Escolas Superiores. Isso indica que o capítulo foi menos polissêmico, tanto na quantidade de entrevistados como na sua origem. Já no capítulo IV a configuração é mudada. São ouvidos

professores, alunos e comunidade, e o repertório de informantes aumenta, ao passo que o espaço ocupado por suas falas diminui.

Tal movimento indica que, apesar de o livro se propor a se debruçar sobre “o imaginário social”, a caracterização desse elemento “social” aparece sob dada hierarquia. Professores sobretudo, e alguns políticos que contribuíram para o processo de criação e federalização, são agentes com maior importância, ocupam um espaço maior, e servidores e alunos se apresentam em segundo plano. Porém os 4 segmentos têm ligação direta com a Universidade, são a parte interna da sociedade. Já a comunidade em geral, trabalhadores, organizações de bairro, sindicatos e vestibulandos, formam a sociedade externa à UFU. À sociedade externa não é negada participação, mas ela ocupa um espaço menor.

Nesse ponto, encontra-se uma encruzilhada. Existe nas Ciências Humanas o conceito de imaginário social, mas tal conceito é desenvolvido por várias vertentes. Isso levando em consideração que para o livro o que importa são os conceitos circulantes no final da década de 1980, e não os contemporâneos. O imaginário social tanto poderia ser tomado por uma vertente gramsciana, marxista, como por outra mais ligada ao socialismo libertário de Cornelius Castoriadis (1922–1997). Isso para reduzir as possibilidades a dois os exemplos. A primeira entende o imaginário social como parte do aparato que serve à conservação do poder hegemônico (Chauí, 2016); a segunda entende que a sociedade como um todo está gravada em cada indivíduo.

A bibliografia permite entrever um certo direcionamento para uma posição ligada às filósofas Marilena Chauí e Ecléia Bosi. A concretude do livro parece indicar que o imaginário social reproduzido está ligado com o pensamento hegemônico presente na sociedade. A maioria dos informantes são professores com alguma participação presente ou passada na administração universitária. Como apontado pelo Gráfico 3, o capítulo I, dedicado à história da instituição, contou com menos entrevistados e com recortes mais longos de fala. Os sujeitos detentores da história da UnU, das Escolas Isoladas que lhes deram origem e do processo de federalização eram aqueles que podiam falar sobre ela porque a tinham escrito. A pesquisa agiu como escriba para que a história fosse escrita pelas palavras de quem as dirigiu (Cezar, 2018).

Como já destacado, o livro alterna citações longas e curtas. O Quadro 5 apresenta citações maiores que quatro páginas em cada capítulo. Outra vez, é notável a diminuição do expediente de recortes mais longos para menores conforme os capítulos.

QUADRO 5 – Citações longas

| | Nome | Vinculação / Curso | Páginas | Quantidade |
|--------------|-------------------------------------|--|--|------------|
| Capítulo I | Jacy de Assis | UnU/UFU - Direito | 21, 22, 24, 26 | 4 |
| | Juarez Altafin | UnU/UFU – Direito | 92, 94, 96, 98, 100 | 5 |
| | Antonino Martins da Silva Junior | UnU/UFU – Engenharia | 110, 111, 112, 113, 114 | 5 |
| | Edson Machado | CAPES | 128, 130, 131, 132, 134, 135 | 6 |
| | Gladstone Rodrigues da Cunha Filho | UnU/UFU – Medicina | 117, 118, 120, 121, 122, 124, 126, 128 | 8 |
| | José Olympio de Freitas Azevedo | UnU/UFU – Medicina | 53, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 71 | 11 |
| Capítulo II | Ataulfo Marques Martins da Costa | UnU/UFU – Ciências Econômicas (Reitor) | 141, 142, 144, 146 | 4 |
| | Dr. José Olympio de Freitas Azevedo | UnU/UFU – Medicina | 174, 175, 176, 177 | 4 |
| Capítulo III | Irineu Antonio Siegler | UnU/UFU – Geografia | 365, 366, 367, 368, 370 | 5 |
| Capítulo IV | Não há | Não há | Não há | Não há |

Fonte: Organizado pela autora (2023).

A seleção de trechos maiores para compor o quadro do capítulo é muito mais presente quando se trata da história. Percebe-se que o capítulo I, além de concentrar tais trechos, possui também os maiores recortes. O médico Gladstone Rodrigues da Cunha Filho ocupa oito páginas para contar a sua memória sobre a federalização da Universidade no subitem “A federalização” do capítulo I. O recorte de Edson Machado, da Diretoria de Assuntos Universitários da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ocupa 6 páginas, no entanto, toda a história da federalização, cujo aniversário de 10 anos é o mote para a ideia do livro, é narrada com 5 informantes.

Um maior destaque recebe a fala de José Olympio de Freitas Azevedo, também médico. Em 11 páginas ele dá a sua perspectiva da criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de Uberlândia. O subitem “Faculdade de Medicina” é o mais extenso no item que trata das Escolas Isoladas que deram origem à UnU, muito embora não seja uma das faculdades fundadoras da Universidade. Já na constituição da UnU, havia previsão para a incorporação da EMECIU à

UnU, mas sua efetivação é posterior. A Faculdade Federal de Engenharia, que detinha bastante prestígio na criação da UnU, teve um espaço menor para sua história. José Olympio aparece ainda no capítulo II com um recorte de 4 páginas, o mesmo dado ao reitor Ataulfo Marques Martins da Costa. No livro, para tratar do presente, menos páginas são necessárias para que um interlocutor apresente sua ideia.

A presença destacada de um nome da Geografia, Irineu Antônio Siegler, que tem para a sua fala o espaço de cinco páginas no capítulo III, se relaciona com a temática do capítulo e a função do professor. Esse capítulo é dedicado ao espaço da Universidade, sua distribuição, sua ocupação e seu sentido. Nesse contexto, Irineu está coordenando uma iniciativa de ressignificação do espaço do Campus Santa Mônica, o projeto “Campus Vivo”, considerado importante no contexto da época, pois fomentava questões de pertencimento e de vivência universitária.

O capítulo IV, que trata do “Encontro com a Comunidade”, não há nenhum interlocutor com recortes longos de entrevista. A curva descendente de informes longos não deve ser entendida com algum juízo de valor, mas sim como o devir de uma estrutura feita a partir não de um material de levantamento, mas de um conjunto de materiais de acervos anteriores utilizados juntamente com a construção de novos dados. Contudo, é preciso ter em mente que o livro não é dividido entre acervos mais antigos para determinados capítulos e construídos para esse fim. Há nos capítulos I, II e III depoimentos colhidos para a obra, intercalados com informações já existentes na NUCHIS. O olhar com a comunidade é que tem a excepcionalidade de ter sua constituição feita exclusivamente a partir da pesquisa específica para o livro.

A organização da obra, como já afirmado, intercala imagem com texto sem se importar em cortar o texto no meio de parágrafo ou frase. Por isso, é bastante excepcional que o Antonino Martins da Silva Júnior tenha tido seu recorte de 5 páginas sem nenhuma imagem fragmentando a leitura. O subitem que contém seu recorte é “A fundação da Universidade de Uberlândia”, cujo informante trata das condições de sua implementação em seu recorte com uma formatação peculiar para o livro.

O quadro de citações longas também oferece uma perspectiva sobre a origem das pessoas que ganharam mais espaço para expor suas ideias. Há um nome advindo do MEC, que foi quem deu uma versão para a federalização por uma visão externa à UFU, o reitor que idealizou o livro, um geógrafo com um papel de destaque na temática do capítulo. Os outros nomes eram de pessoas advindas dos cursos de maior prestígio.

O Quadro 6 apresenta os informantes que mais vezes se repetem no livro. Também por essa perspectiva o prestígio do curso de origem se manifesta.

QUADRO 6 – Informantes mais vezes citados

| | Nome | Vinculação | Páginas / Capítulos |
|---------------|----------------------------------|---|---|
| 5 repetições | Homero Santos | Político | 12- Capítulo I; 21- Capítulo I; 135, 136 Capítulo II; 215 Capítulo II; 284, 285 - Capítulo II |
| | Ilar Garotti | UnU/UFU – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras | 29, 30, 31 - Capítulo I; 105,106,107- Capítulo II; 155, 156, 157- Capítulo II; 190,191- Capítulo II; 305 - Capítulo III |
| 6 repetições | Fernando Lasmar | UnU/UFU - Contador | 234 - Capítulo II; 235 - Capítulo II; 238- Capítulo II; 240, 241- Capítulo II; 246 - Capítulo II; 247- Capítulo II |
| 7 repetições | Antonino Martins da Silva Junior | UnU/UFU – Engenharia | 50, 52 - Capítulo I; 110, 111, 112, 113, 114 - Capítulo I; 171, 172 - Capítulo II; 265 - Capítulo II; 308,309 - Capítulo III; 314 - Capítulo IV; 340, 342, 344 - Capítulo IV |
| | Juarez Altafim | UnU/UFU- Direito | 36, 38 - Capítulo I; 80, 81, 82 - Capítulo I; 92, 94, 96, 98, 100 - Capítulo I; 146, 148, 149 - Capítulo II; 230 - Capítulo II; 249, 249, 250 - Capítulo II; 344, 346 - Capítulo III |
| 8 repetições | Ataulfo Marques Martins da Costa | UnU/UFU – Reitor Ciências Econômicas | 82,84 - Capítulo I; 141, 142, 146, 148 - Capítulo II; 188, 189, 190 - Capítulo II; 224 - Capítulo II; 259,260 - Capítulo II; 236 - Capítulo II; 326 - Capítulo III; 377- Capítulo IV |
| 9 repetições | Wilson Ribeiro da Silva | UnU/UFU – Autarquia Educacional | 14 - Capítulo I; 18,20 - Capítulo I; 76, 78, 80 - Capítulo I; 102, 104 - Capítulo I; 116 - Capítulo I; 231, 232 - Capítulo II; 322, 324 - Capítulo III; 346, 347 - Capítulo III; 396, 398 - Capítulo IV; |
| 11 repetições | Nestor Barbosa de Andrade | UnU/UFU – Medicina | 230, 231 - Capítulo II; 232, 233 - Capítulo II; 234, 235 - Capítulo II; 235, 236, 237 - Capítulo II; 237 - Capítulo II; 338, 239 - Capítulo II; 243 - Capítulo II; 246, 247 - Capítulo II; 260 - Capítulo II; 286, 287 - Capítulo II; 402, 403 - Capítulo IV |
| 12 repetições | José Olympio de Freitas Azevedo | UnU/UFU – Medicina | 53, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 71 - Capítulo I; 116, 117 - Capítulo I; 157, 158 - Capítulo II; 174, 175, 176, 177 - Capítulo II; 215, 216 - Capítulo II; 233, 234 - Capítulo II; 247, 248 - Capítulo II; 265, 266 - Capítulo II; 286 - Capítulo II; 317 - Capítulo III; 324, 325 - Capítulo III; 330, 332 - Capítulo III |

Fonte: Organizado pela autora (2023).

O Quadro 6 apresenta os maiores interlocutores de *A UFU no Imaginário Social*. Ainda que se perceba há conflitos de ideias, contradições, posições divergentes por todo o livro. Percebe-se que alguns entrevistados foram privilegiados e suas ideias foram mais frequentemente usadas. O informante Fernando Lasmar aparece porque tem “a palavra” sobre a organização das fundações da Universidade e se repete conforme o número de fundações. Os demais aparecem em pelo menos dois capítulos diferentes, concentrando a maior parte nos capítulos I e II.

Verifica-se que alguns nomes presentes no quadro de maiores citações se repetem no quadro de informantes mais citados, são eles: Antonino Martins da Silva Junior, Engenharia; Juarez Altafin, Ciências Econômicas / Direiro; Ataulfo Marques Martins da Costa, Ciências Econômicas (reitor) e José Olympio de Freitas Azevedo, Medicina. Ao apresentar um número alto de entrevistados coincidentes na extensão de seus recortes e na quantidade de recortes utilizados, é perceptível que alguns atores são mais privilegiados que outros para descortinar a Universidade. Esses são atores que mais guiam o conteúdo do livro. São vozes preferenciais, com mais constância e liberdade de se exprimir. José Olympio de Freitas Azevedo destaca-se porque, além de ter o maior recorte, é o que mais fornece trechos para o livro. Seu pensamento aparece como relevante quantitativa e qualitativamente.

Observa-se também que outro médico, Nestor Barbosa, é o segundo na quantidade de citações, sendo a “voz” do capítulo II, com nove repetições e uma no capítulo IV. É interessante haver esse único recorte no capítulo no qual menos atores internos são chamados. Sua concentração no capítulo dedicado ao quadro da Universidade parece ter lhe rendido preponderância para receber espaço para se manifestar também no que concerne à relevância social da UFU (capítulo IV).

Wilson Ribeiro da Silva tem uma posição interessante, pois é advindo da Autarquia Educacional, entidade vinculada ao estado de Minas Gerais, responsável pelos cursos de Educação Física, Medicina Veterinária e Odontologia. Possuía um bom trânsito na reitoria quando da criação da UnU, porque mesmo não tendo ligação com a área se tornou diretor da Faculdade de Artes, por indicação do então reitor Juarez Altafin. Suas falas permeiam todos os capítulos, sendo chamado a expor algo em todas as perspectivas apresentadas no livro.

Ilar Garotti é uma freira, da congregação responsável pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Além de ser uma representante de uma das forças internas de criação da UnU, estava alocada em uma área muitas vezes considerada chave para uma Universidade: a Filosofia. As ideias circulantes sobre a Universidade no período que antecede a criação da UnU e se estende até a publicação do livro apontavam para dada ação integradora

da Faculdade de Filosofia. Fernandes (1975) deixa claro esse aspecto em relação à USP, e as ideias de Darcy Ribeiro (1969) também vão nesse sentido. Compõe-se assim um quadro em que a irmã Ilar Garotti amalha elementos de autoridade para que suas manifestações sejam usadas mais vezes.

Homero Santos foi o político responsável pela condução via esse cenário da federalização da UnU. Também teve envolvimento em outros momentos da construção da Universidade, o que justificaria sua presença em repetidos recortes.

Retomando a ideia dos entrevistados que aparecem nos quadros 5 e 6, percebe-se destaque ao nome do reitor que idealiza o projeto do livro e de pessoas oriundas de cursos com maior prestígio. Hustana Maria Vargas (2010) explica o caminho sócio-histórico percorrido pelos “cursos imperiais”, Medicina, Direito e Engenharia, que se constituem naqueles que se mantêm como cursos de alto prestígio. Durante a constituição do Ensino Superior no país, esses cursos deixaram de ser os únicos, mas continuaram detendo uma grande reputação. Eram, por demanda, cursos altamente procurados, visto a dotação de um capital cultural que os manteve na posição de maior influência. De certa forma, tal organização se vislumbra na organização das falas dispostas em *A UFU no Imaginário Social*, com certa predominância dos cursos imperiais.

No entanto, é possível entrever que um dos cursos obtém ainda mais destaque, o de Medicina. Tal relevo pode ter relação com o papel exercido pela área depois da constituição inicial da UnU, sobretudo no processo de federalização. Essas questões serão discutidas no próximo item, que trata das considerações históricas obtidas através do livro enquanto fonte.

3.1.4 Considerações sobre as possibilidades historiográficas

Em um texto, é importante a forma como se inicia. Suas primeiras palavras servem para abrir a porta ao leitor, que, então, decide se continua ou para a leitura. Em textos acadêmicos, principalmente aqueles que correspondem a relatórios de pesquisa, há uma certa organização protocolar sobre a forma de iniciá-los. No caso de *A UFU no Imaginário Social*, ainda que seja o resultado de um trabalho de pesquisa, sua organização é mais fluída e possui a lógica de um álbum de memórias.

Mesmo em textos acadêmicos, é comum a utilização de trechos de obras de literatura ou poesia como epígrafe. Nesse caso, a escolha das autoras foi um recorte do poema “Uberlândia, cidade dos sonhos meus”, de Jerônimo Arantes. Nele, o autor descreve o coronelismo do sistema eleitoral falando do passado. Essa é a também a temática desenvolvida

pelo primeiro depoimento. O subitem “A memória político-cultural de Uberlândia na década de 50” do capítulo I é composto por dois depoimentos entremeados de fotos. O primeiro é de Renato de Freitas, ex-prefeito da cidade. O informante conta sobre a própria trajetória política: como neto de um político importante na cidade, Marcos Freitas da Costa, elegeu-se vereador à sombra do avô. Explica como procurou afastar-se da herança política familiar para ser reeleito por esforços próprios. No entanto, é justamente ponderando sobre esse processo que acaba por estabelecer um discurso no qual elogia o coronelismo:

Tornei a me eleger vereador, mas então já com méritos, porque eu, infantilmente, me rebelei contra os domínios dos coronéis, inclusive do meu avô. Eu achava que era tempo de afastar ‘aquilo’. Eu não compreendia na época o alcance do coronelismo e ele existiu e existiu bem. O coronel tinha uma vaidade de escolher bons candidatos para a cidade. Naquela época não havia perigo de se ter um mal candidato, porque o coronel era vaidoso. Ele não era candidato diretamente, mas fazia questão de ter candidatos bons. Então, sem nenhum demérito para os atuais prefeitos e políticos de hoje, eu digo que antes o nível era bem melhor. O coronel tinha a obrigação de escolher bem (Caetano; Dib, 1988, p. 95-96).

Observa-se que a primeira citação é um elogio ao sistema político que não existe mais. Se para o entrevistado era um tempo pretérito, findo, seus ecos ainda eram perceptíveis. Também é possível relacionar a memória de Renato de Freitas em 1987 de seu passado com uma formulação do imaginário uberlandense. Para Brito e Warpechowski (2008, p. 9):

O fato é que encoberta pelo discurso da cidade progressista, ordeira, hospitaleira e de oportunidades iguais a todos, se esconde uma cidade conflituosa heterogênea e desigual, que não se encontra facilmente nos arquivos oficiais, mas que faz parte das memórias dos cidadãos uberlandenses.

Com a qualidade de ex-prefeito da cidade e falando de uma época que remontava há pelo menos 30 anos, Renato de Freitas guarda suas memórias alinhadas aos “arquivos oficiais”, porque ele em sua ação política também os forjou. É uma escolha interessante para abrir o livro, sobretudo para construir a memória do período que fomentou a criação das Escolas Isoladas em Uberlândia. Uma memória com atributos de oficiais que canta o coronelismo. Na seção 2, o discurso de Domingos Pimentel Ulhôa guarda a retórica da cidade progressista, que recebe bem, que trabalha e prospera.

A primeira parte do capítulo I, “Da idealização à criação das Escolas Superiores Isoladas”, apresenta um instrumento semelhante. Alguns dignatários partícipes de suas fundações falam sobre o momento, com o espaço para as contradições de cada um. Além da abertura sobre o ambiente político da década de 1950, um subitem é destinado à “idealização”. Como surgiu a ideia/necessidade de Escolas Superiores em Uberlândia é o mote da questão

respondida por Homero Santos, político, e pelos professores da UFU José Peper Júnior e Wilson Ribeiro. Guardando as especificações das memórias individuais, a justificativa não se contradiz entre os entrevistados: na década de 1950, havia um grupo de “idealistas” que sonhavam com o Ensino Superior na cidade, em parte porque o “progresso” do município pedia isso, em parte porque as Escolas Isoladas já existiam em Uberaba.

Nascida como um distrito da então maior cidade do Triângulo Mineiro, de certa forma Uberlândia buscava suplantiar Uberaba. Ela precisava se constituir maior, melhor, com mais qualificação e progresso. A ideia se inicia nebulosa. Precisa haver Escolas Superiores na cidade, pois Uberaba já tem. Paulatinamente, ela se direciona no sentido de começar pela Faculdade de Direito. Para Wilson Ribeiro, a escolha se deu por ser mais fácil e menos onerosa de se instalar, e era preciso começar por algum lugar.

3.1.4.1 Considerações sobre as possibilidades historiográficas: Escolas Superiores

Depois do subitem “Idealização”, sucedem-se as Escolas Superiores destacadas uma a uma, cada qual contando com no mínimo duas citações e no máximo cinco. Falam da criação de cada faculdade, de seus fundadores e dos meandros e dificuldades. Existe um fio condutor argumentativo em todas: há um ou mais fundadores, pessoas destacadas que trabalharam de forma “abnegada” – na concepção exposta no livro. Algumas citações falam que professores chegaram a trabalhar por meses sem salário. Nesse quesito, é importante ter em mente que o trabalho docente não tinha a mesma forma da atual. Nas décadas de 1950 e 1960, a ideia de dedicação exclusiva para os professores universitários já estava em circulação, mas eram poucos os casos práticos. Logo, os docentes costumavam exercer outras funções além do magistério. Embora ficar sem receber salário seja sempre prejudicial, é preciso ter em mente que essa não era a única renda. Tal distinção é importante porque interesses pessoais ou corporativistas se desprendem do texto indicando alguma forma de limite nas ações altruístas.

A Escola de Música é narrada sob dois pontos de vista. Primeiro, tem a palavra Cora Pavan, responsável pela criação do conservatório musical que deu origem à Faculdade de Artes. A depoente conta das dificuldades em oficializar o curso superior, que teve o apoio de Jacy de Assis, o qual estava no mesmo período constituindo a Faculdade de Direito. Explica que inicialmente a ideia era dar o caráter de Ensino Superior ao conservatório, mas no caminho foi convencida de que, já supondo a criação de uma Universidade e a facilitação no trâmite da oficialização da faculdade, ao invés de torná-la Escola de Música, poderia materializá-lo como Faculdade de Artes. Também expõe como utilizou dos próprios recursos para construir a

faculdade e como os entregou à Universidade. Já o segundo entrevistado, Wilson Ribeiro, conta como mesmo sem ter qualquer ligação com a Faculdade de Artes foi convencido pelo reitor Juarez Altafin a ser diretor quando da saída da fundadora. O argumento era este: era necessário alguém não ligado à área porque parecia não haver ninguém que conseguisse administrar segundo a ótica do reitor.

A Faculdade de Direito apresenta a primeira grande contradição do livro: com três entrevistados, Homero Santos, Jacy de Assis e Fuad Miguel, o deputado Homero Santos atribui a si a ideia de criar a faculdade, afirmando que anunciou que criaria a faculdade no dia seguinte ao anúncio, e assim o fez. Já Fuad Miguel atribuiu a criação a Jacy de Assis. Este, a seu turno, narra que estudou Direito e virou professor na Universidade de Goiás, mostrando como utilizou de suas conexões políticas com a UDN no processo de criação. Ainda que se apresente como protagonista, reconhece a ação de Homero Santos. Em seu depoimento, destacam-se duas informações: a primeira é que a Faculdade de Direito foi criada com a ajuda de uma campanha de arrecadação, muito bem-sucedida, na qual a “cidade” abraçou a criação da Faculdade. A segunda é algo que será repetido em outras ocasiões: o MEC deu parecer desfavorável à criação de uma faculdade de Direito em Uberlândia por haver cursos desse tipo ministrados em Uberaba e Goiânia, os quais dariam conta da demanda na região. O problema foi contornado pela ação do deputado Rondon Pacheco, ainda dentro do regime democrático, segundo a entrevista de Jacy de Assis, o qual acrescenta que a criação da Faculdade Federal de Engenharia, proposta por Rondon, também enfrentaria problemas de justificativa de criação. Segundo Vieira Filho (1993), a Faculdade de Direito surgiu em 1960, e o autor explica a participação ativa de Rondon Pacheco, Homero Santos e Jacy de Assis em uma realização coletiva alicerçada por aproximações políticas comuns.

A Faculdade de Filosofia, oficialmente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tem sua história contada pela Irmã Ilar Garotti e pelo vice-prefeito e professor Durval Garcia. Garotti conta que, ainda na década de 1950, o grupo pró escolas superiores entrou em contato com as Irmãs de Jesus Crucificado, que possuíam uma escola na cidade, com a ideia de fundação da faculdade. Havia em circulação dois projetos distintos para a criação: um ligado à filosofia de base católica e outro, segundo a irmã, ligado ao “comunismo”. A possibilidade de esse grupo lograr êxito na constituição de uma Escola de Filosofia fez com que o comprometimento e o afinho das irmãs fossem ainda maiores. Durval Garcia narra as condições dos primeiros dias da faculdade, falando da falta de pessoal qualificado ao magistério e destacando que não havia uma mentalidade de Ensino Superior na cidade. Contudo, afirma que a cidade se tornou um polo desse segmento da educação. Destaca também que o curso superior

em Filosofia e Teologia ministrou aulas nas Faculdades de Filosofia, Ciências Econômicas e Medicina. Até a federalização, isso significava ter vínculos distintos com as três faculdades, já que cada uma possuía autonomia, e o salário também não era o mesmo.

Juarez Altafin, que se tornou reitor bem no início da criação da UnU, após renúncia do primeiro nomeado, Domingos Pimentel de Ulhôa, e o professor Celso Correia Santos dão suas versões para a formação da Faculdade de Ciências Econômicas. O ex-reitor explica que chegou a Uberlândia como juiz e foi chamado ao magistério por Jacy de Assis. Primeiro lecionando na faculdade de Direito, recebeu a incumbência de criar a Faculdade de Ciências Econômicas. Narra as dificuldades iniciais, explicando que com sua origem ligada à faculdade de Direito a faculdade de Ciências Econômicas funcionou primeiramente junto as suas instalações e, posteriormente, passou a dividir espaço com a faculdade de Filosofia. Foi professor nas faculdades de Direito, Engenharia e Ciências Econômicas, sempre em disciplinas ligadas ao Direito. Já Celso Correia conta que sua formação era em Matemática, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Inicialmente, atuou no curso de Pedagogia, na Faculdade de Filosofia, passando a lecionar, em seguida, na Faculdade de Ciências Econômicas. Destaca o valor dos salários pagos pelas duas instituições – na última o salário era melhor que na primeira.

A Faculdade Federal de Engenharia é aquela escola que mais tem entrevistas para reconstituir seu início. São cinco vozes narrando a criação da escola: Genésio de Melo Pereira, José Peper Júnior, Rondon Pacheco, Galba Porto e Antonino Martins da Silva Júnior. Tendo como mantenedora a União, a faculdade possuía mais um status distinto, uma importância diferente em meio à criação da UnU. Enquanto desenvolve os capítulos, Caetano e Dib demonstram como a Faculdade Federal de Engenharia tinha poder sobre o financiamento da UnU, seu papel contraditório no processo de federalização, também a situação pouco usual desde a criação da UnU. Essas questões serão melhor abordadas adiante.

Genésio de Melo Pereira, como apontado da seção 2, foi o reitor *pro tempore* da criação da UnU, aquele que dirigiu a Universidade enquanto ela se formava, mas não há referência a isso no livro, no qual aparece como fundador da Faculdade de Engenharia. Sua fala esboça uma distinção entre os alunos da Faculdade de Engenharia e os demais. Enquanto as demais faculdades formavam seus estudantes para brilharem, a Engenharia os formava profissionalmente. De certa forma, as demais faculdades eram de “ilustração”, e a de Engenharia era de formação de mão de obra qualificada. Essa informação coaduna com o pensamento tecnicista da educação para Saviani (2013, p. 382):

À semelhança do que foi anteriormente descrito, a pedagogia tecnicista buscou planejar a educação de modo que a dotasse de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência.

Embora a Faculdade de Engenharia tenha sido criada em período democrático, a fala de Genésio de Melo é feita de forma retrospectiva, e vale lembrar que a UnU foi estabelecida em 1969, uma Universidade advinda da Reforma de 1968, em pleno estado de exceção. Essa construção aproxima duplamente a Faculdade Federal de Engenharia ao governo: por um lado explícito, por pertencer à rede federal de Educação Superior, por outro, por exprimir os ideais expressos a partir do golpe de 1964.

Outro ponto relevante tratado pelo fundador é que atribui a criação da faculdade à Rondon Pacheco, que, feita às pressas durante o governo de Juscelino Kubitschek, não conseguiu previsão orçamentária no MEC, ficando dois anos sem recursos. José Peper Júnior aponta para uma ação mais coletiva para a criação da faculdade, com participação de engenheiros civis, químicos e agrônomos da cidade fomentando a criação. Sobre a participação de Rondon Pacheco, afirma que o político usou do expediente a emenda a projetos já encaminhados de Escolas de Engenharia em Bambuí e Cuiabá. Reforça o discurso que os primeiros professores buscavam de forma desinteressada o incremento do Ensino Superior em Uberlândia por trabalharem sem a garantia de salários. Trata, em 1988, as ações militares de 1964 como Revolução ao contar que estas atrapalharam a realização do primeiro vestibular. Rondon Pacheco, a seu turno, passa ao largo dos próprios meandros políticos e conta como Genésio de Melo se articulou localmente para comprar o prédio em que a faculdade se instalaria por exigência do MEC. Galba Porto aborda de forma mais esmiuçada o processo de aquisição do prédio que daria início ao Campus Santa Mônica, destacando o papel de Genésio de Melo, mas incluindo como personagem importante Agenor Fernandes, tal qual Peper Junior, trata 1964 como “Revolução”. A fala de Antonino Martins da Silva Junior aborda seu início como professor na faculdade, contratado em meio a uma greve. Pondera que os períodos de crise são normais e que na realidade ajudaram a forjar a Universidade.

Como apontado pelos documentos do Acervo SEGER, seção 2, essas são as Escolas Superiores fundadoras da UnU. Não havia outras reconhecidas, por mais que já houvesse tramitações para a Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia e para os cursos da Autarquia Estadual de Educação. Entretanto, não há qualquer menção a isso em *A UFU no Imaginário Social*, e tanto EMECIU como a Autarquia são apresentados de forma que levam a crer que na criação da UnU já existiam.

A “Escola de Medicina e Cirurgia” é o maior subitem do capítulo. Com 19 páginas, abriga somente três citações. Como já destacado, José Olympio de Freitas Azevedo possui a maior delas. Além do entrevistado supracitado, Rondon Pacheco e Arnaldo Godoy Souza são citados. O político é o primeiro a falar, e diz que enquanto esteve na Casa Civil acolheu com entusiasmo a ideia da Escola de Medicina, afirmou que mesmo sendo diretor da Faculdade Federal de Engenharia, Genésio de Melo era sempre interpelado sobre a criação da faculdade. Nessa citação, Rondon afirma que já se espreitava a criação de uma Universidade na cidade. José Olympio discorre sobre o processo de criação, contando como a ideia de uma Escola de Medicina circulava desde pelo menos 1966 e que nomes de médicos como Domingos Pimentel de Ulhôa, José Bonifácio e João Fernandes de Oliveira mantiveram a articulação junto a Rondon Pacheco para a criação da faculdade. Mais uma vez, o MEC e o CFE apresentaram objeções sobre a criação da Escola: tal qual o Direito, que possuía curso em Uberaba, a distância de pouco mais de 100 quilômetros de Uberlândia tornava do ponto de vista racional uma nova escola de medicina em Uberlândia uma escolha pouco atraente. Mas se políticas públicas para a Educação Superior eram pensadas em Brasília, levando em consideração o contexto nacional, sua execução era feita em meio às disputas locais e regionais. Se para o MEC fazia pouco sentido haver uma outra escola de medicina, para José Olympio o fato de haver uma faculdade de medicina em Uberaba, tornando-se referência em medicina, era mais uma importante justificativa para a criação da EMECIU: “O centro médico da região naquela época era Uberaba, era até humilhante para a classe médica de Uberlândia que as pessoas todas, inclusive as de baixa renda, até indigentes, fossem consultar em Uberaba” (Caetano; Dib, 1988, p. 60). A disputa entre as duas cidades aparece novamente quando Olympio afirma que havia uma ideia de que o curso de Medicina em Uberaba não era de boa qualidade, que foi desmentida depois que os professores de lá passaram a lecionar na EMECIU também, principalmente nos primeiros anos. Outro registro foi uma campanha de arrecadação, que contou com uma estratégia de marketing quando noticiaram que cada fazendeiro uberlandense doaria uma cabeça de boi para a Faculdade de Medicina. A estratégia era dupla: era realmente fazer a arrecadação financeira, mas também exercer pressão para a autorização de funcionamento da faculdade. A notícia da doação não era verdadeira, muito embora tenha se arrecadado fundos. O interessante é que Olympio afirma que os estudantes de medicina de Uberaba exigiram que o valor arrecadado fosse destinado ao curso já existente.

O depoente narra ainda que Uberlândia se articulava fortemente para se destacar no campo político e viabilizar suas Escolas Superiores: o pedido pela Escola de Medicina na cidade foi feito ao então candidato Costa e Silva em sua visita, último ato de campanha, em Uberlândia,

única cidade não capital a ser visitada. No entanto, jornais de São Paulo diziam que foi uma parada não programada. A questão parece ter especial importância para as autoras, porque, junto à fala de Olympio, que aparece nas páginas 58 e 60, uma foto do jornal *O Estado de São Paulo* remetendo a sua fala está na página 61 (Figura 23).

FIGURA 23 – Fotografia do jornal *O Estado de São Paulo*

Fonte: Imagem feita pela autora (2023).

A ideia de uma cidade importante, progressista, moderna era reinante desde o início do século XX. Sandra Mara Dantas afirma:

É nesse contexto que podemos atentar para o indelével desejo da cidade de Uberlândia, que tem a tônica do progresso e modernidade como sustentáculos. O projeto de construção da cidade moderna teve início em 1888, e tomou vulto nos primeiros anos do século XX. A partir daí, inúmeras medidas que corroboram na criação da cidade-progresso foram postas em execução (Dantas, 2008, p. 21).

Em seu texto, Dantas aborda a contradição entre a cidade imaginada, da retórica, e a cidade real. No entanto, há em certa medida uma busca consciente para que esse ideal de cidade de alguma forma se concretize. No decorrer de *A UFU no Imaginário Social*, é possível verificar que a própria Universidade e sua constituição tanto real quanto imaginária, de certa forma, fazem parte dessa empreitada.

Outra questão recorrente no livro é a relação público X privado na Universidade. Olympio menciona um acontecimento concreto que demonstra essa relação entre os interesses de uma instituição privada e os privados das pessoas dessa instituição. Ao discorrer sobre a situação financeira do EMECIU, o entrevistado afirma que havia grandes dificuldades, que acabaram sendo sanadas por um acordo celebrado entre a faculdade e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Explica que não foi simples celebrar o acordo porque parte dos professores/médicos acreditava que o hospital criado a partir do EMECIU deveria se dedicar ao tratamento de indigentes apenas, uma vez que os professores/médicos seguiam com sua profissão fora da faculdade, e o acordo beneficiaria a escola em detrimento dos profissionais individualmente.

O último narrador para a história da Escola de Medicina é Arnaldo Godoy de Souza. O médico atribui a fundação da escola à Rondon Pacheco, incluindo o trabalho de Domingos Pimentel de Ulhôa e José Olympio de Freitas Azevedo. Explica as dificuldades, especialmente devido à falta de professores qualificados para ministrar as aulas.

Ainda que a EMECIU tenha recebido um espaço maior para sua memória, o privilégio de José Olympio é aparente. Os dois outros informantes têm um papel de menor destaque. Arnaldo Godói de Souza acaba dando um tom de conclusão de texto, reforçando a importância dos outros dois entrevistados.

A última instituição que aparece com um caráter fundador para a UnU não é exatamente uma Faculdade ou Escola Superior: é a Autarquia Estadual de Educação, mantida pelo estado de Minas Gerais, mas atuante apenas no Triângulo Mineiro. Inicialmente, deveria ter cursos em Uberlândia e Tupaciguara, contudo rapidamente os cursos ficaram concentrados na primeira. Os cursos mantidos pela autarquia eram Educação Física, Odontologia e Medicina Veterinária. Para o subitem do primeiro capítulo, foram destacados quatro entrevistados: dois depoentes ligados a odontologia, o um ex-reitor e o reitor no momento. Ainda que haja depoimentos

relativos aos três cursos, a memória de pessoas internas ficou restrita à odontologia. A memória dos cursos de Educação Física e Medicina Veterinária ficou a cargo de pessoas relacionadas à administração da Universidade, e não aos cursos.

A primeira entrevista é a de Laerte Alvarenga Figueiredo, que conta que o projeto inicial era criar conjuntamente as faculdades de Medicina, Odontologia e Farmácia, mas que os médicos foram mais rápidos na organização própria. Porém, afirma que a existência prévia do curso de Medicina via convênio facilitou a criação posterior do curso de Odontologia. Atribui papel de destaque ao político Homero Santos na articulação dos cursos de saúde.

Wilson Ribeiro da Silva divide sua fala em dois grandes temas. Primeiro, destaca o papel de Homero Santos: “Homero Santos, então deputado estadual, líder do governo na assembleia legislativa, idealizou uma instituição chamada Autarquia Educacional de Uberlândia, uma autarquia do Estado para criar escolas superiores aqui em Uberlândia” (Caetano; Dib, 1988, p. 76), demonstrando a ação política conquistada em nível estadual, mas voltada para Uberlândia especificamente. Todavia, havia problemas com o curso de Medicina Veterinária, que a princípio deveria funcionar em Tupaciguara, mediante a um acordo político feito por Homero Santos. O segundo tema destina-se a contar como surgiu a Faculdade de Educação Física, originada por demanda de alguns “moços” da cidade à autarquia. Com o apoio de Rondon Pacheco, no momento governador do estado, e Homero Santos, a faculdade foi criada. Partindo de uma sugestão do então prefeito Renato de Freitas, a praça poliesportiva privada, de propriedade de Napoleão Carneiro, foi comprada para as instalações da Faculdade de Educação Física. Afirma que em 1971 foi feito o primeiro vestibular para os três cursos. Nesse ponto, há uma afirmação com um significado pouco evidente:

Em seguida o governador decidiu que a Autarquia deveria se incorporar à Universidade, diga-se de passagem, já nessa época fazíamos funcionar a Autarquia como uma pequena Universidade. Consegui implantar uma estrutura na Autarquia tipicamente de Universidade (Caetano; Dib, 1988, p. 80).

A incorporação à UnU parece uma indicação “natural”, mas o que seria o funcionamento de uma autarquia como Universidade? Essa questão acaba ganhando força porque, ao criar e federalizar a UnU, questões sobre o que é ou não uma Universidade são levantadas. É interessante perceber que em meio a uma grande disputa sobre o sentido de Universidade – evidenciada em trabalhos como de Ribeiro (1969) e Fernandes (1975) e em propostas de criação de Universidades como a UnB e a Unicamp –, da qual a própria UnU fazia parte, “funcionar como uma Universidade” pode ter vários significados.

Juarez Altafin, que era o reitor no período em que a Autarquia criou e incorporou seus cursos à UnU, explica como se deu a fixação definitiva do curso de Medicina Veterinária em Uberlândia. O primeiro ponto é que, devido ao acordo com a EMECIU, as aulas iniciais já eram na cidade. Quando o curso passou a exigir matérias mais específicas, houve uma tentativa inicial para que ocorresse em Tupaciguara, mas, apesar de contribuir com o espaço físico para a instalação do curso, outros elementos não estavam disponíveis. Por exemplo, fazendas e animais para aulas práticas era difícil disponibilizar, e o aluguel de casas para professores e estudantes era caro. Professores e estudantes principalmente se organizaram em torno da reivindicação de que o curso não fosse ofertado em duas cidades e que fosse todo em Uberlândia. Ainda que essa disputa fosse delicada e envolvesse políticos locais, regionais e nacionais, o reitor resolveu atender à demanda e o curso passou a ser ofertado integralmente em Uberlândia. Altafin narra que até telefonema do MEC recebeu, mas àquela altura a decisão estava tomada. Outro ponto levantado foi que, ao incorporar os cursos da Autarquia Educacional à UnU, havia por parte do Estado um compromisso na manutenção financeira deles. Porém, os recursos aportados eram cada vez menores. Tal posição concorreu para que na ocasião da federalização o governador, que era Rondon Pacheco, se empenhasse para que esta fosse bem-sucedida.

O último depoente é Ataulfo Marques Martins da Costa, cuja entrevista evoca a fundação das faculdades. Ele narra sua trajetória como estudante e, nessa fala, também aborda a compra da praça de esportes de Napoleão Carneiro. Por fim, evoca o papel central de Rondon Pacheco na criação dos cursos da Universidade, destacando os da Autarquia Estadual.

A escolha de percorrer os subitens de forma a não excluir nenhuma fala se deve à necessidade do aporte de cada uma para que se alcance questões comuns a todas. É possível perceber dois agentes políticos centrais. O primeiro é Rondon Pacheco, que atua diretamente na criação nas faculdades de Engenharia, Medicina, Direito e esteve envolvido com a criação da faculdade de Artes e com a Autarquia Educacional. Levando em consideração que Ciências Econômicas emerge do Direito e que a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras também contou com sua participação em menor monta, essas faculdades foram criadas com alguma influência de Rondon Pacheco. Além dele, Homero Santos tem papel de destaque, sobretudo na criação da Faculdade de Direito, mas sua influência e ação perpassam outros momentos.

Destacadamente, Direito e Medicina são criados, mesmo com considerações contrárias por parte do MEC, pela proximidade de cursos em Uberaba e, no caso do Direito, em Goiás. Questionamentos também foram feitos em relação à Faculdade Federal de Engenharia sobre a vocação local para os cursos implementados. Esses caminhos demonstram que as Escolas

Isoladas foram criadas com muito empenho político dos agentes locais, que em alguns momentos se sobrepôs ao MEC. Essa formulação por imposição política mais do que por negociações, acordos e acomodações com o órgão da administração superior teve seu preço. A maior evidência até esse ponto está na falta de verbas para a Faculdade Federal de Engenharia no início de sua implantação e a exigência de que o município se comprometesse através do custeio do local para a instalação.

Essas relações ganham uma maior dimensão em *A UFU no Imaginário Social* na segunda parte do capítulo, que será abordada a seguir. Enquanto na primeira metade a escolha por todos os entrevistados se relaciona com a ideia de fundação das escolas e as vozes escolhidas para tal, a segunda metade será organizada pelo viés de temas abordados, e não necessariamente obedecendo aos subitens.

3.1.4.2 Considerações sobre as possibilidades historiográficas: criação da UnU e sua federalização

Em relação à criação da Universidade de Uberlândia, um dos depoimentos destacados é o de Rondon Pacheco, nas páginas 90 e 92. Em sua fala, conta como articulou, mais uma vez com Tarso Dutra, então ministro de Educação, a criação da UnU, usando de um expediente que já havia utilizado com ele na criação da Faculdade Federal de Engenharia, uma espécie de *quid pro quo*, no qual os dois criariam suas respectivas faculdades primeiro e as Universidades depois. O período nos dois casos é importante para o momento político, uma vez que as faculdades foram criadas em um regime democrático e as Universidades, por sua vez, após o golpe de 1964, cenário em que os dois eram deputados federais. Já a UnU foi criada em plena vigência do AI-5, momento em que Dutra e Pacheco são ministros, mas com tensões, pois Pacheco estava no círculo mais próximo de Costa e Silva. Rondon afirma que se aproveita da possibilidade de reunir cinco faculdades isoladas, sendo que uma no mínimo deveria ser federal, formando uma Universidade para viabilizar a criação da UnU. Completa apontado para uma certa “previsão de federalização”. Homero Santos aparece também como figura política importante para a UnU na fala de Pacheco.

O depoimento do articulador político da UnU, que faz uma dedicatória no documento de criação da Universidade, como visto na seção 2, explica a criação da Universidade de forma relativamente simples. Da exposição inicial, nasce uma narrativa que vai se repetir em alguns momentos e se tornar uma espécie de mito fundador. Nomes como Wilson Ribeiro da Silva e Ilar Garotti apresentam a história com pequenas variações nessa parte do livro. A estrutura se

resume a: Rondon Pacheco queria muito dar a Uberlândia uma Universidade, organizou tudo, mas era preciso convencer o presidente Costa e Silva a assinar o decreto. Então, quando o ministro da Casa Civil leva os decretos do dia para serem assinados, apresentando primeiro o decreto de criação da Universidade do Rio Grande, que seria a cidade natal do presidente, ele fica entusiasmado com a ideia e assina. Ainda exultante pela lembrança, Rondon apresenta o decreto da UnU para ser assinado, e Costa e Silva assina os dois decretos juntos.

Há uma certa ingenuidade em pensar que a criação de uma Universidade se dá assim, pelo bom humor do presidente, devido a um estratagema de seu ministro. Dentro do contexto da Reforma Universitária, a expansão de cursos e Universidades era acompanhada com a atenção pela ditadura. Por mais que a ação ocorresse concretamente com o aumento de Escolas Isoladas, diferentemente do preconizado por lei, as Universidades foram um investimento do período. O depoimento de Rondon Pacheco ao livro e o entendimento já discutido na seção 1 apontam, sim, para uma relação de criação em conjunto com uma Universidade gaúcha. O interlocutor no caso é Tarso Dutra, e não o próprio presidente. Outro ponto importante é que a Universidade criada fica na cidade de Rio Grande, mas Costa e Silva é natural de Taquari, RS, e Tarso Dutra é nascido em Porto Alegre, mas cresceu em Santa Maria, cidades com Universidades mais antigas que a UnU. Ou seja, ainda que o Rio Grande seja importante politicamente para Costa e Silva e Tarso Dutra, não é a terra natal de nenhum dos dois. Wilson Ribeiro chega a citar o Decreto-Lei 761, que trata da relação de trabalhadores safristas, e o Decreto-Lei 762, que aborda a criação da UnU. Objetivamente, só dias mais tarde é que a Universidade Federal do Rio Grande tem o Decreto-Lei nº 774 de 20 de agosto de 1969 editado. Adiante, quando o processo de federalização for tratado mais uma vez, o mito fundador ajudará a criar uma trama que ajuda a justificar o processo.

Os informantes retomam como memória parte do que já foi levantado nesta tese: o funcionamento das Escolas Isoladas de maneira autônoma, mesmo quando já reunidas em Universidade. Ainda que a reitoria existisse, no início a forma como a Universidade foi constituída a deixava em segundo plano. A fala do ex-reitor Juarez Altafin, reproduz um diálogo feito em Brasília, no gabinete da Casa Civil:

Fui convidado a participar de uma reunião no gabinete da Casa Civil da Presidência da República, juntamente com Dr. Genésio de Melo Pereira. No gabinete estavam presentes o Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, o Dr. Genésio e eu. Então o Ministro disse ao Rondon Pacheco: - 'Olha, Ministro, o que vocês querem com esse estatuto não é uma Universidade, porque não se concebe uma Universidade com autonomia administrativa e financeira.' Expliquei que sem aquela estrutura algumas Escolas não aceitariam a Universidade, ou pelo menos uma Escola não aceitaria. Tarso Dutra disse: '- Bom, se é assim vamos aprovar este estatuto, mas não é uma

Universidade, depois vamos consertar.’ E assim nasceu nossa Universidade, com grave quisto de origem (Caetano; Dib, 1988, p. 64–96).

Essa questão vai perdurar até a Universidade ser federalizada e um novo estatuto ser aprovado. Juarez Altafin cita a resistência firme de pelo menos uma Escola, sem citar qual. Mesmo que não seja a única menção, em nenhum momento fica evidente, de forma direta, qual seria ela. Contudo, pelo menos em duas ocasiões a Faculdade Federal de Engenharia se valeu da ideia de unidade completamente autônoma dentro de Universidade: a primeira já foi apontada na seção 2 e trata da questão levantada pela Engenharia no processo de federalização. No livro, é apresentada como o medo de “desfederalização”, tratada também na fala de Juarez Altafin. A aparente incoerência do medo de deixar de ser mantida pela União, em meio ao processo pelo qual toda a instituição passaria a ser federal, é justificada pelo processo político para tal; um processo permeado por avanços e recuos, o qual envolvia a proposta de um novo estatuto, que ficou em discussão e só depois da efetiva federalização foi aprovado. A segunda ocasião refere-se a uma verba enviada à UnU pela União, que seria utilizada para a construção de um Restaurante Universitário (RU) e que, pela ação da Faculdade Federal de Engenharia, passou para sua administração, sendo usada exclusivamente em seus cursos, como apontado no depoimento de José Pires de Oliveira, nas páginas 100 e 102. Essas indicações levam a crer que essa posição de autonomia necessária mesmo dentro de uma Universidade deve ter sido levantada pela Faculdade Federal de Engenharia. Por um lado, como disse Tarso Dutra, essa proposta aponta que a UnU não seria uma Universidade de fato. Por outro lado, manter o dinheiro da União somente na Escola Federal fazia com que o dinheiro público se aplicasse apenas na porção pública.

Segundo o MEC, portanto, a UnU não nasce uma verdadeira Universidade; também nasce com um processo político que suprimiu caminhos burocráticos internos ao próprio ministério. No depoimento de Antonino Martins da Silva Júnior, páginas 110 a 114, o professor afirma que muitas vezes ao se dirigir ao MEC ouvia que deveria na realidade procurar quem criou a Universidade. Desse modo, a criação da UnU, ainda que evidentemente tenha sido formalmente aceita pelo Ministro da Educação, não foi tão harmoniosamente conduzida por Rondon Pacheco, como a Irmã Ilar Garotti conta em sua citação presente nas páginas 105 a 107.

A forma pouco usual de organização da UnU fazia com que o dinheiro e a administração real estivessem alocados nas faculdades, que liberavam um pouco de verba para o funcionamento da reitoria. No início, esta funcionou apenas com o reitor, um secretário, José Pires de Oliveira – que trabalhou voluntariamente – e a funcionária Irinéia Calado. É possível que o início do Acervo SEGER, cerne da seção 2, tenha sido iniciado pelos dois últimos. Ainda

que Juarez Altafin tenha se tornado reitor a partir da renúncia temporã do primeiro que ocupou esse cargo, Domingos Pimentel de Ulhôa, é ele que ocupa a maior parte do mandato. Em seus oito anos nessa posição, procurou construir uma administração mais centralizada e dar função real à reitoria. Apesar de ter tido relativo êxito, é somente com a federalização e a aprovação do estatuto de 1978 que a reitoria passa a atuar de forma a sobrepor o poder das faculdades isoladamente.

Em relação à federalização da UnU, os embates e os procedimentos necessários para que, como Tarso Dutra afirmou, se consertasse a Universidade foram travados ao longo do tempo e das tensões internas. Foi preciso que paulatinamente cada faculdade passasse seus patrimônios para a instituição, e alguns deles estavam em nome da pessoa física de seus patronos. José Pires Oliveira, em seu depoimento na página 338, explica que inicialmente a reitoria funcionou em duas salas no centro cedidas por Domingos Pimentel de Ulhôa. Ilar Garotti, nas páginas 105, 106 e 107, narra o processo interno das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado para doação do patrimônio em nome da congregação à UnU. Nesse quesito, os depoimentos do primeiro capítulo levam a crer que o processo pode ter sido perpassado por dificuldades burocráticas, mas que foi feito de forma voluntária e abnegada pelos dirigentes das faculdades. Em capítulos posteriores, serão discutidos os resquícios da UnU inicial e de faculdades independentes e autônomas presentes na fala, por exemplo, de Wilson Ribeiro da Silva, nas páginas 231 e 232, que conta que havia a indagação se a Universidade tinha um hospital ou se o hospital tinha uma Universidade.

Os depoimentos do subitem “A Federalização” giram em torno de três eixos. O primeiro, de forma recorrente, remete ao medo de “desfederalização”, manifestado por parte da Faculdade Federal de Engenharia, que seria infundado. Com os depoimentos sendo feitos de forma retrospectiva durante o período em que a Universidade já era federal, faz muito sentido tal afirmação. No entanto, o depoimento do reitor que conduziu, dentro da perspectiva interna, a federalização, Gladstone Rodrigues, afirma em seu longo depoimento, entre as páginas 117 e 128, que a privatização da Faculdade Federal de Engenharia chegou a ser cogitada pelo ministro Ney Braga. A resistência, portanto, não era sem fundamentos.

O segundo ponto foi o argumento que a Universidade sempre fora federal. Esse ponto algumas vezes remete ao mito fundador da UnU, quando os informantes alegam que a instituição sempre fora federal, seja por ato de origem, seja porque a Universidade “irmã” nunca teve seu caráter federal questionado. Ilar Garotti, nas páginas 105 a 107; Gladstone Rodrigues da Cunha Filho, nas páginas 117 a 128; e Wilson Ribeiro da Silva, na página 116, fazem afirmações nesse sentido. Wilson Ribeiro afirma ter ouvido de comissões do MEC que, quando

a UnU fosse realmente uma Universidade, ela seria federal, ideia que retoma a fala de Tarso Dutra de que o que se criara com a UnU não era uma Universidade. A comparação com a Universidade Federal do Rio Grande não é adequada devido ao caráter de formação *sui generis* da UnU, que em certa medida nasceu com o nome de Universidade sem de fato ser, o que não ocorreu com a UFRG.

O terceiro eixo era a necessidade de adequação à legislação vigente, que não permitia a aprovação de projetos que significassem aumento de despesa. Como seria possível federalizar a Universidade sem que orçamento federal fosse afetado? Foram necessárias muitas discussões, adequações e acordos. A primeira mudança foi a distribuição do dinheiro destinado pela União, que era exclusivo para a Faculdade Federal de Engenharia, e passou a poder ser aplicado em ações que beneficiassem a Universidade em si. Isso ocorreu quando o Departamento de Assuntos Universitários (DAU) estava sob responsabilidade de Edson Machado, o responsável por parte do MEC para articular a federalização. O diretor do departamento afirma, entre as páginas 128 e 135, que a UnU sempre fora federal, tal qual argumentavam Ilar Garotti e Gladstone Rodrigues. O segundo ponto importante para a adequação foi que, sendo uma quantia significativa dos recursos da UnU originadas no orçamento da União, além da parte da Faculdade Federal de Engenharia, o convênio realizado entre a EMECIU e o INPS passou a garantir um grande aporte de dinheiro público federal. Havia também outros recursos que não ser modificariam, como convênios variados de outras faculdades e a produção agropecuária, com oferta de serviços à comunidade interna, por exemplo fotocópias. Para terminar, um acordo final foi feito com o MEC: quando federalizada, a UnU deveria continuar cobrando mensalidade dos alunos e não poderia haver RU.

A cobrança de mensalidade em Universidades Federais esteve presente em toda a discussão que deu origem à Lei 5549/1968, a Reforma Universitária. Anuidades e taxas de matrícula, que eram cobradas nas instituições públicas, sem embargo, a valores mais altos distribuídos em mensalidades, sempre sofreram resistência para serem aplicadas. Para o MEC, a UFU poderia servir de exemplo, sendo a primeira a cobrar mensalidades mesmo sendo federal. Contudo, o plano acabou não sendo efetivado pela resistência interna dos estudantes da UFU e de certa forma pela resistência estudantil geral sobre o assunto. Homero Santos narra na página 21 o episódio ocorrido com o ainda candidato João Figueiredo: ele foi levado a prometer o fim da cobrança de mensalidades na UFU, o que cumpriu apenas cinco dias após sua posse. Vale lembrar que a UFU se federalizou em 24 de maio de 1978, e Figueiredo assumiu como presidente em 15 de março de 1979. O interregno é de menos de um ano, mas era emblemático que uma Universidade pública federal cobrasse mensalidade de forma única no país. A outra

promessa, de não construir um RU, demorou mais para ser descumprida. Esse processo é apresentado mais adiante no livro.

Edson Machado pondera:

Sempre achei que a Universidade de Uberlândia poderia ser um exemplo para outras Universidades no Brasil, porque ela já nasceu de um esforço da comunidade no sentido de obter meios de sobrevivência. Sempre pareceu que uma boa Universidade, além de receber verbas do governo federal que se destinaria principalmente para manter seu pessoal, a sua carreira docente, ela também poderia captar recursos da comunidade (Caetano; Dib, 1988, p. 225).

A fala do diretor da DAU durante a federação indica que a defesa dos dirigentes da Educação Superior era de uma Universidade só parcialmente financiada com o dinheiro público, o que coaduna com a linha dos relatórios Meira Matos e do próprio GTRU, já discutidos na seção 2. Embora essa fala esteja dirigida à UFU de 1978, proferida em 1987, o pensamento sobre o financiamento das Universidades através da “comunidade” – cobranças aos alunos – nunca deixou de circular. Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/2019, de autoria do ex-deputado General Pertenelli (PSL-SP), que visa instituir a cobrança de mensalidade em Universidades Federais, mantendo a gratuidade somente para alunos carentes. Hoje, a proposta está parada na Comissão de Constituição e Justiça, que é a primeira fase de tramitação. Observa-se que a gratuidade do Ensino Superior nas instituições federais não é ainda ponto de entendimento comum. É preciso ponderar que a estrutura de uma Universidade é complexa e demanda muito investimento; a cobrança de mensalidades não iria mitigar de forma expressiva as dificuldades de financiamento. Essa discussão também perde parte importante de um argumento que a justifica: a Universidade Federal atenderia principalmente a famílias abastadas. Nas últimas duas décadas, elas foram paulatinamente perdendo essa característica, e hoje pelo menos 50% de suas vagas estão destinadas à população de baixa renda pelo sistema de cotas.

A UFU no Imaginário Social tem como característica muitas vezes voltar à ideia de seu passado, mesmo quando o foco deveria ser o presente. A citação da página 225 é um exemplo, pondera sobretudo sobre o passado, mas o capítulo que se encontra é o que caracteriza a Universidade no momento do livro. Dessa forma, a reconstituição histórica anterior a 1988 segue aparecendo, mas o foco muda. É a Universidade efetiva daquele tempo que vira a referência. A seguir, será abordado o segundo capítulo: “A Universidade a procura de caminhos”.

3.1.4.3 Considerações sobre as possibilidades historiográficas: representações da comunidade acadêmica

O capítulo II é subdividido em tópicos que se referem à constituição da Universidade: Estrutura administrativa; Pesquisa; Ensino; ESEBA; Escola Técnica de 2º Grau; Biblioteca; Recursos Humanos; Universidade-empresa; Entidades representativas; A política educacional; e a Universidade. Ainda que seja essa a organização dada pelas autoras, para a análise os tópicos serão tomados em conjunto. A decisão de sublimar a divisão interna própria do livro se dá para melhor perceber assuntos recorrentes e, também, porque nem sempre as citações nos subitens utilizam a lógica que remetem seus títulos. Talvez o exemplo mais vívido seja o do quadro da pós-graduação em 1988, que aparece em uma citação de “Ensino” e não de “Pesquisa”. Assinala-se que ainda que o trabalho da pós-graduação fosse tímido na Universidade, no período ele já existia, contudo, no tópico “Pesquisa”, não foram apresentadas falas de pós-graduandos, ainda que entrevistas com alunos de graduação tenham sido feitas.

Os três primeiros subitens – Estrutura administrativa, Pesquisa e Ensino – possuem temas que se inter cruzam. Em relação ao primeiro, é possível perceber duas posições recorrentes e uma constatação. Há argumentos que apontam para o benefício de uma administração mais centralizada. O vice-reitor Geraldo de Carvalho, na página 150, afirma que a UFU é de médio porte e que isso é bom, pois se fosse um pouco maior já não seria possível uma administração eficiente por parte do reitor. O sistema de órgãos colegiados também é questionado em algumas citações. Juarez Altafin, entre as páginas 146 e 149, afirma que há duplicidade de poder. Os departamentos são questionados por, supostamente, serem mais fortes que instâncias superiores na administração interna. Outros argumentos apontam o oposto, que a UFU ainda estaria estruturada sob os resquícios da ditadura, como afirma a professora Maria Cristina nas páginas 163 e 164. A professora Carmelita Vieira dos Santos, nas páginas 162 e 163, reconhece as origens autoritárias, mas pondera que a Universidade vem se transformando para melhor. A constatação geral é que a Universidade está em crise:

Acho que estamos atravessando um momento dos mais difíceis da Educação Brasileira. A Universidade em crise, inclusive, crise de identidade, está procurando um caminho, está vivendo todos os conflitos sociais que se refletem internamente em nossa instituição, pois esta é um espelho da sociedade. Estamos em uma fase de transição política e social do país. A Instituição está tumultuada em função disso. Da mesma forma que a sociedade está procurando um caminho, a sociedade universitária – a comunidade acadêmica, a comunidade dos servidores e a de alunos – também estão à procura de um caminho, à procura de uma adequação, a essa sociedade que está se desenvolvendo (Caetano; Dib, 1988, p. 141).

Esse é o parágrafo de abertura do capítulo, cujas palavras são do então reitor Ataulfo Marques Martins da Costa. O balanço da situação, que atribui à crise da sociedade a crise da UFU, não é descabido, mas precisa ser entendido à luz da própria constituição histórica da UFU. A primeira década possuía particularidades e disputas internas que colocavam em xeque seu status como Universidade, pois o poder foi das antigas Escolas Isoladas para a reitoria. Também precisou se adaptar formalmente para que ocorresse a federalização em 1978. Desde 1974, o país vivia a chamada distensão, a pretensa preparação para a volta ao Estado Democrático de Direito, controlada pela própria ditadura.

O general João Figueiredo foi o último presidente militar do país e governou entre 1979 e 1985. Ficou conhecido pela sua fala contraditória em relação ao processo de abertura política: “É para abrir mesmo. E quem quiser que não abra eu prendo. Arrebento. Não tenha dúvidas” (Acervo O Globo, 2023?, primeira página), proferida ainda no período de campanha. Esse foi o real tom do período de distensão. Seu governo foi marcado por passos em direção à redemocratização, mas passos cautelosos, como a Lei da Anistia, de 1979, que não diferenciou agentes estatais de repressão do cidadão comum. Além disso, havia a profunda crise econômica ao término de seu governo, com alto índice de inflação. Em 1985, assume o primeiro presidente civil desde o golpe de 1964. O eleito foi Tancredo Neves, porém sua morte forçou que José Sarney assumisse o poder.

José Willington Germano (1993) explica brevemente as relações entre sociedade civil e regime militar e suas modificações:

Primeiro são os militares que procuram apoio na sociedade civil, num momento em que essa não tinha força suficiente para pressionar o Regime em favor de uma abertura política. O próprio Regime, portanto, em função de desavenças no bloco do poder abre frestas à participação da sociedade civil. Depois, são as classes dominantes – quando ocorre a explosão da sociedade civil a partir da segunda metade da década de 70 – que se incorporam gradativamente às mobilizações contra a ditadura e acabam por hegemonizar o próprio movimento das ‘Diretas Já’ em 1984 e conduzem a eleição – no Colégio Eleitoral – de Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985, instituindo a ‘Nova República’ numa evidente manobra ‘pelo alto’ (Germano, 1993, p. 212–213).

Mesmo com as classes dominantes passando a entender que a manutenção de seu poder passava pelo retorno à democracia a relação com a sociedade civil e o governo militar não era estanque. Crivada de contradições e de disputas internas não lograram, ou não se comprometeram a ponto da emenda Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas já para o mandato subsequente de Figueiredo fosse aprovada. A solução “pelo alto” era bem-vinda porque de certa forma permitia uma saída aos militares em seus próprios termos.

Ainda que nas décadas de 1980 e 1990 esse passo tenha sido encarado como final da ditadura, o questionamento se uma eleição indireta por um legislativo ligado ao regime poderia ser a referência para o retorno democrático surgiu. Primeiro timidamente, depois, conforme o entendimento de que a ditadura foi cívico-militar, ou pelo menos empresarial-militar, foi ganhando maior validação, o incômodo com a data ficou mais evidente. Motta (2014) argumenta que a ditadura pode ser considerada cívico-militar, mas que o governo inequivocamente era militar. De toda forma, o desconforto com a baliza da eleição indireta como final da ditadura permanece, ficando somente a certeza do término do governo militar. Contudo, é ainda sob o governo de José Sarney que ocorre um marco mais bem definido para definitiva retomada do período democrático: a Constituição de 1988.

Nesse ponto, há um marco temporal importante, pois o livro é escrito e a maior parte das entrevistas são feitas em meio à agitação política da eleição dos deputados constituintes, ocorrida ao final de 1986, dos trabalhos e disputas pertinentes e da circulação constante de informações sobre o assunto na mídia. Ainda assim, a Constituinte mal aparece. A referência direta é feita em uma citação, a primeira, seguindo o raciocínio de Renato de Freitas, já apresentado, de que o coronelismo seria mais representativo que a atual ação política: “Hoje se vamos buscar uma verdadeira liderança na Assembléia Constituinte, o que vemos? Nada, ou muito pouco” (Caetano; Dib, 1988, p. 6). Esta é a menção do livro: duas frases que não são elogiosas. Seja como aquelas que construíram o roteiro (ou roteiros) de entrevista, seja como curadoras das falas coletadas, as autoras deixaram de trazer essa questão para o livro, mesmo dedicando um subitem às políticas educacionais. No entanto, o clima de transição, de passagem de ditadura para a democracia transparece de outras formas. Observam-se os resquícios do governo militar quando muitos entrevistados utilizam a palavra “revolução” ao invés de “golpe”.

O pano de fundo no período dentro da UFU era a disputa em curso sobre o tamanho e o significado da estrutura administrativa. Advogava-se a favor de uma desburocratização, isto é, de estruturas mais simples, ao mesmo tempo que parte dos professores entendiam uma administração centralizada, com mais poder para a reitoria mais conveniente que instâncias colegiadas, ainda que o Conselho Universitário fosse desde sempre a instância máxima da instituição. Ocorre que entre 1969 e 1988 a composição desse conselho já se alterara, mais pessoas participavam. Alguns docentes, no entanto, tinham a ideia de que era preciso acabar com as estruturas herdadas da ditadura.

O volume de trabalho e a quantidade de pessoal envolvido na administração eram alvo de questionamentos. Havia os que já advogavam, como se faz hoje¹⁸, a favor da importância do trabalho administrativo para o profissional docente. Também se questionava a razão de tanta relevância e tantos investimentos na administração e se quem de fato erige a Universidade seriam os professores, especialmente porque no período o professor da UFU era sobretudo responsável por dar aulas. Nesse sentido, as falas desconsideram que aqueles com cargos administrativos também eram professores.

Essa questão aparece em “Pesquisa”, em que a discussão se volta sobretudo ao financiamento, especialmente quando comparado ao que era usado na administração com o disponível para investigações. De forma geral, a pesquisa é apresentada como tímida na Universidade como um todo, mas dava passos para torná-la maior e mais significativa. Nessa época, o número de doutores, profissionais com maior treinamento em pesquisa, não era alto entre os professores. Há uma entrevista que de maneira clara associa pesquisar com qualificação docente *stricto sensu*, a da professora do Departamento de Geografia Marilena Schneider:

Hoje, temos 21 professores e destes, 11 já com mestrado concluído, 4 professores estão em processo de mestrado. Portanto brevemente teremos 15 mestres. Destes, 4 estão fazendo doutorado, sendo que 2, até o final do ano terão defendidos suas teses. Vejo que a situação mudou, não é mais a mesma de 1980, quando tínhamos um grupo de professores que não possuía qualificação (Caetano; Dib, 1988, p. 168).

O tempo evocado pela professora é relativamente curto, de 1980 a 1988, quando dá a entrevista. Mesmo assim, ela assinala não só mudanças, mas também algum tipo de planejamento e esforço para qualificação docente. Quase dois terços dos professores já eram ou brevemente seriam mestres e 4 outros professores estavam em processo de doutoramento, demonstrando que pelo menos nesse departamento a busca por qualificação tinha força. Outro professor do Departamento de Geografia, Luiz Nishiyama, responsável pelo Museu de Minerais e Rochas, na página 178, é o único que trata da característica essencial da Universidade brasileira, legalmente expressa na Carta Magna de 1988: o fato de que ela deve se alicerçar em ensino, pesquisa e extensão. Ainda que a amostra seja pequena, de dois informantes dentro de um departamento com 21 professores, as entrevistas indicam que pelo menos ali havia discussão sobre o papel da Universidade e sobre a formação docente.

Há, também, avaliações bastante duras, destacando o que afirma José Olympio de Freitas Azevedo: “Acho que a UFU é fundamentalmente uma entidade que fornece diplomas.

¹⁸ Kalinowski (2019) apresenta esse questionamento de forma hodierna.

Não creio nem que ela forneça grande competência, fornece diplomas” (Caetano; Dib, 1988, p. 174). Sua fala discorre sobre a falta de avaliação da instituição tanto quanto sobre a dificuldade de pesquisar.

Das dezenove citações do item “Pesquisa”, cinco são de estudantes, que reforçam a ideia de que a pesquisa é tímida e que os alunos quase não têm oportunidade de se envolver em projetos desse tipo. O presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da gestão 1983/1984, Thomé Freitas Caires, nas páginas 182 a 184, cita não só a falta de oportunidade, como também advoga que os estudantes possam ser remunerados em projetos de pesquisa. A lógica apresentada nas falas dos alunos transparece uma ideia humboldtiana, na qual a Universidade é lócus para a pesquisa e que a pesquisa é meio didático de ensino (Kalinowski, 2019).

Ainda sob o escopo da pesquisa, Caetano e Dib escolheram citações de duas iniciativas da UFU. Uma delas é a fala do professor do Departamento de Economia, Roberto Cury Sampaio:

O centro de documentação e Pesquisas Sócio-Econômicas (CEPES) surgiu em 1977 como órgão de apoio às áreas sociais, econômicas e administrativas, com a função de manter um banco de dados voltado para essas áreas e, consequentemente, subsidiar decisões, sobretudo a nível local, empresariais e públicas (Caetano; Dib, 1988 p. 184).

O Centro de Documentação e Pesquisas Sócio-Econômicas (CEPES), em *A UFU no Imaginário Social*, aparece em diversas falas do capítulo IV. Representantes patronais e sindicais vão citá-lo como um instrumento eficiente na relação da UFU com a comunidade. Outra iniciativa citada é o NUHCIS, com três entrevistados diferentes.

O quadro possível de se formar com o item é que a UFU possuía problemas de financiamento de pesquisa. Ela vinha de uma tradição na qual o docente era contratado sobretudo para lecionar, e a pesquisa estava em segundo plano, apesar de paulatinamente estar buscando dar à pesquisa um destaque maior. Como já apontado, na época a Universidade estava em crise, e um dos argumentos era que seu custo era alto para pouco retorno. Atuar de forma consistente em pesquisa e extensão era uma forma de se contrapor a esse argumento. A extensão universitária já estava bastante presente via prestação de serviços, como já apontado quando a federalização foi analisada.

Um fato peculiar é que a pós-graduação *stricto sensu* não é mencionada no item “Pesquisa”. Apesar de estar apenas iniciando, no momento de escrita do livro já havia dois

programas em funcionamento. Essa informação aparece na primeira citação do item “Ensino”, entrevista do então reitor Ataulfo Marques Martins Costa:

Em minhas gestões à frente da Universidade Federal de Uberlândia, conseguimos ampliar o número dos cursos de graduação e criar os dois primeiros mestrados da Instituição.

Inicialmente, foram criados os de mestrado em Engenharia Elétrica e em Engenharia Mecânica. A criação desses cursos veio em decorrência de um trabalho de base feito na UFU durante muito tempo. Foi necessário primeiramente que enviássemos um grande número de professores para os cursos de mestrado e doutorado para que pudéssemos, então, desenvolver a massa crítica necessária à criação desses dois cursos. [...]

Foram lançadas também as bases para mais dois outros cursos de mestrado, o de Educação e o de Letras (Caetano; Dib, 1988, p. 188–190).

É possível perceber que, apesar de a iniciativa inicial estar centralizada na Engenharia, o trabalho de preparo para que a UFU expandisse em direção ao *stricto sensu* estava presente em outros cursos/departamentos. Educação e Letras seriam os próximos a ofertar cursos de mestrado e, como visto na fala de professora Marilene Schneider, Geografia também qualificava seus professores.

O reitor Ataulfo Costa conta também o crescimento da graduação, com os cursos de Agronomia – o qual surgiu em decorrência de uma solicitação da comunidade, mais precisamente do sindicato rural –, de Ciências da Computação e Engenharia de Computação. É com ele que o ensino é tratado pela perspectiva de oferta de cursos. Os demais entrevistados vão versar sobre a qualidade ou o papel do ensino.

Illar Garotti vai dirigir sua fala entrelaçando com a questão administrativa:

Hoje vejo que a destinação de verbas para os cursos é muito pequena. Nós não temos conhecimento do orçamento total e o professor não sabe até onde pode ir, as decisões já vem tomadas: não pode isso, não pode aquilo. Então, o professor se inibe e não programa cursos de extensão (CAETANO; DIB, 1988, p. 190).

A ex-vice-reitora também faz uma fala em defesa da centralidade do aluno e do ensino na Universidade. Se o professor Luiz Nishiyama coloca a necessidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, também defende a qualificação docente através de programas de mestrado, doutorado e mesmo pós-doutorado, na página 178. Garotti não tem dúvidas de que o ensino é sem dúvida o centro da questão. Essa não é uma disputa de sentidos restrita à época. Como apontado na seção 2, a possibilidade de Universidade de pesquisa e Universidade de ensino se fortalece na década de 1990. Ainda hoje, as Universidades são socialmente discutidas pelo olhar da graduação muito mais do que pela perspectiva da pesquisa ou extensão, muito

embora a pesquisa no país esteja amplamente ancorada nos programas de mestrado e doutorado que se concentram em Universidades. No presente, a extensão universitária no interior da UFU passa por uma reconfiguração por meio do processo de curricularização, demonstrando que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, coroada em 1988 na Constituição, ainda busca formas de ser operacionalizada.

Para falar sobre ensino, três entrevistas de alunos são apresentadas, uma do curso de História, outra de Matemática e a terceira da Medicina. O aluno da História, Weber Abraão, afirma que no seu curso há projetos de ensino, pesquisa e extensão, contudo falta verba para a pesquisa, coadunando com as entrevistas do item “Pesquisa”. O aluno da Matemática, Garibaldi de Souza, também questiona a distribuição de verbas dentro da Universidade. Além disso, faz uma crítica aos docentes: “Mas isso também é um problema dos professores, é preciso melhorar o nível deles, é preciso mudar a maneira de admiti-los, porque aqui tem professores que nem sei como lecionam” (Caetano; Dib, 1988, p. 193). Sua fala encontra eco na entrevista seguinte, da aluna da Medicina, Sueli Rodrigues Brito, que é ainda mais contundente em seu questionamento sobre a didática e o conteúdo. Segundo ela, nem sempre eram úteis, e a avaliação não era feita necessariamente com o que estava disposto em aula.

Percebe-se que, ainda que segmentados, os itens se relacionam e as temáticas se repetem, como a do financiamento e da organização da universitária, por mais que o foco seja na área que dá título ao item. A partir desse ponto, os itens são especializados em “frações” da Universidade: a ESEBA, a Escola Técnica de 2º Grau e a biblioteca. Cada eixo é apresentado historicamente e com algumas considerações de alunos. Em relação à biblioteca, é importante notar que são dois apenas os informantes, um que trata da relação dela com a administração e outro que fala do entendimento mais plural para a ocupação de seu espaço para manifestações culturais e como isso não parece ter grande aceitação na comunidade. No último caso, a fala é referente à biblioteca do Campus Umuarama. Em outros trechos do livro, o tema biblioteca é retomado, seja em relação ao campus de Educação Física, onde ela não ocuparia o local mais adequado, seja no embate político para a construção do RU, que utilizou verbas antes destinadas a ela. Esse espaço acaba tendo sua compreensão espalhada por outras partes de *A UFU no Imaginário Social*.

O item “Recursos Humanos” começa com a entrevista com o então diretor da área de relações trabalhistas da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, Antônio Carlos Freitas da Silva. Sua fala começa exaltando a passagem das relações de recursos humanos para uma organização enquanto pró-reitoria. Em seguida, tece uma crítica às políticas para a área, que viriam prontas do governo federal e sofriam mudanças a cada novo governo. Outras onze entrevistas são

apresentadas. Três delas são de professores que consideram que as condições de trabalho não eram boas e/ou que viriam se deteriorando com o tempo. As demais são de funcionários de diversas áreas, quase todos com a identificação de posto de trabalho bem definidos, exceto Alzerico da Silva, que simplesmente aparece com “Fazenda Capim Branco” em sua identificação de local de trabalho. Dois dos seus colegas, ainda que anônimos, constam como funcionários do posto agrícola Fazenda Capim Branco. Há ainda um carpinteiro da Fazenda Glória, um zootecnista da Fazenda Experimental do Glória, um funcionário do setor de obras, um analista de sistema e a responsável pela creche do Campus Umuarama. As falas são relativamente uniformes, dizendo que faltam condições de trabalho, e a questão da alimentação tem destaque. No geral, todos contam sobre suas dificuldades com o transporte feito através de caminhões ou sobre como o trabalho está configurado. O analista de sistemas, na página 212, que não tem identificação, diz que a natureza do seu trabalho é insalubre por estar o dia todo em uma sala com um computador. Marize, nas páginas 211 e 212, a responsável pela creche, conta que com a falta de pessoal as funções nunca são executadas como deveriam, e a prioridade são os cuidados elementares, como se fossem babás.

Destaca-se que não aparece nenhum critério para a escolha dos funcionários entrevistados e apresentados no livro. Os trabalhadores das fazendas aparecem com cinco entrevistas, enquanto a área de saúde, que concentra funcionários, tem duas entrevistas, de professores apenas. As ausências, portanto, são sentidas: nenhum profissional da limpeza e segurança, das secretarias ligadas à reitoria e às pró-reitorias, dos técnicos de laboratórios, das telefonistas, entre outros. Para um livro que objetiva se tornar fonte de outras pesquisas, a seleção privilegiando alguns setores e as ausências sem qualquer justificativa são incoerentes, porque não explicam sua parcialidade. A questão não é de amostras ou de decisão de recortes, e sim da possibilidade de entender essas opções no livro enquanto fonte.

O item a seguir tem o sugestivo nome de “Universidade empresa”. Conta com três gráficos e uma tabela. As fontes dos gráficos são pequenas e as informações são difíceis de ler. O primeiro gráfico analisa as fontes de recurso da instituição entre 1977 e 1987; o segundo trata das divisões do orçamento enquanto custeio no mesmo período; o último gráfico trata da divisão das despesas. A tabela trata de uma comparação de gastos entre as Universidades fundacionais no país. Todos os gráficos e a tabela foram elaborados pela Pró-Reitoria de Planejamento. É um item com 48 citações distintas, duas delas são publicações tomadas como entrevistas.

A discussão desse item está centrada na questão do orçamento. Deixa-se claro que a ideia de uma instituição que conta com recursos robustos vindo da comunidade não era mais realidade em 1988, como se fizera crer durante a federalização na década anterior. Explicam as

dificuldades em obter recursos federais, que são concedidos através de movimentos políticos. É apresentada a questão do discurso da União de que as Universidades eram caras e dariam pouco retorno à sociedade. Aparecem com bastante destaque as fundações presentes da Universidade. O professor Nestor Barbosa e o contador Fernando Lasmar fornecem o panorama. Nestor Barbosa define as fundações como sendo de direito privado, cuja função é viabilizar a Universidade pública através de convênios, por exemplo. Explica também que a estrutura atual partiu da Fundação de Assistência ao Estudo e Pesquisa de Uberlândia (FAEPU), que era ligada à EMECIU e que incorporou seu patrimônio. Como o nome sugere, a fundação prestaria serviço a toda a Universidade, mas, como sua origem era extremamente ligada a uma escola, isso acarretava problemas políticos. Dessa forma, a solução encontrada foi dividir parte do patrimônio da FAEPU em porções que dessem origem a outras fundações e, de forma segmentada, mantivessem o fomento da Universidade, tornando a FAEPU ligada somente à EMECIU.

Em 1988, havia, além da FAEPU, outras cinco fundações: Fundação de Assistência ao Estudante (FAESU); Fundação de Apoio Universitário (FAU); Fundação Cultural (FUNC); Fundação de Desenvolvimento Agropecuário (FUNDAP); e Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia (RTU). O livro destacou uma ação da RTU: no início dos trabalhos da TV Educativa, a princípio como repetidora da TV Cultura (São Paulo) e da TV Educativa (Rio de Janeiro), havia planos para conteúdo próprio, usando, além de entrevistas convencionais, a notícia veiculada em 29/04/1988 pelo Jornal da *Assessoria de Comunicação* da UFU sobre o tema. A FAESU é contextualizada por Nestor Barbosa como uma iniciativa para romper de vez com as amarras da ditadura. Conta que foi através dela que, enfim, o RU foi construído. Explica também que, apesar de a construção do equipamento ser diferente de outras instituições federais, o da UFU não contava com subsídio federal; seu preço, portanto, era o de custo. Na seção seguinte, “Entidades Representativas”, um estudante faz o balanço de que o RU não foi uma vitória real, mesmo que fosse uma reivindicação estudantil, porque sua construção foi feita a partir da arrecadação da taxa de matrícula, que antes era destinada à biblioteca, além do preço, que não era naquele momento subsidiado. Transparece uma disputa política que, para atender a uma demanda estudantil, não ouve os próprios discentes. O RU reclamado era aquele que funcionasse como em outras Universidades Federais, construídos com recursos que não fossem retirados de outro equipamento importante para os estudantes. No entanto, não só Nestor Barbosa como outros informantes apresentam demais trabalhos da FAESU, que financiava todo o atendimento estudantil.

Mais uma vez retomando a compreensão de Universidade, especificamente da autonomia universitária, discutida ainda na seção 2, a entrevista da professora Marly Bernadete de Araújo aborda a questão:

A legislação que fundamenta a estrutura universitária diz: ‘a Universidade terá autonomia didático-científica, administrativa e financeira’. Só que nós sabemos que essa autonomia fica presa pela questão da verba, a qual dificulta a efetivação da autonomia acadêmica, pois se você não tem recursos para comprar equipamentos, você não tem como montar laboratórios equipar bibliotecas, contratar docentes, reciclar pessoal. Ao mesmo tempo, ela é barrada também por legislações do governo, quer dizer, o governo diz através da legislação que a Universidade tem autonomia, mas solta leis que toham essa autonomia. Então eu imagino que essa autonomia poderá ser maior por questão legislativa, mas ela tem que ser maior também por conquista interna da Universidade (Caetano; Dib, 1988, p. 225 e 230).

Essa citação abrange todo o recorte da fala da professora apresentado pelas autoras no livro. Destaca-se, além do conteúdo da relação Universidade-empresa com a autonomia universitária, a forma como a entrevista foi disposta no livro. A parte inicial está na página 225, até onde está a palavra “diz”, e a frase é retomada somente na página 230, com a conclusão da entrevista. Nas páginas 226, 227, 228 e 229, estão o terceiro gráfico e a tabela do item. O leitor, portanto, precisa perpassar quatro páginas para encontrar o final da frase que está lendo.

A citação também é a única que coloca a questão de financiamento dentro da lógica da autonomia universitária, fazendo a análise também pelo viés de definição do que é Universidade, e não somente pelos canais de financiamento, apontando possibilidades de ampliação. A questão passa a girar em como se constrói uma Universidade como tal em relação a sua manutenção financeira. A professora Marly Araújo aponta também um caminho dialético, no qual a solução se encontra na ação interna da instituição em relação aos parâmetros legais.

A última citação de “Universidade-empresa” é um manifesto conjunto do Diretório Central de Estudantes (DCE), da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU) e da Associação dos Servidores da UFU (ASUFUB) em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade. Esse recorte faz uma ponte com o item seguinte, “Entidades Representativas”.

O reitor Ataulfo Martins da Costa, nas páginas 259 e 260, é o primeiro entrevistado. Sua fala reconhece a importância das entidades representativas, porém critica os que considera “radicais” ou que fazem “oposição a qualquer custo”. Essa é uma ideia partilhada por outros administradores entrevistados, como Nestor Barbosa. A estrutura do item segue primeiro falando da ADUFU, depois da ASUFUB e termina com o DCE. As associações dos trabalhadores têm em suas primeiras entrevistas sempre alguém que relata sua história.

Na ADUFU, houve disputa de formação entre os centros, um grupo de professores do Centro de Ciências Biomédicas e outro do Centro de Ciências Humanas e Artes, que se organizaram para disputar a direção da associação, a qual dava seus primeiros passos. Os grupos eram formados por pessoas de suas áreas, agregando conservadores e progressistas internamente. Através de uma intervenção do reitor da época, a eleição foi feita votando em nomes dentro da chapa, e não na chapa em si. Dessa forma, a direção foi feita pelos dois grupos, porém favorecendo os conservadores. As entrevistas acabam por se assemelhar e reafirmam a importância da associação. Seria só a partir da Constituição de 1988 que elas poderiam atuar legalmente enquanto sindicato. Há a compreensão de que a luta da organização docente era um veículo para que a UFU pudesse ser de fato Universidade.

A ASUFUB nasce como entidade organizada para promover recreação, para construir um clube e um restaurante e para promover o lazer entre os funcionários da UFU. Nesse ponto, ela congrega tanto docentes como os demais funcionários. Contudo, é o pessoal não docente que mais aparece como entrevistado, levando ao entendimento de que ela é, sobretudo, uma associação voltada a eles. Há a compreensão de que, a partir da gestão vigente na das entrevistas, o caráter da ASUFUB se deslocou de uma entidade de lazer para uma associação de cunho mais sindical, de defesa dos trabalhadores e das condições de trabalho. Essa mudança foi vista como bem-vinda.

Em relação ao movimento estudantil, o DCE é apresentado como um espaço esvaziado em relação ao momento anterior. O protagonismo do diretório estaria diminuindo e, se no processo de federalização possuía destaque, no presente estava uma crise. Tanto os dirigentes reclamavam que a participação era pouca, como os estudantes afirmavam desconhecer-lo ou consideravam que havia um hiato entre a entidade e os estudantes em sala de aula.

Nota-se que se a desmobilização estudantil era um problema em 1988. Quatro anos mais tarde, os estudantes conseguiram uma gigante mobilização em torno da nomeação do reitor eleito Nestor Barbosa, como visto na seção 2. Isso indica que o movimento estudantil se apresenta com ondas de fluxo e refluxo. Na visão de Motta (2014), apesar da enorme repressão ao movimento estudantil, da sua organização clandestina e do menor poder de mobilização durante a ditadura, os estudantes ainda eram vistos como uma força importante, por isso, se por um lado houve a repressão, por outro houve os movimentos de cooptação. Apresenta-se assim uma expectativa de que o movimento estudantil, mesmo que passe por momentos de esvaziamento, mantém-se potencialmente importante, e alterna períodos em que se expressa com mais ou menos força.

O capítulo é fechado com um item cujo nome não condiz com o conteúdo: “A política educacional e a Universidade”. Ele trata de política em um sentido amplo. Seus dois primeiros entrevistados são Homero Santos e Rondon Pacheco, representantes da política partidária. Rondon Pacheco, como apresentado na seção 1, ao falar da sua própria vida política de forma geral, cita outras ações e não a Universidade. As entradas em relação à política estão relacionadas com generalidades, algumas com a característica do “deveria ser”, assim como Homero Santos, que diz que “Temos que transformar nossas Universidades em centros de pesquisas que atendam às necessidades nacionais, em instrumentos de desenvolvimento e de independência intelectual” (Caetano; Dib, 1988, p. 284–285). Projetos políticos de Universidade são de fato o tema. Professores e alunos entrevistados vão por esse caminho. Os quatro docentes que aparecem apresentam ideias divergentes. José Olympio acaba por afirmar que a UFU sabe conduzir sua política de forma independente; Nestor Barbosa e Frederico Ozanam partilham a ideia de que a Universidade está em construção e não atingiu seus objetivos políticos ainda, mas que caminha para isso; e a professora Maria Cristina faz uma avaliação dura:

Antidemocrática, essencialmente elitista, muito pouco integrada na realidade da Universidade, ou pelo menos no ideal de Universidade que a gente tem. Muito distante da realidade brasileira, a UFU hoje ainda vive nos moldes da Fundação Universidade de Uberlândia, de 20 anos atrás. Ela está totalmente distante do que é hoje uma Universidade, dentro de um contexto socio-econômico-político que o país vem atravessando (Caetano; Dib, 1988, p. 287).

É possível perceber um exagero na fala da professora, uma vez que nesses vinte anos muitas mudanças já estavam consolidadas: as Escolas Isoladas não mais marcavam a organização, havia centros agrupando departamentos e cursos, a Universidade passara a ser federal, entre outras mudanças significativas. É provável que a professora identifique não manutenções concretas na organização da UFU, mas um conjunto de costumes e entendimentos que permaneciam emanados da organização primária da UFU. A fala também carrega a perspectiva partilhada por todos os depoentes de uma certa ideia de Universidade, do “dever ser”.

O capítulo encerra com quatro entrevistas de estudantes. As suas falas são ajustadas num mesmo sentido, de decepção, com a vida universitária. O recorte mais eloquente é o que abre a citação de Jeter Luiz Gomes, presidente do DCE na ocasião: “A Universidade, para todo mundo que entra é um sonho dourado que se desfaz logo no primeiro contato” (Caetano; Dib, 1988, p. 288). Uma colega anônima do curso de Psicologia, na página 289, também não poupa a

Universidade ao dizer que ela parece um “colegião”, com muita teoria e pouca possibilidade de pesquisa. Tal qual os professores, observa-se uma dada ideia de como a Universidade deveria ser e de como a realidade não corresponde a esse ideal.

Este é um ponto importante: existe algum sentido partilhado nesse ideal manifesto por professores e alunos? Quanto dele é possível concretizar? Essas são perguntas apontadas não somente para a Universidade Federal de Uberlândia, mas para Universidade enquanto instituição de ensino. Seu alto grau de complexidade estrutural, com suas funções diversas e expectativas distintas, dentro e fora de seus limites, fazem com que qualquer resposta séria seja igualmente fundamentada nesses vetores múltiplos e não necessariamente coerentes entre si. Ao mesmo tempo, a escassez de trabalhos indica que há muito o que se pesquisar nesse sentido.

Essas são as questões suscitadas pelo final do capítulo que buscou apresentar as ideias de como a Universidade era naquele momento e para onde queria seguir. “A Universidade a procura de caminhos” buscou, ainda, basear-se em lembranças históricas, mas com forte carga do que se percebia no presente desse panorama. Foi com as críticas dos estudantes que as autoras terminaram o capítulo e apresentaram o próximo: “O espaço em questão”.

3.1.4.4 Considerações sobre as possibilidades historiográficas: um olhar para o espaço historicamente constituído

O capítulo III, “O espaço em questão”, inicia com a lembrança histórica da aquisição dos espaços das Escolas Superiores de Uberlândia. Nele, a lógica é a mesma apontada no capítulo I. Sobretudo, aparecerão os fundadores que ou cederão espaços particulares a princípio, ou serão os responsáveis pela arrecadação ou intermediação política para aquisição dos espaços físicos. Além disso, há a ideia de uma cidade que “colabora”, “ajuda” suas Escolas Superiores. Todavia, mesmo no período das Escolas Isoladas já se discutia na cidade a questão de uma cidade universitária. A matéria “A Cidade Universitária é esquecida”, do jornal *Tribuna de Minas*, de 13 de agosto de 1967, nas páginas 324 e 325, é apresentada como depoimento, e fala do abandono do projeto que propunha reunir as faculdades da cidade em um espaço único. Objetivamente, nem esse, nem qualquer outro projeto de campus único chegou a ser efetivado na UFU.

A Reforma Universitária de 1968 já foi alvo de análise nas seções 1 e 2, contudo urge reforçar que essa legislação da ditadura se inspirava em ideias “modernas” e de “progresso”, sobretudo aquelas manifestas no projeto da UnB, claro que com adequações aos interesses do regime militar. Assim, “cidades universitárias” ou campi únicos eram tidos como uma

necessidade. Já que a racionalidade do período – especialmente com Darcy Ribeiro, um dos idealizadores da UnB, e Anísio Teixeira, que, além de ter tido a experiência de criação da Universidade do Distrito Federal, quando este era ainda no Rio de Janeiro, atuou como primeiro reitor da UnB – apontava que com um campus a Universidade teria vantagens, porque vários equipamentos seriam unificados, como uma biblioteca central, laboratórios de pesquisa e mesmo espaços administrativos, até as aulas poderiam ser melhor organizadas. Por outro lado, a centralização facilitaria o encontro entre estudantes e, por conseguinte, beneficiaria o movimento estudantil e a organização de professores e funcionários. Ainda que o governo estivesse muito pouco interessado na facilitação da organização política da comunidade acadêmica na época da criação da UnU, a operacionalidade da cidade universitária acabava por ser constituída como ideal.

A peculiaridade da criação da UnU, que nasceu com um estatuto que, segundo o ministro da Educação, não lhe qualificava enquanto uma “Universidade de verdade”, se constituiu com suas características internas e com a relação com a cidade. A Uberlândia como cidade firmou seu “progresso”, e de certa maneira a superação de Uberaba, através de sua Universidade. Projetos de urbanização e de construção da Universidade andaram juntos.

A história do campus de Educação Física já foi discutida anteriormente na seção, mas, ao pensar o espaço, as autoras tanto recontaram a história da compra do espaço, já bem preparado desportivamente, de Napoleão Carneiro, ou seja, da iniciativa privada, ao mesmo tempo que elencaram outros elementos para o entendimento do espaço. Se havia o discurso de que o campus de Educação Física tinha uma das melhores estruturas, esta estava limitada à parte desportiva. O coordenador, Alberto Martins da Costa, e um aluno não identificado do curso de Educação Física, nas páginas 352 a 354, relatam a dificuldade que o curso enfrentava principalmente em relação ao espaço para aulas teóricas e ao lugar destinado à biblioteca. O problema não fica restrito ao curso, porque no campus também está localizada a ESEBA, a qual também apresenta problemas de espaço. Uma solução momentânea para o curso de Educação Física, a divisão das salas da ESEBA e a utilização compartilhada, eram para a escola um problema. Ainda assim, Irineu Antonio Siegler, professor e coordenador do projeto de humanização dos campi, entre as páginas 365 e 370, afirma que naquele campus o curso de Educação Física era voltado para cultura física e a ESEBA, para a vida acadêmica. Além do problema da redução da Educação Física ao desporto, a posição ocupada por Irineu Siegler demonstra que a administração não estava agindo nesse caso em consonância ao que os professores e alunos dos cursos reivindicavam. A ESEBA, além de não ter ficado satisfeita com a divisão das salas de aula para abrigar as turmas, reivindicava um pátio, um espaço adequado

externo para uso sobretudo dos alunos mais novos, e a Educação Física priorizava um melhor espaço para suas atividades teóricas, mas o responsável pelas adequações possuía uma visão distinta.

Os campi do Santa Mônica e Umuarama nascem com o mesmo expediente: a doação por parte de uma empresa urbanizadora de terrenos nesses bairros. Como forma de promover a valorização de seus empreendimentos imobiliários, as empresas doaram terrenos para faculdades. Dessa forma, um loteamento mais distante do centro ganha a valorização de estar perto de uma Escola Superior.

Antonio Andrada Pietro, professor do departamento de Ciências Contábeis, traduz a questão da formação desses espaços e sua relação com a cidade:

Se analisarmos a história de Uberlândia, o seu crescimento foi sempre em função do interesse imobiliário. [...] O fato é que na época precisava-se instalar uma Faculdade de Engenharia. Então os donos do loteamento aqui no Santa Mônica naturalmente viram a oportunidade de fazer um crescimento populacional, o assentamento demográfico da sua área de loteamento. E assim deve ter sido o raciocínio que precedeu à doação. Naturalmente, sempre em função do quê? Da grandeza municipal. Isso não é ufanismo, não nasci em Uberlândia, não sou uberlandense, mas me criei aqui, isso é uma constatação da verdade. [...] Ora, a Educação Física precisava de um espaço, sabemos que fazer uma Escola de Educação Física é coisa cara, exige uma infraestrutura cara. Então, existia um conjunto, vamos dizer, poliesportivo, com alguma coisa já pronta, onde é a Educação Física hoje. Era de uma família de um empresário, o sr. Napoleão Carneiro, e foi negociada em condições bastante razoáveis. [...] Quando foram fazer a Escola de Medicina, também os donos dos lotes do que é hoje o Jardim Umuarama, entenderam que era uma oportunidade e doaram os terrenos. Depois houve pessoas que doaram os prédios. Enfim, é por isso que os *campus* ficaram separados. O Umuarama é um lugar bom para o campus? Acho que é o pior que poderia haver. Você tem tudo o que não podia ter perto de um hospital: tem ferrovia passando, cidade industrial poluindo, rodovia interrompendo o fluxo. Mas na época era o lugar que havia porque não tinha dinheiro (Caetano; Dib, 1988, p. 332 e 334).

A fala do professor Antonio Prietro agrega as ideias constantes de outros depoimentos que tratam da constituição dos campi da UnU/UFU. Também fornece elementos da relação Universidade/cidade. Para Soares (2008),

Entre os anos 1950 e 1980, o espaço urbano de Uberlândia passa por transformações econômicas, sociais e culturais nunca antes vivenciadas por sua população. No que diz respeito a sua forma urbana, fruto do desenvolvimento das relações sócio/espaciais, as mudanças foram significativas, pois foram criados loteamentos ‘nobres’, os arranha-céus, os conjuntos habitacionais, o asfalto, o neon, a televisão o supermercado, o Distrito Industrial, a Universidade Federal e os shoppings-centers, entre outros. Ao mesmo tempo, intensificaram-se também as contradições nas formas de ocupação do solo urbano, tais como a expansão dos subúrbios, densificação do núcleo central e problemas de tráfico e transporte, que exigiram da administração municipal a elaboração de um plano urbanístico que fossem encontradas para tais problemas (Soares, 2008, p. 159–160).

Além dessa relação com a urbanização da cidade, que contribuiu para a delimitação física dos campi e, ao mesmo tempo, afetou o desenho urbano, observa-se outro movimento que contribuiu para o aparecimento, a modernização e o progresso da Educação Superior em Uberlândia: o governo de Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília. Com isso, a cidade passou a ter importância estratégica, pois era entreposto para a chegada dos materiais usados na construção da capital e ofertava mão de obra. Assim, as diferentes interações resultaram na configuração espacial da UFU.

Entretanto, a ideia de reunir toda a UFU em um só espaço não foi descartada facilmente. Se as justificativas para a concentração em um dos campi era a falta de espaço para ampliação, Juarez Altafin, nas páginas 344 e 345, afirma que procurou um espaço grande o suficiente para acomodar toda a UnU. Por ocasião da inauguração do reservatório Sucupira, que na época passou a atender a toda a demanda por água da cidade, dois reservatórios foram desativados, a área do Jataí e a área do Glória. A prefeitura já tinha destinação para a área do Jataí, que passou a abrigar o que é hoje o Parque do Sabiá e o estádio de mesmo nome. Dessa forma, o então reitor Juarez Altafin buscou a prefeitura para conseguir uma das áreas, conseguindo a do Glória, que não tinha destinação. O intuito era agregar no local todos os cursos. Também Antonino Martins da Silva Junior, nas páginas 340 a 344, reafirma a ideia de usar a região do Glória como campus da UnU. O espaço foi conseguido sem maiores problemas, porém o financiamento para as obras não obteve o mesmo êxito.

Houve também falas recorrentes sobre a localização da reitoria. Em 1988, ela funcionava na região central da cidade. Havia um entendimento de que a localização não contribuía para o fluxo administrativo. A ideia era que a reitoria passasse a funcionar em um dos campi. É importante lembrar que em 1988 muito do trabalho administrativo demandava documentos físicos, apesar de a UFU já possuir um Núcleo de Processamento de Dados e ter parte do seu trabalho organizado digitalmente. A máquina de escrever e a cópia carbono ainda ocupavam muito espaço no trabalho cotidiano, e isso implicava também no deslocamento físico desses documentos para os campi. Qualquer demanda relativa à reitoria estava distante de todos os cursos e departamentos. Assim, se ela ficasse junto a um dos campi, pelo menos parte da Universidade estaria mais próxima. Também poderia ajudar na reconfiguração da identidade da Universidade, uma vez que no centro a reitoria seguia apartada das Escolas Superiores.

As entrevistas, além de tecerem uma história da ocupação da Universidade, procuraram discutir o papel dessa ocupação em 1988. A arquiteta e funcionária pública Maria de Lourdes Pereira pondera: “Eu acho que o espaço tem que refletir o que a Universidade é. Então, se a Universidade se propuser a ser uma coisa democrática, uma coisa de debate, a arquitetura dos

prédios vai ter que expressar e propiciar esse local” (Caetano; Dib, 1988, p. 358). O professor Geraldo Inácio Filho, nas páginas 362 e 364, argumenta que a Universidade deveria se abrir ao encontro, que era preciso ter gramados, jardins, anfiteatros, enfim, locais de troca. Ou seja, a Universidade precisava adequar seu espaço físico para ser agente democrático.

Tratando do processo educativo de forma abrangente e não especificamente da Universidade – não obstante, ainda assim é pertinente a própria –, Saviani aponta:

Entendo, pois, que o processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto democrático sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como possibilidade de chegada. Consequentemente, aqui também vale o aforismo: democracia é uma conquista e não um dado (Saviani, 2012, p. 78).

A entrevista do professor Geraldo Inácio Filho indica também questões sobre a melhor utilização do espaço, também apontando para diferenças internas entre os cursos da instituição:

A questão do espaço físico não seria problemática dentro da Universidade Federal de Uberlândia, se o espaço físico fosse utilizado racionalmente. Quer dizer existem departamentos que têm uma sala para professor trabalhar, e existem departamentos que, como no caso do antigo departamento de Pedagogia, havia 60 professores em quatro salas, uma média de 15 professores por sala de um módulo! Além disso, existe uma tendência de se tornar determinados espaços físicos, determinados equipamentos, como propriedade de determinados setores, isso dificulta muito o trabalho da Universidade (Caetano; Dib, 1988, p. 364).

A questão da divisão interna dos espaços dentro de uma Universidade sempre suscitará indagações, questionamentos ou mesmo disputas políticas, se sobressaindo em relação à racionalidade. Também a constituição de um espaço físico ao longo do tempo promove alterações na lógica de organização, porque a forma de encarar o local vai se transformando e as concepções de formas de ocupação sofrem alterações. Essa é uma questão abordada também pelos responsáveis naquele período: a Pró-Reitoria de Planejamento e os professores/arquitetos que trabalhavam lá. Não havia uma homogeneidade arquitetônica na UFU: os espaços não eram ocupados da melhor forma e as construções eram desordenadas. Por isso, era preciso planejar para construir exatamente o necessário. Uma questão importante aparece em meio à adequação do espaço. Miratan B. de Souza, nas páginas 371 a 376, afirma que era preciso possibilitar aos professores a atuação em dedicação exclusiva. Isso significa criar espaços para que possam pesquisar, trabalhar intelectualmente e permanecer na instituição integralmente.

A composição do capítulo, ainda que apresente novos elementos, tem parte significativa dedicada a explicar a evolução física da Universidade com os mesmos argumentos já

apresentados nos capítulos anteriores. Opta-se aqui por não repeti-los. Portanto, segue-se para o capítulo seguinte, “Encontro com a comunidade”.

3.1.4.5 Considerações sobre as possibilidades historiográficas: a UFU além de seus muros

Como apresentado no item 3.1.1, o quarto capítulo não obedece à mesma proporção dos demais capítulos. Há mais citações por página que os demais e proporcionalmente recebe menos espaço no livro. O capítulo está dividido em 3 subitens: o primeiro com entrevistas de pessoas internas à UFU e os dois últimos somente com a comunidade externa.

No primeiro subitem, que tem como título “Importância social da UFU”, são recortadas 29 citações. Dessas, sete fazem avaliações críticas à Universidade em relação à comunidade e vinte e duas têm um tom de enaltecimento à instituição. Para esta análise, todos são tomados como potencialmente verdadeiros e possuem elementos para a compreensão na Universidade no final da década de 1980.

Pela quantidade maior de citações que consideram somente o lado positivo da relação UFU/sociedade, é possível perceber dois tipos de argumento que se repetem. Um é baseado na movimentação financeira, cultural e mesmo de formação da instituição; outro está calcado nas diferentes prestações de serviço ofertadas.

A primeira citação do subitem é a do reitor naquele momento, Ataulfo Marques Martins da Costa. Ela possui relação com os dois tipos de argumentos. Depois de comentar sobre os diversos serviços prestados à comunidade, termina com a seguinte avaliação:

Se você analisar do ponto de vista da quantidade de pessoas que emprega, temos hoje quatro mil funcionários. Isso representa uma comunidade de vinte mil pessoas que vive diretamente em função da Universidade. Se você considerar que temos oito mil alunos, nós vamos ter uma outra comunidade, se considerarmos que cada pessoa deve estar em uma família de cinco pessoas. Se analisarmos apenas o contingente estudantil, são quarenta mil pessoas que, indiretamente estariam gravitando em torno da Universidade Federal de Uberlândia. Com os outros vinte mil ligados aos quatro mil funcionários que temos são sessenta mil pessoas. É uma cidade. Então é uma instituição de muito peso (Caetano; Dib, 1988, p. 377).

A métrica usada pelo prof. Ataulfo está ligeiramente acima da realidade, uma vez que considera o tamanho médio das famílias como sendo de cinco pessoas, e a taxa da década de oitenta era, segundo Leone, Maia e Baltar (2010), de 4,3 indivíduos, o que, entretanto, não invalida seu raciocínio. É um número considerável de pessoas impactadas pela Universidade direta ou indiretamente. Outro dado que chama atenção é a relação aluno/servidor: existe um servidor para cada dois alunos, o que, levando em consideração unicamente a Universidade,

pode parecer um número exagerado. Contudo, a alta complexidade da instituição dá algumas justificativas para tal relação. A Universidade oferta inúmeros serviços, uma gama considerável na área de saúde, então parte significativa de servidores estava ligada aos atendimentos à comunidade e não diretamente a funções de administração da instituição ou de ensino. Além disso, ela mantinha fazendas que tinham seu próprio pessoal e também geravam recursos.

Outro exemplo é o depoimento de Natal Nader, nas páginas 385 e 396, que explora a importância da Universidade para fornecer à Uberlândia e à região contribuições para avanços na cultura, na sociedade, na formação de pessoas e no desenvolvimento econômico. O então assessor jurídico da reitoria localiza a UFU como alavanca de desenvolvimento essencial à cidade.

A aluna do 7º período de Psicologia Adriana Aparecida Santos acredita que

A função social da UFU deveria ser de prestar serviços à comunidade, bem como possibilitar a mesma que entre em contato com as novas produções intelectuais, utilizadas na Universidade, através de profissionais nela integrados (Caetano; Dib, 1988, p. 328).

Em seu depoimento, aponta como foi importante o trabalho com a comunidade para a sua formação profissional. Sua visão está alinhada com a ideia de uma Universidade integrada à sociedade, e não apenas pela prestação de serviços. Além disso, para ela, a instituição tem a função de conectar o conhecimento construído nela com a sociedade.

A maioria das citações, no entanto, reforçam a importância devido às diversas prestações de serviços. Boa parte localiza os esforços feitos em suas respectivas áreas, como o analista não identificado do Núcleo de Processamento de Dados, nas páginas 381 e 382, que afirma a vanguarda da Universidade em questão de disponibilização de computadores e prestação de serviços, inclusive para fora de Uberlândia e região, atendendo a projetos em Porto Alegre, São Paulo e Recife. Outro exemplo é o estudante de Direito, Eduardo, que, na página 385, lembra do atendimento jurídico gratuito ofertado pelo seu curso. Outra parte dos entrevistados, além de citar a forma como seu curso ou área interage com a comunidade, cita também o atendimento dado através da área de saúde. É o caso dos professores Celso Bocari Pompeu, nas páginas 388 e 390, e Alberto Martins da Costa, nas páginas 390 e 391. Portanto, o serviço prestado à comunidade mais lembrado é o da saúde.

Mesmo citações críticas à atuação da Universidade podem fazer ressalvas ao trabalho da área médica. O professor Flávio Goulart, que era da Medicina e atuava no momento como secretário municipal de saúde, afirma que o orçamento e o pessoal da Universidade eram

maiores que os da prefeitura, e que o atendimento à saúde era satisfatório, diferentemente dos demais. Reconhece ainda o tamanho da instituição, sua importância para a cidade, contudo expressa a seguinte avaliação sobre a UFU: [...] “acho que ela tem uma dívida com a comunidade de Uberlândia, no sentido de que ainda não oferece um retorno, principalmente em termos de programas de extensão” (Caetano; Dib, 1988, p. 380). A fala indica que apesar de estar presente em algumas áreas a Universidade ainda não corresponderia aos esforços dedicados à comunidade para mantê-la.

Marilena Chauí (2003) coloca a relação sociedade-estado-universidade nos seguintes termos:

É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a Universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e de suas possibilidades democráticas (Chauí, 2003, p. 5).

A filósofa apresenta a relação dialética interna da Universidade, que tem após a Revolução Francesa uma conotação republicana, mas, ao mesmo tempo que por sua autonomia e forma distinta, não chega a corresponder completamente ao republicanismo. Além disso, tampouco é uma instituição que seja revolucionária. Cotidianamente, mantém sob si elementos tanto de manutenção da sociedade de classes, ou nesse caso *status quo*, como de questionamento dessa posição. Sem reproduzir fielmente a sociedade, mas sem se descolar dela. Isso é importante para a avaliação das palavras de Flávio Goulart, pois, dependendo da posição do expectador, a UFU será sempre devedora ou credora da cidade ou da sociedade local. E as duas posições carregam em si muita verdade. Devedora porque surgiu da ação dos políticos, intelectuais e de várias formas da contribuição da sociedade local. Credora porque atuou como mola propulsora de desenvolvimento urbano, cultural e social e de formação de mão de obra, de prestação de serviços, entre outras contribuições.

A aluna do 8º período de Artes Plásticas, Cássia Valéria, na página 398, um aluno não identificado do 7º período de Música, na página 398, e um funcionário não identificado, na página 398, falam de forma contundente que a Universidade não está ligada à comunidade. Para eles, o que ocorre dentro e fora da instituição é diferente. O professor João Carlos Alem, nas páginas 387 e 388, avalia que até há uma certa comunicabilidade, mas que, em questões decisivas para a cidade, a Universidade não participa; coloca o problema de atuar diretamente na estrutura social. A professora Marilena Schneider faz uma crítica em tom otimista: afirma

que a Universidade ainda não cumpre completamente sua função social, mas que caminha para tal.

Nestor Barbosa de Andrade faz uma ponderação que coaduna com a supracitada Marilena Chauí:

Temos visto decantar que a UFU trabalha muito com a sociedade, que tem uma extensão muito grande, que presta diversos serviços, etc. mas ela presta um serviço não transformador, tem uma inserção acomodada na sociedade, apenas revalidando práticas e contradições. E, esse a meu ver, não é o papel pretendido por uma Universidade. Ela acaba, num certo momento, mesmo se formos fazer uma caracterização do papel solicitado pela classe dominante, ele acaba sendo insuficiente, ela acaba sendo retalhada exatamente porque fica presa a certas práticas e não viabiliza nem sequer o passo modernizador da sociedade (Caetano; Dib, 1988, p. 402 e 403).

Nestor Barbosa reconhece alguma relação entre Universidade e sociedade, contudo a entende como limitada. Especialmente acredita na instituição como potencialmente transformadora, no entanto, naquele momento, nem transformadora, nem realizadora das perspectivas das classes dominantes. Levando em consideração que a realidade é dialética e que é estruturada em uma sociedade de classes, a concretização não eficaz das indicações das classes dominantes é feita através das ações com potencial de transformação que são frustradas. Chauí (2003) lembra que visões antagônicas permeiam a Universidade e que essa é uma de suas características intrínsecas. Nas contradições do tecido universitário, não chegar até a ruptura para um dos lados pode ser encarado tanto como um reflexo do real como um equilíbrio improvável de forças dentro de uma estrutura que precisa de grande financiamento e reconhecimento para dar continuidade a sua existência.

Depois de dar voz aos professores, o livro se volta pela primeira vez à comunidade externa. Para fins de análise, os dois últimos subitens serão agrupados porque a aparente diferença de temática se concretiza de forma de complementar.

3.1.4.6 Considerações sobre as possibilidades historiográficas: vozes da comunidade

Os dois últimos subitens do capítulo IV, “O significado da UFU para a comunidade” e “Expectativas da comunidade em relação à UFU”, que representam também as últimas entrevistas do livro, uma vez que o capítulo VI é um ensaio fotográfico, trazem exclusivamente entrevistados externos à UFU. A presença de depoimentos de pessoas não institucionalmente ligadas à Universidade até então ficou restrita a políticos e alguns outros agentes públicos.

Nesses dois itens, os políticos aparecem também, mas de certa forma a população de Uberlândia tem seu quinhão de espaço para contar como vê e o que espera da UFU.

O Quadro 7 a seguir mostra as profissões representadas nas entrevistas.

QUADRO 7 – Profissões da comunidade em *A UFU no Imaginário Social*

| Número de entrevistados | Ocupações |
|-------------------------|--|
| 1 | Aluno de curso pré-vestibular; aluno do primeiro grau; delegado; diretor animador do Lions Clube; funcionário da Câmara; garçom; gari; jornalista; mecânico; office-boy; mecânico; operário; soldado da Polícia Militar; vendedor. |
| 2 | Artesão; bancário; bibliotecário; empregada doméstica; empresário do ramo imobiliário*, ex-prefeito*; feirante; funcionário público; presidente de sindicato patronal, profissional da imprensa. |
| 3 | Participante de associação de bairro; profissional do sexo. |
| 7 | Sindicalistas. |
| 16 | Candidatos ao concurso vestibular. |

Fonte: Organizado pela autora (2023). *O entrevistado Raul Pereira de Rezende é ex-prefeito e presidente da Urbanizadora Segismundo Pereira, contando em cada uma das ocupações.

São 29 ocupações diferentes. O maior número de entrevistados são os candidatos ao concurso vestibular com 16 depoimentos. É significativo que as entrevistas se concentrem entre aqueles que buscam trocar de comunidade externa para interna da instituição. Depois, com sete depoimentos, há entrevistados ligados aos sindicatos de trabalhadores, seguidos por duas ocupações com três entrevistados, profissionais do sexo e representantes de associação de bairros. No caso das profissionais do sexo, como não há identificação, não é possível afirmar com certeza que a entrevista do subitem “Expectativas da comunidade em relação à UFU” seja diferente das duas constantes no subitem anterior. É perceptível o esforço em concentrar as entrevistas com pessoas de classes baixa e média. Da classe dirigente, há ex-prefeitos e empresários do ramo imobiliário.

Observa-se muitos estudantes como depoentes. Além dos candidatos ao vestibular, há um aluno de curso pré-vestibular e um aluno do 1º grau, contudo não há depoimentos de professores provenientes do que hoje se chama de Educação Básica. Os únicos profissionais ligados de alguma forma à educação são os dois bibliotecários.

Outra vez destaca-se a entrevista que abre o subitem “O significado da UFU para a comunidade”, do soldado da Polícia Militar, Sandro:

Pelo pouco que conheço da Universidade, ela desenvolve muito bem seu papel na política de um município, de um estado e de um país. Muitas manifestações nesses

últimos anos foram através dos estudantes da Universidade. Ela tem um papel que está ensinando o povo brasileiro a participar mais da vida ativa do Brasil. Um país engloba tudo de uma Universidade. Eu acho isso muito bom ao mesmo tempo que ensina aquilo que se deve aprender sobre estudo em geral. A minha visão de Universidade é isso e o papel que ela desempenha é muito perfeito (Caetano; Dib, 1988, p. 405).

Com o país saindo da ditadura, a escolha de um representante das forças policiais como depoimento de abertura é coerente com a escolha de abrir o livro com um depoimento que francamente faz elogios ao coronelismo. Mas esse entrevistado tem uma característica a mais: é um soldado da Polícia Militar que demonstra apreço pela por uma Universidade engajada politicamente. Além disso, a sua fala parece tratar de uma Universidade imaginária, idealizada, entrosada tanto no campo da política como no de formação de pessoas, aliás a caracterização é de “ensina aquilo que se deve aprender sobre estudo em geral”, e não de preparação para uma determinada profissão.

A segunda citação do delegado Ronaldo T. Pereira, que conta que foi aluno da instituição no curso de Direito e que já voltou como palestrante à instituição, segue uma linha semelhante, abrindo sua fala com a seguinte frase: “Do meu ponto de vista eu acho que a Universidade é tão importante para a comunidade, que o Ensino Superior deveria ser obrigatório para todas as classes sociais” (Caetano; Dib, 1988, p. 405). Outro agente de segurança que defende a instituição em si e sua massificação.

Tomando a escolha das autoras para essas duas entrevistas, seria possível construir um pressuposto de que em Uberlândia as forças de segurança durante a ditadura e principalmente no momento de redemocratização estavam alinhadas com uma Universidade menos elitista e mais engajada nas questões políticas, o que dialoga mais com um discurso progressista que um conservador. Essas duas entrevistas também se alinham com o mito de que o regime militar não havia passado de “ditabranda”, suavizando e relativizando ações de violência estatal. Não é necessário nesta tese conjecturar se os entrevistados buscavam conscientemente argumentos que indicassem que as relações entre Universidade e forças de segurança eram caracterizadas por bons termos ou se as autoras, ao escolherem esses trechos e esses entrevistados, visavam os mesmos objetivos. Até porque a relação da ditadura civil-militar com a Universidade foi contraditória e, da mesma forma que em algumas instituições houve invasões policiaiscas, em outros momentos agentes de segurança eram bem recebidos. O cerne nesse momento é que os dois depoimentos estabelecem significados de importância à UFU, destacando sua função na formação educativa e na participação política. Contudo, a ação do Regime Militar era bem

representada na cidade e na região, como indicado na seção 1 quando foram utilizadas as conclusões da CVIM para analisar o papel de Rondon Pacheco.

É possível perceber que alguns entrevistados já possuíam relações prévias com a UFU. Os artesãos, Linda e João, por exemplo, participavam de feiras na Universidade. Linda, na página 408, afirma que há uma boa troca entre a instituição e a associação dos artesãos. O pensamento dialético de João, usado como exemplo na introdução, não deixa de apontar para a possibilidade de trabalho entre comunidade e UFU. Também José Lucindo Pinheiro, que na ocasião de sua entrevista trabalhava na Câmara Municipal, anteriormente tinha trabalho como professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Monte Carmelo, durante o período em que foram ofertadas licenciaturas curtas parceladas na cidade, como apresentado na seção 2.

O poder político segue com o depoimento de dois ex-prefeitos, Renato de Freitas, na página 410, e Raul Pereira de Rezende, nas páginas 410 e 411. Renato de Freitas afirma como já havia sido estreita a relação entre a UFU e a cidade. Isso porque, segundo ele, tudo que a Universidade precisou a cidade se esforçou para providenciar, no entanto, que cidade e instituição haviam se afastado e, no momento da entrevista, a UFU, apesar de prestar até mais serviços, não tinha tanta relação e mantinha privilégios para seus funcionários. Ele fala especificamente da oferta de escolinha de inglês para filhos de funcionários e professores, coisa essencial de se acabar para salvar a Universidade e o país. Sua fala é contraditória, uma vez que admite que ela prestava em 1988 mais serviços à comunidade do que em seu início e, ao mesmo tempo, ecoa o discurso corrente de que a Universidade era um local de “mordomias” e que isso era fatal. Também é uma fala saudosista, que aponta para um passado mais integrado, o qual, durante sua ação como prefeito, foi destaque para a criação da UnU. Já Raul Pereira de Rezende centra sua fala na importância da Universidade para a cidade e exalta as atuações de Rondon Pacheco e Homero Santos para sua construção. Raul Pereira de Rezende, além de já ter sido prefeito, era na ocasião diretor-presidente da Urbanizadora Segismundo Pereira, a responsável pela doação de parte dos terrenos onde hoje está o Campus Santa Mônica.

Os únicos trabalhadores ligados à Educação e/ou Cultura ouvidos são os bibliotecários, Antônio e uma informante designada como anônima. Suas falas dão para a Universidade o sentido de espaço para aprimoramento pessoal e profissional e, em uma delas, é apontado que ela é “para os ricos”.

Esse tipo de construção, de que a Universidade cumpre um papel positivo, de realização pessoal, mas ocupado pelas camadas mais ricas, é bastante presente nas citações de trabalhadores com empregos, formais ou informais, com alguma estabilidade financeira. Os

feirantes, Wagner B. dos Santos, na página 424; Inácio, na página 424 e 425; o gari Carlos A. Teodoro, na página 425; o office-boy anônimo, na página 428; a funcionária pública não identificada, na página 430; o garçom anônimo, nas páginas 430 e 432; e o mecânico Marcelo de Almeida Grande, nas páginas 432 e 434 possuem entrevistas com sentidos semelhantes: que a Universidade é vetor de ascensão profissional e aprimoramento pessoal, que presta serviços à comunidade, podendo ser um sonho com possibilidade de ser frustrado pelo elitismo. Essas formulações parecem estar alinhadas com os elementos da Teoria do Capital Humano, delimitada por Schultz (1971), que afirma que investimentos pessoais e sociais em educação seriam capazes de diminuir as diferenças entre as classes sociais. Nessa teoria, o desenvolvimento pessoal e o acúmulo de experiências formativas e escolares servem como passaporte para crescimento econômico, do ponto de vista pessoal, também aplicado à economia nacional. Muitas políticas públicas a partir de sua publicação foram baseadas na teoria. No Brasil, a produção de Gaudêncio Frigotto, por exemplo em *A produtividade da escola improdutiva* (1993), apontou não só o uso dessa teoria, mas também suas limitações. As falas desses depoentes expressam as ideias da teoria, mesmo que não a conhecessem formalmente. Isso se dá pela circulação desse pensamento mediado pelos anúncios de políticas públicas ligadas à Educação e pela imprensa, que contribuiu com a disseminação da ideia.

Entre os entrevistados, há duas empregadas domésticas com posições opostas. Luciana afirma: “Sobre isso não sei nada. Sobre a Universidade não sei nada” (Caetano; Dib, 1988, p. 432). É a única entrevistada que dá uma resposta afirmando total desconhecimento. Mesmo que a avaliação fosse de crítica, a existência e algum ponto de relação foram citados, ainda que fosse através do serviço médico. Sua colega de profissão, por outro lado, tem uma visão construída de outra maneira, ainda que haja o tom de crítica. Edmilsa Socorro Carneiro afirma:

É importante a Universidade, o difícil é chegar lá. Numa cidade que nem Uberlândia e estudo está parecendo que é mais privilégio de rico, pois eu estou enfrentando dificuldades para chegar, terminei o segundo grau e prestei vestibular e não passei. Parece que está sendo privilégio do rico... O meu interesse pessoalmente, é adquirir conhecimento, adquirir o 3º grau a meu nível, e o que eu gosto. Não conseguir dinheiro, conseguir bom salário e sim produzir. O que esse país está precisando é de gente bem intencionada para produzir.
[...] Eu sei que vou ter dificuldade financeira, que eu não tenho ajuda. E vou ter dificuldades também lá dentro, porque eu tenho um nível mais baixo (Caetano; Dib, 1988, p. 432).

Edmilsa expressa a visão que a Universidade é feita para os ricos, é privilégio. Ao mesmo tempo, evoca para si o direito de estar nela, de ultrapassar os limites que considera que tem e se formar. Diferentemente de Luciana, ela não só conhece como já tentou pertencer à UFU. Muito embora seu discurso possa ser pensado para compor a pesquisa, uma forma

adaptada de sua visão, ela coloca a ideia de desenvolvimento nacional como justificativa para seu ingresso, porque seu empenho é por um Brasil melhor. É interessante como isso reflete os anos de ditadura, construídos através de propagandas, lemas e notícias que buscavam cristalizar a ideia que se é preciso agir sempre para o bem do país, pois era preciso amar o Brasil ou deixá-lo. Ainda que o lema esteja ligado ao regime militar, que já se findara, seus reflexos são persistentes.

A diferença entre as duas trabalhadoras domésticas revela o quão amplo pode ser o alcance das contradições internas dentro da sociedade. As colegas de profissão oscilam entre a afirmação de ignorância, que pode ser tanto real, literal tendo em vista as palavras usadas, como um reflexo não de ignorância em relação à Universidade, mas de afastamento do que ela representa. Luciana estaria em um polo e a UFU no polo oposto; o mundo de uma parece incomunicável com de outra. Já Edmilsa reivindica o pertencimento, mesmo que considere de forma contundente a distância entre sua realidade e da Universidade, já que ela se origina de uma fração social para qual a Universidade não se volta efetivamente, dentro de uma visão que é compartilhada em outros trechos do livro, já que aparece como privilégio de classes mais abastadas.

Destaca-se nessa relação que, para Edmilsa, a Universidade é um espaço do qual ela deveria poder participar enquanto instituição de ensino, não como prestadora de serviços ou meio de acessibilidade para conhecimentos e/ou produtos da Ciência. A Universidade se relaciona como espaço de formação. Ela não é a única a enxergar a UFU dessa maneira, mas esse pensamento é menos comum do que as falas que tratam de serviços prestados ou serviços pretendidos que não são efetivados.

A relação da diferença entre como é e como deveria ser está presente em uma das ocupações com três representantes, os ligados a associações de bairros. Fernando Machado, identificado como morador do bairro Bom Jesus, que fica entre o Campus Santa Mônica e o Campus Umuarama, afirma que a Universidade enquanto instituição não tem comunicação com as associações de moradores, que todo o contato é feito através de relações com pessoas e a ASUFUb, alguns enquanto moradores, incluindo estudantes. Contudo, a participação direta com o movimento popular é acanhada para ele. Aponta ainda que a Universidade é para a classe média, da mesma forma que Luciana, e termina: “Da maneira que a Universidade está sendo montada, estruturada, aí é muito difícil ter um relacionamento de massa com as Associações” (Caetano; Dib, 1988, p. 422). Em sua segunda citação, no subitem “As expectativas da comunidade em relação a UFU”, afirma que há professores capacitados para contribuir com as associações de moradores, no entanto é preciso organização da instituição para sua efetivação.

João Cândido M. Junior trata a UFU sob dois aspectos: o pessoal e aquele como representante da associação de moradores do bairro Umuarama. No primeiro, entende como conquista, como um espaço importante, uma vitória da cidade. No segundo, fala da falta de conexão, da não relação entre a instituição e os moradores do bairro. Não deixa de elencar a prestação de serviços: no bairro em que os serviços médicos são prestados, há o hospital, ambulatório. Entretanto, é essa a relação de se localizar no bairro, não de interagir com ele. Como já tratado, os campi de Umuarama e Santa Mônica sugeriram em relação à especulação imobiliária, e estão localizados onde a região tivesse seus lotes valorizados no sentido de os tornar atrativos. No caso do campus de Umuarama, há uma particularidade que o diferencia de outros campi: ele existe misturado ao bairro, sem um muro ou entrada específica que determine totalmente o que é bairro e o que é *campus*. Em alguns pontos, há residências de um lado da rua e um prédio da UFU do outro. Isso é significativo quando João Candido, na página 424 e na 461, primeiro afirma que os moradores do Umuarama não entendem o papel da Universidade no bairro e depois convoca a UFU a pensar mais sobre sua relação com a comunidade. Esse espaço que se mistura com o bairro onde se estrutura é ao mesmo tempo integrado e apartado. No capítulo 3 de *A UFU no Imaginário Social*, os campi são tratados em suas relações internas e sua historicidade ligada à expansão urbana. Aqui, ele se apresenta de outra forma, como um local que existe em meio ao bairro. Os moradores, por um lado, reivindicam saber o que se passa no espaço compartilhado e entender sua lógica, por outro, percebem que a instituição não lhes permite chegar a esse entendimento.

O presidente da associação de moradores do bairro Santa Mônica, Lutero Rizoto, nas páginas 424, 462 e 464, não destoa do colega de Umuarama. Começa afirmando que a UFU é importante, que presta um papel assistencialista também, mas pouco relacionado com a associação do bairro. Expõe que a Universidade poderia colaborar orientando a associação em suas lutas. Cita a necessidade de uma agência bancária no bairro e de uma direção de como reivindicar, o que poderia ser feito pela UFU. Em sua segunda citação, fala, demonstrando alguma frustração, que a rádio universitária poderia ser um instrumento da associação, que deveriam, como estratégia de luta, poder de alguma forma também participar da direção do que é transmitido. João Cândido manifesta sua lógica em um espaço entrecortado pela UFU. Lutero quer que a associação esteja na parte de dentro dos muros que delimitam o Campus Santa Mônica. Muito embora a rádio universitária esteja no Santa Mônica, ela pertence à instituição, que é espalhada pela cidade. A reivindicação de Lutero poderia também ser a de João Cândido. O fio condutor aqui, muito embora com formas de ocupação diferentes do espaço, é que as associações indicam a necessidade de interação da instituição com o próprio bairro em que está.

Os três representantes falam pela sua associação e pelas demais, mas os dois ligados aos bairros onde se localiza a Universidade trazem expectativas de certa recompensa ou reciprocidade pelo fato de a Universidade estar no bairro.

No polo oposto, o que a Universidade pensa sobre essa relação não é possível verificar no livro. Por mais que haja um capítulo que se dedicou à formação espacial, os entrevistados lá, aqueles que falavam pela UFU, se expressaram sob a ótica interna de como foram construídos os campi e como eram pensados naquele momento, não como eles se inserem em seu entorno. Isso demonstra o descompasso entre a instituição e o espaço imediato em que se localiza.

Outra ocupação que apareceu com mesmo número de citações que os representantes das associações de bairro, destacando-se sobre a maioria, foram as profissionais do sexo, com três entrevistas também. A prostituta anônima que primeiro é citada tem sua entrevista pautada por uma experiência ruim no atendimento médico da Universidade. Narra que durante um processo de desidratação não teve atendimento na medicina e foi tratada por uma mulher com quem mora. Mas sua fala não começa assim. Primeiro, ela afirma que as pessoas formadas não conseguem trabalho, e essa é a única afirmação nesse sentido do livro. A empregabilidade de quem consegue o nível superior só nesse momento foi questionada em 1988. Esses dois argumentos levam a ela a uma conclusão contundente: “Não acho nada! Pra mim não vale nada” (Caetano; Dib, 1988, p. 426). Uma experiência ruim com o serviço mais evocado como marca da UFU na comunidade fundamenta sua conclusão. Isso demonstra também como a percepção externa é dada por essas relações de serviço. Indica, ainda, como, por mais significativa e mesmo essencial para comunidade que seja a prestação de serviços, ela gera a expectativa do bom atendimento. Ou seja, não basta ser o serviço médico de referência, espera-se que seja bem-feito, sem erros. É uma posição diferente da segunda profissional do sexo entrevistada, que diz: “É muito bom a cidade ter uma Universidade tanto para o desenvolvimento da cidade, como para os próprios estudantes” (Caetano; Dib, 1988, p. 428). Nesse caso, a fala é mais impessoal, mas positiva em relação à instituição. A terceira prostituta, tratando das expectativas, elabora recomendações do que a UFU precisa fazer:

E eu acho também que os professores deviam dar aula, ensinar mais, assim, os alunos para eles ter um bom estudo e uma boa cabeça, para conseguir um bom serviço. Porque na maioria das vezes as pessoas gastam dinheiro com livros, gastam dinheiro para fazer Universidade e não é compensado. Então eu acho que tudo isso depende mais de um apoio, mais atenção (Caetano; Dib, 1988, p. 428).

Observa-se que nesse último caso o sentido se volta para a acepção do ensino. Ela espera que a UFU desempenhe um bom papel de formação de pessoas, não restrito ao profissional, porque agrega o cultivo de uma “cabeça boa” em seus alunos e responsabiliza os professores por esse papel. Destaca-se nessa ocupação a variedade de percepções, que são referenciadas pela experiência pessoal, por um significado social e pelo compromisso formativo com os alunos.

A segunda ocupação mais destacada pelas autoras são os sindicalistas. São sete os entrevistados, de diversos ramos. *A UFU no Imaginário Social* é um livro produzido na década de 1980, mesmo período em que mudanças significativas passaram a ser percebidas dentro do movimento sindical. Santana (1999, p. 103) coloca:

No caso do Brasil, que, diferentemente de outros países, viveu esse cenário tardiamente, a redefinição de formas de atuação sindical foi mais dura e mais sentida naqueles setores que, desde a virada dos anos 70 para os anos 80, propugnavam por práticas mais ‘combativas’ e ‘radicais’ de ação. Com tais práticas, esses setores que conformaram o chamado ‘novo sindicalismo’ pretendiam romper não apenas com as posições então correntes no sindicalismo nacional, mas também, e sobretudo, com aquelas que julgavam caracterizar o passado de sua classe.

Esse processo não foi estanque, foi gradual e experimentado de diversas formas em sindicatos e centrais sindicais. No subitem “Representações da comunidade acadêmica” foi possível observar que a ASUFUB estava passando por um movimento que a distanciava de seu objetivo inicial, relacionado ao lazer, caminhando para se estabelecer como entidade sindical. Nota-se que somente após a Constituição de 1988 o direito de associação sindical de servidores públicos foi assegurado. Os representantes sindicais ouvidos também fazem parte desse processo de constituição de uma nova perspectiva sindical.

Pode-se perceber três elementos que se repetem ao longo das entrevistas. A relação Universidade e sindicato através da prestação de serviço do CEPES: Oswaldo dos Santos, nas páginas 415 e 416; Maria de F. Lucena, na página 416; José Alves Cruz, na página 417; e Salvador, na página 418 destacam o trabalho no centro em pesquisar e fornecer índices de inflação, preço e desemprego. Salvador afirma que a diretoria do seu sindicato, dos empregados do comércio, é recém-empossada e ainda não teve acesso ao trabalho, contudo já está previsto que buscassem essa relação.

A relação do CEPES e dos sindicatos é o vetor positivo, entretanto há bastante destaque para a falta de relação com a comunidade ou sobre sua qualidade. José de S. Prado, nas páginas 416 e 456; José Alves Cruz, na página 417; Francisco da Mata Pereira, nas páginas 450 e 452; e Elson, na página 452 destacam que tal relação é insuficiente, precária ou que a desconhecem.

Dentro desse tipo de argumento, destaca-se a citação de Francisco da Mata Pereira, que propõe que a comunidade possa estar inserida dentro da Universidade, diferentemente das outras citações que indicam que o desejável é a Universidade intervindo mais na comunidade:

Eu acho que seria muito importante que todo o mundo tivesse acesso à Universidade. Para começar, deveria ter eleição direta para reitor e não ser escolhido no pequeno governo da Universidade. Eu acho que deveria ter a participação de todos os funcionários da Universidade para que eles elejam o seu reitor numa Universidade, porque escolheriam um reitor que tivesse o compromisso com a Universidade e não com um pequeno grupo dominante. Inclusive com representantes da comunidade como do Sindicato e das Associações de bairro (Caetano; Dib, 1988, p. 450 e 451).

A fala remete tanto à questão de escolha para reitor, já presente em vários momentos da tese, como à da participação direta da comunidade dentro da UFU. Essa ideia está presente no estatuto aprovado em 1999, que previa o Conselho de Integração Universidade-Sociedade, analisado na seção 2. Com o recorte temporal da presente tese, não é possível fazer uma análise da implementação concreta do conselho.

Elson, na página 454, também aponta para a participação da comunidade na Universidade, mas o sentido de sua fala é mais complexo. O sindicalista demonstra em suas duas citações uma formação de origem marxista. Na primeira, na página 415, trata a instituição Universidade como aparelho ideológico de Estado, o que indica algum contato com as ideias do filósofo Louis Althusser (1918–1990). Já na segunda citação faz uma avaliação que admite a atuação da UFU na comunidade, mas questiona se ela é feita de fato com os interesses da comunidade, ouvindo-a, e indica que isso não é feito. Compartilha com Francisco da Mata Pereira a proposta de participação da comunidade na estrutura interna da UFU como uma forma melhor de integração. Apesar disso, sua fala também indica que o resultado pode ser diferente conforme quem é considerado comunidade a participar.

A última ideia recorrente é a que afirma que a Universidade não forma os filhos dos trabalhadores, dos mais pobres. Maria de F. Lucena, na página 416; José de S. Prado, na página 416; Francisco da Mata Pereira, na página 416; e José A. Cruz, nas páginas 450 e 452 fazem essa afirmação. Ainda que uma das ações da ditadura civil-militar tenha sido o aumento de instituições e de matrículas no Ensino Superior, tal expansão não chegou a promover a democratização do acesso a essa etapa. Sofia Lerche Viera (1989) faz a seguinte consideração:

Deve-se esclarecer que, em qualquer sociedade, seja ela conservadora ou progressista, a educação superior constitui um bem cultural acessível a uma minoria e a Universidade é privilégio de poucos. Entretanto, embora nem todos cheguem aos bancos universitários, os interessados em mudar a sua fisionomia têm diante de si o desafio de, a par da luta pela melhoria qualitativa e quantitativa da escola de 3º grau,

empenhar-se na defesa de uma Universidade que possa beneficiar a maioria e não colabore no pacto de exclusão social dos despossuídos (Vieira, 1989, p. 11–12).

No final da década de 1980, a discussão sobre a democratização da Universidade, que perpassa todo o livro *A UFU no Imaginário Social*, estava sendo feita no sentido de que ela deveria se abrir a práticas distintas às do período da ditadura, o que era mais coerente com a nova organização social pretendida. O sentido de democratização do acesso também ecoava com discussões sobre os sujeitos possíveis e desejáveis da Educação Superior. Esse também é o sentido indicado por Vieira, que, mesmo limitando a possibilidade de acesso, afinal afirma que todas as sociedades têm um número restrito de pessoas com acesso ao Ensino Superior, coloca a importância de que ela se abra para quem representa a maior parte e trabalhe para não ser instrumento de ampliação de exclusão social.

É possível perceber com as falas não só dos sindicalistas, mas de outros informantes do capítulo IV, especialmente os externos à instituição, que há a ideia de que a Universidade não está aberta aos mais pobres. Apesar de essa ideia ser muito recorrente, há quem tenha uma perspectiva diferente. Oswaldo dos Santos, na página 452, sustenta que a Universidade é um local de formação para o trabalhador, preocupa-se que deixe de ser gratuita e defende a necessidade de a sociedade lutar contra isso. Oswaldo tem a percepção que a instituição é benéfica aos trabalhadores e que merece ser defendida por eles.

Ao observar as citações dos sindicalistas, um grupo maior de entrevistados, é possível notar que mesmo com a presença de sentidos recorrentes, não há homogeneidade. Tal característica não é esperada de toda forma, uma vez que a própria realidade constituída dialeticamente encaminha tendências, vetores mais fortes, mas a contradição e a presença de elementos divergentes são esperadas.

O grupo com mais representantes entre os entrevistados do quarto capítulo são os candidatos ao vestibular da UFU, com 16 entrevistas. Dez estão no subitem “O significado da UFU para a comunidade”, e é possível inferir que responderam a pelo menos uma questão sobre a motivação de ter escolhido a UFU. Duas das seis respostas presentes no subitem “Expectativas da comunidade” também parecem responder a esse tipo de questão. Esse é um exemplo que justifica a escolha de analisar os dois subitens de forma conjunta. Apesar de se proporem a tratar de coisas aparentemente distintas, na leitura fica aparente a ideia de complementaridade. Ainda assim, é possível perceber na citação da candidata Luciana, nas páginas 436 e 438 do item “O significado da UFU para a comunidade”, que uma mesma entrevista dialoga com os dois subitens:

Optei por Uberlândia porque eu moro aqui e facilita e a Universidade é federal. Eu não sei, eu acho que a Universidade brasileira poderia ser melhor, deveria ter mais incentivos à educação no Brasil porque até hoje o ensino é a última coisa a ser prioridade. Eu acho que devia haver Universidade para todo mundo, mas como isso não é possível, principalmente num país subdesenvolvido como o Brasil, pelo menos eles deveriam modificar o ensino, melhorar abrir mais vagas. Do jeito que está, apenas dois por cento dos brasileiros entram na Universidade e apenas um por cento consegue sair, principalmente por causa disso, não facilitam nada, não facilitam a entrada na Universidade (Caetano; Dib, 1988, p. 436 e 438).

Luciana apresenta a expectativa de que a Universidade se abra a mais pessoas; mesmo que não seja possível o acesso de todos, ele deve ser ampliado. Também justifica sua escolha pela UFU por dois vetores: primeiro a localização – ela já reside em Uberlândia –, depois porque a instituição é federal. Nesse ponto, é possível perceber que o prestígio e a gratuidade importam para outros entrevistados também. Dos 12 que contam suas motivações para escolher a UFU, 11 apontam que a escolha se deu porque a Universidade é federal e tem prestígio, e algumas vezes a motivação é já conhecer a cidade, estar próxima à cidade onde moram e ter importância regional. A candidata ao vestibular do curso de Letras Angélica Fernandes, na página 441, é a única que indica como motivação a menor concorrência em Uberlândia que em sua cidade natal, Fortaleza.

As quatro citações que não tratam das razões por escolher a Universidade apontam para aquilo que se espera da Universidade. Duas apontam a ascensão financeira e a possibilidade de melhores postos de trabalho como expectativa da Universidade, visão compartilhada com alguns entrevistados que responderam sobre a escolha da UFU. Uma afirma que o sucesso na Universidade depende da dedicação do estudante, outra aponta que os alunos não sabem escolher seus cursos e por isso se frustram.

A última citação do livro é do diretor executivo da Câmara Municipal, José Lucindo Pinheiro, nas páginas 470 e 472, que condensa algumas questões que permeiam todo o livro: a necessidade de se imiscuir mais efetivamente nas questões da cidade, da sociedade em que está inserida. Porém, reconhece que ela já possui aspectos de prestação de serviços, especialmente na medicina. Aponta a ampliação do nível cultural da cidade com a criação da Universidade, ponderando que a população flutuante da cidade é fator de dificuldade para esse trabalho. Também pondera sobre pesquisas mais voltadas para a comunidade e termina afirmando que a Universidade leva informação para toda a comunidade.

Contudo, é na metade da citação que encontramos uma alusão expressa ao mote do livro: “Eu acho que é uma idéia magnífica, essa de pedir à comunidade o que eles enxergam sobre a Universidade. Isso é importante porque é o seguinte: são dez anos de trabalho e nesses dez anos não se formou uma imagem de Universidade” (Caetano; Dib, 1988, p. 470). José Lucindo, além

de elogiar a iniciativa do livro, apresenta uma contradição permanente da UFU e expressa no próprio livro: a Universidade surgiu com a federalização ou é uma forma de continuidade da UnU? O próprio livro surge como forma de celebrar a primeira década da federalização, trazendo esse como marco de memória, não a fundação da UnU, que teria seu vigésimo aniversário no ano seguinte. De forma hodierna, a instituição segue marcando a comemoração da federalização como seu marco principal. Afinal, esse é um marco verdadeiro. No entanto, o mesmo livro se volta tanto para as Escolas Isoladas como para a UnU para se constituir. Também é possível perceber que outras Universidades tomam posição distinta. Na introdução, foi apresentada a situação da UFPR e da UFAM, que reivindicam anterioridade por instituições que foram descontinuadas. A Universidade Federal de Minas Gerais, mesmo que tenha sido federalizada somente em 1949, tem como seu marco inicial 1927. Seria a questão levantada por Tarso Dutra de que seu primeiro estatuto não configurava uma Universidade uma justificativa adicional? Também não parece haver indicação de ser esse o sentido apresentado pelo livro, que apresentou a UFU como continuidade da UnU, uma Universidade incomum, mas reconhecida como tal. Existe aí outra verdade. Na materialidade do livro, ambas coexistem com grande importância mesmo que aparentemente se excluam, afinal não é preciso decidir se a UFU existe somente a partir de 1978 ou se a UnU é sua precedente. A realidade concreta abarca ambas.

É preciso lembrar que apesar de o capítulo IV ser o último que utiliza entrevistas, o livro segue com seu último capítulo, “Imagens do cotidiano”, o ensaio fotográfico “A UFU Hoje”. Muito embora a presente tese tenha optado por abarcar somente o texto, o livro aponta seu objetivo para a confluência de imagem e texto e a meta é servir de fonte para outras pesquisas. Para além da estrutura direta do livro, é preciso pensar como ele de fato se constitui. Efetivamente, mais que o resultado de uma pesquisa acadêmica, ele é um álbum de memórias – e isso não é nenhum demérito. Ao contrário, pela qualidade gráfica, por suas imagens, pelas entrevistas feitas para o livro, por aquelas resgatadas de acervos e jornais, por suas margens em branco que precisam ser preenchidas com a imaginação do leitor, *A UFU no Imaginário Social* ultrapassa o documento e vira monumento, na construção e preservação da memória da UFU. É como um presente bonito para quem se dedica a fazer a história da Universidade. Um presente exuberante, mas inconcluso, que necessita de muitas mediações como as que foram propostas aqui.

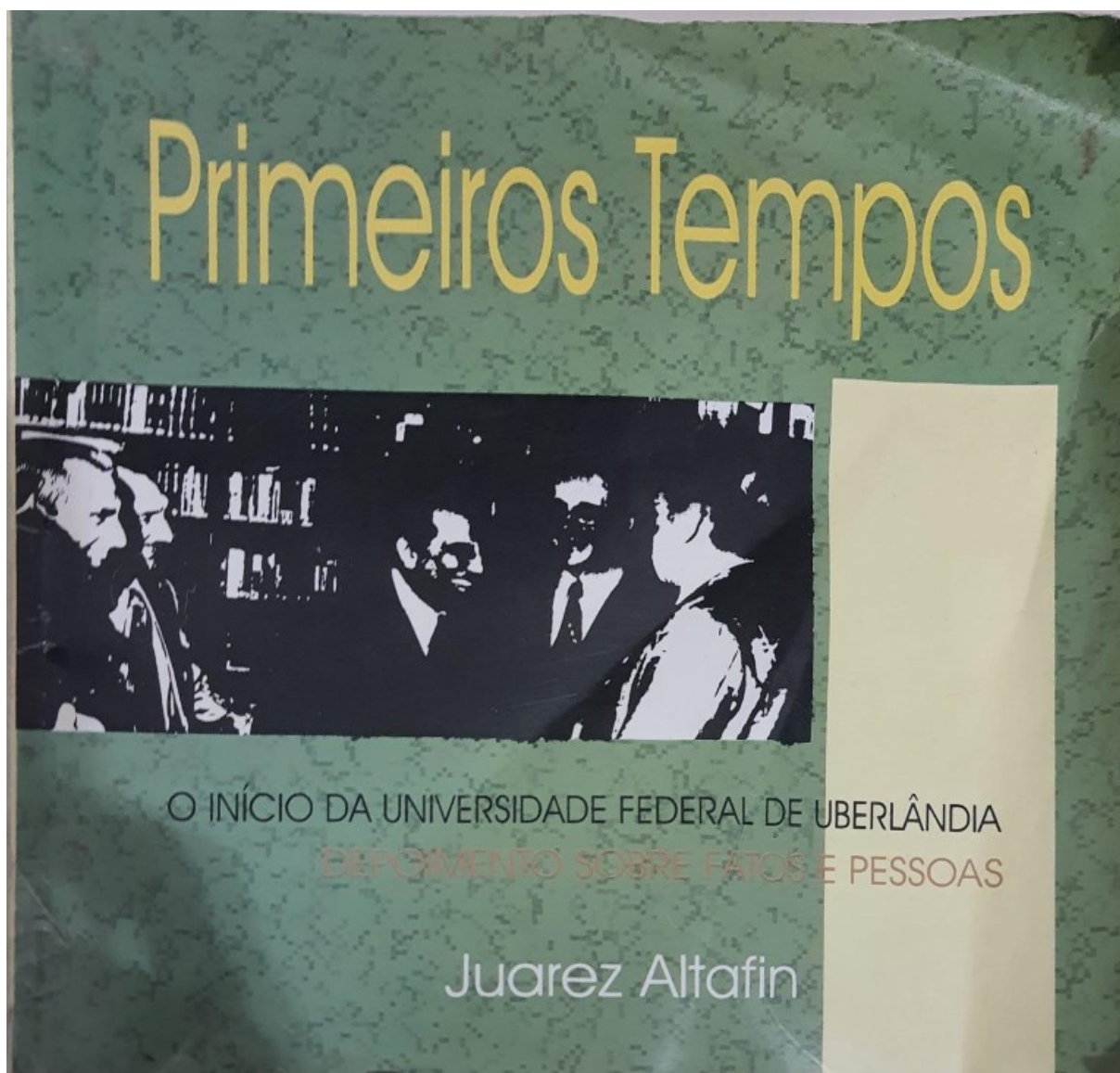
O próximo tópico está intimamente ligado a todo o exposto sobre *A UFU no Imaginário Social*, pois é encarado como uma forma de continuidade ou desdobramento. O livro *Primeiros Tempos* poderia até ser discutido de forma paralela à obra de Caetano e Dib (1988), mas se opta

por fazer a análise em separado, sobretudo para poder destacar os acréscimos e aprofundamentos. Respeita-se, também, a lógica dada por Juarez Altafin.

3.2 Fios de continuidade: *Primeiros Tempos*

Como um desdobramento do livro *A UFU no Imaginário Social*, Juarez Altafin escreve o livro *Primeiros Tempos: O Início da Universidade Federal De Uberlândia – Depoimento Sobre Fatos e Pessoas*. Na introdução do seu livro, Caetano e Dib explicitam as dificuldades em conseguir certos depoimentos com a fala de Juarez Altafin, que afirma ter tido receio em aceitar o convite, já que durante seu trabalho algumas tensões foram manifestas. Mas a experiência logrou levar Altafin a editar as próprias memórias sobre a UFU em um livro que discorre sobre sua trajetória e a da instituição. Em certa medida, o livro pode ser considerado o depoimento provocado pelo projeto UFU no Imaginário Social sem a mediação e o recorte das autoras. Ao mesmo tempo, *Primeiros Tempos* reconhece a obra de Caetano e Dib na medida em que muitas citações estão presentes como complementos, respostas ou reafirmações.

A capa é colorida e o miolo é todo em preto e branco. São usadas algumas fotografias, indicadas como “acervo do CDHIS”. Quem fez a apresentação do livro foi Ataulfo Marques Martins da Costa, que apresenta a obra como desejada para a composição da história da UFU.

FIGURA 24 – Capa do livro *Primeiros Tempos*

Fonte: Imagem feita pela autora (2023).

Primeiros Tempos está dividido em quatro partes: “O Começo”, “As Crises”, “Perfis” e “Outros Escritos”. Na primeira parte, trata das instituições em que esteve diretamente ligado, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Universidade Federal de Uberlândia. Na segunda parte, narra as maiores crises que enfrentou como reitor: a da Faculdade de Direito, a da Faculdade de Veterinária e a crise do estatuto. Na terceira parte, o ex-reitor traça o perfil de Genésio de Melo Pereira, professor Oswaldo Vieira Gonçalves, Rondon Pacheco, Homero Santos e Salma Nasser. Por fim, em uma coletânea de textos de diversos assuntos, destacam-se aqueles dedicados à administração universitária e à escolha de reitor.

Temístocles Cezar (2018), ao tratar de Varnhagen, explica como ele foi um historiador avalizado por fazer a história e ser um ator consciente dela ao mesmo tempo em que se dedicava

a escrevê-la. Ainda que Cesar se proponha a tratar do historiador do século XIX, alguns atributos típicos dessa época seguiram como característica para dar autoridade às pessoas que depõem sobre algo. Juarez Altafin fala do que viveu em meio à história da UFU, por isso seu testemunho é importante. A questão que o ex-reitor impõe é também aquela que de certa forma percorreu a construção da História (e da História da Educação) de Varnhagen ao presente:

Em 1988, na gestão do reitor Ataúlfo Marques Martins da Costa, e sob a coordenação das professoras Coraly Gará Caetano e Miriam Michel Cury Dib, foi editada a obra *A UFU no Imaginário Social*, repositório de dados, depoimentos e fatos sobre a instituição. Nela fui ouvido, mas não disse tudo que deveria ter dito, inclusive pelo sacrifício de recordar.

Hoje, ainda por dever de ofício, volto ao assunto com essas notas, que são uma espécie de aditamento ao que já foi contado. Não são elas escritas com a precisão de um relatório, fundado em rigorosa pesquisa, mas padecendo da falibilidade de um testemunho que procura ser honesto, isento e sincero, embora muitas vezes com a apreciação pessoal do depoente sobre fatos e pessoas. Talvez nessa subjetividade possa haver defeito, o que dirá o historiador da Universidade Federal de Uberlândia, se um dia essas notas merecerem a sua atenção (Altafin, 1997, p. 13–14).

As obras de história da UFU já citadas, Silva (2021), Pereira (2006; 2012) e Alberto (2023), posteriores à edição de *Primeiros Tempos*, utilizam o livro enquanto fonte, mas não se dedicam a questionar sua subjetividade. Mesmo na presente tese, definir se parâmetros de subjetividade afetam o depoimento não é uma tarefa a ser executada, porque sua presença não inviabiliza a utilização do livro enquanto fonte. Justamente por sua postura de depoente, como um dos atores que participaram da história, facilita ao historiador da Universidade Federal de Uberlândia perceber que o que Altafin trata como “fatos” é a sua visão, ou versão, do que efetivamente aconteceu. O que o autor chama posteriormente de “crise do estatuto” é fato, mas sua forma de contar o ocorrido é a sua versão.

Assim, Altafin se coloca a meio caminho de Varnhagen, pois ele se reconhece partícipe e registra suas memórias. A Universidade inclusive as edita, mas delega a um historiador a tarefa de mediar seu testemunho, talvez não com o sentido de validação, mas certamente alicerçado na ideia de que a história é vivida e seus sujeitos a registram, contudo é o historiador que a escreve.

Altafin dá a Faculdade de Direito, de 1960, a primazia do Ensino Superior em Uberlândia. Suas memórias estão organizadas de forma a referendar o cerne do que já foi exposto, em linhas gerais: Homero Santos teve a ideia do curso de Direito, Jacy de Assis foi o executor e a sociedade uberlandense ajudou a prover a escola. Em seguida, o autor conta a história da Faculdade de Ciências Econômicas, essa com uma maior participação pessoal na constituição.

Altafin se diferencia nesse depoimento por apresentar algumas questões pela ótica de quem olha o próprio passado e da instituição depois de longo período. Um exemplo grande ele apresenta na relação com Jacy de Assis. Sempre enaltecendo o professor, que foi importante para a criação tanto da Faculdade de Direito como a de Ciências Econômicas, Altafin explica que, como diretor da Faculdade de Direito, ele tinha o papel de comando, centralizando as decisões. Foi Jacy de Assis que o convidou a criar e dirigir a Faculdade de Ciências Econômicas, que teria a mesma mantenedora. Contudo, a questão da mantenedora era puramente formal, porque as duas faculdades buscavam seus recursos de forma autônoma. Jacy de Assis, já estabelecido como diretor da Faculdade de Direito e com prestígio dentro da mantenedora, interferia no trabalho de Altafin. Este, como foi colocado no cargo de diretor por Jacy, devolveu o cargo. Com essa manobra, Altafin conseguiu a autonomia que pretendia para administrar a Faculdade de Ciências Econômicas. Com o auxílio de citações do livro *A UFU no Imaginário Social*, rememora o prestígio da faculdade que ajudou a criar. Considerada bem administrada, pagava melhor aos professores do que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Não possuía dívidas e chegou a construir patrimônio, adquirindo o prédio próprio.

O problema administrativo narrado por Altafin com Jacy de Assis abre caminho para a percepção de uma dada dinâmica, compartilhada pela Escolas Superiores que deram origem à UnU. Cada qual teve uma figura de proa. Assim, cada uma das Escolas Superiores possuía um nome específico ao qual estava associada. Entretanto, ao explicar sobre a criação da UnU, seu entendimento ia em direção oposta:

Naquele compromisso, podemos encontrar o primeiro ato favorável à futura Universidade: nenhuma das Faculdades tinha um ‘dono’, se assim podemos dizer. Nenhuma pertencia a uma pessoa ou a uma família. Elas eram da comunidade uberlandense, da União ou de instituição religiosa, e com elas ninguém visava lucro. Foi a grande vantagem inicial (Altafin, 1997, p. 42).

De um lado, a afirmação se sustenta, porque ao cabo cada faculdade efetivamente se integrou à UnU. Por outro, o estatuto definiu a autonomia de cada uma dentro da Universidade. Altafin relembra a fala de Tarso Dutra, que explicou que a criação da UnU não correspondia a uma Universidade e que o estatuto passaria momentaneamente, mas era preciso consertar esse vício. Nota-se no decorrer de *Primeiros Tempos* que muito do trabalho de Juarez Altafin como reitor foi conseguir superar essa falha e criar efetivamente uma Universidade. O próprio autor reconhece mais tarde o grande poder dado às Faculdades:

No terceiro nível, estavam as Faculdades. Situavam-se elas, formalmente, em posição inferior à Universidade e à Fundação. Porém, na verdade elas é que tinham o poder, em decorrência da sua autonomia financeira e administrativa (Altafin, 1997, p. 46).

Percebe-se que, de alguma forma, havia a ideia de promoção do Ensino Superior em Uberlândia como finalidade última de cada faculdade, afinal não se buscava lucro com as Escolas, e sim incremento de formação na cidade. Porém, não era nem um pouco desprezível o prestígio que cada um dos representantes das IES recebia ao se dedicar às Escolas Superiores.

É significativo pensar também que, quando criada a UnU, não havia a perspectiva de dedicação exclusiva, e boa parte dos professores se dedicava a outras atividades além do magistério. Altafin atuou como magistrado ao mesmo tempo que lecionava, e trabalhou como docente nas faculdades de Direito, Ciências Econômicas e Engenharia. Conta ainda que, no início, todos os docentes recebiam baixos salários e, também, que a maioria não tinha pós-graduação. Juarez considera que era mais pragmático ter professores com experiência profissional do que com pós-graduação. Levando em conta que a pós-graduação só se consolidou no país a partir da década de 1970, é coerente que, quando da criação das Escolas Superiores e da UnU, em uma cidade do interior do país, a necessidade dela para a habilitação ao magistério superior não fosse prioridade. A expansão promovida pela ditadura civil-militar do Ensino Superior aconteceu concomitantemente à consolidação da pós-graduação no Brasil. No entanto, a discussão sobre a Universidade de pesquisa está presente mesmo antes da criação da primeira Universidade (Cunha, 1986). A criação da USP também foi marcada pela ideia de uma Universidade dedicada à pesquisa. No país da Universidade temporã, constituída sob a influência de múltiplos modelos, notadamente o alemão, o francês e o estadunidense, ensino, pesquisa e extensão só tardiamente se tornaram indissociáveis signos. Mesmo que sua previsão legal esteja na Constituição de 1988, sua concretude ainda carece de ser plenamente estabelecida.

Com as Escolas Superiores surgindo no final da década de 1950 e a Universidade no final do decênio posterior, Juarez Altafin se permite fazer balanços sobre a ditadura, mas não aquela que se inicia em 1964. Na realidade, sua postura se assemelha à de Rondon Pacheco, como apresentada na seção 1: a luta pela democracia foi feita durante o Estado Novo. Sua fala sobre o período é recortada da terceira parte do livro, a qual traça perfis de pessoas por ele destacadas, quando trata de uma história introdutória a descrição dos feitos do professor Oswaldo Vieira Gonçalves:

Soa estranho hoje, no Brasil de 1993, que um professor pudesse perder o cargo por questão ideológica, ou por militância política. Entretanto, isso era comum no Estado

Novo. São conhecidos os exemplos de professores catedráticos, como Leônidas de Rezende e Hermes Lima, da Faculdade Nacional de Direito, afastados do Magistério porque eram marxistas. Era a época em que a polícia de Vargas deportava para a Alemanha, onde morreu, num campo de concentração, a esposa grávida de Prestes, Olga Benário. Era a época em que intelectuais de esquerda sofriam horrores nas prisões brasileiras, narrados por Graciliano Ramos nas suas dostoiévskianas memórias do cárcere (Altafin, 1997, p. 92).

Em relação ao Estado Novo, suas considerações não são imprecisas. Suas memórias correspondem ao que se pode reconstituir da realidade daquele tempo. De certa forma, agem também com um dado caráter pedagógico ao lembrar que, enquanto o país se reconstruía democraticamente, o período que findou na década de 1980 não era a primeiro regime de exceção que o país passava. Estudantes iniciantes do curso de História podem facilmente confundir descrições da ditadura de Vargas com a civil-militar pós-1964. Contudo, a intenção do autor não é essa. Altafin, como muitos dos informantes em *A UFU no Imaginário Social*, não associa o golpe de 1964 com uma ditadura. É interessante que cite Leonidas de Rezende e Hermes Lima e passe ao largo de outros tantos professores aposentados compulsoriamente durante o Regime Militar. Em 1993, a partir de maio, o ministro da Fazenda era Fernando Henrique Cardoso, posteriormente eleito presidente, conhecido por ter sido um dos expurgados pela ditadura. Aliás, o número exato de professores perseguidos, aposentados, exilados e torturados ao mesmo tempo em que a UnU, depois UFU, nascia e se consolidava é incerto, justamente pela falta de registros. Ainda que a Comissão Nacional da Verdade tenha promovido avanços, os números são aproximados, não exatos¹⁹.

Altafin evoca Graciliano Ramos, mas em 1993 já havia uma década de “Feliz Ano Velho”, romance autobiográfico de Marcelo Rubens Paiva, filho do deputado Rubens B. Paiva, uma das vítimas da repressão da ditadura civil-militar. Ou seja, já havia no período em que o autor escreve uma boa quantidade de livros sobre a ditadura que entremeou a UnU/UFU. Também cita Olga Benário, quando, próximo a si, houve o caso de Ismene Mendes. É, portanto, uma escolha rememorar com cores fortes do regime militar de Vargas e silenciar a ditadura civil-militar pós-64. Essa escolha diz respeito à própria UFU, pois a Universidade nasceu e se consolidou no período. Criada logo após a Reforma Universitária, federalizada de forma “exemplar” segundo representantes governamentais, uma vez que não significaria aumento de gastos do orçamento, consolidou-se como referência no município e na região, sob a égide dos militares.

¹⁹ As comissões regionais da verdade subsidiaram, também, a CNV e ocorreram em sua maioria abrigadas em uma Universidade. Neste trabalho, foi usado o relatório parcial da CVIM.

Juarez Altafin, repetidas vezes no livro, sugere que os campi Santa Mônica e Umuarama levem os nomes de Homero Santos e Rondon Pacheco, como no início do item “A Universidade Federal de Uberlândia”, na página 41, e no perfil de Rondon Pacheco, na página 100, como forma de reconhecimento da importância de ambos para a criação/federalização da UFU. Na seção 1, foi apontado o questionamento feito pela CVMI sobre o mérito de uma homenagem à Rondon Pacheco feita pela prefeitura e a irregularidade de designar espaços públicos com nomes de pessoas vivas. Em 1997, tanto Rondon Pacheco como Homero Santos estavam vivos. Destaca-se ainda uma omissão importante do jurista Juarez Altafin ao definir a posição de Rondon Pacheco: “estava o homem certo no lugar certo, para a criação da nossa Universidade” (Altafin, 1997, p. 42), pois conta como Rondon Pacheco “foi nomeado Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, no governo de Costa e Silva” [...] (Altafin, 1997, p. 42). O ex-reitor exclui a palavra “extraordinário” no cargo de Rondon Pacheco. Esse termo, que o próprio Rondon não omite, e explica, como apresentado na seção 1, é um signo do regime de exceção por que o país passava. Sendo ele um jurista, juiz e professor de Direito, esse “deslize” não deve ser encarado como um mero esquecimento. A realidade apresenta a contradição de que o regime militar, uma ditadura, foi também o que criou a UnU/UFU. A expansão da Educação Superior dificilmente será encarada como algo negativo, mas um regime de exceção não parece combinar com boas realizações. O caminho escolhido foi ignorar a ditadura, tratando-a como “revolução”, como era noticiado na época do golpe de 1964.

Ao se dedicar à história da Universidade Federal de Uberlândia, não se pode passar ao largo de Rondon Pacheco e Homero Santos. Eles são figuras-chaves para a instituição. No entanto, seus feitos para a IES não modificam o fato de que o poder político para tal veio da escolha em colaborar com a ditadura. Homero Santos era político da Arena, partido oficial de apoio ao Regime Militar. Rondon Pacheco foi ministro da Casa Civil, redator final do AI-5, articulador dos governos estaduais biônicos empossados em 1971, também ele exercendo o cargo em Minas Gerais. Ainda que ambos tenham iniciado a vida política muito antes de 1964, angariando prestígio, foram seus papéis durante a ditadura que deram fôlego para os maiores feitos. Rondon e Santos participam da criação das Escolas Isoladas, mas a criação da UnU e sua federalização foram seus maiores destaques.

Altafin, além de traçar perfis de figuras que considera destacadas, aponta as crises pelas quais passou enquanto reitor. Um dos motivos de sua hesitação em 1988 em dar entrevista para o trabalho de Caetano e Dib foram suas dificuldades nesse período. Em *Primeiros Tempos*, apresenta três momentos: a crise da Faculdade de Direito e da Faculdade de Veterinária, a questão do funcionamento em Tupaciguara, a crise do Estatuto e a possibilidade de

“desfederalização” da Faculdade Federal de Engenharia. As duas últimas já foram tratadas nessa investigação e o colocado por Altafin não contradiz ou acrescenta ao já exposto. No entanto, a crise da Faculdade de Direito se apresenta como algo novo.

Ao explicar o caso primeiro o autor, faz um elogio à Faculdade de Direito, exaltando seu trabalho, sua revista e o empenho de seus professores. Em seguida, a questão real é exposta: com uma estrutura anual de disciplinas, cinco anos de duração, aulas ofertadas no período noturno durante a semana e não apenas nos finais de semana, no primeiro ano de criação, a faculdade ofertou 500 vagas. É um número elevado, que chamou a atenção do MEC. A faculdade foi exortada a identificar quantos alunos efetivamente poderiam fazer as disciplinas de acordo com o local de residência, chegando à conclusão de que apenas 45% dos estudantes poderiam realmente assistir às aulas.

Essa diferença era um enorme problema. Primeiro porque, nos dias de provas, como eram muitos alunos, aqueles que vinham de lugares distantes queriam fazê-las em horários que lhes eram mais convenientes, e não o designado. Depois porque a legislação previa a frequência nas aulas para poder fazer exames. O número de alunos acima da possibilidade real de formação era importante para a manutenção econômica da Faculdade de Direito. O equilíbrio financeiro era alcançado pelo número de matrículas.

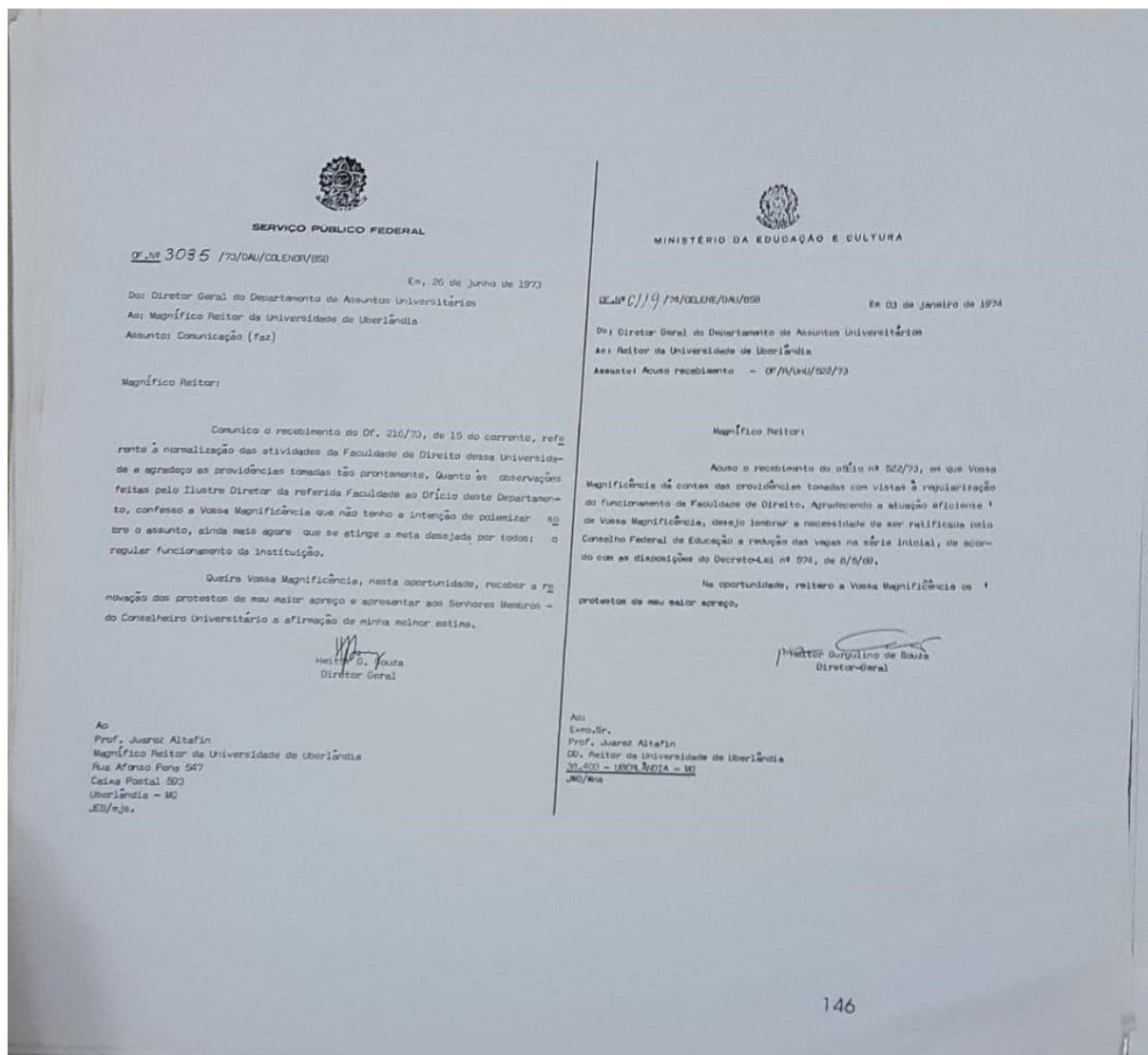
A DAU informou ao reitor uma série de irregularidades na Faculdade de Direito: a baixa frequência exigida para realização dos exames; a presença dos alunos não controlada pelos professores; turmas especiais que não cumpriam o mínimo de 180 dias letivos exigidos; e o fato de que uma aluna atuava como secretária da faculdade e o regimento não estava adequando a legislação. Altafin atribui esses problemas à autonomia excessiva das faculdades:

O órgão superior da Universidade tomou, por unanimidade de votos, as medidas cabíveis para sanar as aludidas irregularidades tendo, inclusive, reduzido pela metade o número de vagas do estabelecimento. Recebi dois ofícios do diretor da DAU agradecendo as providências que tomei, que vão publicados em anexo a este depoimento. Infelizmente, tais medidas não foram aplicadas tranquilamente – o que era natural à vista do hábito da autonomia das nossas Faculdades (Altafin, 1997, p. 66).

Tanto em *Primeiros Tempos* como em seu depoimento para *A UFU no Imaginário Social*, Altafin define como seu principal trabalho enquanto reitor a transição das faculdades autônomas para uma organização mais cêntrica da Universidade. No entanto, é difícil medir o êxito da empreitada, uma vez que o estatuto foi mudado somente com a federalização. Pode-se observar a organização da reitoria mesmo com a aplicação das medidas para solucionar a crise da Faculdade de Direito, ou mesmo com o encaminhamento dado ao implementar o curso de

Medicina Veterinária para Uberlândia, quando estava ainda previsto para Tupaciguara, enfrentando resistências de políticos e do MEC. Em contrapartida, os ecos da autonomia das faculdades puderam ser percebidos até mesmo depois que a UnU se tornou UFU.

FIGURA 25 – Ofícios da DAU



Fonte: Imagem feita pela autora (2023).

A última parte do livro, “Outros escritos”, começa com a reprodução de um discurso realizado na Faculdade de Ciências Econômicas quando foi por ela homenageado. Em seguida, há um texto em honra do professor Sérgio Alves de Oliveira Marques, falecido, por Altafin, dizendo que o docente não teria recebido reconhecimento suficiente pela Universidade. Os três textos seguintes versam sobre a administração universitária, escolha de reitor.

Em “O parlamentarismo na universidade”, Altafin questiona a proposta de uma administração inspirada nesse sistema político. Percebe-se que o autor teme o esvaziamento do

poder do reitor, deslocando-o para os pró-reitores e reforçando o papel dos Conselhos Superiores. Termina defendendo a proposta oriunda do Direito que previa o fim das Faculdades e a criação de Institutos, reafirmando a necessidade de aprimoramento constante nas técnicas administrativas.

O texto seguinte, “Os critérios para a escolha de reitor”, conta que em 1987 o reitor Ataulfo Marques Martins da Costa nomeou uma comissão, da qual fez parte, para definir os critérios para escolha de reitor. A proposta era organizar a consulta à comunidade para indicação da lista sêxtupla encaminhada ao MEC para nomeação. Fernandes e Andreotti (2021) explicam que as consultas à comunidade ganharam força com a redemocratização, e os autores atribuem o marco temporal em 1988, colocando a UFU como uma das instituições que buscava essa forma de escolha para reitor em primeira hora. Tal consulta não tinha, então, previsão legal e necessitava ser referendada pelo Conselho Universitário, órgão legalmente habilitado para formulação da lista sêxtupla para nomeação do reitor.

Dessa forma, a comissão instituída em 1987 deveria estabelecer de qual forma seria feita a consulta. Essa formulação é o mote do texto “A Comissão de Estudos e a consulta universitária”. Nesse texto, Juarez deixa de lado a escrita alicerçada unicamente em traços da memória e evoca argumentos jurídicos e administrativos e as adequações a eles das aspirações da comunidade. Há, inclusive, a indicação de bibliografia específica, organizada com a ajuda de Valéria Pimenta Soares. Altafin considera importante a consulta, mas pondera:

Porém, a consulta deve ser feita de tal modo que os diversos segmentos da instituição pesem de acordo com seu papel nela. Não se deve, na consulta, atentar apenas para o lado quantitativo; a qualidade surge no caso, como fator que irá ponderar, para igualar, a desigualdade entre servidores, alunos e professores. Não fora assim, e os estudantes, sozinhos, indicariam os seis mais votados pela comunidade, ignorando a opinião dos servidores e do corpo docente. Atente-se para o fato de que em números redondos, são 6.700 alunos para 3.000 servidores e 1.000 professores (Altafin, 1997, p. 137).

O autor defende, portanto, o voto ponderado, afastando a ideia de uma pessoa um voto, questão quantitativa, para que cada segmento seja representado por um peso, questão qualitativa. Era preciso ajustar os pesos para que estudantes não pudessem sozinhos escolher o reitor e, ao mesmo tempo, garantir a diferenciação entre servidores e professores, cada qual representando uma parte distinta da instituição, ainda que professores universitários também sejam servidores da Universidade.

O livro se encerra com uma série de anexos: Fac-símile de correspondência trocada entre o DAU e a reitoria, na ocasião da crise da Faculdade de Direito; carta do professor Regis Elias Simão, a propósito da comemoração dos 30 anos de fundação da Faculdade de Ciências

Econômicas; e o discurso do reitor Nestor Barbosa de Andrade durante o festejo. Nessa ocasião, Juarez Altafin foi homenageado.

A obra *Primeiros Tempos: o início da Universidade Federal de Uberlândia – Depoimento sobre Fatos e Pessoas* cumpre o papel proposto: a ampliação, sem a mediação das autoras de *A UFU no Imaginário Social*, da rememoração incitada pela obra de 1988. Como autor, Altafin pode colocar em seus próprios termos suas memórias como alguém que esteve no centro político da administração universitária como reitor, como parte de comissões, como redator de propostas de estatuto e regimento, entre outras funções. Fica claro seu respeito a figuras que considera importantes, mesmo que em algum momento estivesse em lados opostos. Isso é notável quando trata de Jacy de Assis e Rondon Pacheco, o qual, enquanto governador, priorizou o zelo pelos cofres públicos em relação à manutenção dos cursos da Autarquia Educacional enquanto Altafin era reitor.

Outro ponto importante reforçado no livro é a ordem dos reitores da UnU: Genésio de Melo é o reitor *pro tempore* inicial, aquele indicado quando da autorização para funcionamento da Universidade. Domingos Pimentel de Ulhôa foi o primeiro reitor, nomeado pelo presidente da Fundação Universidade de Uberlândia. Juarez Altafin foi seu vice. No entanto, Domingos Pimentel de Ulhôa muito rapidamente chegou à conclusão de que a reitoria não era para o seu feitio, assumindo então Juarez Altafin, quem efetivamente ocupou a maior parte do primeiro mandato.

Em seguida, se apresenta o último tópico desta seção, que visa articular os elementos destacados até aqui.

3.3 Sobrepondo as tramas: considerações sobre *A UFU no Imaginário Social* e *Primeiros Tempos*

Ao tratar como fonte primária a totalidade das duas publicações realizadas pela UFU antes do ano 2.000, foi possível remontar a história da UnU/UFU através de memórias de algumas pessoas que a vivenciaram. O caráter memorialista dos livros é um ponto de apoio, já que constitui um acervo disponível aos historiadores da Universidade, que fazem diretamente a mediação entre o registro dessas pessoas e a construção da história. Por outro lado, fica perceptível a falta de tratamento, de um trabalho que constituísse significados no tempo em que essas memórias foram ouvidas.

Há um entrave grande em *A UFU no Imaginário Social*: a falta de acesso à lógica da pesquisa. Teria sido importante ter acesso direto às entrevistas realizadas para o livro. Contudo,

o CDHIS não tem organizadas as entrevistas. Seria preciso um trabalho aprofundado de busca no acervo, sem garantia de sucessos, uma vez que mesmo sendo localizadas as fitas com o registro não necessariamente teriam condições de reprodução. Ainda que seja um ponto de fragilidade desta tese, a escolha por não ter buscado mais ativamente esses registros se justifica pelo grande volume de documentos tratados. Portanto, o posto neste trabalho foi constituído com o trabalho direto na produção finalizada.

O trabalho com as fontes abre caminho para alguns elementos constantes. *A UFU no Imaginário Social* consegue dar um panorama histórico da Universidade, partindo das Escolas Isoladas, perpassando a criação da UnU até a sua transformação em UFU, com depoimentos nem sempre alinhados, que permitem entrever algumas disputas. Um exemplo claro aparece quando se trata do tema “pesquisa”, em que professores e alunos de forma geral criticam o modelo de financiamento, ou seja, a falta de verbas. Já professores mais ligados à administração indicam que havia verbas suficientes para quem quisesse pesquisar. O mesmo tema aponta um hiato no livro: facilitaria se o livro, além da divisão por capítulos, atualmente fosse produzido um índice temático que agrupasse os mesmos assuntos tratados em capítulos diferentes. A própria temática “pesquisa” tem um item próprio e aparece em outros itens. A pós-graduação, por exemplo, que se associa à pesquisa, está descrita no item “Ensino”.

Uma temática recorrente na obra de Caetano e Dib é a prestação de serviços. O destaque positivo é da área de saúde, com os atendimentos médicos. O trabalho da Faculdade de Educação Física também foi assinalado. E ainda que essa presença represente esforços de atuação na comunidade, vários depoimentos indicaram que eram insuficientes para a aspiração popular. Havia a expectativa de que a Universidade atuasse fortemente em projetos que melhorassem indicadores socioeconômicos da região e incidisse diretamente na vida da população. Formar pessoas era importante, ainda mais se tal ação indicasse o incremento da mão de obra regional, mas era pouco para uma Universidade. Era preciso devolver à cidade o empenho da criação das Escolas Isoladas, ao mesmo tempo que a grandeza da instituição, por si só, já contribui para a cidade. Pelo menos, essa é uma visão que perpassa o livro.

O espaço ocupado pela Universidade também é construído com articulações políticas locais. Ainda que no período as Universidades tivessem a tendência de estabelecer campus único, mesmo com Uberlândia tendo planos para uma cidade universitária, a UnU/UFU acabou por, no século XX, estabelecer 3 campi na cidade: Umuarama, Santa Mônica e Educação Física. Ainda assim, por algum tempo, a ideia de unificação persistiu, seja com a concentração de cursos no Santa Mônica, estabelecendo Umuarama como um espaço de serviços, seja com a transformação da Fazenda do Glória em campus único. A necessidade de construção de novos

prédios e equipamentos para substituir outros já existentes e funcionais e o valor para tal foram indicados como justificativa para a consolidação do modelo multicampi. Tanto na obra de Caetano e Dib como nas memórias de Juarez Altafin é contada a história do reitor perspicaz, que, sabendo do interesse da prefeitura em uma área que deixaria de ser necessária para a captação de água, a solicitou para a Universidade, só para conseguir em melhores condições a área do Glória, que estava também disponível.

Histórias assim permearam o imaginário descrito. Chama atenção especialmente a anedota contada e recontada que inverte a ordem legal dos documentos e um pouco da origem dos atores envolvidos com a criação da UnU e da Universidade do Rio Grande. Os documentos demonstram que a Universidade mineira precede em dias a gaúcha, mas os depoimentos rearranjam os fatos para que a criação da última funcionasse como desculpa para a aprovação da primeira. Essas histórias também marcam a relação com Rondon Pacheco, já bastante desenvolvida na presente tese. Essas formas de recontar os acontecimentos não são falsificações conscientes, e sim mediações dos acontecimentos com elementos que parecem mais alvissareiros. Chamar atenção para um suposto feliz e inocente estratagema para convencer o presidente da república em assinar a criação da Universidade embota o fato de que ela foi criada com toda força e caminhos políticos típicos da ditadura. Rondon Pacheco exerceu tantas vezes e de forma eficaz papéis para a manutenção do regime que o presidente fez vista grossa para a criação de uma Universidade à revelia dos processos normais. A UnU foi uma forma de Rondon medir forças com Tarso Dutra e ganhar. Ainda que o discurso das fontes aqui analisadas e do próprio Rondon Pacheco seja de que um ministro precisava do outro e, mesmo se considerando desafetos, se uniram para criarem Universidades em seus estados de origem, as mesmas fontes indicam que essa união não foi feita de boa vontade. Indicações para “buscar quem os criou” quando representantes da UnU buscavam o MEC. Também a afirmação de Tarso Dutra, que aparece tanto em *A UFU no Imaginário Social* como em *Primeiros Tempos*, de que o primeiro estatuto da UnU não representava uma Universidade, indica o caminho pouco usual da criação da instituição.

A afirmação de Tarso Dutra de que a UnU não seria uma Universidade e de que seria necessário consertar o estatuto e a instituição posteriormente precisa ser considerada. Isso porque reproduz uma dualidade: a UnU era reconhecida legalmente como Universidade, ao mesmo tempo que sua estrutura não correspondia a uma, como afirmou o ministro da Educação. Não fosse outra afirmação constante, a de que a UFU sempre fora federal, a questão de ser ou não perderia a importância com o devir histórico e a adequação da instituição de forma legal e real ao conceito de Universidade.

Silva (2021) aponta que a intenção original de Pacheco era de criar uma Universidade federal, mas que primeiro tratou de estabelecer uma Universidade. Posição compartilhada como Gomes, Waperchowski e Sousa Netto (2003). Essa linha de pensamento aponta que a UnU não teria sido criada como federal, mas já antevia sua federalização, até como consequência lógica. Essa posição é ligeiramente diferente da apresentada nas fontes primárias desta tese. Contudo, Vieira Filho (1993) e Alberto (2023) concordam com a interpretação corrente nas fontes primárias desta pesquisa. Alberto (2023), nos quatro primeiros subitens de seu capítulo 6, “Universidade Federal de Uberlândia: movimentos que impulsionaram a federalização”, reconstitui os processos e significados da federalização da Universidade, em especial no subitem “6.4 – UFU uma fundação com personalidade jurídica de direito privado”, em que a autora demonstra como a UFU acabou se criando enquanto Universidade pública fundacional, submetida ao direito privado.

Observa-se que, com pequenas variações, há um consenso entre o que está disposto nas fontes dessa seção e o que já foi produzido pela literatura: a UnU deveria ter sido considerada desde a fundação federal ou pelo menos já estava prevista a federalização. Não é intenção desta pesquisa contradizer a literatura já produzida, até porque são resultados de pesquisas consistentes. Então, para este estudo de fato há, pelo menos, uma certa intencionalidade das pessoas que fundaram a UnU, especialmente Rondon Pacheco, como aponta Silva (2021), o qual afirma que a Universidade é de uma forma ou de outra federal. Certamente, aquilo que Alberto (2023) apontou como incongruências na constituição da instituição permitem elementos interpretativos que indicam essa relação precoce com a União. Essas questões já estão estabelecidas do ponto de vista historiográfico. Mas, além da história escrita, bem fundamentada como esta, há a história vivida, constituída pela instituição. E essa pode ter uma interpretação diferente. Como apontado, a UFU escolheu para si como marco inicial a federalização. Ele não é um marco despido de sentido porque de fato, antes ela era UnU, porém outras instituições usam suas precursoras como marco. As duas escolhas são cercadas de legitimidade.

Nota-se que o próprio livro *A UFU no Imaginário Social*, que carrega essa ideia em seu interior, foi uma iniciativa em comemoração aos 10 anos de federalização. Outra obra, que funciona como literatura, *Fragmentos imagens memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia* (Warpechowski; Sousa Netto, 2003) é alusiva à federalização. Talvez pela proximidade dos anos comemorativos, a federalização antecedendo somente um ano à criação, o marco tenha se fixado de forma espontânea e não planejada. O livro de Caetano e Dib (1988) pode ter contribuído, uma vez que a comemoração de dez anos

de federalização contou com essa impressionante empreitada, também realizada no ano final do mandato de reitor de Ataulfo Marques Martins da Costa, que apesar de, como comentam as autoras, ter proposto a pesquisa com tempo exíguo, estava no seu segundo mandato. Seu sucessor, Antonino Martins da Silva Júnior, que tomou posse ainda em 1988, estava em início de gestão quando o marco de vinte anos da UnU, em 1989, ocorreu. As fontes desta tese são insuficientes para afirmar que não houve comemoração, mas são robustas o suficiente para dizer que, se houve, não foram tão significativas e duradouras para rivalizar em importância com a da Lei nº 6532/1978. Os livros de memória, a literatura e as pesquisas de pós-graduação apontam para uma verdade histórica de que a UnU, desde sua criação, se pretendia uma Universidade Federal. A instituição, porém, estabelece o marco legal de sua federalização como seu início.

O trabalho com os dois livros enquanto fonte primária apontou ainda uma indicação em relação à fonte usada para seção 2: o Acervo SEGER. Se os “Documentos Históricos” não apresentam pistas sobre sua origem, sobre quem teria iniciado o processo de organização e guarda desses documentos, bem como definiu os elementos para serem considerados “históricos”, Caetano e Dib (1988) e Altafin (1997) indicam que essa pessoa seja o primeiro secretário da reitoria.

O trabalho com *A UFU no Imaginário Social e Primeiros Tempos*, mesmo renunciando a uma análise mais detalhada de suas imagens, partido da perspectiva do todo dos livros, permite reconstruir e analisar um panorama maior. Essas fontes contam uma história. Aqui, buscou-se ouvi-las integralmente. Essa frase não pode ser confundida com uma ideia de História completa ou definitiva dessa universidade. Pelo contrário: buscou-se explorar ao máximo aquilo que as fontes fornecem como indicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do projeto que resultou na presente tese, o trabalho foi marcado por desafios. Ao mesmo tempo que se iniciavam as atividades do curso de doutorado da Pós-Graduação em Educação para a turma ingressante em 2020, o planeta passou a enfrentar a primeira pandemia do século XXI. Os quatro anos entre projeto, execução e escrita da tese foram quatro anos de doença, medo, morte, sofrimento, adaptação, protocolos, vacina, alívio, novas adaptações e resistência. Não só para a pesquisadora, seus colegas, professores e orientador isso ocorreu, mas, com o uso literal da expressão popular, todo o mundo. Essa realidade afetou e ainda afetará pesquisas em todas as áreas. Além disso, os percalços que ocorrem em trabalhos científicos também perpassaram, como não poderia deixar de ser, todo o processo.

O encontro com o Acervo SEGER foi decisivo. A partir desse momento, investigar a história da UFU, que era o panorama geral, ganhava viabilidade com um aspecto importante: a fonte era original, robusta e com muitas possibilidades. Da mesma forma, *A UFU no Imaginário Social* e consequentemente *Primeiros Tempos* emergiam com um potencial imenso e pouco explorado. Ainda que os dois livros fossem frequentemente usados como referência, nenhum tinha um trato historiográfico de maneira mais completa.

Esta pesquisa procurou tecer uma história com os fios disponíveis nessas fontes. Cada documento, cada recorte de análise, produziu um fio de cor e espessura diferentes. Com o enlace do tear do historiador foram constituídas as tramas que unidas formam essa tese. Mas essa costura procurou se afastar da “colcha de retalhos”, aproximando-se mais de um painel, para que se pudesse ordenar os sentidos dos fios, descobrindo no processo seus significados. Através dessa força documental à disposição, esta tese foi erigida. Uma Universidade Federal de Uberlândia foi descortinada através de documentos/monumentos que ela própria definiu para si. Foi possível perceber alguns elementos extremamente caros à memória preservada. São os fios mais grossos, que impuseram certo relevo a trama.

O primeiro deles é Rondon Pacheco, o qual, analisando primeiramente o Acervo SEGER, mas principalmente os livros *A UFU no Imaginário Social* e *Primeiros Tempos*, demonstrou ser indissociável à UFU. Pelo lado da Universidade, esteve de forma mais ou menos decisiva na criação de todas as Escolas Superiores que deram início à Universidade de Uberlândia. Foi o articulador político dentro da administração federal para a criação da UnU. Mais tarde, também esteve envolvido em sua federalização. Pelo lado da política nacional, foi

o redator final do AI-5 e diretamente concorreu para muitos crimes ocorridos durante a ditadura. Mesmo com uma carreira advinda do direito, com participação na resistência à ditadura Vargas, não se acanhou em ter que usar um “extraordinário” em seu cargo como chefe da Casa Civil, justamente por seu mandato como deputado o impedir de exercer tal chefia de forma regular. Um governo de exceção não precisava se ocupar com detalhes como a separação dos Três Poderes. Da mesma forma que as inúmeras homenagens em vida prestadas ao político pela Prefeitura de Uberlândia e pela própria Universidade não levaram em conta que o que Rondon Pacheco fez pela UnU – e fez muito – só foi possível por estar em altos postos do governo militar. No governo Costa e Silva, o que editou o AI-5, pode ser considerado o civil mais importante.

E esta tese, o que vê de Rondon Pacheco? Vê que as ações políticas dele, eivadas de contradições, logram por oportunizar uma Universidade em Uberlândia, que significou o incremento da Educação Superior, a formação de mais pessoal qualificado, a promoção de cultura na cidade, interferindo na paisagem urbana e alocando esforços na promoção de vários serviços, sobretudo de saúde, que significam ganhos para a população local. Nem por isso, a marca positiva diminui seu papel como agente da ditadura. Um fio com gramatura maior, mas com cores que não combinam entre si, produzindo uma trama que precisa ser exposta, ainda que não seja bela em todos os aspectos.

A história desse personagem pode funcionar bem como analogia a todo o Regime Militar e a Educação Superior. Não há dúvidas sobre o crescimento no número de vagas, na criação de Universidades, na consolidação da pesquisa feitas pela ditadura civil-militar. Porém, esses avanços poderiam ser alcançados democraticamente e não coadunariam em tão significativos problemas como os que o regime militar gerou ao país, inclusive na própria Universidade.

Para além da formação das Escolas Superiores, também bastante presentes nas fontes, a UnU nasceu sob dois signos importantes: o primeiro vem da força de Rondon Pacheco, que foi capaz de impor sua criação. A própria anedota repetida tantas vezes nos depoimentos em *A UFU no Imaginário Social* de que Rondon teria “convencido” Costa e Silva a assinar o decreto de criação da UnU, levando primeiro à criação de uma em sua cidade, demonstra seu trânsito e importância naquele gabinete. Aí se encontra o outro signo: as manobras políticas, tanto em Brasília, com Rondon Pacheco em destaque, quanto as em Uberlândia, com os responsáveis pelas Escolas Superiores se articulando, resultaram em uma UnU muito peculiar. Mesmo sendo Universidade reconhecida por força de Decreto-Lei, sua organização não era a de uma.

Uma trama que ganha destaque são os motivos dessa particularidade são encontrados justamente nas próprias Escolas Superiores, que só aceitariam formar a UnU se mantivessem a autonomia. Juarez Altafin garante que pelo menos essa era a exigência de uma delas. De forma direta, nenhuma fonte apresenta qual seria aquela que impôs a condição, mas, sobretudo pelos acontecimentos que antecederam a federalização, é possível deduzir que se trate da Faculdade Federal de Engenharia, principalmente para manter para si o investimento federal. A UnU precisava resolver o problema de seu primeiro estatuto, que não permitiu que fosse plenamente uma universidade para ser federalizada. Também foi necessário se federalizar sem esperar mais verbas da União, criando um modelo considerado exemplar de estrutura e funcionamento na época.

A fala contundente de Juarez Altafin, que ecoa outras de teor semelhante em *A UFU no Imaginário Social*, de que as Escolas Superiores não tinham “dono”, se desbota na construção de uma UnU que dava total autonomia a essas escolas. Durante muito tempo, a sombra das Escolas Superiores que deram origem à UnU e a seus dirigentes mais destacados permaneceu na organização da instituição, ecoando pela Universidade por todo o recorte histórico.

Todo esse movimento está intimamente ligado ao contexto nacional do período. Os fios que tecem a trama vivida em Uberlândia também têm origem nacional e regional. Não fosse em um regime de exceção, a UnU não teria sido criada como foi. As dificuldades econômicas que o país passava impuseram uma federalização sem a contrapartida de verbas, e a UFU foi a única universidade federalizada dessa forma. Esses vetores indicam que as singularidades da UnU/UFU são propriamente os elementos que a conectam mais firmemente com o que acontecia no país. Quando se transformou em UFU, a universidade nascida das relações locais de figuras importantes e do arcabouço político, dado primeiro por Rondon Pacheco, e, também, por Homero Santos, era um exemplo. Quando a ditadura caminhava para seu crepúsculo, ela que delimitou as formas como está consolidada toda a Educação Superior no país, um de seus melhores exemplos de Universidade foi a Universidade Federal de Uberlândia.

Na redemocratização, a instituição mais uma vez se destaca por suas particularidades. Em 1988, a UFU publica um livro com vários depoimentos, incluindo uma seção para tratar de políticas públicas educacionais. Mesmo muito entrecortada por elementos da política em diversos níveis, mal tocou na Constituinte que estava redigindo a nova Carta Magna do país naquele momento. Posteriormente, em meio à crise política que resultou no impeachment de Fernando Collor de Melo em 1992, o impasse que antecedeu a nomeação do professor Nestor Barbosa como reitor pode parecer de menor relevância, afinal de contas, ele foi nomeado. Entretanto, o episódio indica que elementos da prática política autoritária dos anos da ditadura

continuavam correntes, contando com a prerrogativa legal dada pela Reforma Universitária de 1968 em relação à nomeação de reitor. Como apontado, os motivos apresentados para a não nomeação imediata de Nestor Barbosa foram mudando conforme os dias passaram, mas a indicação da motivação política como revide pelas posições do professor no processo que tornou Itamar Franco presidente parecem explicar melhor o momento e a tensão que só se desfez com a publicação da nomeação: Nestor Barbosa apareceu em uma fotografia que apresentava a linha que pedia que a chapa fosse responsabilizada por seus crimes, destituindo tanto Collor como Itamar. O presidente não queria nomear um reitor que potencialmente questionava sua legitimidade. Além disso, as eleições municipais davam contornos políticos ainda mais fortes nesse sentido, uma vez que Nestor Barbosa representava um dos grupos em disputa, enquanto o governo federal simpatizava com o outro. Apesar disso, esse era o reitor eleito pela comunidade de uma Universidade que, pelo menos nominalmente, era autônoma.

No desenvolver da tese, foi possível observar também a constante crise da universidade brasileira na segunda metade do século XX. A criação de instituições sobretudo na forma de conglomerado de faculdades – fórmula que a UnU levou ao extremo, é um exemplo. A pesquisa ainda incipiente, que, com vinte anos de existência da Universidade, não estava consolidada em 1988, demonstra que, por mais que o período seja marcado pela consolidação da pesquisa como caráter intrínseco à Universidade brasileira, esse processo se deu de forma particular em cada IES. As formulações para o Estado brasileiro que estiveram em disputa durante o recorte temporal também se fizeram sentir, a Universidade da ditadura, da redemocratização e da proposta de Estado Mínimo estiveram presentes no percurso. Assim, o particular e o geral costuraram o tecido do trabalho.

Ainda que se espere que a tese tenha sido suficientemente boa para servir de tijolo na construção do conhecimento tanto sobre a instituição que delimitou seu objeto como da Educação Superior Nacional, ela possui algumas limitações. Existem obstáculos inerentes ao trabalho de pesquisa, executado sob as condições concretas que esta tese perpassou. Algumas são decorrentes de escolhas da pesquisa. Talvez a que tenha maior destaque tenha sido aquela feita no início do trabalho, ainda na delimitação final do projeto: ao estabelecer a palavra escrita como elemento principal em detrimento as imagens das fontes, significantes qualitativa e quantitativamente, renunciou-se parte da possibilidade de descoberta. Dessa forma, a abertura para um outro trabalho que foque nesse elemento surgiu concomitantemente com a definição do projeto que resultou na tese. O decorrer da execução da pesquisa também demonstrou a riqueza das fontes que não foram totalmente exploradas nem mesmo sob o aspecto da palavra escrita. Isso é verdade especialmente em relação ao Acervo SEGER. A lógica aplicada aqui

excluiu de uma análise mais profunda muitos documentos que podem resultar em trabalhos potencialmente importantes. Também é possível que os mesmos fios tecidos em outro tear resultem em tramas diferentes.

Ainda com o presente tear, com essa pesquisa, aponta-se que as tramas da Universidade, das memórias que ela produziu sobre si, estão intimamente ligadas com a cidade de Uberlândia. Do discurso do primeiro reitor, Professor Domingos Pimentel de Ulhôa aos depoimentos de *A UFU no Imaginário Social*, passando pela obra de Juarez Altafin: Uberlândia, a cidade, tanto a real como a imaginada, está visível nos fios da UFU. Ao mesmo tempo que durante a criação das escolas isoladas e no início da UnU percebe-se apoio de setores da sociedade uberlandense, a simples existência da instituição trazia benefícios à cidade. O setor imobiliário combina os dois vetores fortemente, doa terrenos para as Escolas Superiores, ao mesmo tempo que busca a valorização do seu entorno. A Universidade traz outros avanços, objetivos e subjetivos, a formação de pessoal qualificado, o atendimento de serviços, especialmente aos de saúde, postos de trabalhos de prestígio dentro da cidade, a instituição exemplar em sua federalização para o modelo pretendido na época, entre outros. A UnU/UFU da cidade cujo destino é trabalhar sempre e mais tanto é resultado dessa empreitada, como demonstração de que tal esforço dá grandiosos resultados.

De certa forma serve a cidade como um marco de superação em relação à Uberaba. Quando da formação das Escolas Superiores o argumento inicial do MEC de que a presença de um curso em Uberaba era motivo de impedimento a abertura de outro em Uberlândia, mais fortemente se tomava o argumento como reforço da necessidade de se instalar ali o curso. Se Uberaba teve a primazia em Escolas Isoladas, Uberlândia erigiu sua Universidade muito antes. É um marco da Uberlândia maior potência regional. Os fios que tecem a UFU são extensos e durante todo o recorte de tempo não só a cidade de Uberlândia ganhou com sua existência, como também a região. Seja pela oferta de Educação Superior que ultrapassava os limites da cidade, seja pela circulação regional tanto de valores monetários, como de ideias, seja por períodos específicos como da oferta de Licenciaturas Curtas Parceladas em Monte Carmelo, a UFU no século XX estava em Uberlândia, mas sua influência alcançava a região.

Todo o trabalho de pesquisa resultou na tese que afirma: o Acervo SEGER se parece com um álbum de recortes, já *A UFU no Imaginário Social* se assemelha com um álbum de memórias que privilegia certos sujeitos, com *Primeiros Tempos* funcionando como um álbum novo, que parte dele, mas trata da memória apenas de Juarez Altafin. Com os fios puxados nessa pesquisa pode-se descortinar uma história da Universidade Federal de Uberlândia, intrincada, contraditória, que aponta para uma instituição intimamente relacionada com o período da

ditadura civil-militar, que se construía também como estratégia de modernização de Uberlândia, tanto quanto de status para aqueles determinados como protagonistas. Além de se manifestar para muitos como esperança de acesso à Educação Superior e outros tantos como a realidade, nem sempre correspondente ao sonho. Uma Universidade de onde se pode ouvir os ecos do período autoritário tanto por vetores internos, como externos, mesmo depois de uma nova Constituição consolidar a democracia no país. Uma instituição que formou, e forma, pessoal qualificado, que atendeu, e atende, a população regional, que é vetor de ideias e ideais. Sobretudo é preciso concluir que é uma instituição que valeu a pena ser erguida, ainda que se possa preferir condições outras para tal.

A tese enunciada no parágrafo anterior permite confirmar a hipótese inicial apresentada na introdução que propôs que a partir dos conjuntos de fontes primárias internas da UFU seria possível revelar elementos não presentes na historiografia já produzida sobre a instituição e, também, apontar contradições presentes nas fontes. Para tanto foi necessário cumprir o objetivo principal: compreender as possibilidades historiográficas baseadas no Acervo SEGER e nos livros *A UFU no Imaginário Social e Primeiros Tempos*, descortinando processos intrínsecos e extrínsecos de constituição da instituição. O mesmo se deu com os objetivos específicos.

Se esta pesquisa teve a grande pretensão de servir como um vetor, ainda que pequeno, para se entender como Minas Gerais se tornou o estado com mais Universidades Federais do Brasil, também aí está dado o caráter de incompletude: é preciso analisar se já há acúmulo suficiente de trabalhos explicando a gênese de todas essas instituições de forma satisfatória e ampliá-los se necessário. Concomitantemente, é preciso estabelecer pesquisas que conectem essas universidades para fornecer elementos capazes de responder efetivamente como Minas Gerais conseguiu ocupar tal espaço entre as IES federais. Uma proposta que se pode levantar é um trabalho comparando as criações das Universidades de Uberlândia e Uberaba. Como destacado na tese, e em outras investigações, as Escolas Superiores em Uberlândia surgiram principalmente da relação de rivalidade entre esta e Uberaba. Enquanto na primeira rapidamente as Escolas viraram uma Universidade, na segunda, tal processo só ocorreu no século XXI, quando a Universidade Federal do Triângulo Mineiro foi criada. Tais relações de proximidade e afastamento podem resultar em entendimentos sobre a Educação Superior em Minas Gerais, além de trazer mais profundidade aos estudos sobre a UFU e a UFTM.

Avançando um pouco, é preciso levantar que investigações sob a perspectiva da História de Educação sobre Instituições de Ensino Superior, especialmente sobre as diversas Universidades do País, ainda são escassas de um modo geral. Algumas exceções são a USP, a UFRJ e a Unicamp. Outras áreas, como a de Políticas Públicas, apresentam mais pesquisas

sobre o tema, muitas vezes evocando perspectivas históricas. Seria benéfico que a própria História da Educação se apropriasse mais sobre a temática, abrindo caminho para trabalhos com diferentes tipos de fontes.

Esse sentido também é aplicado à UnU/UFU. Ao cabo da pesquisa, emerge uma ausência: em todos os trabalhos encontrados, incluindo este, a participação estudantil é secundária. Há registros consistentes em relação aos fundadores das Escolas Isoladas, aqueles que participaram da fundação da Universidade, porém os estudantes têm pouco espaço para manifestação. Em *A UFU no Imaginário Social*, os discentes foram ouvidos sobre suas considerações acerca do presente, mas nenhuma entrevista foi citada para apresentar sua perspectiva em relação ao passado. Essa tarefa se apresenta como urgente quando pensada sob o aporte da História Oral. A UnU iniciou suas atividades em 1970, portanto podemos inferir que seus primeiros estudantes estejam na casa dos setenta anos hoje. Para existir a possibilidade de oportunizar a escuta da perspectiva estudantil do período, enquanto parte dos sujeitos históricos que construíram a Universidade, é preciso que as pesquisas não demorem a acontecer. Apesar de a tarefa de localização de tais sujeitos demandar um trabalho sem garantias de sucesso, o Acervo SEGER fornece algumas pistas relacionadas à Faculdade Federal de Engenharia: a brochura editada contém os nomes completos dos formados até 1975, o que poderia render investigações sobre a participação dessa faculdade na criação da UnU. Também, partindo desses nomes, talvez fosse possível localizar alguns estudantes que estivessem na instituição durante a questão da desfederalização, o que poderia resultar em uma pesquisa promissora.

Portanto, o fechamento desta tese não pode se assemelhar a um término. A práxis desse tipo de trabalho é de constante (re)construção. Espera-se que o posto aqui tenha algum conteúdo de verdade histórica: parcial, limitada e propícia a ser superada, mas ainda assim verdade. O que este tear produziu até aqui recebe um arremate provisório, para que mais fios possam ser incorporados e partes da trama possam ser desmanchadas, mas ainda assim acredita-se que aqui já há um tecido.

REFERÊNCIAS

- ACERVO O GLOBO. Frases. **Acervo O Globo**, [s. l.], [2023?]. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/frases/e-para-abrir-mesmo-quem-quiser-que-nao-abra-eu-prendo-arrebento-nao-tenha-duvidas-9047371> Acesso em 10 de out. 2023
- ALBERTO, T. P. L. **De UnU a UFU: movimentos de criação e federalização de uma Universidade do município de Uberlândia, 1957-78**. 2023. 302 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2023.
- ALMEIDA, M. H. T.; WEISS, L. Carro Zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. *In*: NOVAIS (coord). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- ALTAFIN, J. **Primeiros Tempos: Depoimentos sobre Pessoas e Fatos do Início da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: UFU, 1997.
- ALVES, A. J. **A gênese, a constituição e a implementação da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia – 1954 a 1978**. 2013, 136 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO – ABE. **O problema universitário brasileiro**. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1929.
- ARAÚJO, J. C. S. O Ensino Superior em Minas Gerais entre 1889 e 1968: cenários, problematizações em desafios para pesquisa. *In*: GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. de. **História da educação em Minas Gerais: da colônia à república**. Volume 3 República. Uberlândia: Edufu, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almendina, 2011.
- BARROS, J. D'A. **As hipóteses nas Ciências Humanas: aspectos metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BASTOS, T. Pró-reitores devem votar para lista. **Correio do Triângulo**. Uberlândia, Minas Gerais, p. 3, 18 out. 1992.
- BELLONI, I. A Educação Superior na nova LDB. *In*: BRZEZINSKI, I. (org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.
- BORGES, L. T. **A Universidade Federal de Uberlândia: interesses e conflitos na sua formação (Uberlândia 1957-1978)**. 2007. 84 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1937]. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, [1988]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. [Lei da Anistia]. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1979]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm. Acesso em: 3 jul. 2022.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB]. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. [Lei Suplicy de Lacerda]. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Revogado pelo Decreto-Lei nº 228, de 1967. Brasília: Presidência da República, [1964]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14464.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. Altos índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio avalia ministro. **Ministério da Educação (portal)**, [s. l.], 19 set. 2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior#:~:text=Total%20de%20estudantes%20%E2%80%93%20O%20Brasil,6%25%20des%20em%20institui%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%ABlicas>. Acesso em 25 jan. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 206, de 2019**. Dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; Senado Federal, [2019]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1839016. Acesso em: 6 out. 2023.

BRASIL. Censo escolar: Brasil tem 1,4 milhão de professores graduados com licenciatura. **Ministério da Educação (portal)**, [s. l.], 18 fev. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoas/acordo-gratuidade/33471-noticias/inep/85701-brasil-tem-1-4-milhao-de-professores-graduados-com-licenciatura>. Acesso em 14 fev. 2022.

BRASIL. Conheça a História da Educação Brasileira. **Ministério da Educação (portal)**, [s. l.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Revogado pela Lei nº 6.680, de 1979. Brasília: Presidência da República, [1969]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 774, de 20 de agosto de 1969. Autoriza o funcionamento da Universidade do Rio Grande, RS, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1969]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-774-20-agosto-1969-374739-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Univesidades Federais – REUNI. Brasília: Presidência da República, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.262, de 12 de agosto de 2010. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Portos da Presidência da República, e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 8.088, de 2013. Brasília: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7262.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Presidência da República, [2011]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 73.411, de 4 de Janeiro de 1974. Institui o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1974]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73411-4-janeiro-1974-421858-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 86.791, de 28 de dezembro de 1981. Extingue o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 99678 de 8 de Novembro de 1990. Brasília: Presidência da República, [1981]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86791-28-dezembro-1981-436402-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, exceto os artigos 6º a 9º. Brasília: Presidência da República, [1961]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024compilado.htm. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior. Brasília: Presidência da República, [1965]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4881A.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, com exceção do artigo 16, alterado

pela Lei nº 9.192, de 1995. Brasília: Presidência da República, [1968]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978.** Acrescenta e altera dispositivos no Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, que “autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1978]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-979/16532.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.532%2C%20DE%2024%20DE%20MAIO%20DE%201978.&text=Acrescenta%20e%20altera%20dispositivos%20no,Art. Acesso em 24 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, [1971]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977.** Altera a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média”, e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.192, de 1995. Brasília: Presidência da República, [1977]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6420.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.420%2C%20DE%2003%20DE%20JUNHO%20DE%201977.&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%205.540,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.733, de 4 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre a nomeação dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União. Brasília: Presidência da República, [1979]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16733.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.177, de 19 de dezembro de 1983.** Dispõe sobre a escolha de dirigentes de fundações de ensino superior e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.192, de 1995. Brasília: Presidência da República, [1983]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7177.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.177%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201983.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20escolha%20de,superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. Brasília: Presidência da República, [1995]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19192.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.192%2C%20DE%2021%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201995.&text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,Art. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Linha do Tempo IFES. **Ministério da Educação (portal)**, [s. l.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>. Acesso em 14 abr. 2023.

BRITO, D. de S.; WARPECHOWSKI, E. M. **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade.** Uberlândia: EDUFU, 2008. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-172-7>

BRITO, V. L. A. de. Autonomia Universitária Luta Histórica. *In*: DOURADO, L. F.; CATANI, A. M. **Universidade pública: políticas e identidade institucional**. Campinas: Editores Associados; Goiania: Editora da UFG, 1999. p. 23–40.

BRZEZINSKI, I. Tramitação e desdobramento da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 185–206, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/TNWFnmD9yYcPCsbfLX4sXrz/?lang=pt#>. Acesso em: 21 jun. 2023. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000200002>

CAETANO, C. G.; DIB, M. M. C. **A UFU no imaginário social**. Uberlândia: EDUFU, 1988.

CÂMERA DE UBERLÂNDIA. Uberlândia Ontem e Hoje. Disponível em <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/institucional/conheca-uberlandia#:~:text=No%20ano%20de%201852%2C%20atrav%C3%A9s,por%20meio%20da%20Lei%20n%C2%BA4>. Acesso em 04 abr. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação. Legislação Informatizada – Decreto número 11.530 de 18 de março de 1915 – Publicação Original. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 20 jan. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação. Legislação Informatizada – CONSTITUIÇÃO DE 1946 – Publicação Original. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 jan. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação. Legislação Informatizada – Lei nº 13005 de 11 de agosto de 1971 – Publicação Original. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em 28 jan. 2022.

CAMPOS, J. F. G. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. **Escrita da História**, [s. l.], n. 4, p. 100–119, 2016. Disponível em: <https://www.escritadahistoria.com/index.php/reh/article/view/39>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CASTRO, A. D. de. A licenciatura no Brasil. **Revista de História**, [s. l.], v. 50, n. 100, p. 627–652, 1974. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1974.132649. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132649>. Acesso em: 5 abr. 2023. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1974.132649>

CAVALCANTI, M. Ex-reitor Juarez Altafin morre aos 99 anos. **Comunica UFU**, Uberlândia, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticia/2021/03/ex-reitor-juarez-altafin-morre-aos-99-anos>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CEZAR, T. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CPEDOC/ FVG. Rondon Pacheco. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pacheco-rondon>. Acesso em 21 jul. 2022.

CHAUÍ, M. de S. A universidade pública sobre nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5–15, out./nov./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 10 nov. 2023 <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. <https://doi.org/10.7476/9788539303045>

CHAUÍ, M. de S. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 245–258, 2016. DOI: 10.1590/S1517-97022016420100400. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/114094>. Acesso em: 12 out. 2023. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400>

COMISSÃO DA VERDADE DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – CVIM. **Relatório II: A face civil da ditadura: o protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica**. Uberlândia: EDUFU: Comissão Nacional da Verdade, 2017.

CONFIRMADO Nestor nomeado para a reitoria da UFU. **Correio do Triângulo**. Uberlândia, Minas Gerais, p. 1, capa, 6 nov. 1992.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. 2021. **Catálogo de Teses e Dissertações**. CAPES, 2021. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 20 nov. 2021.

CUNHA, L. A. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: da colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o Ensino Superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do Ensino Superior**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DEMOCRATAS Dominam Tôda Nação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 de abril de 1964. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640403-27284-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 24 out. 2022.

DANTAS, S. M. De Uberabinha a Uberlândia: os matizes de um projeto de construção do mundo urbano (19000–1950). In: BRITO, D. de S.; WARPECHOWSKI, E. M. (Orgs.). **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: Edufu - Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2008. p. 17–50.

FÁVERO, M. de L. de A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, p. 17–36, dez. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 abr. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>

FÁVERO, M. de L. de A. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez; Campinas: Editores Associados, 1991.

FUGIU Goulart e a democracia está sendo restabelecida. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964). Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640402>. Acesso em: 24 out. 2022.

FERREIRA, L. de F. G. A organização de arquivos e a construção da memória. **Saeculum – Revista de História**, [s. l.], v. 1, p. 50–58, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11094>. Acesso em: 27 mar. 2023.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, R. P.; ANDREOTTI, C. V. O direito entre a tradição e a lei: (in)constitucionalidade da lei nº 5.540/68. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 27, p. 362–382, 2021. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/293>. Acesso em: 27 dez. 2023.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CEPEDOC. Verbete Reformas Educacionais Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf> Acesso em 24 jan. 2022.

GERMANO, J. W. G. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

GOMES, A. R.; WARPECHOWSKI, E. M.; SOUSA NETTO, M. R. (Orgs.). **Fragmentos imagens memórias**: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: Edufu, 2003.

GONZALES, K. G. Memórias da licenciatura curta parcelada de Ciências no Mato Grosso do Sul: vários olhares. Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática: fontes, temas, metodologias e teorias; a diversidade na escrita da história da educação matemática no Brasil, 2., 2014, Bauru. **Anais...** Bauru: Faculdade de Ciências, 2014. p. 1158–1169.

HINGEL apresenta hoje nome de Nestor para reitor da UFU. **Correio do Triângulo**. Uberlândia, Minas Gerais, p. 3, 7 out. 1992.

HINGEL, Murílio de Avellar. UFU é notícia em Brasília. **Correio do Triângulo**. Uberlândia, Minas Gerais, p. 3, 14 out. 1992.

HUMBOLDT, W. von. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas de Berlim. In: CASPER, G.; HUMBOLDT, W. von. **Um mundo sem universidades?**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 79–100.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285–303, maio 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt#>. Acesso em 12 mar. 2023. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 22 fev. 2021.

JIMENEZ, M. de O.; ANDRADE, G. B. de; LEITZKE, M. R. L.; STOECKL, B. P.; SOSSMEIER, K. D. A extensão e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a curricularização da extensão. **Educação: Teoria e Prática**, [s. l.], v. 33, n. 66, p. 1–19, 2023. DOI: 10.18675/1981-8106.v33.n.66.s15304. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15304>. Acesso em: 28 fev. 2023. <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v33.n.66.s15304>

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Ranking de universidades: selecione as categorias para conferir as melhores universidades no RUF 2019. São Paulo, **Folha de S. Paulo**, 2019. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-Universidades/principal/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

KALINOWSKI, G. M. da R. **O Clube das Cinco: as concepções de Universidade das docentes da área pedagógica de cursos de licenciatura na área de Ciências Exatas e Naturais**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2019.

KAUFMANN, J. C. **A entrevista compreensiva: um guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra: 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEGOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 59–77, abr. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000100003>

LISBOA, A. M. J. O sistema de créditos e a matrícula por disciplina: atores desintegradores do ensino médico. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 17–20, jan./abr. 1988. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v12.1-005>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbem/a/WCF5Yjht4rKPgThT6DzdBwz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2022. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v12.1-005>

LINDGREN-ALVES, J. A. **A década das conferências: 1990–1999**. Brasília: FUNAG, 2018.

MARQUES, W. Estado, sociedade e educação superior no Brasil Império: o passado presente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 547–566, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/pP6NjqgSPX5PX3c7dLBZbZJ/#>. Acesso em: 12 abr. 2023. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000300003>

MAZZITELLI, F. História da criação da Unesp. **Unesp**, São Paulo, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/sobre-a-unesp/historico/>. Acesso em: 10 ago. 2020

MENDES, O. M. **Os cursos de licenciatura e a formação do professor: a contribuição da universidade na construção do perfil de profissionais da educação**. 199 f. 1999. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 1999.

MINAS GERAIS. **Lei nº 1128, de 19 de outubro de 1929**. Autoriza a abertura de diversos créditos e contém outras disposições. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, [1929]. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=112&comp=&ano=1929>. Acesso em: 4 abr. 2022.

MINTO, L. W. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Editores Associados, 2006.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, R. P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informações das universidades. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30–67, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/zMNpct3W9cjyrNbQdVWbZTs/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 1 jun. 2023. <https://doi.org/10.1590/2237-101X009016002>

MOTTA, R. P. S. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, pp. 195–216, 2018. ISSN: 1806-9347. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-10>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 nov. 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-10>

NOME de Nestor é vetado novamente. **Correio do Triângulo**. Uberlândia, Minas Gerais, p. 1, capa, 8 out. 1992.

NOVO veto em cima da hora impede a posse de Nestor. **Correio do Triângulo**. Uberlândia, Minas Gerais, p. 3, 8 out. 1992.

ODILLA, F.; FERNANDES, S. Médici queria revogar o AI-5 – entrevista com Rondon Pacheco. **Folha de S. Paulo**, Novo em Folha, São Paulo, 9 dez. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/novoemfolha46/ult10100u477313.shtml>. Acesso em: 8 maio 2022.

PAULA, M. de F. C. de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social Rev. Sociol.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 147–161, out. 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12387>. Acesso em: 17 jan. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702002000200008>

PEREIRA, W. **As representações e práticas sociais acerca da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1966-1978)**. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

PEREIRA, W. **A ordem política e a reforma universitária: o processo de federalização da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1968-1978)**. 2012. 311 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PINHEIRO, M. F. O público e o privado na educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras: 1823–1988**. Campinas: Autores Associados, 2014.

PORTAL UFU. Cursos no Campus Monte Carmelo. **Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 3 out. 2017. Disponível em: <https://ufu.br/monte-carmelo/cursos>. Acesso em: 31 mar. 2023.

PORTAL UFU. Conheça a UFU. **Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 3 ago. 2016. Disponível em: <https://ufu.br/institucional>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PRADO, B. L. **O desafio de estudar em outra cidade: o processo de adaptação à vida universitária sob a perspectiva de estudantes do *campus* Monte Carmelo – UFU**. 2020. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia,, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

QUILLICI NETO, A. Formação de professores e a expansão da Educação Superior nos últimos dez anos: limites e desafios. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 171–178, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/13968>. Acesso em: 21 jul. 2023.

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA – RNP. Internet no Brasil: uma viagem pela história. Brasília, **RNP**, 2023. Disponível em: <https://www.rnp.br/internet-30-anos>. Acesso em 22 jul. 2023.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, M. das G. A educação superior norte-americana: gênese de um modelo. **História da Educação** [online], Porto Alegre, v. 20, n. 48, p. 75–93, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/56594>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/heduc/a/JK3xjSR8fDTWwT6Pd8Rxbrq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2021. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/56594>

ROTHEN, J. C. Os bastidores da reforma universitária de 1968. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 453–475, maio 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PVFXgnTXHRnstqmymdTnPbf/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em 10 dez. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000200008>

SANFELICE, J. L. O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. **Cadernos CEDES**, [s. l.], v. 28, n. 76, p. 357–378, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/WD7cLTJfXPvH3wNkDc8pTPh/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 30 maio 2023.

SANFELICE, J. L. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil- militar. **Rev. Simbio-Logias**, [s. l.], v. 8, n. 11, p. 127–143 dez. 2015. Disponível em: <https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/revistasimbio-logias/a-une-na-resistencia-ao-golpe-de-1964-e-a-ditadura-civil.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANFELICE, J. L. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 35, 192–200, set. 2009. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622/7190> .Acesso em 12 out. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300005>

SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 14, n. 41, p. 103–120, out. 1999. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300007>

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Editores Associados, 2013.

SAVIANI, D. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz. **História e historiografia da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291–312, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?lang=pt#>. Acesso em 02 mai. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>

SAVIANI, D. A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiesis Pedagógica**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v8i2.14035. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 12 jul. 2021. <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i2.14035>

SAVIANI, D. **A lei da educação: LDB – trajetória limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SCIELO. Página Inicial. **Scielo**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SCWHARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870–1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARCZ, L. M. STARLING, H. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, S. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 161–189, abr. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000100012>

SENADO FEDERAL. **Interlegis**. Tancredo Neves, o Presidente que o Brasil escolheu. Disponível em: <https://www.interlegis.leg.br/comunicacao/noticias/2007/02/tancredo-neves-o-presidente-que-o-brasil-escolheu>. Acesso em 03 jul. 2022.

SERAFIM, M. Universidade faz nova lista e Nestor fica em 2º lugar. **Correio do Triângulo**. Uberlândia, Minas Gerais, p. 3, 28 out. 1992.

SEVERINO, A. J. Os embates da cidadania: ensaio de uma abordagem filosófica da nova LDB. In: BRZEZINSKI, Iria (org.). **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

SGUISSARDI, W. **Universidade brasileira do século XXI**: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil**. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: UFS-IFAN, 2001.

SILVA, R. de S. F. **Genealogia do Curso Superior de Música da Universidade de Uberlândia, MG (1957-69)**. 2021. 211 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SILVA, M. P. da; FRANCO, G. Y. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/941/575>. Acesso em: 10 out. 2023.

SIMONINI, G. C. da S. **Telefonia: relação empresa e cidade – 1954–1980**. 1994. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SOARES, B. R. Estruturação interna e a construção dos signos de modernidade da Cidade Jardim. In: BRITO, D. de S.; WARPECHOWSKI, E. M. **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

STARLING, H. M. M. Silêncios da ditadura, **Revista Maracanan**, [s. l.], n. 12, p. 37–46, 2015. DOI: 10.12957/revmar.2015.17393. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/17393>. Acesso em: 24 jan. 2024. <https://doi.org/10.12957/revmar.2015.17393>

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TEIXEIRA, A. Educação e Universidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

THAYER, W. **A crise não moderna da universidade moderna: epílogo do conflito das faculdades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2002.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Linha do Tempo. Disponível em: <https://www.uerj.br/a-uerj/a-Universidade/memoria/linha-do-tempo/>. Acesso em 10 de ago. de 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG. Histórico. **Universidade Estadual de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, [2018?]. Disponível em: <https://www.uepg.br/Universidade/#historico> Acesso em: 10 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. Conselho Universitário. **Resolução nº 2, de 7 de abril de 2006**. Dispõe sobre a criação do campus do Pontal em Ituiutaba e dá outras providências. Uberlândia: Conselho Universitário, 2006. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2006-2.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. REUNI. Disponível em <http://www.REUNI.ufu.br/sites/REUNI.ufu.br/files/Projeto-REUNI-UFU.pdf> . Acesso em 18 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. Conselho Universitário. **Resolução nº 31/2015, de 28 de dezembro de 2015**. Prorroga a vigência do PIDE UFU 2010-2015, aprovado pela Resolução n 03/2010, do Conselho Universitário. Uberlândia: Conselho Universitário, 2007. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2015-31.pdf>. Acesso em: 6 de mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Comissão Permanente de Desenvolvimento e Expansão da Universidade Federal de Uberlândia – CPDE. **Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (PIDE) 2010–2015**. Uberlândia: CPDE, 2010. Disponível em:

https://proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/imagem/pide_2010-2015.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. **Anuário 2020**. Uberlândia: Diretoria de Planejamento, 2021. Disponível em: <https://proplad.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/2021/09/anuario-2020>. Acesso em: 20 out. 2022.

VARGAS, H. M. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, p. 107–124, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2553>. Acesso em: 16 out. 2023.

VIEIRA, S. L. A democratização da universidade e a socialização do conhecimento. *In*: FÁVERO, Maria de Lourdes (Org.). **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editores Associados, 1989.

VIEIRA FILHO, G. **O ensino superior no município de Uberlândia – 1957 a 1978**: o papel das lideranças locais e do Governo Federal. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WERNECK, G. Aos 94, ex-governador Rondon Pacheco relembra os primeiros anos da ditadura. **Estado de Minas**, Política, Belo Horizonte, 23 fev. 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/02/23/interna_politica,501114/aos-94-ex-governador-rondon-pacheco-relembra-os-primeiros-anos-da-ditadura.shtml. Acesso em: 2 maio 2022.

ANEXOS

A) ÍNDICE COMPLETO DAS PASTAS “DOCUMENTOS HISTÓRICO” SEGER

Na presente pesquisa considera-se até o documento de número 139, devido ao recorte temporal. Aqui encontra-se o índice na íntegra.

ÍNDICE

01. Decreto-Lei nº 762 - de 14/8/69 Autoriza o funcionamento da UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA.
02. Designação do Prof. FRANCISCO PALMA SOUZA representante da União.
- 02-A. Documentos relativos à criação da Escola de Medicina, Escola de Engenharia e da Universidade de Uberlândia
03. Decreto-Lei nº 762 - de 14/8/69 Autoriza o funcionamento da UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. (D.O.U. de 15/8/69).
04. Decreto nº 65.276 - de 6/10/69 Aprova o ESTATUTO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. (D.O.U. de 7/10/69).
05. Idem - Continuação.
06. Decreto nº 65.558 - de 21/10/69 Altera a redação do ESTATUTO DA UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA.
07. Idem - MEC, Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar.
08. Publicação da "FACULDADE FEDERAL DE ENGENHARIA".
09. Decreto-Lei nº 1.061- de 21/10/69 Dispõe sobre a integração a que se referem o artigo 3º, § 2º, dos Decretos-Leis nºs 762 e 774, respectivamente, de 14 e 20/8/69.
10. OF/009/FunU/P/70 - de 23 /3/70 Convite do Presidente da FUnU, Prof. MILTON DE MAGALHÃES PORTO.

11. Portaria 1/70 - de 19/8/70 Presidente da FUnU nomeia Prof. DOMINGOS PIMENTEL DE ULHÔA - Reitor da Universidade de Uberlândia.
12. Ofício - de 19/8/70 Presidente da FUnU ao Prof. DOMINGOS PIMENTEL DE ULHÔA, comunicando-lhe a nomeação para Reitor da Universidade de Uberlândia.
13. Ofício - de 20/8/70 Prof. DOMINGUES PIMENTEL DE ULHÔA comunicando recebimento do Ofício do Presidente da FUnU e cópia da Portaria 1/70.
14. Discurso do Reitor DOMINGOS PIMENTEL DE ULHÔA proferido no dia 26/8/70 Instalação da UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA.
15. Cópia de Memorando de 15/8/70, do Prof. GENÉSIO DE MELO PEREIRA ao Presidente da FUnU, comunicando a Instalação dos CONSELHOS UNIVERSITÁRIO e de COORDENAÇÃO da UnU.
16. Cerimonial - Visita do Ministro NEY BRAGA e do Governador AURELIANO CHAVES.
17. Ofício do Presidente da FUnU - de 13/12/71 Comunica ao Reitor em exercício a renúncia do Reitor DOMINGOS PIMENTEL DE ULHÔA.
18. Ofício do Prof. DOMINGOS PIMENTEL DE ULHÔA ao Vice-Reitor e Reitor em exercício Prof. JUAREZ ALTAFIN.
19. Decreto na 53.477 - de 23/1/64 Reconhecimento dos Cursos de Letras Néo Latinas, Letras Anglo-Germanicas e Pedagogia.
20. Decreto nº 54.848- de 19/3/65 Autorização de funcionamento do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (D.O.U. de 29/12/65). Decreto ns 62.221- de 5/2/68 Reconhecimento do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (D.O.U.. de 7/2/68).
21. Decreto na 74.112 - de 27/5/74 Reconhecimento do Curso de Ciências (Licenciatura de 1 °

Grau) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
(D.O.U. de 28/5/74).

22. Decreto na 71.335 - de 8/11/72 Reconhecimento do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (D.O.U. de 9/11/72).

23. Decreto nº 76.791 - de 15/12/75 Reconhecimento do Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

24. Decreto n.º 59.447 - de 3/11/66 Reconhecimento dos Cursos de Ciências Contábeis e Autorização para funcionamento do Curso de Ciências Econômicas. (D.O.U. de 4/11/66).

25. Decreto n.º 64.303 - de 2/4/69 Autoriza funcionamento do Curso de Administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (D.O.U. de 7/4/69).

26. Decreto nº 69.535 - de 11/11/71 Reconhecimento dos Cursos de Economia e de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas. (D.O.U. de 12/11/71).

27. Decreto nº 69.688 - de 3/12/71 Autoriza o funcionamento da Faculdade de Medicina Veterinária, mantida pela Autarquia Educacional de Uberlândia.

28. Decreto n.º 79.403 - de 16/3/77 Reconhecimento do Curso de Medicina Veterinária da UnU. (D.O.U. de 17/3/77).

29. Parecer C.F.E. no. 04/77 Favorável ao reconhecimento do Curso de Medicina Veterinária. (D.O.U. de 18/3/77).

30. Decreto nº 69.410 - de 22/10/71 Autoriza o funcionamento da Escola de Educação Física, da Autarquia Educacional. (D.O.U. de 25/10/71).

31. Decreto nº 75.714 - de 12/5/75 Reconhecimento do Curso de Educação Física da UnU. (D.O.U. de 13/5/75).

32. Decreto nº 47.732 - de 2/2/60 Autorização para o funcionamento do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito.

33. Decreto n.º 52.831 - de 14/11/63 Concede reconhecimento à Faculdade de Direito. (D.O.U.. de 28/11/63).
34. Decreto n.º 67.597 - de 18/11/70 Concede reconhecimento aos Cursos de Engenharia Mecânica e Química da Faculdade Federal de Engenharia.
35. Decreto nº 74.363 - de 7/8/74 Concede reconhecimento à Escola de Medicina e Cirurgia. (D.O.U.. de 8/8/74).
36. Decreto nº 75.026 - de 3/12/74 Concede reconhecimento ao Curso de Estudos Sociais da UnU. (D.O.U.. de 4/12/74).
37. Decreto nº 76.380 - de 2/10/75 Concede reconhecimento ao Curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia. (D.O.U.. de 3/10/75).
38. Decreto nº 78.555 - de 11/10/76 Concede reconhecimento aos Cursos de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica da Faculdade Federal de Engenharia. (D.O.U.. de 13/10/76).
39. Decreto nº 79.562 - de 20/4/77 Concede reconhecimento aos Cursos de Comunicação Visual, de Decoração e de Educação Artística, da Faculdade de Artes. (D.O.U.. de 22/4/77).
40. Ofício nº 003282 - de 29/12/72 Delegada Regional do MEC para Minas Gerais e Goiás - Comunicando retirada da inspeção federal da UnU.
41. Lei 112 6.053 - de 11/12/72 Incorpora ao patrimônio da Universidade os bens que menciona. (Minas Gerais - Diário do Executivo de 12/12/72).
42. Decreto nº 15.392 - de 13/4/73 Declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. (Diário do Executivo de 14/4/73).
43. Lei nº 2229 - de 29/5/73 Torna de utilidade pública a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA.
44. Fotos da Aula Inaugural dos Cursos da Universidade - 9/4/73.

45. Decreto-Lei n.o.1.275 - de 1º/6/73 Dispõe sobre a aplicação de recursos orçamentários ... (D.O.U.. de 8/6/73).
46. Discurso do Governador RONDON PACHECO - Paraninfo da 1a Turma de Médicos da EMECIU. (Minas Gerais - 18/12/73).
47. Discurso do Orador da Turma "Dr. DOMINGOS PIMENTEL DE ULHÔA" da EMECIU.
48. Lei n.o. 6.574 - de 2/5/75 Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Fundação Universidade de Uberlândia. (Minas Gerais - Diário Executivo de 3/5/75).
49. Portaria n.o. 794 - de 26/12/75 Ministro da Educação e Cultura designa o Prof. JOSÉ DE PAULO CARVALHO - Reitor "pro tempore" da UnU.
50. OF/GM/BSB 132/76 - de 4/2/76 Secretaria Administrativa do MEC comunica ao Prof. JOSÉ DE PAULO CARVALHO sua designação para Reitor "pro tempore" da UnU.
51. OF. Nº 4136/75/DAU/CODEAT- de 5/11/75 Diretor Geral do Departamento de Assuntos Universitários comunica recebimento de Ofício da UnU, referente a Designação de Reitor.
52. Fotos permuta "Lagoinha" com o "Glória" - 1975.
53. Presidente da República nomeia o Prof. GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO – Reitor da UnU e Prof. ANTONINO MARTINS DA SILVA JÚNIOR- Vice-Reitor da UnU em 30/4/76. (D.O.U.. de 3/5/76).
54. Termo de Posse e Compromisso do Prof. GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO -Reitor da UnU.
55. Termo de Posse e Compromisso do Prof. ANTONINO MARTINS DA SILVA JÚNIOR - ViceReitor da UnU.
56. Inauguração do Pronto Socorro "D. VIVI SANCHES DE MENDONÇA" - EMECIU. (Minas Gerais de 26/5/76).
57. Discursos do Governador AURELIANO CHAVES e do Ministro da Educação NEY BRAGA. (Minas Gerais de 26/5/76).

58. Memorando Circular nº 25/76 - de 28/9/76 Proposta de Estatuto aos Professores da UnU.
59. Parecer C.F.E. n.o. 3.752-76 Autoriza a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a ministrar cursos em Monte Carmelo. (D.O.U.. de 24/1/77).
60. Decreto n.o. 79.139 - de 18/1/77 Autoriza a Universidade a ministrar cursos em Monte Carmelo. (D.O.U.. de 19/1/77).
61. Decreto n.o. 80.536 - de 11/10/77 Regulamenta a Lei nº 6.420 de 3/6/77, e dá outras providências.
62. Lei n.o. 6.420 - de 3/6/77 Altera Lei nº 5.540 de 28/11/68, que fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a Escola Média, e dá outras providências.
63. Lei nº 5.540 - de 28/11/68 Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a Escola Média, e dá outras providências.
64. Certificado de registro dos ESTATUTOS da UnU.
65. Aprovação pelo Ministro da Educação e Cultura da TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DOCENTE da UnU.
66. Lei nº 6.532 - de 24/5/78 FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.
- *66A. Primeira Proposta de Federalização da Universidade de Uberlândia, apresentada na reunião da Congregação da Faculdade Fed. de Engenharia, em 28/4/75. (apensado ao doc. de nº 66)
67. Aviso n.o.178- SUPAR/78 - de 24/5/78
68. Parecer C.F.E. nº 7.193/78 Aprovação do ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.
69. Portaria nº 0-126 - de 2/3/79 Aprovação do ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA pelo MEC. (D.O.U.. de 8/3/79).
70. Certidão do ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, expedida pelo Cartório de Registro de Título e Documentos em 30/3/1979, e original do Estatuto de

julho/1978 (documentos relativos ao Estatuto da UFU enviados ao CFE em 1978 estão arquivados na caixa 12 - ano 1978 - Relação 07/2005).

71. Certificado conferido à UFU pelo MEC.

72. Portaria nº- 569 - de 7/6/79 Designação do Prof. WILSON RIBEIRO DA SILVA para exercer as funções de Diretor "pro tempore" da Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto.

73. Decreto 83nº.242 - de 7/3/79 Autoriza a conversão dos Cursos de Matemática, Ciências Biológicas, Química e Ciências. (D.O.U.. de 8/3/79).

74. Lei nº 6.733 - de 4/12/79 Dispõe sobre a nomeação dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União.

75. Certidão do Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Registro do Manifesto do CONSELHO UNIVERSITÁRIO.

76. Presidente da República em 29/4/80 nomeia o Prof. ATAULFO MARQUES MARTINS DA COSTA- Reitor da UFU e Prof. SEBASTIÃO BUIATTI - Vice-Reitor da UFU.

77. Presidente da República em 29/4/80 nomeia o Prof. ATAULFO MARQUES MARTINS DA COSTA - Reitor da UFU.

78. Presidente da República em 29/4/80 nomeia o Prof. SEBASTIÃO BUIATTI - Vice-Reitor da UFU.

79. Portarias nº5 166 a 174 - de 11/2/81 Nomeia PRÓ-REITORES, DIRETORES e VICE-DIRETORES do CEBIM, CEHAR e CETEC da Universidade Federal de Uberlândia.

80. Portaria nº 212 - de 4/3/81 Reconhece o Curso de Psicologia. (D.O.U.. 6/3/81)

81. Decreto nº 87.989 - de 23/12/82 Autoriza a UFU a permutar imóveis de sua propriedade por outras de propriedade do Município de Uberlândia.

82. Certificado conferido à UFU pela Associação de Téc. em Radiologia do Estado de São Paulo.

83. Lei n.a 7.177 - de 19/12/83 Dispõe sobre a escolha de dirigentes de Fundações de Ensino Superior e dá outras providências.
84. idem.
85. Decreto de 10/7/84 Presidente da República nomeia o Prof. ATAULFO MARQUES MARTINS DA COSTA - Reitor da Universidade Federal de Uberlândia.
86. Idem.
87. Decretos de 12/9/84 Presidente da República nomeia o Prof. GERALDO DE CARVALHO - Vice-Reitor da Universidade Federal de Uberlândia.
88. Portarias de 13/11/84 Ministra da Educação e Cultura nomeia DIRETORES e VICE-DIRETORES do CEBIM, CEHAR e CETEC da Universidade Federal de Uberlândia.
89. Ofício nº 015/D/DSI/MEC - de 29/3/84 Normas para levantamento de Dados Biográficos.
90. Lei ns 4181 - de 1.a;7/85 Prefeitura Municipal de Uberlândia torna de utilidade pública a F.A.U.
91. Estatutos da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE UBERLÂNDIA.
92. Certidão de Registro no conselho Federal de Mão-de-Obra.
93. Decreto no. 94.410 - de 10/6/87 Delega competência aos Reitores para nomear o VICE-REITOR.
94. Portarias de 21/5/87 Delega competência aos Reitores para nomearem os DIRETORES e VICE-DIRETORES de Centro.
95. Certificado conferido à UFU pela AITMAP.
96. Portaria N2 114 de 11/12/87. Aprova o Regimento Interno da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA e Reconhece o funcionamento e a regularidade do Curso de 1 ° Grau da Escola.
97. Decreto de 9/6/88. Admite o Prof. ATAULFO MARQUES MARTINS DA COSTA no Grau de Grande Oficial no quadro efetivo da Ordem Nacional do Mérito Educativo. (D.O.U.. de 10/6/88).

98. Decreto de 3/5/88. Presidente da República nomeia o Prof. ANTONINO MARTINS DA SILVA JÚNIOR - Reitor da Universidade Federal de Uberlândia. (D.O.U.. de 4/5/88).
99. Termo de Posse e Compromisso do Prof. ANTONINO MARTINS DA SILVA JÚNIOR - Reitor da Universidade Federal de Uberlândia.
100. Portaria No 324 de 6/9/88. Reitor da UFU nomeia o Prof. LUIZ MÁRIO GUIMARÃES GONÇALVES - Vice-Reitor da Universidade Federal de Uberlândia. (D.O.U.. de 19/9/88).
101. Portarias de 4/10/88. Reitor da UFU nomeia os DIRETORES e VICE-DIRETORES do CEBIM e CEHAR. (D.O.U.. de 5/10/88).
102. Portarias de 7/10/88. Reitor da UFU nomeia o DIRETOR e VICE-DIRETOR do CETEC. (D.O.U.. de 14/10/88).
103. Portaria Nt2 243/91 MEC de 18/2/91. Ministro de Estado da Educação reconhece o Curso de Agronomia da UFU.
104. Despacho de 14/3/91. Ministro de Estado da Educação homologa o Parecer N° 768/90 do CFE conferindo aos licenciados e psicólogos o grau de Bacharel em Psicologia. (D.O.D. de 15/3/91).
105. Portaria N° 26 de 2/5/91. Secretário da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica do Ministério da Educação declara regularidade dos Cursos de Habilitações Profissionais em "Higiene Dental" e "Patologia Clínica", oferecidos pela Escola Técnica de 2° Grau da UFU.
106. Parecer do CFE N° 169/89 de 13/2/89. Reconhecimento da Habilitação em "Magistério para a Pré-Escola" do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia.
107. Parecer do CFE N.12 1383/88 de 30/11/88. Alteração curricular do Curso de Ciências - Licenciatura de 1° Grau e Habilitações Plenas em Matemática, Biologia e Química.
108. Portaria N.12 1.466 MEC de 7/10/92. Ministro de Estado da Educação designa Prof. RAIMUNDO HÉLIO LEITE - Reitor "pro tempore" da UFU.
109. Relatório da 1a Reunião Informal com Membros do CONSUN, realizada dia 9/10/92.
110. Relatório da 2a Reunião Informal com Membros do CONSUN, realizada dia 9/10/92.

111. Relatório da 3a Reunião Informal com Membros do CONSUN, realizada dia 13/10/92.
112. Membros do CONSUN indicam 3 professores para comporem relação de nomes para nomeação do Reitor "pro tempore" da UFU em substituição ao Prof. Raimundo Hélio Leite.
113. Portaria N° 1.496 MEC de 14/10/92. Ministro de Estado da Educação dispensa Prof. RAIMUNDO HÉLIO LEITE do cargo de Reitor "pro tempore" da UFU.
114. Portaria N° 1.497 MEC de 14/10/92. Ministro de Estado da Educação designa Prof. JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA - Reitor "pro tempore" da UFU.
115. Decreto de 30/10/92. Presidente da República nomeia Prof. NESTOR BARBOSA DE ANDRADE - Reitor da UFU. (D.O.U.. de 6/11/92).
116. Ata de Transmissão do Cargo - 13/11/92.
117. Escritura de doação do Prédio da Engenheiro Dintz - 22/10/76.
118. Portaria R N2113-A/92 de 20/11/92. Reitor nomeia o Prof. CARLOS ROBERTO RIBEIRO - Vice-Reitor.
119. Termo de Posse Compromisso Tomado do Prof. NESTOR BARBOSA DE ANDRADE no MEC em Brasília.
120. Lei N2 9.192 de 21/12/95. Altera dispositivos da Lei N° 5.540 de 28/11/68.
121. Decreto N21.916 de 23/5/96. Regulamenta o processo de escolha dos dirigentes das IFES.
122. Certificado de participação da UFU no XIII Prêmio Jovem Cientista/1996.
123. Decreto N2 2.014 de 26/9/96. Presidente da República delega competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto para nomear Vice-Reitores e outras autoridades.
124. Portaria N2 1.048 de 14/10/96. Ministro de Estado da Educação e do Desporto subdelega competência aos Reitores das Universidades federais para nomear Vice-Reitores.
125. Decreto de 14/10/96. Presidente da República nomeia Prof. GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO – Reitor da UFU. (D.O.U.. de 15/10/96).

126. Termo de Posse e compromisso do Prof. GLADSTONE R. DA CUNHA FILHO - Reitor, assinado em 31/10/96, em Brasília.
127. Ata de Transmissão do Cargo de Reitor para o Prof. GLADSTONE R. DA CUNHA FILHO. Posse dos Pró-Reitores: PROPLAD, PROEN, PROPP, PROEX e PROREH.
128. Portarias R/UFU de 18/11/96 - Ordenadores de Despesa. Portarias R/UFU de 16/12/96 - Nomeação de Vice-Reitor, Diretores e Vice-Diretores de Centro, Diretores Hospitais de Clínicas e Odontológico.
129. Lei N.o. 9.394 de 20/12/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - (LDB).
130. Parecer N.o. 273/99 de 16/3/99 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação -Aprova o novo ESTATUTO da UFU.
131. Portaria N.o. 682 de 26/4/99 do Ministro de Estado da Educação. Aprova as alterações do ESTATUTO da UFU.
132. Autenticação do Estatuto da UFU pelo Conselho Nacional de Educação.
133. Registro do ESTATUTO da Universidade Federal de Uberlândia no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, efetuado em 7 de janeiro de 2000.
134. Decreto N.o.1.845 de 28/3/96. Delega competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, para a prática dos atos que menciona.
135. Decreto de 14/11/2000 e originais de documentos. Presidente da República nomeia Prof. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI - Reitor da UFU. (D.O. de 16/11/2000).
136. Termo de Posse e compromisso do Prof. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI - Reitor, assinado em 28/11/2000, em Brasília.
137. Ata de Transmissão do Cargo de Reitor para o Prof. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI. Portarias dos Pró-Reitores: PROPLAD, PROGRAD, PROPP, PROEX e PROREH.
138. Portaria R/UFU/980 de 22/12/2000 - Nomeação de Vice-Reitor.
139. Portarias R/UFU de 26/12/2000 - Nomeação dos Diretores do Hospital de Clínicas.

140. Portarias R/UFU de 27/4/2001 e 9/5/2001- Nomeação dos Diretores das Unidades Acadêmicas.

141. Ata de Sessão Solene do Conselho Universitário da UFU, de 18/12/2003 - Concessão do Título de Doutor Honoris Causa da UFU ao Capoeirista, Senhor João Pereira dos Santos (Mestre João Pequeno).

142. Decreto de 19/11/2004. Presidente da República reconduz Prof. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI - Reitor da UFU (Gestão 2004/2008) - D.O.U.. de 22/11/2004.

143. Termo de Posse em Cargo Comissionado IFES - CD do Prof. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI - Reitor da UFU (Gestão 2004/2008), assinado em 30/11/2004.

144. Ata de Recondução do Prof. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI ao Cargo de Reitor da UFU - Gestão 2004/2008, de 6/12/2004.

145. Discursos proferidos pelos Profs. MARCELO SOARES PEREIRA DA SILVA e ANTÔNIO DE ALMEIDA na cerimônia de posse (6/12/2004) do Prof. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI no cargo de Reitor da UFU (Gestão 2004/2008).

146. Portarias R NIS 1.307, 1.308, 1.309, 1.310, 1.311, 1.312, 1.315, 1.316 e 1.317, de 6/12/2004 de exonerações e nomeações de Pró-Reitores da UFU.

147. Portaria R N.o. 1.389, de 30/12/2004, e Portaria R N° 10, de 3/1/2005, respectivamente, de prorrogação do mandato de Vice-Reitor, Prof. Antônio de Almeida e de nomeação do Prof. Elmiro Santos Resende, no cargo de Vice-Reitor, por 4 anos, com o início no dia 11/1/2005.

148. Portarias R N° 07, 03 e 05, de 3/1/2005, respectivamente de nomeação do Prof. Alair Benedito de Almeida - Diretor Geral do Hospital de Clínicas, da servidora Lílian Machado de Sá - Diretora Administrativa do Hospital de Clínicas, e do servidor Durval Veloso Silva - Assessor Especial 2 (Diretor de Enfermagem do Hospital de Clínicas).

149. Portarias R NIII 1.334, 1.336, 1.338, 1.340, 1.342 e 1.344 de 10/12/2004, respectivamente de nomeação do Prof. Augusto Diogo Filho - Chefe do Departamento de Cirurgia, do Prof. Marcelo Simão Ferreira - Chefe do Departamento de Clínica Médica, do Prof. Delcídes Faleiros Oliveira - Chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia, do Prof. Orlando Cesar Mantese - Chefe do Departamento de Pediatria, da Profa Rosuíta Fratari Bonito - Coordenadora

do Curso de Graduação em Medicina, e do Prof. Miguel Tanús Jorge - Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde.

150. Ata de Sessão Solene do Conselho Universitário da UFU, de 15/4/2005 - Concessão do Título de Doutor *Honoris Causa*, in *memoriam*, da UFU ao Ex-Reitor e Professor Genésio de Melo Pereira.

151. Termo de Posse de Diretores de Unidades Acadêmicas da UFU, de 5/5/05 e respectivas Portarias de designação.

152. Lei nº 3.815, de 5/10/06/Prefeitura Municipal de Ituiutaba e Convênio celebrado relativo à edificação do Campus do Pontal, em Ituiutaba-MG.

153. Lei nº 4.845, de 1/7/06 - Governo do Estado de Minas Gerais - Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 4.257, de 27/9/1966.

154. Lei nº 6.053, de 11/12/1972 - Governo do Estado de Minas Gerais - Incorpora ao Patrimônio da Universidade Federal de Uberlândia os bens e direitos pertencentes a Autarquia Educacional de Uberlândia, criada pela Lei nº 4.257, de 27/9/1966.

155. Ata de Sessão Solene do Conselho Universitário, de 31/5/2007 - Concessão do Título de Professor Emérito da UFU ao Professor Doutor WARWICK ESTEVAM KERR.

156. Portaria R nº 299-A, de 25/4/2008 - Alteração do endereço da Reitoria da UFU de Avenida Engenheiro Diniz para Avenida João Naves de Ávila

157. Ata de Sessão Solene do Conselho Universitário, de 25/7/2008 - Concessão dos Títulos de "Doutora *Honoris Causa*" à Professora EDMAR FERRETTI e de "Professor Emérito" ao Professor Doutor CARLOS RODRIGUES BRANDÃO.

158. Decreto de 5/11/2008 Presidente da República nomeia o Prof. ALFREDO JÚLIO FERNANDES NETO - Reitor da UFU (gestão 2008/2012). (D.O.D de 6/11/2008 - Seção 2).

158A. Termo de Posse do Prof. ALFREDO JÚLIO FERNANDES NETO - Reitor, assinado em 2/12/2008, em Brasília.

159. Ata da Transmissão do Cargo de Reitor para o Prof. ALFREDO JÚLIO FERNANDES NETO - Reitor da UFU (gestão 2008/2012).

160. Discursos proferidos pelos Professores Valder Steffen Júnior, Elmiro Santos Resende e Arquimedes Diógenes Ciloni, na transmissão do cargo de Reitor ao Prof. Alfredo Júlio Fernandes Neto, em 04/12/2008.

161. Portarias R N12.S. 922, 923, 924, 925 e 926, de 4/12/2008, de exoneração de Pró-Reitores, e Portarias R N 12.S. 969, 970, 971, 972 e 973, de 5/12/2008, respectivamente, de exoneração e nomeação dos Pró-Reitores: Waldenor Barros Moraes Filho, Valder Steffen Júnior, Alcimar Barbosa Soares, Sinésio Gomide Júnior, Darizon Alves de Andrade.

162. Portaria R Nº 1088/2009, de 30/12/2008, de exoneração do Prof. Darizon Alves de Andrade, no cargo de Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

163. Portaria R Nº 1099/2008, de 30/12/2008, de nomeação do Prof. Alberto Martins da Costa, no cargo de Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

164. Portaria R Nº 30/2009, de 8/1/2009, de nomeação do Prof. Darizon Alves de Andrade no cargo de Vice-Reitor, por quatro anos, com início no dia 12/1/2009, e a respectiva publicação no Diário Oficial da União.

165. Portarias R Nos 87 e 92, de 8/01/2009, respectivamente, de nomeação do Prof. Claudine Jordão de Carvalho no cargo de Ouvidor da Ouvidoria Geral do Gabinete do Reitor e do Servidor Amado da Silva Nunes Junior no cargo de Diretor do Hospital Veterinário.

166. Portarias R N.o.s 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132 e 140, de 12/01/2009, respectivamente de exoneração do Prof. Alair Benedito de Almeida - Diretor Geral do Hospital de Clínicas, da servidora Lílian Machado de Sá - Diretora Administrativa do Hospital de Clínicas, do Prof. Orlando Cesar Mantese - Diretor Clínico do Hospital de Clínicas do servidor Durval Veloso Silva - Assessor Especial 2 (Diretor de Enfermagem do Hospital de Clínicas), e de nomeação do Prof. Luzmar de Paula Faria - Diretor Geral do Hospital de Clínicas, do servidor Aluísio José Alves - Diretora Administrativa do Hospital de Clínicas, da servidora Selma Andrade Coelho - Assessora Especial 2 (Diretora de Enfermagem do Hospital de Clínicas), do servidor Cezar Augusto dos Santos – Assessor Especial 2, do Prof. Marcelo Simão Ferreira - Diretor Clínico do Hospital de Clínicas e do Prof. Renato Alves Pereira - Prefeito Universitário.

167. Portaria R Nº. 184, de 16/01/2009, de nomeação Prof. Edmundo Benedetti no cargo de Diretor de Experimentação e Produção Animal.

168. Termos de Posse do Vice-Reitor, Prof. Darizon Alves de Andrade, e do Prefeito Universitário, Prof. Renato Alves Pereira, na data de 16/1/2009, e Discurso proferido pelo Prof. Darizon Alves de Andrade.
169. Certificado de participação da UFU na Operação Centro-Norte do Projeto Rondon - 2009.
170. Matéria referente aos 40 anos da Universidade, de autoria do ex-Deputado Federal Luiz Alberto Rodrigues publicada no jornal "Correio" de 18/8/2009.
171. Certificado de participação da UFU nas Operações Carajás, Rio dos Siris e Zabelê do Projeto Rondon - 2011.
172. Ata de Sessão Solene do Conselho Universitário, de 5/5/2011 - Concessão do Título de "Doutor *Honoris Causa*" ao Capoeirista, Senhor José Tadeu Carneiro Cardoso (Mestre Camisa).
173. Ata de Sessão Solene do Conselho Pesquisa e Pós-graduação, de 30/6/2011 – Outorga laureas de Prêmio Destaque UFU em Pesquisa 2011, Prêmio UFU de Dissertações 2011, ' Prêmio UFU de Teses 2011 e lançamento do livro Programa de Incentivo a Inovação.
174. Ata de Sessão Solene do Conselho Universitário, de 22/11/2011 - Concessão do Título de "Doutor *Honoris Causa*" ao Prof. Reinaldo Campos Andraus.
175. Ata de Sessão Solene do Conselho Universitário, de 12/12/2011 - Concessão do Título de "Doutor *Honoris Causa*" ao Dr. José Francisco Graziano da Silva.
176. Ata de Sessão Solene do Conselho Pesquisa e Pós-graduação, de 28/6/2012 – Outorga laureas de Prêmio de Pesquisa Professor Warwick Estevam Kerr 2012, Prêmio UFU de Dissertações 2012, Prêmio UFU de Teses 2012 e Prêmio Destaque UFU em Iniciação Científica e Tecnológica 2012.
177. Decreto de 30/11/2012. Presidente da República nomeia Prof. ELMIRO SANTOS RESENDE - Reitor da UFU (Gestão 2012/2016) - D.O.U. de 30/11/2012.
178. Termo de Posse e compromisso do Prof. ELMIRO SANTOS RESENDE - Reitor, assinado em 12/12/2012, em Brasília.

179. Ata de Transmissão do Cargo de Reitor para o Prof. ELMIRO SANTOS RESENDE e Portarias de nomeação dos Pró-Reitores e do Prefeito Universitário.

180. Termo de Posse do Vice-Reitor, Prof. EDUARDO NUNES GUIMARÃES.

181. Termo de Posse dos Diretores do Hospital de Clínicas: Prof. MIGUEL TANÚS JORGE, Diretor geral, ANDRÉ LUIZ GOMES PENIDO, Diretor de Serviços Administrativos, DURVAL VELOSO DA SILVA, Diretor de Enfermagem, e Prof. HÉLIO LOPES DA SILVEIRA, Diretor de Serviços Clínicos

182. Ata de Sessão Solene do Conselho Universitário, de 26/7/2013 - Concessão do Título de "Doutor *Honoris Causa*" ao Prof. Juarez Altafin.

183. Documento MEC no. 077591/2012-55 - Nomeação, posse e cerimônia de posse de reitor e vice-reitor. Delegação de competências. Eleição. Permanência do vice-reitor no cargo após posse do novo reitor. Cargo de confiança.

184. Ata de Sessão Solene do Conselho Pesquisa e Pós-graduação, de 27/11/2013 – Outorga láureas: "Prêmio de Pesquisa Professor Warwick Estevam Kerr", "Prêmio Destaque UFU em Iniciação Científica e Tecnológica", Prêmio Destaque UFU de Teses" e "Prêmio Destaque UFU de Dissertações".

185. Decreto de 21/12/2016. Presidente da República nomeia Prof. VALDER STEFFEN JÚNIOR - Reitor da UFU (Gestão 2016/2021) - D.O.U. de 22/12/2016.

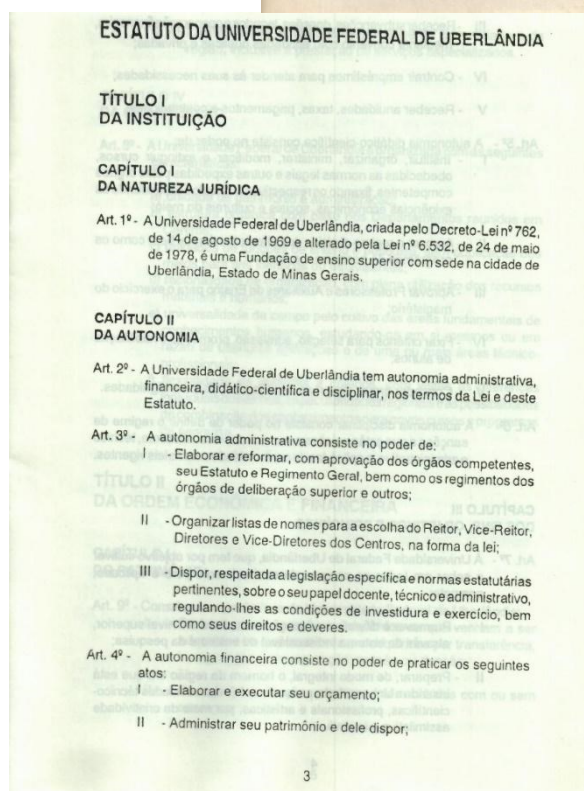
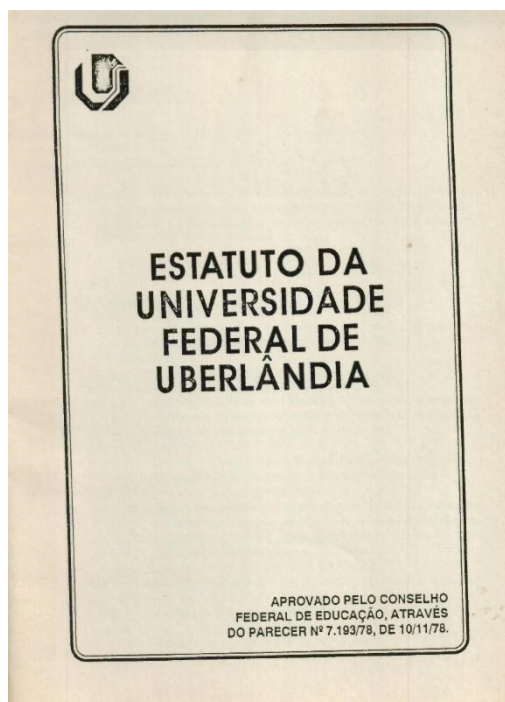
186. Termo de Posse e compromisso do Prof. VALDER STEFFEN JÚNIOR - Reitor, assinado em 27/12/2016, em Brasília.

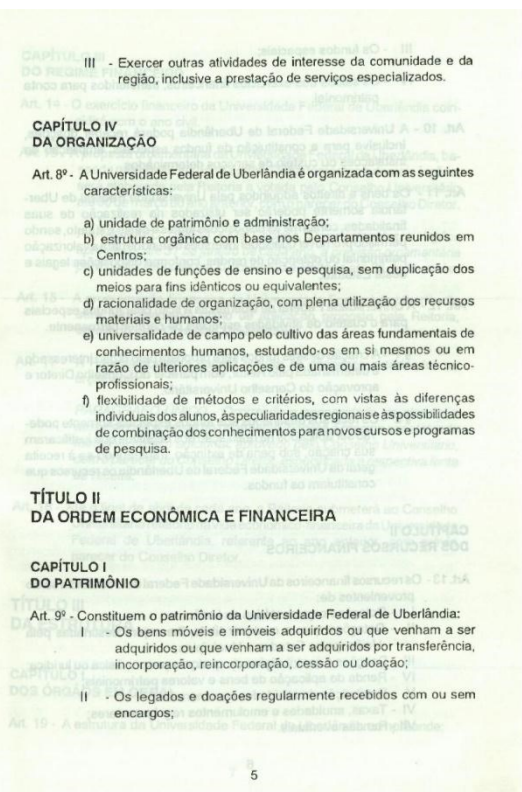
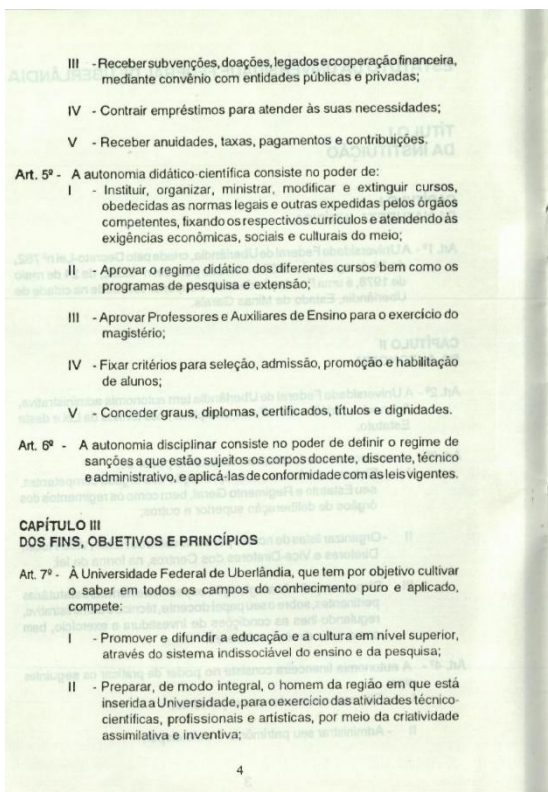
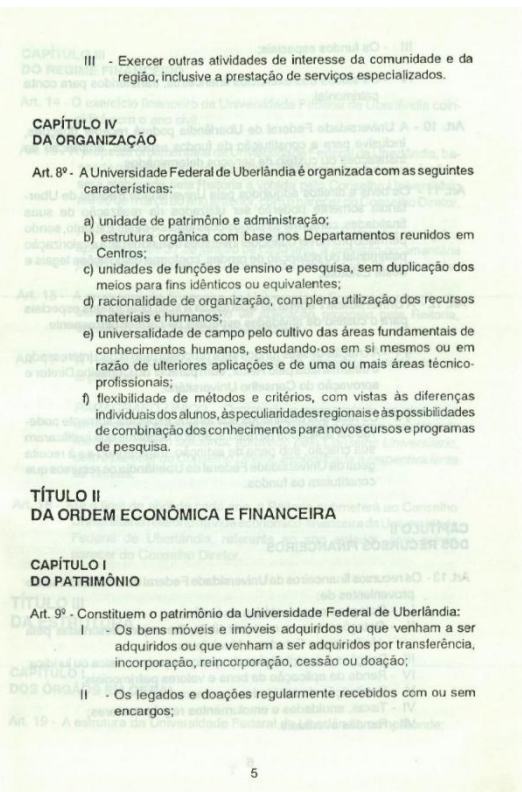
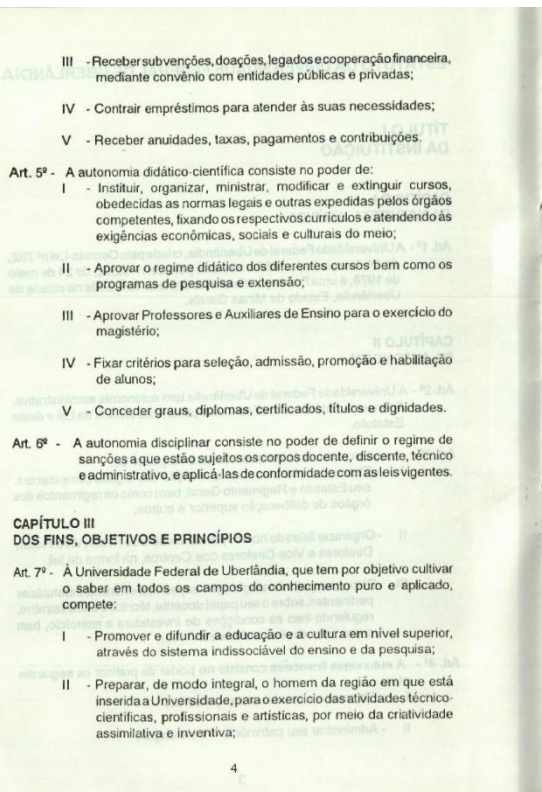
187. Ata de Transmissão do cargo de Reitor para o Prof. VALDER STEFFEN JÚNIOR.

188. Portarias R Nº: 063 a 068 - Nomeações dos Pró-Reitores: ELAINE SARAIVA CALDERARI, HÉLDER ETERNO DA SILVEIRA, CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO, ARMINDO QUILLICI NETO, DARIZON ALVES DE ANDRADE e MÁRCIO MAGNO COSTA. Portarias R Nº: 062 e 073 - Nomeação do Prefeito Universitário Prof. JOÃO JORGE RIBEIRO DAMASCENO e do Chefe de Gabinete Prof. CLÉSIO LOURENÇO XAVIER.

189. Discurso proferido pela Prof.^a Valéria Viana Murata, na transmissão do cargo de Reitor ao Prof. Valder Steffen Júnior, em 04/01/2017
190. Portaria R Nº 314 - Nomeia o Vice-Reitor Prof. ORLANDO CESAR MANTESE.
191. Termo de Posse do Vice-Reitor Prof. ORLANDO CESAR MANTESE.
192. Ata de sessão solene do Conselho Universitário para a abertura oficial das comemorações de 40 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia realizada em 25 de maio de 2018. Também estão anexos outros documentos referentes a este evento.
193. Decreto de 05/01/2021. Presidente da República nomeia Prof. VALDER STEFFEN JÚNIOR - Reitor da UFU (Gestão 2021/2025) - D.O.U. de 06/01/2021.
194. Termo de Posse e compromisso do Prof. VALDER STEFFEN JÚNIOR - Reitor, assinado em 08/01/2021.
195. Ata de Transmissão do cargo de Reitor para o Prof. VALDER STEFFEN JÚNIOR.
196. Abertura de Sessão proferida pelo Prof. Orlando Cesar Mantese e discurso realizado pela Profa Juliana Marzinek, na transmissão simbólica do cargo de Reitor ao Prof. Valder Steffen Júnior, em 05/02/2021.

B) ÍNTEGRA DO DOCUMENTO 68 - SEGUNDO ESTATUTO DA UFU.





III - Os fundos especiais;

IV - Os saldos dos exercícios financeiros, transferidos para conta patrimonial.

Art. 10 - A Universidade Federal de Uberlândia poderá receber doações, inclusive para a constituição de fundos especiais, ampliação de instalações ou custeio de serviços determinados.

Art. 11 - Os bens e direitos adquiridos pela Universidade Federal de Uberlândia somente poderão ser utilizados na realização de suas finalidades, conforme as disposições legais e deste Estatuto, sendo permitido promover quaisquer inversões de fundos para a valorização patrimonial ou obtenção de rendas, conforme disposições legais e deste Estatuto.

Art. 12 - À Universidade Federal de Uberlândia é lícito criar fundos especiais para o custeio de atividades especiais de caráter permanente.

§ 1º - A criação desses fundos será proposta pelo órgão interessado e determinada pelo Reitor, com parecer do Conselho Diretor e aprovação do Conselho Universitário.

§ 2º - Os recursos destinados aos fundos especiais somente poderão ser aplicados na realização dos objetivos que justificaram sua criação, sob pena de extinção, transferindo-se à receita geral da Universidade Federal de Uberlândia os recursos que constituam os fundos.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 13 - Os recursos financeiros da Universidade Federal de Uberlândia serão provenientes de:

- I - Dotações orçamentárias da União;
- II - Dotações que, a qualquer título, lhe sejam destinadas pela União, pelos Estados e Municípios;
- III - Doações e contribuições de qualquer pessoa física ou jurídica;
- IV - Renda de aplicação de bens e valores patrimoniais;
- V - Retribuição de atividades remuneradas;
- VI - Taxas, anuidades e emolumentos regulamentares;
- VII - Rendas eventuais.

CAPÍTULO III DO REGIME FINANCEIRO

Art. 14 - O exercício financeiro da Universidade Federal de Uberlândia será o ano civil.

Art. 15 - A proposta orçamentária da Universidade Federal de Uberlândia será elaborada nos Centros, Departamentos e de será elaborada pela Reitoria e votada pelo Conselho Diretor até 30 de março do ano anterior, com o parecer do Conselho Universitário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os Centros, Departamentos e Departamentos aprovarão, até 31 de janeiro de cada ano, a previsão orçamentária para o ano seguinte e a submeterão à Reitoria até 28 de fevereiro.

Art. 15 - A programação financeira da Universidade Federal de Uberlândia será feita mediante plano de aplicação proposto pelo Conselho Diretor e aprovado pelo Conselho Universitário.

Art. 17 - A Reitoria somente poderá efetuar as despesas autorizadas pelo orçamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo a necessidade de despesa não prevista no orçamento, poderá a Reitoria solicitar, mediante crédito adicional, aprovado pelo Conselho Diretor, com o parecer do Conselho Diretor, especificada a respectiva receita.

Art. 18 - Até o final de abril de cada ano, a Reitoria submeterá ao Conselho Universitário relatório da vida econômico-financeira da Universidade Federal de Uberlândia, referente ao ano anterior, com o parecer do Conselho Diretor.

TÍTULO III DA ESTRUTURA

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS EM GERAL

Art. 19 - A estrutura da Universidade Federal de Uberlândia com

- I - Órgãos da Administração Superior;
- II - Órgãos Setoriais;
- III - Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IV - Órgãos Suplementares.

Art. 20 - São órgãos de Administração Superior:

- I - O Conselho Universitário;
- II - O Conselho Diretor;
- III - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IV - A Reitoria.

Art. 21 - São Órgãos Setoriais os Centros.

Art. 22 - São Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão os Departamentos.

Art. 23 - São Órgãos Suplementares os que forem criados de acordo com o artigo 57 deste Estatuto.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

SEÇÃO I DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 24 - O Conselho Universitário é órgão final deliberativo e consultivo da Universidade Federal de Uberlândia para traçar a política universitária e funcionar como instância de recurso.

Art. 25 - O Conselho Universitário será constituído dos membros do Conselho Diretor e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, além de dois representantes da Comunidade, com mandato de dois anos, eleitos pelo próprio Conselho dentre nomes indicados pelos Sindicatos e Associações da classe patronal, podendo cada entidade indicar três nomes.

§ 1º - Nas votações do Conselho Universitário, o voto será por pessoa e não por representação.

§ 2º - Os Pró-Reitores participarão das reuniões do Conselho Universitário com direito a voz sem direito a voto.

SEÇÃO II DO CONSELHO DIRETOR

Art. 26 - O Conselho Diretor é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade Federal de Uberlândia em matéria administrativa.

Art. 27 - Compõem o Conselho Diretor:

- I - O Reitor, que é o seu Presidente;
- II - O Vice-Reitor, que é o seu Vice-Presidente;
- III - Os Pró-Reitores;
- IV - Os Diretores e Vice-Diretores de Centros;
- V - Um representante do corpo discente, com mandato anual, permitida uma recondução consecutiva, eleito na forma prescrita no Regimento Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nas votações de Conselho Diretor, os Pró-Reitores terão direito a voz e não a voto.

SEÇÃO III DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Art. 28 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão deliberativo e consultivo da Universidade Federal de Uberlândia em matéria didático-científica.

Art. 29 - Compõem o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- I - O Reitor, que é o seu Presidente;
- II - O Vice-Reitor, que é o seu Vice-Presidente;
- III - Os Pró-Reitores;
- IV - Dois representantes de cada Centro, com mandato de dois anos, eleitos pelo seu Conselho dentre os Coordenadores de Curso, observado o disposto no art. 14, da Lei nº 5.540, de 28-11-1968;
- V - Dois representantes do corpo discente, com mandato anual, permitida uma recondução consecutiva, eleitos na forma prescrita no Regimento Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nas votações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Pró-Reitor não terá direito a voto.

Art. 30 - O Conselho, de que trata a presente seção, será subdividido em três Câmaras:

- I - De Ensino de Graduação;
- II - De Pesquisa e Pós-Graduação;
- III - De Extensão.

PARÁGRAFO ÚNICO - A competência das Câmaras será definida no Regimento comum dos órgãos deliberativos da administração superior.

SEÇÃO IV DA REITORIA

Art. 31 - A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias.

Art. 32 - O Reitor e o Vice-Reitor serão nomeados na forma da lei dentre os componentes de uma lista organizada pelo Conselho Universitário, mediante votação secreta por maioria dos presentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Colégio Eleitoral, para preparação desta lista, se reunirá com a presença de, no mínimo, dois terços dos seus membros, em data anterior e pelo menos cento e vinte dias do final dos respectivos mandatos.

Art. 33 - O Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Reitor.

§ 1º - Em faltas e impedimentos eventuais do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida por um dos membros do Conselho Universitário, eleito pelos seus pares.

§ 2º - No afastamento do Reitor e do Vice-Reitor por um período superior a 120 dias consecutivos sem justa causa e a critério do Conselho Universitário, o Colegiado poderá declarar vago o cargo e tomar as medidas necessárias ao seu preenchimento, de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 34 - O mandato do Reitor e do Vice-Reitor terá duração na forma da lei.

Art. 35 - Cessado o exercício das funções do Reitor e Vice-Reitor o Professor reassumirá o exercício integral do seu magistério, contando-se-lhe o tempo prestado à Reitoria para todos os efeitos.

Art. 36 - O Reitor será auxiliado por Pró-Reitores, que serão inicialmente os seguintes:

- I - Pró-Reitor Acadêmico;
- II - Pró-Reitor Administrativo;
- III - Pró-Reitor Estudantil e de Extensão.

§ 1º - Os Pró-Reitores serão nomeados e exoneros "ad nutum" pelo Reitor.

§ 2º - Outras Pró-Reitorias poderão ser criadas, bem como desmembradas ou extintas as existentes por proposta do Reitor e aprovação do Conselho Universitário.

§ 3º - Os Pró-Reitores não terão direito a voto nos Colegiados de que participarem.

Art. 37 - A Reitoria disporá de uma assessoria, cuja estrutura e atribuições serão fixadas pelo seu Regimento e complementadas por normas expedidas pelo Reitor, gozando os assessores dos direitos referidos no art. 35.

Art. 38 - Ao Reitor, nomeado na forma da lei, compete representar a Universidade Federal de Uberlândia em juízo e fora dele, podendo delegar poderes através de Portaria ou de procuração.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS SETORIAIS

SEÇÃO I DOS CENTROS

Art. 39 - São Órgãos Setoriais os Centros, definidos como órgão de Coordenação a nível de administração intermediária, integrando os Departamentos afins em cada área de ensino e pesquisa.

PARÁGRAFO ÚNICO - A direção de cada Centro disporá de assessores na forma de seu Regimento.

Art. 40 - O Centro, em sua função de órgão coordenador, será administrado:

- I - De Ensino de Graduação;
- II - De Pesquisa e Pós-Graduação;
- III - De Extensão.

PARÁGRAFO ÚNICO - A competência das Câmaras será definida no Regimento comum dos órgãos deliberativos da administração superior.

SEÇÃO IV DA REITORIA

Art. 31 - A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias.

Art. 32 - O Reitor e o Vice-Reitor serão nomeados na forma da lei dentre os componentes de uma lista organizada pelo Conselho Universitário, mediante votação secreta por maioria dos presentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Colégio Eleitoral, para preparação desta lista, se reunirá com a presença de, no mínimo, dois terços dos seus membros, em data anterior e pelo menos cento e vinte dias do final dos respectivos mandatos.

Art. 33 - O Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Reitor.

§ 1º - Em faltas e impedimentos eventuais do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida por um dos membros do Conselho Universitário, eleito pelos seus pares.

§ 2º - No afastamento do Reitor e do Vice-Reitor por um período superior a 120 dias consecutivos sem justa causa e a critério do Conselho Universitário, o Colegiado poderá declarar vago o cargo e tomar as medidas necessárias ao seu preenchimento, de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 34 - O mandato do Reitor e do Vice-Reitor terá duração na forma da lei.

Art. 35 - Cessado o exercício das funções do Reitor e Vice-Reitor o Professor reassumirá o exercício integral do seu magistério, contando-se-lhe o tempo prestado à Reitoria para todos os efeitos.

Art. 36 - O Reitor será auxiliado por Pró-Reitores, que serão inicialmente os seguintes:

- I - Pró-Reitor Acadêmico;
- II - Pró-Reitor Administrativo;
- III - Pró-Reitor Estudantil e de Extensão.

§ 1º - Os Pró-Reitores serão nomeados e exoneros "ad nutum" pelo Reitor.

§ 2º - Outras Pró-Reitorias poderão ser criadas, bem como desmembradas ou extintas as existentes por proposta do Reitor e aprovação do Conselho Universitário.

§ 3º - Os Pró-Reitores não terão direito a voto nos Colegiados de que participarem.

Art. 37 - A Reitoria disporá de uma assessoria, cuja estrutura e atribuições serão fixadas pelo seu Regimento e complementadas por normas expedidas pelo Reitor, gozando os assessores dos direitos referidos no art. 35.

Art. 38 - Ao Reitor, nomeado na forma da lei, compete representar a Universidade Federal de Uberlândia em juízo e fora dele, podendo delegar poderes através de Portaria ou de procuração.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS SETORIAIS

SEÇÃO I DOS CENTROS

Art. 39 - São Órgãos Setoriais os Centros, definidos como órgão de Coordenação a nível de administração intermediária, integrando os Departamentos afins em cada área de ensino e pesquisa.

PARÁGRAFO ÚNICO - A direção de cada Centro disporá de assessores na forma de seu Regimento.

Art. 40 - O Centro, em sua função de órgão coordenador, será administrado:

- I - A nível deliberativo, pelo Conselho do Centro;
- II - A nível executivo, pela Direção do Centro;
- III - A nível de coordenação didática, pelo Colegiado e Coordenação de Curso.

Art. 41 - Ficam instituídos, os seguintes Centros:

- I - Centro de Ciências Exatas e Tecnologia;
- II - Centro de Ciências Biomédicas;
- III - Centro de Ciências Humanas e Artes.

Art. 42 - O Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia poderá criar, agrupar, fundir, desdobrar, transformar ou extinguir Centros, Departamentos ou Órgãos Suplementares.

PARÁGRAFO ÚNICO - As medidas referidas neste artigo só poderão ser tomadas com referência a Centros, mediante aprovação de dois terços, no mínimo, dos membros do Conselho Universitário.

SEÇÃO II DO CONSELHO DO CENTRO

Art. 43 - O Conselho do Centro é o seu órgão deliberativo e consultivo.

Art. 44 - Compõem o Conselho do Centro:

- I - O Diretor, como Presidente;
- II - O Vice-Diretor, como Vice-Presidente;
- III - Os Coordenadores de Curso;
- IV - Os Chefes de Departamento;
- V - Dois representantes estudantis, com mandato anual, permitida uma recondução consecutiva, eleitos na forma prescrita no Regimento Geral.

SEÇÃO III DA DIREÇÃO DO CENTRO

Art. 45 - A Direção é o Órgão responsável pela Administração do Centro.

Art. 46 - O Diretor e o Vice-Diretor do Centro serão nomeados na forma da lei, dentre os componentes de uma lista de nomes, organizada para cada cargo pelo Conselho do Centro, mediante votação secreta e por maioria dos presentes.

12

§ 1º - O mandato do Diretor e do Vice-Diretor será o fixado na forma da lei.

§ 2º - O Diretor será substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Diretor, na forma da lei.

§ 3º - Em faltas e impedimentos eventuais do Diretor e do Vice-Diretor, o Centro será dirigido por um dos membros do Conselho do Centro, eleito pelos seus pares.

§ 4º - No caso de vacância simultânea dos cargos de Diretor e Vice-Diretor do Centro, o provimento será feito na forma da lei.

Art. 47 - Ao Diretor do Centro compete superintender e coordenar as atividades do Centro.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Diretor do Centro gozará dos direitos referidos no artigo 35.

SEÇÃO IV DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 48 - O Colegiado de Curso é o órgão responsável por sua coordenação didática.

Art. 49 - Compõem o Colegiado de Curso:

I - Quatro docentes eleitos pelos Conselhos de Departamentos que participem do respectivo Curso, na proporção do número de créditos das disciplinas do Departamento, as quais compõem o Curso;

II - Um representante do 1º ciclo da área do Centro, eleito pelo Conselho do Centro, entre nomes propostos pelos Conselhos de Departamentos que compõem o 1º ciclo;

III - Um representante estudantil do respectivo Curso, comandado de um ano, permitida uma recondução consecutiva, eleito na forma prescrita no Regimento Geral.

§ 1º - O mandato dos docentes referidos no presente artigo será de dois anos, permitida uma recondução.

13

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-CIENTÍFICA

Art. 58 - A Universidade Federal de Uberlândia, tendo em vista as atividades-fins da instituição, se propõe a educar em nível superior, através de um sistema integrado de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 59 - A Universidade Federal de Uberlândia poderá ministrar as seguintes modalidades de cursos:

- a - de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o 2º grau ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular;
- b - de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação, que preencham as condições prescritas em cada caso;
- c - de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes;
- d - de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.

Art. 60 - Além dos cursos correspondentes a profissões reguladas em lei, a Universidade Federal de Uberlândia poderá organizar outros para atender às exigências de sua programação específica e fazer face às peculiaridades do mercado de trabalho regional.

Art. 61 - A Universidade Federal de Uberlândia estenderá à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes.

Art. 62 - A realização dos diferentes cursos obedecerá ao disposto neste Estatuto, no Regimento Geral, nas Instruções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e dos respectivos Conselhos de Centros.

Art. 63 - O ensino dos cursos de graduação será ministrado, mediante cooperação, pelos Departamentos, ficando a admissão dos alunos subordinada às normas estabelecidas no Regimento Geral.

16

§ 1º - O Concurso Vestibular será unificado e centralizado na Reitoria a sua execução.

§ 2º - O Concurso Vestibular abrangerá os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do 2º grau, sem ultrapassar esse grau de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para os estudos superiores.

Art. 64 - Os cursos de graduação deverão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponderem às condições de demanda e de mercado de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os cursos de graduação serão precedidos de um primeiro ciclo, comum a grupos de cursos afins.

Art. 65 - Os Cursos de Pós-Graduação serão objeto de coordenação central da Universidade.

Art. 66 - Os cursos de graduação respeitarão as normas gerais baixadas pelo Conselho Federal de Educação e serão regulamentados pelos órgãos competentes da Universidade, nos termos do Estatuto e do Regimento Geral.

Art. 67 - Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão ou quaisquer outros, pelos quais a Universidade Federal de Uberlândia realiza a sua missão de aprimoramento cultural e técnico, serão ministrados a alunos em preparo e requisitos exigidos de acordo com os atos normativos baixados pelos órgãos competentes.

CAPÍTULO II DA PESQUISA

Art. 68 - A pesquisa na Universidade Federal de Uberlândia objetivará principalmente mobilizar os meios institucionais, materiais e humanos disponíveis, em busca de um maior conhecimento científico da realidade física e social da Região e do incremento de invenções tecnológicas que contribuam para o desenvolvimento sócio-econômico da Região e do País.

17

Art. 69 - A pesquisa constituirá:

- I - processo obrigatório no ensino de todas as áreas do conhecimento e dele indissociável;
- II - meio de descobrimento de vocações, de desenvolvimento de faculdades inventivas e criadoras, de aprimoramento de habilidades para o trabalho e de formação de novos valores humanos;
- III - fator de desenvolvimento e de integração.

Art. 70 - A programação das atividades de Pesquisa será aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão por proposta dos Departamentos e Centros nela envolvidos.

Art. 71 - Haverá uma Coordenação Executiva para os projetos de pesquisa nos seguintes níveis:

- a - de Departamento;
- b - de Centro;
- c - de Universidade.

CAPÍTULO III DA EXTENSÃO

Art. 72 - A Universidade Federal de Uberlândia promoverá consultas à comunidade visando à programação de sua política de ação na área de extensão que, nos limites dos recursos disponíveis, deve atender às aspirações do meio e revestir-se de caráter inovador e dinâmico.

Art. 73 - A Universidade Federal de Uberlândia promoverá a realização de cursos de extensão, aperfeiçoamento ou atualização, especialização e outros.

Art. 74 - A cada grupo de alunos regulares da Universidade Federal de Uberlândia se dará um orientador na pessoa de um docente, que promoverá os meios de facilitar sua integração na vida universitária e os assistirá com o objetivo de melhor ajustá-los ao futuro exercício profissional.

Art. 81 - O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto, nos Órgãos Colegiados e nas comissões permanentes da Universidade Federal de Uberlândia nos termos deste Estatuto e do Regimento Geral.

§ 1º - A representação estudantil terá por objetivo a cooperação entre administradores, docentes e alunos no trabalho universitário.

§ 2º - A escolha dos representantes estudantis será feita por meio de eleições do corpo discente, na forma prescrita no Regimento Geral, sendo elegíveis apenas os alunos que preencherem critérios mínimos de aproveitamento escolar e frequência.

Art. 82 - Os alunos poderão organizar associações destinadas a desenvolver o espírito estudantil e tornar agradável e educativa a sua convivência.

§ 1º - Poderá haver um Diretório de âmbito universitário e Diretórios setoriais, com a finalidade de congregar os alunos.

§ 2º - O funcionamento do Diretório atenderá a normas prescritas no Regimento Geral.

Art. 83 - Os ex-alunos da Universidade Federal de Uberlândia poderão se organizar em associações, devendo os respectivos Estatutos ser

TÍTULO V DOS CORPOS DOCENTE, DISCENTE, TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I DO CORPO DOCENTE

Art. 73 - O corpo docente é constituído pelo pessoal de nível superior com atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 74 - Além de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, terão os docentes a responsabilidade de orientação geral dos seus alunos, visando à integração destes na vida universitária e seu melhor ajustamento ao futuro exercício profissional.

Art. 75 - As categorias, formas de provimento e exercício, movimentação, regime de trabalho, direitos e vantagens dos membros do Corpo Docente obedecerão ao disposto na legislação federal e no Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia.

Art. 76 - O Corpo Docente da Universidade Federal de Uberlândia poderá organizar-se em associações para a integração de seus membros.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os estatutos de tais associações deverão ser aprovados pelo Conselho Universitário.

Art. 77 - Ao Reitor compete, mediante proposta do Departamento, a nomeação, a contratação, a promoção, o licenciamento e a dispensa do pessoal docente da Universidade, observado o que dispuser o Regimento Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedado ao Professor o acúmulo de remuneração de cargos ou funções, a não ser o permitido por lei.

CAPÍTULO II DO CORPO DISCENTE

Art. 78 - Constituem o Corpo Discente os alunos dos diversos cursos mantidos pela Universidade Federal de Uberlândia.

aprovados pelo Conselho Universitário, que lhes disciplinará a participação na vida universitária.

CAPÍTULO III DO CORPO TÉCNICO

Art. 84 - O Corpo Técnico compreende:

- I - O pessoal técnico de nível superior não utilizado nas atividades de ensino e pesquisa;
- II - Os técnicos de nível médio;
- III - Os artífices e operários qualificados.

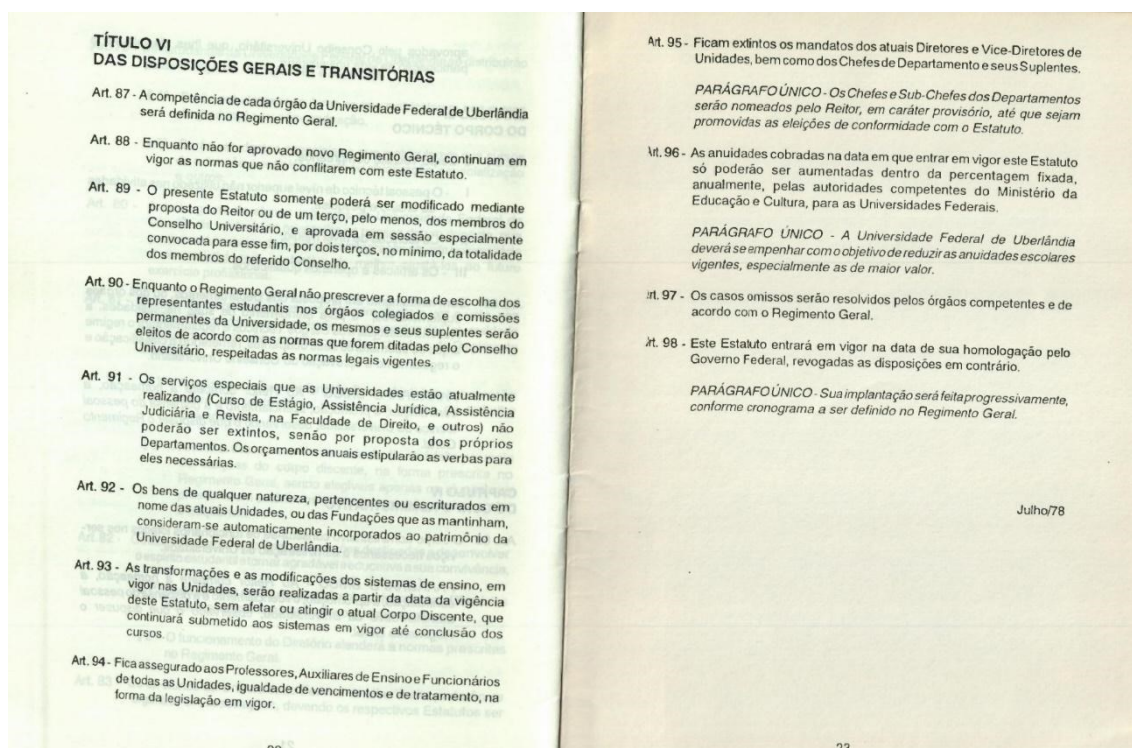
Art. 85 - Com fundamento em proposta dos Departamentos, ou dos órgãos suplementares, e para atendimento de suas necessidades, a Reitoria classificará os Cargos Técnicos e regulamentará o regime a que se submeterão seus ocupantes, remetendo a classificação e o regulamento à aprovação do Conselho Universitário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao Reitor compete a nomeação, a contratação, a promoção, o licenciamento e a dispensa do pessoal técnico da Universidade, observado o que dispuser o Regimento Geral.

CAPÍTULO IV DO CORPO ADMINISTRATIVO


Art. 86 - O corpo administrativo constitui-se de funcionários lotados nos serviços necessários à administração da Universidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao Reitor compete a nomeação, a contratação, a promoção, o licenciamento e a dispensa do pessoal administrativo da Universidade, observado o que dispuser o Regimento Geral.



Fonte: Acervo SEGER (1978). Cópia da brochura que contém o estatuto.

C) ÍNTEGRA DO DOCUMENTO 89 – “CONFIDENCIAL”


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

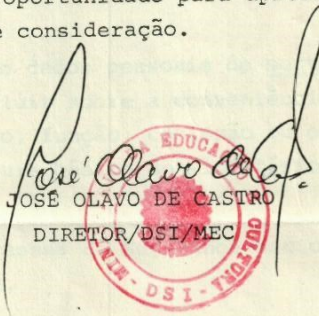

OFÍCIO Nº 015/D/DSI/MEC
Em 29 MAR 84

Do DIRETOR DA DSI/MEC
Ao MAGNÍFICO REITOR DA FUND. UNIV. FED. DE UBERLÂNDIA-FUFBE
Assunto - LDB - NORMAS
ANEXO: Um (01) exemplar das Normas Para Levantamento de Dados Biográficos - LDB - Nº 02/84

Incumbiu-me o Ministro da Educação e Cultura de enviar a Vossa Magnificência, em anexo, exemplar das Normas Para Levantamento de Dados Biográficos que regulam e uniformizam o processo de LDB, no âmbito deste Ministério.

O referido documento entra em vigor na data de seu recebimento.

Aproveito a oportunidade para apresentar os protestos de elevado apreço e consideração.


JOSE OLAVO DE CASTRO
DIRETOR/DSI/MEC


Toda pessoa que tomar conhecimento do assunto deste documento é responsável pela manutenção do seu sigilo.
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 70.099/77 (R.S.A.S.)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES



Brasília/DF, 29 DE MARÇO DE 1984

NORMAS PARA PEDIDOS DE LEVANTAMENTOS DE DADOS
BIOGRÁFICOS - LDB - À DSI/MEC Nº 02/84

1. DIRETRIZ

Por determinação do Exmo Sr Ministro da Educação e Cultura, será realizado o Levantamento de Dados Biográficos - LDB - obrigatoriamente, para todas as pessoas que forem cogitadas para o exercício de cargos, funções, comissões ou empregos nos Órgãos integrantes da estrutura organizacional deste Ministério.

2. FINALIDADE

Estabelecer e uniformizar Normas para a elaboração e consequente atendimento das solicitações de LDB, por intermédio da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura.

3. CONCEITUAÇÃO

O LDB consiste na obtenção de dados pessoais de servidor e de candidato a servidor, a fim de concluir sobre a conveniência de designá-lo, nomeá-lo ou mantê-lo no cargo, função, comissão ou emprego em qualquer Órgão integrante da estrutura básica do Ministério da Educação e Cultura.

Visa a preservação dos interesses da Segurança Nacional e a eficiência da Administração Pública.

4. DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA

a. Competência dos Ministros de Estado dos Ministérios Civis.

Dec nº 75.524, de 24 de Março de 1975 (DO de 25 MAR de 1975)

b. Organização e Estrutura Básica do MEC

Dec nº 87.062, de 29 de Março de 1982

CONFIDENCIAL

Toda pessoa que tomar conhecimento do assunto deste documento é responsável pela manutenção do seu sigilo.
Art. 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 74.099/77 (D.O.U. 10/11/77)

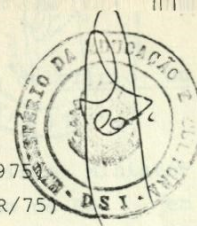
CONFIDENCIAL

Portaria nº 118, de 30 de Março de 1982

c. Divisão de Segurança e Informações do MEC

Dec 75.524, de 24 Março de 1975 (DO 25/MAR/1975)

Dec 75.640, de 22 de Abril de 1975 (DO 23/ABR/75)



5. OBRIGATORIEDADE

Todos os Órgãos que integram a estrutura básica deste Ministério e as entidades vinculadas e sob supervisão Ministerial, deverão elaborar pedido de LDB às ASI que as apóia. No caso de não disporem de ASI, a solicitação será feita diretamente à DSI/MEC.

6. PEDIDO DE LDB

a. O pedido de LDB precede o ato de nomeação ou designação do elemento proposto.

b. Será realizado para o elemento cogitado para o exercício de cargo, função, comissão ou emprego (DAS, FAS e DAI ou equivalente), a ser realizado em qualquer dos Órgãos deste Ministério, abaixo enumerados:

1) Integrantes da estrutura básica:

- Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro.
- Órgãos Colegiados.
- Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro.
- Órgãos Centrais de Direção Superior.
- Órgãos Autônomos.

2) Entidades vinculadas e sob supervisão ministerial.

- Autarquias
- Empresas Públicas
- Sociedades de Economia Mista, e
- Fundações

c. O pedido é confeccionado na forma abaixo explicitada:

1) Para os Órgãos integrantes da Estrutura Básica deste

CONFIDENCIAL

Toda pessoa que tomar conhecimento do assunto deste documento é responsável pela manutenção do seu sigilo.

Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 79.099/77 (R.S.A.S.)

CONFIDENCIAL

03

Ministério (referidos em 5.a.1), por meio de ofício ou memorando, dirigido diretamente à DSI/MEC.

- 2) Para as Entidades Vinculadas e sob Supervisão Ministerial (referidas em 5.a.2), que não dispõem de ASI em sua estrutura, por meio de ofício dirigido diretamente à DSI/MEC.

d. É dispensável o LDB de servidor cogitado para cargo, função, comissão ou emprego, do mesmo nível de importância, responsabilidade e categoria funcional daquela que está exercendo, desde que:

- O servidor já tenha sido liberado anteriormente pelo OI competente.
- Não haja transcorrido prazo superior a dois anos da liberação anterior.
- A nova nomeação seja de responsabilidade ou competência da autoridade que o nomeou por último.

e. Ficha Individual - FI (Modelo - Anexo A)

- 1) O pedido de LDB deve vir acompanhado da FI anexada ao ofício ou memorando.

A FI deve ser preenchida correta e completamente. Na possibilidade de se conseguir algum dado, este fato deve ser explicitado.

Os itens da FI devem ser datilografados ou manuscritos em letra de imprensa, devendo a autoridade proponente assiná-la, apondo, sob sua assinatura, seu carimbo funcional.

A responsabilidade pelos dados consignados na FI são da autoridade proponente.

- 2) Na Ficha Individual constarão, normalmente, as seguintes informações.

NOME: Completo. Quando se tratar de elemento do sexo feminino, constar também qualquer outro nome usado anteriormente, em função do seu estado civil.

DLN: Data e local de nascimento (cidade e estado)

FILIAÇÃO:

CONFIDENCIAL

Toda pessoa que tomar conhecimento do assunto deste documento é responsável pela manutenção do seu sigilo.

Arq. do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 199/77 (R.S.A.S.)

CONFIDENCIAL

IDENTIDADE: Carteira de Identidade (nº de registro, Órgão expedidor local e data de expedição).

IDENTIDADE PROFISSIONAL: Número do registro, Órgão expedidor.

CIC: Inclusive o nº de controle.

FUNÇÃO COGITADA: Cargo, função, comissão ou emprego.

AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA DESIGNAÇÃO: Citada apenas pelo cargo que ocupa.

ATIVIDADE QUE EXERCEU: Especificar a função e data de início do seu exercício pelo elemento cogitado.

ÓRGÃO ONDE TRABALHA: Citar a repartição e respectivo endereço.

ESTADOS, TERRITÓRIOS E/OU PAÍSES ONDE RESIDIU OU TRABALHOU:

- Somente a(s) sigla(s), para os Estados ou Territórios.

- Por extenso, incluindo a(s) cidades, para os outros países.

REGISTROS. O que existe sobre o proposto na administração do Órgão solicitante:

- número de matrícula e punições
(Pode constar em anexo à FI)

RESIDÊNCIAS ANTERIORES: Com endereço completo e período em que residiu em cada um deles, cobrindo um período mínimo de 5 (cinco) anos.

ESCOLARIDADE: Cursos completos ou interrompidos e estabelecimentos de ensino onde os realizou. Se estiver fazendo algum curso, situação em que se encontra (grau de escolaridade de atingido).

ESTADO CIVIL: Se for o caso, nome do cônjuge ou companheira (o).

TÍTULO DE ELEITOR: Número, zona, data e local da expedição.

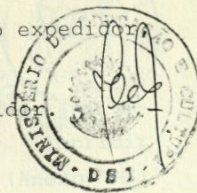
LIBERAÇÃO ANTERIOR: Data e documento do OI que liberou.
(Preenchido pelo OI onde está registrado).

CONCEITO FUNCIONAL: Expresso sob os aspectos de Idoneidade, Competência Profissional e Capacidade de Trabalho, pelo seu Chefe Imediato.

ATIVIDADE(S) QUE EXERCEU: Enumerar. Indicar o período, o Órgão e o

CONFIDENCIAL

Toda pessoa que tomar conhecimento do assunto deste documento é responsável pela manutenção do seu sigilo.
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto 79.099/77 (P.S.A.S.)



CONFIDENCIAL

05

local correspondente a cada uma.

(Pode constar de documento anexo à F



A DSI DO MEC não distribuirá impressos da Ficha Individual (FI). Caberá a cada Órgão, referido em 5.a, mandar imprimir exemplares, de acordo com o modelo anexo a estas Normas (Anexo "A").

f. Cargos de Reitor e Vice-Reitor

O LDB para os cargos de Reitor e Vice-Reitor de Universidades (Autarquias ou Fundações) deve vir acompanhado de um conceito sintético relativo à capacidade funcional do cogitado, abrangendo os seguintes aspectos:

- eficiência e conduta profissional;
- assiduidade;
- respeitabilidade;
- probidade administrativa;
- capacidade de liderança e chefia.

g. Listas Sêxtuplas

As listas sêxtuplas serão remetidas diretamente ao Exmo Sr Ministro da Educação e Cultura, através do Chefe do GAB/MEC, fazendo-se incluir no processo, ou anexo ao mesmo, as Fichas Individuais (FI) de que tratam estas NORMAS, dos integrantes da referida lista.

Posteriormente, o processo baixará em diligência a esta DSI, a quem caberá realizar o processamento conseqüente.

h. Cargos ou Funções de SEGURANÇA NACIONAL E MOBILIZAÇÃO

O LDB relativo aos elementos cogitados para o exercício dessas funções (SEGURANÇA NACIONAL E MOBILIZAÇÃO) obedecerá as Instruções da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN).

i. Os professores Universitários (de Autarquias, Fundações ou Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior), de qualquer categoria, serão obrigatoriamente objeto de LDB.

7. RESPOSTA A PEDIDO DE LDB

a. Os pedidos serão respondidos, por esta DSI, diretamente

CONFIDENCIAL

manutenção do seu sigilo.
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo
Decreto n.º 79.090/77 (R.S.A.S.)

CONFIDENCIAL

te ao Órgão solicitante. Quando o Órgão dispuser de ASI em sua estrutura orgânica, a comunicação será feita diretamente à ASI que apóia o Órgão.

b. Ao Órgão solicitante não serão informados os registros referentes ao LDB; informar-se-á, apenas, o resultado final do processamento do LDB.

8. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. O preenchimento parcial ou incompleto da FI e a não observância das presentes NORMAS, particularmente quanto a prazos e canais de tramitação, resultará em prejuízo no processamento do LDB e, consequentemente, das partes interessadas.

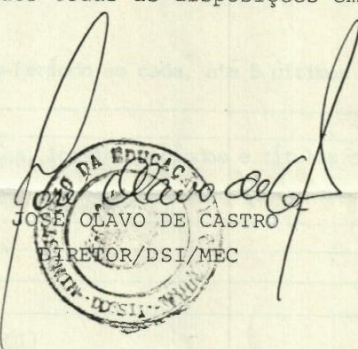
b. É dispensável o LDB relativo a servidor cogitado para curso, bolsa de estudo, estágio e viagem ao exterior.

c. Esta DSI poderá reestudar um processamento de LDB, anteriormente concluído por um desaconselhamento ou contra-indicação, quando tal estudo for determinado ou autorizado pelo Ministro da Educação e Cultura, para fins de reavaliação.

d. As dúvidas levantadas serão submetidas à consideração desta DSI a quem caberá dirimi-las.


e. Ficam revogados todas as disposições em contrário.

Toda pessoa que tomar conhecimento do assunto deste documento é responsável pela manutenção do seu sigilo.
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 79.000/77 (L.S.)


JOSE OLAVO DE CASTRO
DIRETOR/DSI/MEC

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FICHA INDIVIDUAL - FI



LETRA: PRENHA CORRETA E COMPLETAMENTE, DATILOGRAFADA OU MANUSCRITA EM LETRA DE PRENHA. SE O ESPAÇO FOR INSUFICIENTE, COMPLETAR NO VERSO.

DADOS PRINCIPAIS

1. Nome Completo: _____
Outro(s) Nome(s): _____

2. Filiação: Pai: _____
Mãe: _____

3. Nascimento: Data ____ / ____ / ____ Local ____ Estado ____

4. Identidade Nº: _____ O.Emissor ____ Data ____ / ____ / ____

5. Identidade Profissional Nº: _____ O.Emissor ____

6. CIC: _____ Título Eleitor Nº ____ Data/Local ____

7. Endereço Completo (atual): _____

8. Atividade que exerce/Função ____ Data/Início ____

9. Órgão onde Trabalha

| Empregador | Cargo/Função | Cidade/Est. | Período |
|------------|--------------|-------------|---------|
| | | | |

10. Estados, Territórios e ou Países onde Residiu ou Trabalhou: _____

11. Cogitado para (Cargo/Função-Citar o nível: DAS, FAS, DAI, etc) _____

12. Autoridade responsável pela Designação(Cargo que ocupa) _____

II. DADOS COMPLEMENTARES

13. Residências (Endereços completos-Período em cada, até 5 últimos anos) _____

14. Escolaridade (Cursos, Instituições, locais, períodos e títulos obtidos) _____

15. Estado Civil ____ Conjuge ____

16. Nome Solteira _____

17. Liberação Anterior (Data e Doc. OI) _____

18. Conceito Funcional (Idoneidade-Competência Profissional-Capacidade Trabalho) _____

19. Atividades que exerceu (Órgãos-Períodos-Locais de cada uma): - Anexar à FI

III. OUTROS DADOS _____

Local e Data

Autoridade proponente (nome e função datilografada - pode ser usado carimbo)

ANEXO "B" ÀS NORMAS PARA PEDIDOS DE LDB À DSI/MEC - 02/84



FICHA DE APRECIÇÃO

NOME: _____

COGITAÇÃO: _____

I - IDONEIDADE

II - TIROCÍNIO PROFISSIONAL

III - CAPACIDADE DE TRABALHO

IV - JUÍZO SINTÉTICO

Chefia do Órgão de Informações
(Carimbo)

ÓRGÃO: _____

RELAÇÃO DE AFASTAMENTO DO PAÍS

(ANEXO "C" ÀS NORMAS PARA PEDIDOS DE LDB Á DSI/MEC - 02/84)

| NOME E C I C | DATA E LOCAL DE NASCIMENTO | ATIVIDADE ATUAL | MOTIVO DO AFASTAMENTO | D A T A S | | ITINE- RÁRIOS | CUSTOS DE VIAGEM | ORIGEM DOS RECURSOS | DIÁRIO OFICIAL | OBS. |
|--------------|----------------------------|-----------------|--|-----------|---------|---------------|--|--|-----------------------------|---|
| | | | | SAÍDAS | RETISSO | | | | | |
| | | | (Serviço - Estágio-Bol- sa de Estu- do - Curso ou qualquer missão no Exterior) | | | | Em cruzei - ros e em mo- da estran- geira inclu- indo diári- as, passa- gens, esta- das e demais despesas. | Órgão(s) ou Entidade(s) responsável (eis) pela despesa. Discriminar o ônus de cada. Se for o caso. | Data da publicação e página | Os custos dev- ser lançados pessoa. - No afastame- de uma mesm- pessoa por- tivos diver- períodos de ração e res- tivas despe- são lançada- paradamente |

APÊNDICE

A) QUADRO COM OS ORDENAMENTOS JÚRICOS DO SÉCULO XX SOBRE EDUCAÇÃO

| ORDENAMENTO | EDUCAÇÃO (Caráter Geral) | EDUCAÇÃO SUPERIOR / UNIVERSIDADE | OBSERVAÇÃO |
|---|--|--|---|
| Código Epitácio Pessoa – 1901 Decreto 3.890/1901 | <ul style="list-style-type: none"> • Liberdade de Ensino. • Possibilidade de equiparação de escolas privadas à oficiais mediante inspeção de currículo. • Educação Nacional centrada no ensino secundário. • Frequência não obrigatória. • Exames como forma de validar estudos mais individualizados, • Desoficialização parcial. | <ul style="list-style-type: none"> • Art. 1: “As Faculdades de Direito, as de Medicina, a Escola Polythecnica, a de Minas e o Gymnasio Nacional se regerão por este código...” • O escopo, portanto não diferenciou Ensino Básico de Superior. • O ensino secundário visava preparar para o Superior. | Primeiro ordenamento do século XX, tinha no horizonte os ideais de Benjamin Constant, ainda que este tivesse tido sua própria reforma, esta teria sido descaracterizada posteriormente. |
| Reforma Rivadavia Correia Decreto 8.659/1911 | <ul style="list-style-type: none"> • Revogou totalmente o código Epitácio Pessoa. • Desoficializou totalmente o ensino, retirando qualquer interferência estatal. • Acabou com o reconhecimento oficial de certificados e mesmo a expedição do mesmo pelo Gymnasio Nacional (que passou a se chamar Colégio Pedro II). | <ul style="list-style-type: none"> • As escolas superiores precisam usar de exames de admissão para definir os habilitados à matrícula. | Os exames de admissão às Faculdades dão forma a uma reivindicação duradoura do movimento estudantil: a de vagas para os “excedentes”. Estes eram aqueles estudantes que possuíam notas para entrar na faculdade, mas não eram contemplados no número de vagas disponível. De forma concreta a demanda nunca foi atendida, mas a |

| | | | |
|--|---|---|---|
| | | | Reforma Universitária de 1968 deu uma solução do ponto de vista legal ao problema. |
| Reforma Carlos Maximiliano Decreto 11.530/1915 | <ul style="list-style-type: none"> • Revoga a Reforma Rivadávia Correia, retomando o ensino oficial. • Estabelece a possibilidade de equiparação com o Colégio Dom Pedro II somente instituições estaduais. • Reestabelece a expedição e reconhecimento de certificados pela União. | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece como meio de acesso as faculdades o exame vestibular. • Prevê, quando o governo achar conveniente, a reunião das Escolas de Medicina e Politécnica acrescida de uma das escolas livres de Direito no Rio de Janeiro em Universidade. • Impossibilita a gratuidade no ensino superior. • Estabelece parâmetros censitários para equiparação de escolas superiores. | Apesar de sinalizar com a possibilidade de criação de uma Universidade oficial no país a não obrigatoriedade de concretização a curto prazo trouxe frustração para a parte da intelectualidade que via a instituição como fundamental. |
| Lei Rocha Vaz Decreto 16.782-A/1925 (Também conhecida como Reforma João Luiz Alves) | <ul style="list-style-type: none"> • Cria o Departamento Nacional de Ensino e o Conselho Nacional de Ensino. • Estabelece o Ensino Primário como responsabilidade também da União que deveria fazer parcerias com os estados para fomentar a instrução pública. • Criação de escolas noturnas e ensino primário para adultos. • Torna obrigatória | <ul style="list-style-type: none"> • Prevê a criação de Universidades nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. • Mantém a possibilidade de equiparação de faculdades privadas e mantidas pelos estados às oficiais. | Consolida a ideia de criação de Universidades por aglomeração de faculdades já existentes. Das Universidades previstas a primeira a ser criada foi a de Minas Gerais (1927), única antes que surgisse outro ordenamento jurídico que redefiniu a Universidade. As demais foram concretizadas em São Paulo Rio Grande do Sul em 1934, e as |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | a disciplina de Instrução Moral e Cívica. ²⁰ | | Universidades de Pernambuco e Bahia em 1946. |
| Reforma Francisco Campos. Decreto 12.852 / 1931, 19.852/1931, 21.214 /1932. | <ul style="list-style-type: none"> • Os decretos 19.852/1931 e 21.214/1932 tratam do ensino secundário. • Este passou a ter 7 anos de duração dividido em dois ciclos: os cinco primeiros, chamado de curso fundamental, dedicado à formação geral e os dois últimos, o curso complementar, de preparação para o Ensino Superior. O decreto discriminou as disciplinas obrigatórias ao: <ol style="list-style-type: none"> a) curso jurídico; b) cursos de medicina, farmácia e odontologia; c) cursos de engenharia ou arquitetura. Para a quarta possibilidade de formação a Faculdade de Educação, Ciências e Letras deveria discriminar aquelas que julgasse adequadas. • Determinou 3/4 de frequência obrigatória para realização de | <ul style="list-style-type: none"> • O decreto 12.852 / 1931 definiu o ensino superior brasileiro, deixando como norma a organização da Universidade do Rio de Janeiro, que também regulamenta. • Anuncia que a educação superior no país deve se dar preferencialmente em Universidade. • Estipula a oferta de cursos em 3 diferentes áreas como o mínimo para se considerar Universidade (considera os institutos de: Direito; Medicina; Engenharia; Educação, Ciências e Letras. | Ainda que aponte a Universidade como instituição preferencial a morosidade na criação de novas Universidades demonstra que a lei não foi completamente implementada. Fortalece a ideia que uma Universidade precisa de pluralidade de áreas científicas para se constituir. |

²⁰ É importante destacar que além da obrigatoriedade da disciplina de Instrução Moral e Cívica as disciplinas de Filosofia e Sociologia também eram obrigatórias e possuíam, cada uma, uma carga horária superior à de Instrução Moral e Cívica.

| | | | |
|--|--|--|---|
| | <p>exames.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discriminou o processo de avaliação. • Organizou tanto o currículo como a burocracia do ensino secundário. | | |
| Constituição de 1934²¹ | <ul style="list-style-type: none"> • Foi a primeira a enunciar Educação como um direito. • Assegurou vinculação de impostos ao financiamento da Educação. • Tornou o ensino primário integral obrigatório, gratuito e de frequência obrigatória. Direito que se estendeu aos adultos. • Destinou parte do orçamento para o ensino rural. • Tornou a União responsável pelo Plano Nacional de Educação. • Assegurou a liberdade de cátedra. | <ul style="list-style-type: none"> • Era de competência da União manter no Distrito Federal o ensino Secundário e Superior, o último em caráter complementar ao primeiro. • O plano Nacional de Educação determinaria as diretrizes de todos os graus de ensino, incluindo, portanto, os de 3º grau. | A constituinte foi convocada pelo Governo Provisório da Revolução de 1930. Ficou pouco tempo em vigor, tanto que o Plano Nacional de Educação sequer chegou a ser votado. O golpe de Estado de 1937 e a constituição autoproclamada no mesmo ano colocaram fim na vigência dessa Carta Magna efêmera. |
| Lei 378/ 1937 Dá nova organização ao ministério da Educação e Saúde Pública | <ul style="list-style-type: none"> • Altera a nomenclatura, o ministério passa a se chamar Ministério da Educação e Saúde (perde o Pública do nome) • Detalha e especifica os subdepartamentos do ministério tanto na parte de | | |

²¹ Nesse quadro serão expostas apenas constituições promulgadas, portanto as constituições de 1924, 1937, 1969 que foram outorgadas e a de 1967 que se autoproclamou promulgada não serão tratadas.

| | | | |
|---|--|--|---|
| | <p>Educação, quanto na parte de Saúde.</p> <ul style="list-style-type: none"> • apontou para a criação de liceus destinados ao ensino profissionalizante mantidos pela União. • Criou o Instituto Nacional de Pedagogia, com uma comissão específica para literatura infantil. • O Colégio Dom Pedro II é reafirmado como modelo-padrão de educação secundária. • Cria-se o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Comissão de Teatro Nacional, o serviço de radiodifusão educativa. • Criou, também o Instituto Cayru, para organizar e publicar a “Encyclopédia Brasileira”. | | |
| Lei 452/1937 Cria a Universidade do Brasil | | <ul style="list-style-type: none"> • Partindo da então Universidade do Rio de Janeiro foram reunidas 15 escolas ou faculdades, 16 institutos e o Museu Nacional sob a denominação de nacionais. • Deveria funcionar como modelo padrão para a Universidade | <p>A proposta deveria pressupor uma maior democratização do acesso, contudo era bastante centralizadora e claramente voltada às elites.</p> <p>Também logrou acabar com a Universidade do Distrito Federal, iniciativa de caráter</p> |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | brasileira, modelo preferencial para a educação superior. | modernizador que teve como um dos maiores idealizadores Anízio Teixeira dois anos antes. |
| Em 10 de novembro de 1937 instaura-se o Estado Novo, ditadura liderada por Getúlio Vargas, que tinha alcançado o poder com a Revolução de 1930 liderando o governo provisório. A partir da constituição de 1934 seu governo tornou-se constitucional. Em 1937 vendo se avizinhar as eleições presidenciais dá o golpe que inicia a ditadura Vargas. | | | |
| Reforma Gustavo Capanema. Decreto-Lei 4.244/1942 | <ul style="list-style-type: none"> • Lei orgânica do Ensino Secundário. • Dividiu o secundário em dois ciclos, o primeiro chamado de Ginásio, com 4 anos e um segundo ciclo com duas opções Científico ou Clássico, com 3 anos. • Definiu educação militar obrigatória para alunos do sexo masculino. • Manteve o Ensino Religioso como disciplina facultativa e a Educação Moral e Cívica como obrigatória. • Definiu que a educação feminina e masculina fosse preferencialmente oferecida em instituições separadas. | | Ainda que tratasse especificamente do ensino secundário o reflexo no ensino superior estava associado, a configuração dele levava a uma formação específica para o acesso ao ensino superior no segundo ciclo. |
| Em 29 de outubro de 1945 Getúlio Vargas é deposto. Em 31 de janeiro de 1946 é empossado Gal. Eurico Gaspar Dutra, ao mesmo tempo em que se instaura a Assembleia Nacional Constituinte. | | | |
| Decreto-Lei 8529/1946 | <ul style="list-style-type: none"> • Lei Orgânica do Ensino Primário. • Previa 4 anos de ensino fundamental e obrigatórios, além de um ano | | |

| | | | |
|----------------------------------|--|--|---|
| | <p>complementar facultativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Destinava-se enquanto fundamental às crianças e de forma supletiva aos adolescentes e adultos. | | |
| Decreto-Lei 8530 de 1946. | <ul style="list-style-type: none"> • Lei orgânica do Ensino Normal. • Concebe três tipos de instituições: A escola normal regional, que ministraria o 1º ciclo do ensino normal (formação de professores para o primeiro ciclo do ensino primário), com duração de 4 anos; A escola normal, que ministraria o 2º ciclo do ensino normal (formação de professores para o segundo ciclo do ensino primário), com duração de 3 anos e o ciclo ginásial do ensino secundário; o Instituto de Educação que além das mesmas funções da escola normal abrigaria a jardim de infância e a escola primária como anexo, além de ofertar especializações ao magistério e a administração escolar. • O curso era considerado formação | | <p>Os alunos que terminavam o curso normal, 1º e 2º ciclos, poderiam se matricular nos cursos ligados à Faculdade de Filosofia. No entanto, só uma minoria chegava a exercer o direito.</p> |

| | | | |
|------------------------------|--|---|---|
| | profissional, de nível secundário. | | |
| Constituição de 1946 | <ul style="list-style-type: none"> • Marcou o retorno aos parâmetros da Carta de 1934. • Reconheceu os sistemas estaduais de ensino. • Concebeu o sistema federal de ensino em caráter supletivo aos estaduais, somente quando estritamente necessário. | <ul style="list-style-type: none"> • A única menção ao Ensino Superior é que, como também no ensino secundário, seria necessário concurso de provas e títulos para o provimento de cátedras. | A redação dessa Constituição foi mais objetiva e menos detalhada. A Educação estava presente no Título VI “Da Família, da Educação e da Cultura”. |
| Decreto 29.741/1951 | | <ul style="list-style-type: none"> • Criou a Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. • Origem da atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). | |
| Lei 1920/1953 | <ul style="list-style-type: none"> • Criou o Ministério da Saúde. Transformou o antigo Ministério da Educação e Saúde em Ministério da Educação e Cultura (MEC). | | |
| Decreto 34.638 / 1953 | <ul style="list-style-type: none"> • Instituiu a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades). | | |
| Decreto 37.106 /1955 | <ul style="list-style-type: none"> • Instituiu a Companhia de Merenda Escolar. • Marca a origem do Programa Nacional de Alimentação | | |

| | | | |
|--------------------------------|---|---|---|
| | Escolar (PNAE) | | |
| Decreto 47.251 / 1959 | <ul style="list-style-type: none"> • Estabeleceu campanhas extraordinárias no MEC para a educação de adolescentes e adultos; para educação rural e erradicação do analfabetismo. | | |
| LDB Lei 4.024 /1961 | <ul style="list-style-type: none"> • Primeira lei de Diretrizes e Bases para a Educação. • Apresentou caráter descentralizador. • Regulamentou os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Federal de Educação. • Previu porcentagens mínimas dos orçamentos municipal, estadual e federal para a Educação. • Empresas com mais de 100 funcionários deveriam oferecer ensino primário gratuito para eles e seus filhos. Na prática o Estado tencionou dividir com a iniciativa privada a manutenção do ensino primário. • Em contrapartida não garantiu que o dinheiro público se destinasse exclusivamente às instituições públicas. | <ul style="list-style-type: none"> • O ensino superior não aparece como preferencialmente ofertado por Universidades. • Prevê pesquisa e desenvolvimento das Ciências, Letras e Artes e formação de pessoal de nível universitário. • Apresenta a seguinte definição de Universidade: Art.79 “As Universidades constituem-se pela reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de Ensino Superior.” • Havia presença da autonomia universitária. | A Universidade perdeu em sua definição a agregação de diferentes áreas de conhecimento, o foco passou a ser a quantidade de estabelecimentos. |

| | | | |
|---------------------------|--|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • A educação de “excepcionais²²” deveria se dar sempre que possível no sistema geral. • Tratou de assistência social ligada à Educação. • Educação dividida em grau Primário: com quatro anos regulares e obrigatórios. Grau Médio: dividido em dois ciclos: Ginásio e Colegial. No último seria ofertada a possibilidade de formação técnica e para o magistério no ensino primário e pré-primário. • O acesso ao primeiro ciclo do ensino médio (Ginásio) se daria por meio de um exame admissional que comprovaria a aprendizagem dos conteúdos do ensino primário. | | |
| Decreto 3.998/1961 | | <ul style="list-style-type: none"> • Criou a Universidade de Brasília (UnB). | A Universidade deveria apresentar um modelo distinto do até então visto no país. Foi gestada com a expectativa de ser uma instituição moderna e, ao mesmo tempo, adaptada a realidade nacional. |

²² Ainda que o termo “excepcionais” seja adequado por ser o usado na legislação, as aspas são necessárias em respeito aos avanços que as Ciências Pedagógicas têm feito no sentido de garantir o direito à educação das pessoas *com deficiência*.

| | | | |
|--|--|---|--|
| Decreto 53.465/1964 | <ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Alfabetização. • Objetivava a alfabetização em massa. | | Plano embasado nas contribuições de Paulo Freire. Publicado ainda no governo João Goulart. |
| Em 31 de março de 1964 ocorre o golpe que instaura o período de ditadura civil-militar. | | | |
| Lei 4.881/ 1965 | | <ul style="list-style-type: none"> • Estatuto do Magistério Superior. • Tornou indissociável pesquisa e ensino. | |
| Lei 5.198 / 1967 | <ul style="list-style-type: none"> • Criou o Centro Brasileiro de TV Educativa, com a atribuição de produção e divulgação em audiovisual de material educativo. | | |
| Lei 5.327 / 1967 | <ul style="list-style-type: none"> • Instituiu a Fundação Nacional de Material Escolar (Fename). Tinha por objetivo produzir e distribuir material didático com melhor qualidade e menor custo. | | |
| Lei 5.379 / 1967 | <ul style="list-style-type: none"> • Tratou da alfabetização funcional e da educação continuada de adolescentes e adultos – MOBRAL. | | Existe quem afirme que essa lei tinha inspiração no pensamento de Paulo Freire, contudo, isso só é possível reduzindo sua obra a aspectos metodológicos. Isso não faz jus ao pensamento do autor que sempre cuidou de forma e conteúdo e, sobretudo, acreditava que educação deveria ser emancipadora. |

| | | | |
|--|---|---|---|
| Lei 5537 / 1968 Decreto-Lei 872/1969 | <ul style="list-style-type: none"> • A lei 5537 criou Instituto nacional de desenvolvimento da educação e pesquisa (INDEP). • Objetivava captar fundos para repassá-los às iniciativas que visassem a melhoria do ensino público. • O Decreto- Lei 872/ 1969 altera a redação e troca o INDEP pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). | | <p>A partir de 1976 o FNDE acaba por se responsabilizar por compra e distribuição dos livros didáticos nas escolas públicas. Até o presente o FNDE é responsável por vários programas ligados a manutenção da educação, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola. (PDDE), entre outros.</p> |
| Reforma Universitária. Lei 5.540/1968 | | <ul style="list-style-type: none"> • Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. | <p>Para essa pesquisa é um ordenamento fundamental. Essa legislação como foi gestada e aplicada é uma das chaves para compreensão da Educação Superior e da Universidade até o presente, ainda que tenha sido alterada posteriormente até a revogação definitiva pela Lei 9.394/1996. Consequentemente terá uma abordagem mais detalhada fora do presente quadro.</p> |
| O Decreto-Lei 792 de 14 de agosto de 1969 autoriza a criação da Universidade de Uberlândia. | | | |
| Lei 5.692/ 1971 Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus | <ul style="list-style-type: none"> • Reformou a Lei 4024/ 1961, não sendo efetivamente uma outra LDB. • Direcionada ao ensino de primeiro | | <p>O acesso ao ensino superior seria direito de todos os estudantes que terminassem o segundo grau,</p> |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | <p>e segundo grau.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O ensino de primeiro grau passou a ser obrigatório entre 7 e 14 anos. • Habilitação para o magistério no primeiro ciclo (quatro primeiros anos) do 1º grau feita por formação própria feita no 2º grau. • Para o magistério no segundo ciclo (quatro últimos anos) a habilitação seria dada mediante ao curso superior. • Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Física e Programas de Saúde são partes das disciplinas obrigatórias. Ensino Religioso segue optativa. • Previsão de educação a distância como forma supletiva. • Dinheiro público não necessariamente para a escola pública. • Fixou em 20% do orçamento municipal para educação, mas não fixou percentual para os outros entes federativos. • Ano letivo de 180 dias. • O 2º grau voltado para formação profissional. O | | <p>independente da formação profissional que tenha recebido- ou não. Esse direito também era condicionado à aprovação em um concurso vestibular (a lei 5540/1971 resolveu a questão dos “excedentes” mudando o vestibular de exame para concurso. Só teria direito de reivindicar a vagas os estudantes aprovados dentro do número de oferta de matrícula).</p> <p>Desse modo, a legislação voltada para a educação profissionalizante no segundo grau ia de encontro com o caráter generalista do vestibular. A excepcionalidade da formação geral inscrita na lei perde espaço para preparação para o vestibular, sobretudo na educação das elites.</p> |
|--|---|--|---|

| | | | |
|-----------------------------|--|--------------------------------|-----------------------|
| | <p>caráter geral da educação poderia ser excepcionalmente ofertado para “atender a aptidão especial do estudante”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Previsão de currículo dividido em uma parte comum e obrigatória e outra diversificada. • A perspectiva de ação cooperada com empresas a fim de estágio no segundo grau não acarretaria vínculo empregatício. • Possibilitou o agrupamento de alunos de diferentes séries em uma classe. • Previsão que a gratuidade do ensino de 2º grau ofertada em estabelecimentos públicos e as bolsas ofertadas pelo poder público em instituições privadas fossem gradualmente substituídas por bolsas sujeitas a restituição. | | |
| Decreto 72.425 /1973 | <ul style="list-style-type: none"> • Criou o Centro Nacional de Educação Especial. Órgão interno do MEC destinado à melhoria da educação ofertada aos “excepcionais”. | | |
| Decreto 73.411/ 1974 | | •Instituiu o Conselho Nacional | O decreto 86.791/1981 |

| | | | |
|----------------------|--|---|---|
| | | <p>de Pós-Graduação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com a presidência do ministro da Educação e participação do ministro do Planejamento e Coordenação Geral como vice-presidente, trazia como conselho representantes de diversas áreas do governo, de outros conselhos ligados à Educação e Pesquisa e representantes de reitores. | <p>extinguiu o conselho e passou as atribuições dele à CAPES.</p> |
| Lei 6420/1977 | | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece um colégio eleitoral especial, formado pelo Conselho Universitário e demais conselhos superiores para indicar, em lista separadas, os nomes das listas sêxtuplas de Reitor e vice-Reitor para nomeação por escolha do chefe do executivo de Universidades mantidas pela União. • Universidades privadas seguem seus estatutos próprios. • Outros tipos de IES mantidos pela união teriam seu dirigente escolhido pelo presidente. • Estipula que o cargo de reitor tenha mandato de | |

| | | | |
|--|---|---|--|
| | | dois anos. | |
| Em 24 de maio de 1978 é publicada a Lei 6582, que federalizou a então UNU, que por força dessa lei passou a se chamar Universidade Federal de Uberlândia. | | | |
| Lei 6733/1979 | | <ul style="list-style-type: none"> Atribuiu o presidente o poder de designar os presidentes de fundações. Sem prejuízo a autonomia administrativo-financeira. | |
| Lei 7177/1983 | | <ul style="list-style-type: none"> Reafirma a lei 6733/1979, e define suas aplicações na nomeação de reitores. Os presidentes das fundações universitárias deveriam no prazo entre 6 e o 8 meses encaminhar para escolha por parte do presidente uma lista sêxtupla de nomes para nomeação como reitor. | A nomeação de reitores segue sendo prerrogativa do presidente, ainda que hoje seja mais enxuta, com 3 nomes e precedida de consulta à comunidade acadêmica. No período iniciado em 2003 e que se estendeu até 2016 a lista foi respeitada e a nomeação foi do nome mais votado pela comunidade. Sem alteração dos preceitos legais, os presidentes posteriores passaram a não necessariamente seguir a ordem da lista. |
| Em 1985 foi realizada de forma indireta a eleição do primeiro presidente não militar desde 1964. A partir de então essa data é usada para demarcar o retorno à democracia no país. Entretanto, a historiografia brasileira, principalmente nos últimos 20 anos, passou a compreender o período após 1964 como uma ditadura civil-militar, porque efetivamente o regime foi instaurado e mantido pela ação tanto de militares como de parte da sociedade civil. Tal mudança deveria redundar na tomada de outro marco para a redemocratização, uma vez que Tancredo Neves, que não chegou a assumir, e José Sarney, que efetivamente virou presidente, foram eleitos sob a égide da legislação da ditadura. Mesmo sendo respeitado aqui o marco tradicional aceita-se que tal divisa seria mais coerente se deslocada à promulgação da Constituição de 1988. | | | |
| Decreto 91.542/1985 | <ul style="list-style-type: none"> Instituiu o Programa Nacional | | A compra e distribuição de |

| | | | |
|-----------------------------|--|--|---|
| | do Livro Didático (PNLD) | | livros didáticos pelo governo federal não é uma novidade. No entanto, o PNLD fortalece a prática e dá contornos mais efetivos. Nesse momento o programa destinava-se exclusivamente à livros para uso no 1º grau. Somente em 2004 (com aquisição para o ano letivo seguinte) o FNDE criou o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), em princípio contemplando livros de Português e Matemática e gradualmente atendendo as demais disciplinas. |
| Decreto 91.980/1985 | •Redefiniu os objetivos do Mobral que também passou a se chamar Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar. | | A lei 8.209/1990 extinguiu o Educar que é tido como continuação do Mobral. |
| Constituição de 1988 | <p>•Sem dúvida o ponto mais significativo referente a Educação nessa Constituição foi defini-la como direito social.</p> <p>• O ensino fundamental seguiu obrigatório e gratuito nas escolas públicas.</p> | <p>• Além dos fundamentos gerais que perpassam toda a educação a Carta Magna tratou o acesso ao ensino superior como direito a ser exercido de acordo com a capacidade de cada sujeito.</p> <p>• Em relação às Universidades</p> | Fundamental para compreensão de vários aspectos da Educação hodierna no Brasil articula vários vetores de análise e discussão. Alguns exemplos são: a relação entre o público e o privado ou o público estatal e o público privado. A |

| | | | |
|---------------------------|--|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • O ensino técnico deveria ser generalizado e o médio progressivamente tornado obrigatório. • Marcou o início da Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado. • A Educação de pessoas com deficiência deveria ocorrer preferencialmente junto à escola regular. • Assegurou pluralismo de ideias, liberdade para aprender, ensinar, pesquisar, divulgar. • Definiu, ainda, que a educação fosse de qualidade. • A gestão democrática obrigatória no ensino público. | assegurou a autonomia universitária e balizou aquele que é o tripé da definição desse tipo de instituição: a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão ²³ . | garantia de um padrão mínimo de qualidade na oferta, O acesso à “estudos superiores” condicionado às capacidades não definidas, entre outros. Contudo, também é preciso marcar os avanços consistentes que a Educação obteve a partir da Constituição: durante a década de 1990 o acesso ao ensino fundamental foi democratizado e paulatinamente ampliou-se o acesso tanto à Educação Infantil como ao Ensino Médio, ainda que mesmo tendo-se passados mais de trinta anos da promulgação nenhuma das duas etapas tenham sido universalizadas. |
| Decreto 8436 /1992 | | <ul style="list-style-type: none"> • Institucionalizou o Programa de Crédito Educativo (PCE) para estudantes carentes. • Financiou o acesso ao ensino superior privado. | |
| Portaria 489/1993 | <ul style="list-style-type: none"> • Estabeleceu o Plano Decenal de Educação para Todos. • Criado dentro de um contexto | | |

²³ A Constituição de 1988 não criou a extensão que está presente nas Universidades a bastante tempo, o que determinou foi que seria parte fundamental e inalienável da definição de Universidade.

| | | | |
|--------------------------|---|---|---|
| | internacional que deveria ampliar e garantir a Educação em países em desenvolvimento. | | |
| LEI 9192/1995 | | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece as normas para designação de reitor e vice-reitor, pelo presidente, agora a ser indicado por uma lista tríplice e dos diretores e vice-diretores de unidades, pelo reitor. • Em caso de consulta à comunidade acadêmica estabeleceu que os docentes deveriam ter o equivalente a 70% do total de votos. | <ul style="list-style-type: none"> • Ainda que apresente a consulta à comunidade como forma de escolha, esta não é obrigatória. • O peso dado ao voto dos professores, 70%, foi alvo de críticas, tanto por parte de servidores não docentes da Universidade, quanto do corpo estudantil. |
| Decreto 1845/1996 | | <ul style="list-style-type: none"> • Atribuiu ao ministro da Educação e do Desporto o poder de: Autorizar e recredenciar IES periodicamente; Reconhecer cursos e habilitações; Aprovar estatutos no caso de Universidades e regimentos das demais IES. | |
| LDB Lei 9394/1996 | <ul style="list-style-type: none"> • É a legislação em vigor até o momento no país para a Educação Básica. • Sofreu bastante alterações no decorrer do tempo, contudo, no presente quadro | <ul style="list-style-type: none"> • Extinguiu os chamados cursos de licenciatura curta. • Definiu os cursos e programas da Educação Superior como sendo: <ol style="list-style-type: none"> a) sequenciais; b) graduação; c) pós-graduação; | <p>Alguns pontos da lei acabaram sofrendo drásticas modificações. Passados vinte e seis anos de sua aprovação a habilitação para as cinco primeiras séries do ensino</p> |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | <p>será tomada sua versão original.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A lei é oriunda do embate entre a proposta formulada pelos então senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Mauricio Correa, sob diálogo direto com o MEC, consequentemente o poder Executivo e a apresentada na Câmara dos Deputados sob a autoria de Jorge Hage, um projeto estabelecido com diálogos com diferentes setores sociais agrupados via Fórum Nacional da Escola Pública. Entre as divergências entre os dois grupos estava o papel do Estado e os mecanismos de controle para a aplicação da lei. Ao fim, ainda que com algumas alterações, o texto aprovado estava mais próximo da proposta dos senadores. • Altera a nomenclatura dos níveis de ensino: Educação Infantil (0 a 6 anos); Ensino Fundamental: oito anos obrigatórios. Ensino Médio: com 3 ou 4 anos quando associada à | <p>d) extensão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definiu a autonomia universitária principalmente no sentido “didático-científica”. • Em Universidades garantiu que, pelo menos, um terço do corpo docente tivesse titulação de mestre ou doutor, a mesma proporção deveria ser guardada para docentes em regime de dedicação exclusiva. | <p>fundamental, e para educação infantil continua sendo possível com curso realizado no ensino médio.</p> <p>Há diferenças significativas entre as condições de trabalho e formação docente em Universidades públicas mantidas pelo governo federal, ou governos estaduais/municipais. Tanto a formação como a dedicação exclusiva atingem porcentagens bem mais altas em Universidades federais e algumas estaduais, enquanto outras Universidades públicas mantêm somente o que obriga a lei. Entre Universidades privadas a diferença também é significativa, há àquelas que se mantem com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e aquelas que não são capazes de mantê-lo efetivamente, mantendo-os somente como forma de garantir seu status como Universidade, sem, contudo, garantir</p> |
|--|--|--|---|

| | | | |
|--|--|---|------------|
| | <p>educação geral com ensino técnico.</p> <p>Ensino Superior.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apontou para a criação de parâmetros curriculares nacionais, regulamentados posteriormente. • Retificou o fim da oferta da disciplina de Educação Moral e Cívica. <p>Prevvia que a habilitação para o magistério a partir do ensino fundamental se desse por curso de graduação depois de um período destinado a formação de profissionais que já atuavam (redação que sofreu várias alterações).</p> | | condições. |
| Medida Provisória nº 1.827-1 / 1999 | | <ul style="list-style-type: none"> • Muda o nome do programa de Crédito Educativo para Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), sob gestão da Caixa Econômica Federal. | |

Organizado pela autora (2021). Na organização do quadro foram utilizadas as seguintes referências: BRASIL, 2022; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1915 1937, 1946, 1961, 1971, 1988; CUNHA, 1986; FÁVERO, 2006; FÁVERO, 2014; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2022; GARCIA e OLIVEIRA, 2016; LOBO NETO, 2014; PAZETO, 2002; RIBEIRO, 1969; SAVIANI, 2013. O quadro foi complementado pelos documentos usados como fonte nesta pesquisa, pasta “Documentos Históricos” organizada pela SEGER (consultada em 2021).

B) MODELO DE TABELA UTILIZADA PARA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COM O LIVRO *A UFU NO IMAGINÁRIO SOCIAL*

A Memória Político Cultural de Uberlândia na década de 50:

Nº de páginas: 5 (05-11)

Nº de trechos: 2

Nº de imagens: 4

- Poema como epígrafe

| Entrevistado | Vinculação/ Profissão | P | Data | Síntese |
|--------------|--------------------------|---|------|---------|
| | | | | |
| | | | | |

A Idealização

Nº de páginas: 3 (12- 14)

Nº de trechos: 3

Nº de imagens: 1

| Entrevistado | Vinculação/ Profissão | P | Data | Síntese |
|--------------|--------------------------|---|------|---------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Para cada item e subitem uma tabela como essa foi preenchida

